

Actas Freudianas

Revista da Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora

Periódico da Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora/SEP-JF. Publica artigos, pesquisas, resenhas e entrevistas no campo da Psicanálise, em suas articulações com a prática clínica e no diálogo com outros domínios do saber.

Os textos inéditos devem ser enviados ao Conselho Editorial, devendo estar de acordo com as "Normas para publicação", encontradas nas páginas finais da revista. Salientamos que todos os textos enviados são de inteira responsabilidade de seus autores de modo que não expressam a opinião deste Conselho.

Indexação: ISSN 1809-3272

EDITOR-RESPONSÁVEL

Francisco Ramos de Farias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Beatriz Lima da Cruz - Pesq. FIOCRUZ/IBMR

Ana Carolina Lobianco - UFRJ

Ana Lila Lejarraga - UFRJ

Ana Maria Rudge - PUC/RIO

Antenor Salzer Rodrigues - UNIPAC/JF

Bianca Maria Sanches Faveret - UFJF

Carlos Eduardo Leal V. Soares - FAMATH

Cristina Monteiro Barbosa - UFRJ

Denise Maurano - UFJF

Éder Schmidt - UFJF

Georgina Gomes de Figueiredo

Gilberto Barbosa Salgado - UFJF

Gilsa F. Tarré de Oliveira - UNESA

Jeremias Ferraz Lima - UFRJ

Joel Birman - UFRJ e UERJ

Jô Gondar - UNIRIO

Lina Galletti - USP

Lúcia Maria de Freitas Perez - UNIG e FAMATH

Luiz Viegas de Carvalho

Luiza Atalia Fontes - UGF

Márcia Mello de Lima - UERJ

Margarida de Andrade Serra - UFF

Maria Aparecida de Paiva Montenegro - UFC

Maria Clara Correa Queiroz

Maria Cristina M. Kupfer - USP

Regina Herzog - UFRJ

Sandra Francesca Conte de Almeida - UCB

PRESIDÊNCIA

Leila Guimarães Lobo de Mendonça

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Heitor Lobo de Mendonça

DIRETORIA DE FORMAÇÃO PSICANALÍTICA

Jodemar Porto Costa

DIRETORIA DE CULTURA, PESQUISA E PUBLICAÇÃO

Francisco Ramos de Farias

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Virgínia M^a Luiz Toledo Lourenço

CONSELHO EDITORIAL

Francisco Ramos de Farias

Heitor Lobo de Mendonça

Leila Guimarães Lobo de Mendonça

Rita Maria Manso de Barros

Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora
SEP/JF

Rua Oswaldo Cruz, 68 - Santa Helena

36015-430 - Juiz de Fora/MG

Tel (32) 3218-3263

sepjf@acessa.com

Actas Freudianas

Revista da Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora

VOLUME II - NÚMERO 2
ANO: 2006
ISSN 1809-3272

SOCIEDADE DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS DE JUIZ DE FORA

JUIZ DE FORA
MINAS GERAIS

Direitos Reservados

Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida sem a permissão, por escrito, do Conselho Editorial.

Actas Freudianas

Revista da Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora
v. II, n.2. Juiz de Fora, 2006.
156 p.; 26 x 18 cm

Periodicidade Anual

1 - Psicanálise – Periódicos.
Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora
ISSN 1809-3272

Capa e projeto gráfico
Leila Guimarães e Leila Lobo

SUMÁRIO

Artigos

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| PULSÃO, PAIXÃO E DIFERENÇA SEXUAL REFLEXÕES SOBRE OS PARADOXOS DA SEGREGAÇÃO | 7 |
| Gilsa F. Tarré de Oliveira | |
| A ESTRANHEZA, A ANGÚSTIA E O SER | 16 |
| Francisco Ramos de Farias | |
| DA DESCONFIANÇA À LIBERDADE TRATAMENTO PSICANALÍTICO DE UMA CRIANÇA | 32 |
| Rita Maria Manso de Barros | |
| “SER CRIANÇA”: O FRUTO DOS TEMPOS | 48 |
| Leila Guimarães Lobo de Mendonça | |
| A CLÍNICA DO FENÔMENO EPILÉPTICO E O SINTOMA HISTÉRICO | 62 |
| Julio César Mello D’Amato | |
| A HESITAÇÃO DIANTE DA ESCOLHA: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRAGÉDIA DE HAMLET | 81 |
| Lourdes Benévolo | |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO PSICOSSOMÁTICO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA | 93 |
| Glauca Regina Vianna | |
| INCIDÊNCIA REPETITIVA E ASSASSINATO: O UNIVERSO SUBJETIVO DO MATADOR EM SÉRIE | 103 |
| Daniel Ottero Rinaldi | |
| DELITO E INCONSCIENTE | 118 |
| Elizabeth Hudson | |
| A PRODUÇÃO ESCOLAR E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO | 128 |
| Cristina Lúcia Maia Coelho | |
| Conferências | |
| SOBRE A LITERALIDADE E O SENTIDO | 145 |
| Jô Gondar | |
| Resenhas | |
| UM DESTINO TÃO FUNESTO F. Roustang | 150 |
| Cristina Monteiro Barbosa | |

CONTENTS

Articles

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| DRIVE, PASSION AND SEXUAL DIFFERENCE REFLECTIONS ON THE PARADOXES OF SEGREGATION | 7 |
| Gilsa F. Tarré de Oliveira | |
| THE STRANGENESS, THE UNCANNY, AND THE BEING | 16 |
| Francisco Ramos de Farias | |
| FROM MISTRUT TO FREEDOM PSYCHOANALYTICAL TREATMENT OF A CHILD | 32 |
| Rita Maria Manso de Barros | |
| “BEING A CHILD”: A PRODUCT OF THE TIMES | 48 |
| Leila Guimarães Lobo de Mendonça | |
| THE CLINIC OF THE EPILEPTIC PHENOMENON AND THE HYSTERICAL SYMPTOM | 62 |
| Julio Cesar Mello D’Amato | |
| HESITATION WHEN FACED WITH A CHOICE: A REFLECTION BASED ON THE TRAGEDY OF HAMLET | 81 |
| Lourdes Benévolo | |
| CONSIDERATIONS ON THE PSYCOSOMATIC PHENOMENON | 93 |
| IN THE PSYCHOANALYTICAL CLINIC | |
| REPETITIVES ACTS AND MURDER: THE SUBJECTIVE WORLD FROM SERIAL KILLER | 103 |
| Daniel Ottero Rinaldi | |
| UNCONSCIOUS AND TRANSGRESSION | 118 |
| Elizabeth Hudson | |
| SCHOOL PRODUCTIVITY AND SUBJECT CONSTITUTION | 128 |
| Cristina Lúcia Maia Coelho | |
| Lectures | |
| ABOUT THE LITERALITY AND THE SENSE | 145 |
| Jô Gondar | |
| Reviews | |
| F. Roustang: A FATE SO DEADLY | 150 |
| Cristina Monteiro Barbosa | |

PULSÃO, PAIXÃO E DIFERENÇA SEXUAL REFLEXÕES SOBRE OS PARADOXOS DA SEGREGAÇÃO

Gilsa F. Tarré de Oliveira

Resumo: Discute-se a dimensão revolucionária da obra “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” por seus efeitos e contribuições ao campo da ética. Freud chega a criar o neologismo “psicossexual” para abordar a “função sexual” psíquica inconsciente e designar o sexual como lugar estratégico e enigmático; como lugar do mal-estar e, acima de tudo, revelar o caráter absolutamente singular do desejo. Lacan retoma o corte ético promovido por Freud e destaca que ao incluir a diferença sexual, a psicanálise subverte a posição do sujeito. Em torno das categorias sujeito e gozo ampliam-se possibilidades da psicanálise trabalhar com os efeitos da organização pulsional no campo social e político, para além da especificidade de sua clínica. Referida a uma ética da diferença e do desejo a psicanálise lança na cultura uma leitura inédita da política articulando o inconsciente, o desejo, o laço social e a diferença sexual. Desse modo, ultrapassa a simetria idealista da intersubjetividade, admitindo a não-reciprocidade entre o sujeito e o Outro. Novas formas de segregação emergem como fenômeno exemplar de ataque ao inconsciente e como uma verdadeira recusa de colocar-se sob a inevitável determinação do Outro: uma eleição contra a castração e à divisão do sujeito.

Palavras-chave: ética, diferença sexual, política, segregação

Abstract: This paper furthers the discussion introduced by “Three essays about the theory of sexuality,” a work of revolutionary dimension due to its impact and contributions to the field of ethics. Freud creates the neologism “psychosexual” to approach the unconscious psychical “sexual function” and designate the sexual as a strategic and enigmatic place of discontent and, above all, reveal the absolutely singular character of the desire. Lacan returns to the ethical angle promoted by Freud and highlights that by including the sexual difference, psychoanalysis subverts the position of the subject. The possibilities for psychoanalysis to work with the effects of the drive organization in the social and political fields, beyond the specificity of its clinic are amplified around the concepts of subject and *jouissance*. Referring to the ethics of difference and of desire, psychoanalysis launches into culture an unprecedented reading of politics, articulating unconscious, desire, social ties and sexual difference. As such, it transcends the idealist symmetry of inter-subjectivity, admitting the non-reciprocity between the subject and the Other. New forms of segregation emerge as phenomena exemplifying the attack to the unconscious and as a real refusal to place oneself under the inevitable determination of the Other; an election against castration and the division of the subject.

Keywords: ethics, sexual difference, politics, segregation.

1 - O encontro de Freud com a histeria como um evento ético

Prestes a lançar “A Interpretação dos sonhos”, numa carta a Fliess de outubro de 1899, Freud já anunciava que uma teoria da sexualidade viria logo a seguir. Mas é em 1905 que “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” surge como obra capital, na proximidade dos 50 anos de seu autor. De qualquer modo, poucas vezes nos damos conta de que ali já se passavam 19 anos do retorno de seu encontro em Paris com a medicina de seu mestre Charcot e das lições fundamentais que lhe foram transmitidas e que marcaram definitivamente sua experiência clínica já em Viena.

Com seus sintomas, as histéricas lançavam um verdadeiro desafio à medicina. Abrindo uma nova possibilidade de escuta das enigmáticas tramas da clínica da histeria, Freud acaba transformando inteiramente o conceito de sintoma vigente na medicina da localização anatômica para escrevê-lo de forma absolutamente inédita, considerando o modo notável como a histérica, ao mesmo tempo, mascarava e satisfazia seu desejo com seu corpo e suas palavras. Como sublinha Rajchman (1993), a clínica da histeria praticamente obriga Freud a indagar o que deveria ser o sujeito para que fosse possível esse tipo de formação de sintoma que estava longe de poder ser definido em referência a um ideal universal de sexualidade saudável. Ao contrário, os ideais de saúde é que precisavam ser revistos de acordo com o desejo que aqueles sintomas satisfaziam; um desejo que poderia ser antagonico ao próprio bem do sujeito, e um sintoma que propiciava uma “outra satisfação”, rebelde às normas médicas da saúde.

Ao demonstrar que os conteúdos inconscientes estão inscritos no corpo e regem tudo que diz respeito ao gozo, ao prazer e à relação com o outro, Freud subverte o saber médico de

seu tempo e, dessa perspectiva, seu encontro com a histeria pode ser considerado como um evento ético a partir do qual a sexualidade passa a ser vista para além da função da reprodução e do registro genital, tendo sido criado o neologismo “psicossexual” para abordar a “função sexual” psíquica inconsciente e com isso também designar o sexual como lugar estratégico e enigmático; como lugar do conflito, do mal-estar, e, acima de tudo, revelar o caráter absolutamente singular do desejo.

Para que se possa apreender a extensão do conceito de sexualidade na teoria psicanalítica, sublinhe-se que ela se desdobra inclusive na direção de atividades ou produções não diretamente sexuais que podem ser vividas de forma auto-erótica. Também faz surgir novas indagações sobre a diferença entre os sexos, que deixa de ser meramente biológica, decidida unicamente pela anatomia e como um fato da natureza, para ser questionada a partir de uma gênese outra, relativa ao tornar-se um homem ou tornar-se uma mulher diretamente ligada à origem linguajeira do sujeito. É bem verdade que Freud parte da distinção anatômica dos sexos para tirar conseqüências psíquicas; contudo, no rastro de suas descobertas e indicações, Lacan extrai valiosas conseqüências no sentido de afirmar a identidade sexual, ou seja, a questão de ser homem ou mulher, como o resultado de um processo que ele qualifica de ‘sexuação’. Além de abordar o destino da sexuação psíquica para homens e mulheres, a releitura de Lacan da subversiva abordagem freudiana da sexualidade, ainda abre novas possibilidades para se pensar que o modo como se estrutura a sexualidade dá lugar a desvios e patologias que interferem no laço social.

2 - A pulsão como conceito fundamental

Mais as formulações acerca do sexual ampliavam as possibilidades de uma clínica ancorada na diversidade das estruturações psíquicas, maior a imposição de um rigor para especificar seus alicerces e bússolas de navegação pelo enigmático universo do desejo. Na quinta seção do primeiro ensaio, que aborda as perversões sexuais, no ponto em que Freud se inclina para o exame das pulsões parciais e das zonas erógenas, o conceito de pulsão é introduzido como situado entre o somático e o psíquico cuja fonte é sempre somática e, para diferenciá-lo do “estímulo” que é produzido por excitações isoladas vindas de fora, considera que a hipótese mais simples e mais indicada sobre a natureza da pulsão seria que, “em si mesma, ela não possui qualidade alguma, devendo apenas ser considerada como uma medida da exigência de trabalho feita à vida anímica” (Freud, 1905, p. 159).

Algo no corpo pressiona a mente de forma contínua e ininterrupta que vai além do que o sujeito imagina ou concebe ser o seu bem, e como se trata de uma força sem qualidade, o que distingue as pulsões entre si, dotando-as de propriedades específicas é sua relação com suas fontes somáticas e seus alvos. Está em causa uma idéia de corpo que não coincide e nem é idêntico ao corpo anatômico ou fisiológico; tampouco é um corpo instintivo, mas sim um corpo libidinal investido pela força pulsional, cujo destino enigmático exigirá do sujeito uma interpretação, uma resposta e um posicionamento sempre na posteridade de seus efeitos sobre ele. Pelas formulações freudianas nada pode ser antecipado em relação ao destino erótico de cada sujeito, nada pode predeterminar o que nos tornaremos, de modo que nosso corpo nunca pára de “se escrever” em nosso destino. Na medida em que estamos em falta de uma determinação tal que garanta o que nos tornaremos, somos pressionados a assumir a responsabilidade por nossas escolhas.

A pulsão se constitui como um conceito fundamental da teoria psicanalítica e, muito embora o inconsciente seja o termo mais evocado normalmente para especificar a psicanálise, o verdadeiro núcleo da metapsicologia freudiana é formado pelo conceito de pulsão. Ainda em 1924, Freud acrescenta uma nota de rodapé nos “Três ensaios” onde declara “a doutrina das pulsões” como a parte mais

importante, mas também a mais incompleta da teoria psicanalítica. Já em outras oportunidades alude à teoria das pulsões, como “a nossa mitologia”, a mitologia da psicanálise; um modo talvez de apresentá-la como o originário da psicanálise e, como tal, funciona como motor e causa de retomadas constantes.

3 - Por uma ética da diferença e do desejo

No Seminário VII, Lacan situa a ética da psicanálise em relação ao imperativo freudiano *Wo es war soll Ich werden* – Onde isso era, devo advir – para marcar a diferença fundamental introduzida no campo da ética a partir da intervenção de Freud na cultura e em relação às categorias modernas: um corte ético, como Lacan consegue demonstrar, tirando conseqüências de temas cruciais articulados em sua obra.

A leitura de Freud acerca do desejo sexual e sua singularidade é a questão fundamental na delimitação deste corte, ao qual Lacan retorna ao longo de seu percurso, colocando em destaque que ao incluir a diferença sexual a psicanálise subverte a posição do sujeito. É este mesmo estatuto ético da subversão de Freud que discernimos de seu pequeno texto de 1925, intitulado “A responsabilidade moral pelo conteúdo dos sonhos”, onde a partir da análise de diferentes tipos de sonhos é debatido o problema da responsabilidade do sujeito por seu inconsciente, ficando claro que não há como dispensar o sujeito do inconsciente de reconhecer sua implicação para com as moções recalçadas; estas fazem parte do seu ser e produzem efeitos. É nesse sentido que o sujeito é levado a ter que assumir as contingências de sua história e sua própria causalidade: “de sua posição, o sujeito é sempre responsável” (Lacan, 1966).

A lógica do inconsciente é determinada por um conjunto heterogêneo de elementos que se ordena segundo um verdadeiro “princípio de inadequação”, como destaca Leclaire: “inadequação interna da palavra a si mesma, mas também a inadequação externa da palavra à coisa, da identidade ao sujeito, e do eu ao outro”. A inadequação enquanto um ‘princípio’, é, antes de tudo, a própria formulação do “sistema do desejo do qual o inconsciente é o lugar natural” em função das descobertas clínicas de Freud, a saber: que a satisfação buscada não coincide com a satisfação obtida, ou vice versa; que a representação consciente não coincide com a representação inconsciente; finalmente, que não existe uma perfeita adequação ou harmonia entre os sexos (Leclaire, 1989, p. 48).

É enquanto uma ética da diferença e do desejo que podemos, de fato e de direito, destacar a posição da psicanálise no mundo e suas possibilidades de oferecer e lançar na cultura uma leitura inédita da política. Nela se articulam o inconsciente, o desejo, o laço social e a diferença sexual. Desse modo, abre-se a chance para que além da especificidade de sua clínica, a psicanálise possa identificar e trabalhar com os efeitos da organização pulsional no campo social e político.

Tanto quanto a ética, a política tem a ver com ‘ação’; mas se existe realmente um aspecto que deveria manter estreitamente ligados estes termos, este seria o da necessidade de ultrapassar a simetria idealista da intersubjetividade, admitindo a não-reciprocidade entre o sujeito e o Outro, aspecto também presente no pensamento do filósofo da alteridade, Lévinas (1988), para quem a política deve poder ser sempre questionada a partir da ética.

O primeiro impacto produzido pela teoria freudiana da cultura na teoria política, foi o de indagar sobre os supostos metafísicos dos projetos de emancipação modernos. Conforme escreve em “Mal-estar”, “a liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização...o desenvolvimento desta, impõe restrições e a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições” (Freud, 1930, p. 116). Na medida em que a subjetividade não nos é dada de antemão, emergindo sempre fraturada e atravessada pela diferença sexual, qualquer esperança de que pudesse surgir

um Novo Homem marcando um início absoluto da história, só poderia ser realizado às custas da expulsão e recusa dos restos residuais de situações anteriores que, fatalmente, retornariam com uma força e violência ainda maiores.

4 - Os paradoxos da segregação

A tese de um conflito fundamental entre o homem e a civilização é já um efeito da ruptura de Freud com respeito às leituras biologizantes do psíquico que encaravam o sintoma como degenerescência. Conseqüentemente, o conflito era lido como expressão de doença, erro ou desvio, um empecilho de cunho necessariamente patológico e perturbador das conquistas humanas sobre a natureza. Em plena era da certeza, acreditava-se ser possível prescindir da intermediação da cultura (do Outro) para apreender a própria condição humana e, na medida em que o natural era tomado como critério de verdade, só os iguais poderiam entrar em entendimento e ser solidários.

No entanto, o sujeito freudiano, dividido e afetado pelo inconsciente, não é o homem da certeza, pois abriga o estrangeiro em sua própria morada. O conflito é inerente à sua própria condição de abrigar um saber que lhe escapa e, assim, toda tentativa de levar o saber à nomeação de uma verdade última e essencial é sempre falha. A esta hiância no saber e na verdade, Freud denomina com um nome: Pai, como razão última, razão mítica da falta designada com o termo castração (Millot, 1989).

A formulação de um mal-estar do sujeito na cultura rompe de forma radical com os princípios colonizadores do processo civilizatório, apontando a intermediação da cultura como um processo essencialmente produtor de diferenças. Como testemunha ocular da primeira grande guerra, e pressentindo a catástrofe que veio a se concretizar com a vitória do partido nazista, três anos após a publicação de seu ensaio, Freud não poderia concordar com as teses seguras e tranquilizadoras que encaravam "a civilização como sinônimo de aperfeiçoamento" (Freud, *op. cit.*, p. 117). Freud formula e decifra o que se configura como um trauma incurável no próprio seio da cultura: a inadequação que se estabelece entre o gozo (a pulsão) e o laço social.

Sua tese, geralmente encarada como pessimista e carregada de sombrios prognósticos, rompe de forma radical com as promessas do cientificismo, rota principal do processo civilizador empenhado em segregar de forma desinibida, as ervas daninhas que perturbassem o projeto de um mundo onde o homem viveria em harmonia com a civilização.

Na visão de Bauman (1998), um dos pontos centrais do processo civilizador consistia na supressão de atos irracionais e essencialmente anti-sociais, acompanhada de uma gradual e persistente eliminação da violência da vida social. Ou seja, a visão de uma sociedade civilizada como uma força moral e um sistema de instituições que cooperam e se completam mutuamente, impondo uma ordem normativa sob o império da lei como condição para preservar a paz social, condição esta, ausente na barbárie pré-civilizada.

Essa perspectiva não seria de todo enganosa, não fosse o fato de estar assentada numa linha divisória arbitrária entre a norma e a normalidade. Tal modelo teórico exhibe a visão determinista que caracteriza a modernidade como a "época do homem", quando todos os projetos, mesmo antagônicos, deveriam ser realizados em nome do Bem, adotado como um verdadeiro imperativo de caráter universal.

A tendência a subordinar o uso da violência a cálculos racionais serviu para encobrir as contradições do processo civilizador, sobretudo a coexistência alternativa de um potencial criativo e destruidor, devidamente silenciado pelas pressuposições normativas da modernidade. O domínio do consenso em torno da racionalidade incluiu uma degradação das motivações éticas da ação social e individual, em detrimento de uma moral universal. Este consenso necessariamente

envolveu excluir e deslegitimar os processos de escolhas diferenciadas e as atitudes que pudessem ser afirmadas segundo a particularidade de diferentes situações.

Esse contexto serviu de solo fértil para o projeto do “Estado jardineiro” arquitetado por Hitler, em sua decisão de encarar a sociedade sob seu comando “como objeto de planejamento, cultivo e extirpação das ervas daninhas” (Bauman, 1998, p.31). Sem a modernidade, conforme defende Bauman, o Holocausto seria impensável. Se a civilização moderna não foi a condição suficiente para o genocídio em massa foi, no entanto, sua condição necessária. Este autor interpreta o Holocausto como um “teste raro, mas importante e confiável das possibilidades ocultas da sociedade moderna” (Bauman, 1998, p.31).

A interpretação de Bauman, dificilmente refutável, coaduna-se com a análise empreendida por Freud em “Mal-estar” e sua firme resistência às explicações simples e lineares, de uma precedência da natureza sobre a cultura. Uma tal visão só podia desembocar numa justificativa instintiva para o ódio e a agressividade. Sempre orientado pela questão nuclear do conflito, Freud recorre à dualidade pulsional para analisar a natureza do mal-estar. O confronto pulsional que opõe amor e ódio, *Eros* e pulsão de morte imperam tanto na vida inconsciente de cada sujeito quanto em sua vida social.

Conforme examinado, com o conceito de pulsão a psicanálise problematiza uma suposta causalidade natural da sexualidade humana, isolando suas bases biológicas para insistir que o movimento pulsional se distingue de todas as concepções funcionais. De forma radical, Freud distingue o confronto pulsional do se supunha ser um lado animal no ser humano. Com o conceito de pulsão o que fica em jogo é algo absolutamente singular ao humano: suas condições de dependência para com o Outro da linguagem. Essa especificidade é determinante para apreender o motivo pelo qual Freud afirmava não existir uma dicotomia entre o individual e o coletivo. Sua inovadora formulação acerca do funcionamento inconsciente é inteiramente articulada ao laço social.

Freud confere à organização social um estatuto eminentemente precário, citando Plauto para afirmar sua constatação: “Homem é o lobo do homem”. A definição freudiana de cultura (a qual não considera necessária distinguir da de civilização), designa “toda a soma de realizações e normas que distinguem nossas vidas de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuítos: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (Freud, op. cit., p.109). Em suma, mediação da natureza através da operação simbólica da linguagem e regulação do laço social. No entanto, trata-se de uma proteção que não garante felicidade alguma, pois fracassa ali onde propõe proteger.

Para explicar um tal fracasso é necessário admitir o paradoxo de que o amor coletivo não consegue seu objetivo de sustentar o universal sem deixar restos. Dificilmente estes restos conseguem ser assimilados, configurando a agressividade, a hostilidade e a crueldade como dimensões inelimináveis da experiência humana. Essas dimensões podem ser confirmadas não apenas historicamente, demonstrando sua força de permanência mesmo nos mais avançados estágios da cultura.

Isso porque a agressividade é também uma fonte de prazer e, como tal, é complementar ao amor. Emerge aqui toda a problemática trabalhada em “Psicologia de grupo e análise do eu” (Freud, 1921) e, de forma particular, o “narcisismo das pequenas diferenças” como uma das mais claras evidências de que a montagem amorosa, no plano coletivo, só consegue alcançar algum êxito mediante a segregação de um elemento escolhido pelo grupo para a função de bode expiatório, condensador de um gozo enigmático.

Desse modo, a segregação pode ser tomada como um sintoma exemplar que fala da impossibilidade de realizar o mandamento do amor ao próximo. Esse preceito coloca em jogo uma metáfora conciliadora e uma metáfora da exclusão, cujos desdobramentos podem conduzir ao entendimento e à tolerância ou, pelo contrário, resultar na descarga de um violento ódio ao semelhante. Daí as desconfianças nutridas por Freud com relação a esse preceito, e que só vêm apontar para seu potencial de gerar uma verdadeira demanda de segregação.

O que se depreende da análise freudiana é o caráter necessário do mal-estar e não apenas contingente, mesmo considerando que cada época molda seu mal-estar em função dos discursos hegemônicos operantes. Disso resulta uma variedade nos sintomas, tanto determinando o surgimento de novas formas do sintoma, como também de outros já estabelecidos que adquirem novas roupagens, mas sempre condicionados pelas novas formas discursivas que sobre eles operam.

Com efeito, o destino de cada sujeito jamais pode ser estudado fora do da comunidade na qual se insere, um e outro estando de forma solidária numa mesma estrutura. As decisivas considerações desenvolvidas ao longo dos capítulos de "Mal-estar" articulam uma verdadeira lógica subjetiva, reunindo a experiência clínica de Freud somada a um certo número de materiais míticos. A civilização depende da renúncia (*Versagung*) à satisfação, fundando-se numa subtração de gozo de modo a que as exigências da obra civilizatória jamais sejam preenchidas. Esta hiância cava a impossibilidade de se obter um objeto adequado para a satisfação, funcionando como verdadeira 'causa' do inconsciente e da divisão do sujeito.

O prognóstico não poderia ser outro: malgrado todo e qualquer avanço técnico-científico para erradicar o que em realidade é um dado ineliminável e estrutural - o conflito entre as exigências da pulsão e a obra civilizatória - além de ser insuficiente, viria a se constituir como fonte de incremento do mal-estar, deflagrando formas inéditas de violência e hostilidade contra o semelhante. O diagnóstico freudiano relativo aos impasses da cultura mantém-se mais vivo do que nunca na atualidade, exposto mesmo "em carne viva e em caráter de urgência", como nos diz Assoun (1989).

Por sua vez, o Seminário "O avesso da psicanálise" (1969/70), pode ser tomado como a leitura que nos é oferecida por Lacan do mal-estar no mundo contemporâneo. Além de estabelecer uma relação entre os destinos do gozo, da satisfação, do mais além do princípio do prazer e da pulsão de morte e o social, também sustenta uma articulação entre o político e a sexualidade, isolando um tipo de gozo: o gozo fálico. Como um gozo sempre localizado não pode ser globalizado; é particular e não, universal.

Com isso podemos avaliar a enorme dificuldade de manter viva a democracia num mundo globalizado e nesse sentido, parafraseando o próprio Lacan, podemos admitir a existência de democracias, sempre no plural, conforme seu famoso aforisma "A Mulher não existe", existem mulheres. Desse modo, tal como o gozo feminino, o gozo de uma vida democrática é difícil de descobrir e difícil de se inscrever.

Lacan dirá que o que distribui a economia e a política é a maneira como o gozo circula num sistema simbólico - o gozo como fundamento de uma ética. A premissa de Lacan em seu seminário tem um efeito paradoxal: relaciona um dos pilares imaginários que sustenta a sociedade moderna, a fraternidade, com o que seria, em realidade, a outra face da moeda: a segregação. Evocando a trilogia da Revolução Francesa que conjuga fraternidade com liberdade e igualdade, assinala que a fraternidade, como o "*humus* da sociedade", não pode ser concebida senão por manter os separados juntos, e separados do resto. Sublinha que tudo o que existe na sociedade tem como base a segregação.

À propósito da posição do inconsciente no campo da cultura atual, a segregação emerge como fenômeno exemplar de novas formas de ataque ao inconsciente, como uma verdadeira recusa de colocar-se sob a inevitável determinação do Outro; uma eleição contra a castração e à divisão do sujeito. A segregação opera sobre traços diferenciais produzindo conjuntos ordenados que uma vez identificados, passam a ser hierarquizados. Destes conjuntos, um funda a coletividade enquanto o outro é definido por exclusão. O excluído vira o estrangeiro, o não familiar, o qual pode assumir diferentes formas, indo do exotismo à xenofobia. Enquanto o exótico marca uma distância suficientemente grande, uma exterioridade quase que radical, a xenofobia nos recorda o tema do "Estranho" freudiano, já que o estrangeiro se encontra no interior da própria coletividade. Na xenofobia se trata de um rechaço do não familiar e vale ressaltar que enquanto *xeno* significa estranho, *xenós* alude à hóspede, ou seja, é o tema do estranho em sua própria morada; estranho, mau ou suspeito, com o poder de alterar uma determinada ordem estabelecida.

Conforme salienta Kuffer (1992, p. 42), "o lugar da enunciação do exotismo e da xenofobia é o mesmo"; a diferença e a distância que os separa reside na fascinação que o exótico exerce sobre o sujeito e o rechaço ao outro que aparece na xenofobia. O ponto fundamental é que tanto num caso como no outro, as pulsões estão em jogo, como destaca Colette Soler (1998) o que implica em admitir que não se pode limitar a leitura do racismo à impossibilidade de tolerar as diferenças. O ódio que nele vemos despertar concerne não somente ao problema da identificação, mas ao gozo. Trata-se de não suportar o gozo do Outro.

Deste modo, o racismo ainda que implique a violência, não é um problema somente de agressividade ou de não suportar a diferença. A distinção entre exotismo e xenofobia acima mencionada deixa clara como, no primeiro, a curiosidade quanto aos modos de satisfação de um estrangeiro radicalmente distinto e longe, não produz ameaça; ao contrário, esta diferença é até mesmo buscada, circunscrevendo o exótico na atualidade, como um lugar de entretenimento que alimenta a indústria do turismo. Mergulhamos aqui no "narcisismo das pequenas diferenças", pois jamais se está tão consciente de nossa origem e cultura quanto quando se está numa região completamente estranha à nossa.

5 - Conclusão: Eros e Tanatos

A abjeção diante do real em jogo em toda a experiência humana é o que sustenta as novas formas de segregação que se nutrem da esperança de suturar algo que é estrutural no sujeito: sua falta-a-ser. A virulência atual desse sintoma salta aos nossos olhos horrorizados com o espetáculo montado pelos fanáticos de prontidão e nos transforma em testemunhas, tanto de uma segregação voltada para o exterior, contra o outro, o estrangeiro, o diferente, mas também contra o sujeito. O que está em jogo é sempre a tentativa de excluir a divisão do sujeito e que equivale a um 'não querer saber' que não há um saber sobre o sexo que possa ser totalizado a ponto de homogeneizar as formas gozo.

A ignorância enquanto paixão é mencionada por Lacan (1982) como um dos componentes primários da transferência, caracterizando a posição inicial do sujeito na análise como aquele que ignora e que se entrelaça ao amor e ao ódio, que surgem como efeito do desencadeamento do *amóδιο* da transferência analítica. Todavia, estas três dimensões - amor, ódio e ignorância - uma vez articuladas à tripartição real, simbólico e imaginário, se revelam como paixões fundamentais do ser e é desse modo que se fazem presentes nas diversas modalidades dos relacionamentos inter-humanos.

A situação mais radical é aquela onde a ignorância dá lugar à crença de um Outro não

mais suposto, mas existente e consistente. Nesse caso, a divisão do Outro é substituída pela duplicidade: Deus e o diabo, levando o sujeito a alimentar um ódio no real (não mais no simbólico, o *amódio*), o qual, para sua resolução exige não mais a palavra, mas a violência que emerge junto ao repúdio da existência do sujeito do inconsciente.

Podemos pensar aqui, numa certa fraternidade dessa crença do Outro com as contribuições que Lacan introduz para pensar a psicose, onde o real, apesar de não fazer buraco devido a forclusão do significante Nome-do-Pai, não deixa de cessar de fazer traumatismo: o que é rejeitado do simbólico retorna no real. Vale uma ressalva: em função dos pontos de vista já expostos, está longe de nosso objetivo tentar solucionar as inúmeras questões que as formas mais radicais de ódio ao semelhante suscitam, recorrendo a uma análise psicopatológica do laço social e à utilização de um rótulo como o de psicose para aplicá-lo a determinadas lógicas coletivas. Segundo nosso ponto de vista, as novas formas de segregação em suas diferentes manifestações, estão intimamente relacionadas às versões do Pai e aos destinos da função paterna na realidade contemporânea. Não estariam os fenômenos paranóicos tão peculiares às manifestações de grupos que manifestam um ódio à diferença exacerbado, testemunhando uma fundação simbólica que se revela impraticável e insuportável, mas ao mesmo tempo imperiosa, que faz apelo a um Pai capaz de fixar definitivamente identidades e de discriminar as diferenças?

Como ressalta Amós Oz (2004), a essência do fanatismo reside no desejo de forçar os outros a mudarem e, nesse sentido, o fanático não deixa de ser um grande altruísta, está sempre mais interessado no próximo do que nele próprio, sob a alegação comum de salvar, redimir ou libertar a alma do vizinho estrangeiro. Para tanto não mede esforços e abre mão de si mesmo impondo-se auto-sacrifícios em prol da realização do próximo e de indicar quem ele deve ou não deve amar.

Lacan denomina "ética da psicanálise" a própria *práxis* psicanalítica, promovendo o resgate do termo *práxis* ao seu sentido mais originário. Conforme o Dicionário Houaiss (2001), *práxis* vem do grego *práxis*, designando "ação, o fato de agir, execução, realização; empresa, condução de um caso (de guerra, de política); maneira de agir, conduta, maneira de ser; resultado de uma ação, consequência". Lacan, por sua vez, define a *práxis* como a possibilidade de tratar o real mediante o simbólico. Conforme nos ensina a clínica, o exercício da palavra limita o gozo e permite a subjetivação do que se repete e retorna sempre ao mesmo lugar. Nesse sentido a clínica psicanalítica se afirma como um verdadeiro espaço da diferença: como o espaço que designa o "trabalho incessante da linguagem no âmago do homem", acompanhando o trabalho de *Eros*, que Freud imputa à pulsão de vida. Conforme sublinha Rey-Flaud (2002, p.42), "viver é avançar em permanência num espaço da diferença, conservando no seu íntimo a lembrança nostálgica do tempo da indiferenciação". O princípio de intrincação entre a pulsão de morte e a pulsão de vida que atua como princípio regulador da cultura, ressoa na clínica a partir da escuta da dimensão histórica e social que constitui o sujeito e sua singularidade.

Cabe a nós prosseguir na via inaugurada pela subversão freudiana que culminou num novo traçado da ética e insistir na possibilidade de uma política pensada como exercício dessa ética, através de uma clínica que inclui a escuta das transformações da vida nos tempos atuais. Vale aqui evocar as palavras de Freud a propósito de *Eros*:

Começa-se a ceder nas palavras, e depois se termina por ceder nas coisas...
o que nos pedem não é senão que neguemos a pulsão sexual.

(Freud, carta a Jung de 7 de abril de 1907)

Referências Bibliográficas

- ASSOUN, P.L. "El sujeto del ideal". In: ZAFIROPOULOS, M. (Org), *Aspectos del mal estar en la cultura*. Buenos Aires: Manantial, 1989.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1976, v. VII.
- _____. *O mal-estar na civilização (1930 [1929])*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1976, v. XXI.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KUFFER, E. "Formas de tratar lo extranjero". In: *Revista Freudiana* n0.1, 1991. Barcelona, Escuela Europea de Psicoanálisis del Campo Freudiano.
- LACAN, J. *O seminário. Livro VII. A ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- _____. *O seminário. Livro XVII. O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- _____. *O seminário. Livro XX. Mais ainda. (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.
- LECLAIRE, S. "La función ética del psicoanálisis", in: ZAFIROPOULOS, M. (Org.) *Aspectos del malestar en la cultura*. Buenos Aires: Manantial, 1989.
- LÉVINAS, E. *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MILLOT, C. *Nobodaddy. A histeria no século*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- OZ, A. *Contra o fanatismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- RAJCHMAN, J. *Eros e verdade. Lacan, Foucault e a questão da ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- REY-FLAUD, H. "Os fundamentos metapsicológicos de *O mal-estar na cultura*". In: LE RIDER, J.; PLON, M.; RAULET, G.; REY-FLAUD, H. *Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud*. S. Paulo: Escuta, 2002.
- SOLER, C. "Sobre a segregação". In: BENTES, L. e GOMES, R. F. (ORGS.) *O brilho da infelicidade*. Kalimeros. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

Gilsa F. Tarré de Oliveira

Psicanalista, Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Estácio de Sá
Endereço eletrônico: gtarre@globo.com

A ESTRANHEZA, A ANGÚSTIA E O SER

Francisco Ramos de Farias

Resumo: O artigo analisa a angústia e o estranho como fenômenos da condição humana. Parte da premissa de que a angústia é vivida como a radical desintegração do ser o que concorre para reavivar o estado de desamparo. O estranho produz angústia pelo fato de que o bastante familiar é experimentado como o que provoca pavor. Em se tratando de condições extremas de angústia, temos a vivência a ser explicada por parâmetros outros que não o recalque. Finalmente, a articulação entre angústia e estranho pode ser compreendida em função do momento em que o sujeito é ameaçado de aniquilação tanto no domínio imaginário quanto no que concerne à expressão pela palavra. Por esta razão, o estranho que causa angústia deve ser considerado como aquilo que excede ao princípio do prazer.

Palavras-chave: estranho, angústia, desejo, desamparo, sujeito.

Abstract: This article analyzes anxiety and the uncanny as phenomena of the being human condition. It unfolds from the premise that anxiety is at the core of the human condition, and it is experienced as radical disintegration, which sends the subject to helplessness. The uncanny produces anxiety because it is overwhelmingly familiar for, if it has not been experienced, it cannot be feared. From the uncanny follows the experience that is beyond the realm of the repressed. Finally, the articulation between anxiety and the uncanny can be understood as the moment in which the subject is threatened annihilation, either in the domain of the imaginary or in the expression through words. For this reason, the uncanny that causes anxiety must be considered exterior in the realm of the pleasure principle.

Keywords: The uncanny, anxiety, desire, helplessness, subject

1 – A angústia e o ser

Desde o momento em que o homem caiu de quatro sob o *logos*, na sua revolucionária subversão ao ascender à posição bípede, não se ocupou de outra tarefa que não seja a de interrogar o mundo e principalmente a sua condição de ser. No âmago da questão relativa ao ser encontra-se o sujeito. Não temos a pretensão de traçar a matriz que diferencia essas duas categorias filosóficas, mesmo porque as indagações acerca do ser são de uma natureza bem distinta daquelas que concernem ao sujeito. Apenas pretendemos realizar uma incursão na leitura heideggeriana acerca da angústia como também na aproximação psicanalítica para, enfim, pensar a inquietante estranheza como um fenômeno próprio da angústia que como afeto é sentida pelo Eu, logo é para o sujeito que tal fenômeno se orienta. Situamos assim que a questão colocada pelo sujeito sobre seu lugar no cosmos diz respeito à experiência da angústia. Mas é preciso estar alerta de que, se a questão da angústia concerne ao sujeito, no contexto da teoria psicanalítica, o mesmo raciocínio não pode ser pensado na abordagem heideggeriana, ou seja, em Heidegger (1989), quando aborda a angústia não o faz da esfera do sujeito, tampouco da consciência de si, mas sim do ser desvelado como existente lançado no mundo do desamparo em razão de sua condição ontológica, entendida como o ser-aí. Quer dizer, a angústia, o traço que indica a existência do ser, no homem, é a experiência de autenticidade que não presume nenhuma modalidade de afetividade, ou seja, trata-se do “desvelar daquilo que o existente humano nada tem a fazer num mundo em que não corresponde a nada” (LANTERI-LAURA, 1990:66). Certamente não encontraríamos uma correspondência dessa compreensão no pensamento freudiano.

Na árdua tarefa de questionamento de sua condição no mundo acerca do ser, o homem utilizou-se de diversos recursos para entender as obscuridades que rondam em questões como: carência, falta, inacabamento e ausência, indicativas de uma falha estrutural no âmago do próprio ser. A tarefa de encontrar soluções para esses desafios indica que há algo impossível de ser apreendido pelo pensamento, como o Nada e o Vazio impossíveis de qualquer preenchimento. Sem sombra de dúvida, a aspiração do homem em querer compreender o Nada ou preencher o Vazio, se isso fosse possível, resultaria na anulação dos esteios estruturantes que fazem do homem

um animal simbólico, marcado pela falha ôntica, entendida como o *topos* onde o Nada encontra seu lugar como marca daquilo que é possível apenas de vivência que torna possível ao homem, ser a moradia da linguagem, ou seja daquilo que o representante da espécie transmite. Sendo assim podemos admitir que o pensamento do outro falante engendra na cría humana uma perspectiva ontológica de questionamento formulado, em termos heideggerianos, na estrutura do ser-aí. Eis o encaminhamento a ser traçado para a compreensão da angústia, como uma questão ontológica, o que nos remete ao Ser e não ao sujeito. Seguindo esse balizamento, encontramos na psicanálise uma perspectiva ôntica, em que a subjetividade é pensada em relação ao inconsciente como o campo desconhecido pelo próprio sujeito. Isso quer dizer que o “reconhecimento, pelo sujeito, das determinações inconscientes representa um dismantelamento em relação a certeza de si do cogito cartesiano” (PELLAND, 1988:480). Seguindo as trilhas do pensamento freudiano, podemos afirmar que o sujeito do inconsciente coloca questões, não podendo ser apreendido clinicamente pela substância, conforme era esperado segundo a lógica do pensamento cartesiano, tampouco em termos do ser-aí, visto ser este enviado automaticamente à familiaridade original com o mundo, com o outro que é a constituição, a mais fundamental de seu Ser. Esta familiaridade é o que permite falar de uma espacialidade existencial do Ser, conforme postulam Baas e Zalozyc (1996). Isso quer dizer que o ser-aí aparece na ligação ontológica do sujeito com o mundo. Por isso é pensado como espacialidade existencial, sendo uma relação mais ou menos ambígua do Ser com o mundo e com o semelhante por aludir a uma espécie de intimidade que exclui a distância.

No tocante ao sujeito, sabemo-lo habitado por uma outra cena: o inconsciente. Mas precisamos entender que sujeito não deve ser tomado como o equivalente do inconsciente. Melhor dizendo sujeito é aquilo em relação a que não se pode pensar em qualquer identidade, uma vez que é a “própria falta, cuja afirmação é exigida pelo lógica, ou seja, a posição do inconsciente, indicando a não-identidade fundamental, a impossível identificação do sujeito a si proprio” (BAAS e ZALOSZYC, 1996:19).

O fato de o sujeito ser habitado por uma outra cena, o estrangeiro de seu inconsciente, possibilita-nos recorrer ao ensino freudiano para pensar a singularidade cada um, pelo trilhar nas vivências de dor e sofrimento enquanto ocorrências do mal-estar ineliminável e do decair frente ao Vazio irrepresentável. Queda vertiginosa e abalo na existência cujo resultado imediato é a vivência atemorizadora de dissolução. Eis o que resulta do encontro com o Nada inevitável a quem fez seu ingresso no âmbito da palavra. De porte de valioso instrumento, uma vez aberta a clareira na escuridão original, resta ao homem executar sua sublime tarefa: indagar. Então, a esse respeito, nada melhor do que nos reportarmos à exortação heideggeriana: por que há simplesmente o ser e não o nada? (HEIDEGGER, 1987:33), para situar uma ocorrência bastante conhecida no âmbito da psicanálise. Se o ser-aí é a posição do homem frente ao mundo em estado de desamparo, ou seja, sem qualquer correspondência, haveria o risco de nadificar-se? Mas como não é possível sustentar a existência do nada, temos uma delicada situação colocada para o Ser: a de existir. Delicada situação visto que é o Nada aquilo que precede e que se segue a existência, ou seja, é o Nada a ausência absoluta de realidade pensada como a abolição completa do Ser ou da existência. Seria, por assim dizer, o fundamento da condição de existência revelado como a angústia diante da morte. Mas salientemos que não é meta da leitura aqui empreendida, estabelecer qualquer aproximação entre a discussão acerca do ser-aí e a dimensão da falha ôntica, pensada como a não-identidade do sujeito marcado pela outra cena que é o inconsciente.

Remetamo-nos ao texto freudiano. Certa vez, Freud relata-nos que estava sozinho no compartimento de um trem, quando houve um solavanco que fez girar a porta do toailete e a partir daí, um senhor de meia idade, vestindo um roupão ali adentrou. Presumiu então ter havido um engano e que aquele senhor houvesse tomado a direção errada e entrado inadvertidamente no seu compartimento. Levantou-se tentando fazer ver ao suposto intruso o seu equívoco, quando se apercebeu que o intruso era, nada mais nada menos, o seu próprio reflexo no espelho da porta aberta. O que viu foi sua imagem no vidro espelhado, sem por um instante efêmero, reconhecê-la enquanto um duplo de si mesmo. O que teria lhe escapado naquele instante? De que modo seu Ser foi tomado por uma circunstância da ordem do indizível, que produziu um véu, impedindo reconhecer-se? Inicialmente podemos pensar que havia ali à sua frente um outro, a lhe olhar e a lhe fazer experimentar no seu ser, o afeto da angústia, numa espécie de estranheza jamais calculável. Teria ocorrido, nessa vivência, um total obscurecer do ser-aí? Qualquer que seja a ocorrência estamos diante de uma manifestação da angústia expressa, seja pela morte, seja pelo estranhar-se que, mesmo indeterminada, marcou de forma significativa, o cenário de suas memórias, conferindo-lhe marca de singularidade que o acompanhou em todos os momentos de sua existência: "ainda me lembro o quanto essa aparição me desagradou" (FREUD, 1919-1994:247).

A vivência desse outro, aparentemente estranho, não lhe causou dúvidas de ser um outro, embora fosse demasiadamente familiar, sem que isso tenha evitado a terrível sensação de desprazer. Como pensar a produção de uma sensação de tal natureza? Se ativermos ao processo de constituição do sujeito pela imagem, podemos admitir que uma sensação como essa está relacionada a um resto que escapou na integração da imagem com o corpo (LACAN, 1998). Esse resto é o excesso de tensão proveniente da fratura traumática que conhece vários destinos, dentre os quais, a angústia é o principal por ser revelador do núcleo do Ser, potencializando o estado de desamparo. Por se tratar de um resto que não se integra, então não passou por qualquer mecanismo de inscrição simbólica, razão pela qual, sua aparição faz desencadear afetos desagradáveis como a angústia. Também pode ser pensado como o véu que encobre o Ser na trilha que deve abrir para produzir sua existência. Eis a condição radical que se converte na única possibilidade de o homem existir na imposição de seguir o caminho a ser construído em direção à morte, destino que somente se inscreve no exato momento de sua ocorrência: nunca antes! Somente o homem tem noção de seu destino, razão que muito lhe importa no diferenciar entre querer viver, como qualquer ser vivo, e querer existir enquanto falante e ator encarregado da escrita de uma história ciente de que "a linguagem é a morada do Ser" (HEIDEGGER, 1973:249). Pelo fato de o homem ser habitado pela linguagem não pode escapar ao saber de que a morte é o horizonte para o qual se aproxima. Mas morrer pode ser a experiência vislumbrada como o caminhar para o Nada ou mesmo o Nada de existência. Daí ser a possibilidade de angústia. Poderíamos até ousar afirmar que se a morte é estranha ao Ser então deve ser muito familiar ao Nada.

O pórtico aberto pela angústia e pela estranheza que levam o sujeito a se indagar insinua o Nada (como possibilidade de queda e dissolução) e a duplicidade (como vivência atemorizadora). O duplo apreendido como estranheza inquietante potencializa o resquício da vivência arcaica própria da reação ante o encontro com a imagem. O retorno do mesmo sob a forma de duplo é a estrutura que produz a estranheza experimentada como a intrusão do afeto angústia, paradoxalmente, vivida a partir do que há de mais íntimo ao sujeito referido ao território estrangeiro no interior do psiquismo: o inconsciente. Certamente, o que é experimentado como angústia provém de algo interno que causa estranheza precisamente de um ponto aquém do recalque onde pode

ser formulada a existência de um objeto impossível. O ponto nodal produtor da estranheza vivida concerne ao fato de o sujeito se vê vendo, o que se traduz como “um olhar no outro que faz do sujeito um objeto” (VIEIRA, 2000:128).

Essa posição dialética do olhar introduz a angústia enquanto estranhamento sem se referir a qualquer objeto humano. Trata-se da sensação de ser, capturado pelo olhar por uma coisa qualquer oriunda até mesmo de um lugar desconhecido e obscuro. Basta então haver a suposição da existência de algo: alguma coisa cria no sujeito a suposição de que o outro se encontra nesse lugar obscuro, provavelmente o lugar referido ao abjeto causa de desejo. Registra-se, desse modo, o encontro com um tipo de objeto que, por ser inapreensível enquanto tal, concorre para a vivência de estranheza.

Carência, sensação de preenchimento súbito, vazio e angústia têm sido as formas mais conhecidas de o homem interrogar o seu ser na busca de, possivelmente, algo que pudesse vir a ter concretude. Mas esse algo é da ordem do Nada e não da existência. Não obstante, qualquer tentativa de compreender o nada concorre inevitavelmente para sua radical anulação da existência visto que é “no Ser vazio de representação que o Nada encontra seu lugar” (MAIA, 2000:11), tendo sido esta dimensão da experiência supracitada, vivida por Freud.

Para pensarmos este tipo de ocorrência temos de, em primeiro lugar, trazer à baila a característica principal do ser: a incompletude (falha ôntica) constitutiva devido ao desejo que move o sujeito para o nada, condenação a que se encontra pelo fato de ser criado pela palavra. Sabemos, pois que, em relação à incompletude não há objeto que possa solucioná-la, visto ser o vazio estrutural, justamente o suporte que garante para o sujeito seu lugar enquanto ser falante. Eis a raiz do ser que o impulsiona à busca de objetos, mas na condição de que há um objeto que não deve em nenhuma circunstância ser revelado, especialmente, o objeto que seja o reparo de tal falha. Caso tal objeto faça sua aparição, o resultado é o sujeito ser invadido pela angústia, pois tal objeto excede aos limites do que é suportável ao Eu. Daí pode ser extraído o entendimento de que a angústia é sem causa definida, pois o “objeto” que a causa não tem bordas e nem contornos. Isso quer dizer que não há nenhum objeto mundano que a explique, pois referida à causa impossível do desejo, refere-se a um objeto sem conteúdo.

Enquanto afeto, a angústia é o índice de verdade, ou seja “signo verdadeiro da verdade como desvelamento” (BAAS, 1992:98), mas na condição de colocar o sujeito fora de si próprio, como ocorre na inquietante estranheza. Tal signo seria pensado como aquilo a que se remete a Coisa o que no ensino laciano é o objeto “a”. O estranho é a ejeção do ser para fora de si, pela presente insinuação da presentificação da Coisa. A coisa não é um objeto intramundano, quer dizer, não faz parte do mundo, se considerarmos que o mundo é aquilo que se constitui pela rede de significantes, ou seja: “não está na proximidade, como se fosse um continente” (HEIDEGGER, 2001:155). Seria concebível, não como a falta de algo, mas como a falta de nada, sendo por isso mesmo jamais apreendida pelo significante, encontrando-se articulada no desejo, mas não articulável pelo desejo. Se a Coisa é a falta de Nada, então podemos pensar o Nada como um complemento da existência, pois falta a existência exatamente o Nada. Por esta razão, quando faz sua aparição, a Coisa produz efeitos de transbordamento fazendo que um seja dois pela impossibilidade integração do corpo à sua imagem. Nesses efeitos encontramos a inquietante estranheza (ante a presença do duplo sendo, por isso, a vivência situada num entre dois: o espaço psíquico e o mundo como insistência do infinito nesse espaço) e a angústia (dissolução do espaço entre dois por não haver parâmetros imaginários ou simbólicos pois tal vivência relaciona-se a algo situado num aquém do Eu).

A angústia frente ao estranho é a correlação entre o nada de significativo e o nada do sujeito, razão pela qual Lacan a considerou como “função pura do desejo” (LACAN, 1962-63), designando por tal função, o movimento pelo qual o desejo reporta-se, sem a mediação da cadeia significativa, à verdade da falta. É nesse sentido radical que a angústia é a experiência do ser como signo de verdade: é aquilo que não engana. Que tipo de sensação é essa tão avassaladora que irrompe no ser invadindo o seu Eu, como estranheza inquietante? Numa palavra: a angústia! No entender de Freud é “em primeiro lugar, algo que se sente: um estado afetivo que como tal só pode ser sentido pelo Eu” (FREUD, 1926/1976:164). A angústia é então o que há de indizível para o ser, em função da falta de um horizonte existencial em que se possa localizar o objeto que a causa, pelo fato de que a angústia é o afeto vivido pelo homem diante do seu próprio ser-no-mundo. Isso nos leva a pensar que a raiz da angústia é sempre o sujeito na sua condição de finitude, enquanto ser para a morte. Mas por que o sujeito se angustia? Certamente, pelo fato de que a sua existência pode em algum momento não ser mais. Nisso, a angústia é um tipo singular de vivência, por se constituir num esvaziamento radical do ser. Na vivência de angústia, as coisas perdem o sentido e tem-se a impressão de tudo cair num vazio. Esse vazio irrompe, num apelo para que o ser tome ciência de seu existir, principalmente em relação à morte como uma anterioridade localizada no futuro.

Eis o encaminhamento para pensarmos a angústia na raiz do ser, mas que ao mesmo tempo denuncia o estado de privação e desamparo, próprios da condição humana. Assim, nos remete à dor do ser, sinalizando que nem tudo é passível de representação, pois há um ponto nodal, o umbigo do sonho, definindo como o núcleo do ser. Trata-se de um ponto insondável, o pântano para o desconhecido, o abismo que nos faz pensar no estado de carência estrutural. Mas por que a angústia aponta exatamente para essa carência? Talvez seja esse o ponto em que a angústia e o estranho fazem um entroncamento, no sentido de por o sujeito à prova numa situação da qual não pode se esquivar: é obrigado a submeter-se, pois o que se sente na angústia não passa por um registro definível, já que é distanciado da palavra e da imagem: a angústia aponta para o real. Assim, estamos diante de uma vivência que estrangula o ser, coagulando a palavra e silenciando a voz, a ponto de arremessar o sujeito ao lugar de “coisa”.

Enquanto som no mais absoluto silêncio das palavras e no “umbral de um lugar impenetrável” (FRANÇA, 1994:155), a angústia é o que há de mais indizível, que aponta para o estranho, constituindo-se no próprio contexto da estranheza inquietante. Sendo assim, a angústia será percebida pelos seus efeitos que irrompem do real, no real do corpo, instância tão cara ao sujeito pois além do corpo, o ser é nada. Sendo assim, a angústia irrompe como uma sensação que, por faltar palavras para enunciá-la, reporta-se a um além da barreira do simbólico, *topos* onde a pulsão de morte trabalha silenciosamente. Isso quer dizer que o estranho e a angústia não podem ser pensados “vinculados ao registro do princípio do prazer, nem à esfera do Eu e nem ao registro do princípio de realidade. No caso do estranho, há um ato voluntário, a compulsão à repetição e o desejo do Outro como condições produtoras de angústia” (FARIAS, 1994:113)

Quando por alguma razão, o sujeito fica temporariamente exilado de sua subjetividade, reduzido a um puro objeto, (no lugar onde se encontra o duplo real, o duplo como causa do objeto do desejo do Outro), encontra-se numa posição, a qual é impossível ao ser suportá-la, por se tratar de um real indefinido como impossível lógico: impossível, mas muito próximo. Esse momento do duplo causado pelo estranho é aquele em que o sujeito encontra-se abolido na posição frente a algo que é difícil de suportar. O termo instante é de fundamental importância pois coloca o ser,

em função da vivência do estranho, no campo da temporalidade, além do que se trata de um momento singular do qual o sujeito não pode escapar.

2 – O estranho tão familiar

O estranho que causa angústia é algo que, em princípio, já ocorreu, sendo, portanto bem familiar. Mas, é preciso, traçar a distinção entre esses dois tipos de afetos: enquanto que na experiência de estranheza o sujeito encontra-se frente ao duplo, tendo assim, um fenômeno da ordem do imaginário, no que concerne à angústia, o duplo não comparece, o que se faz pensar tratar-se de um afeto que aponta para o real, entendido como o lugar sem fronteiras. Se, na estranheza, estamos diante da possibilidade de retorno do mesmo sob a forma de duplo, com relação à angústia somente podemos traçar uma articulação com um objeto que é impossível. Disso decorre então que na angústia não tem algo que seja bastante familiar, como na estranheza que pode ser compreendida no regime do recalque visto referir-se a um retorno.

Pensada no âmbito da compulsão à repetição, podemos admitir que na estranheza não alude à novidade, pois conota um retorno e “o novo, aquilo que nunca se deu na experiência, não pode ser temido” (GARCIA-ROZA, 1993:52). Por outro lado, a irrupção do novo está do lado da angústia quando situamos o componente da situação traumática que se refere ao desamparo. Em relação ao estado de inermidade, a angústia, como uma modalidade de dissolução do Ser, é uma espécie de reação. Mas há um entroncamento entre esses dois afetos: a angústia primordial do desamparo é aquilo que a estrutura do estranho desmascara. Sendo o trauma aquilo que, por não ter sido elaborado, marca a conjunção do que se repete, experimentado pelo Eu, provocando o estranho e a angústia. O estranho aponta para o funesto, o apavorante, o horrível, e coincide com o seu antônimo: o estranho é um subproduto do familiar.

Esse entendimento só pode ser formulado à luz do conceito de repetição relacionando com o que é assustador, com o que provoca horror, pois “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar” (FREUD, 1919-1976:277). Assim depreendemos como característica do estranho, aquilo que se repete, mas que ao mesmo tempo em que se repete, mostra-se diferente, exatamente em algo que se oculta por detrás do visível. Certamente, o estranho somente pode ocorrer se houver repetição, como algo que retorna, mas retorna como se fosse diferente, numa modalidade de duplicidade em que parece faltar a integração entre a imagem e o corpo.

Como então pensar o estranho naquilo que é, para o sujeito, o mais familiar? Para podermos adentrar nessa questão, lancemos mão da elaboração lacaniana sobre o processo de constituição do Eu, a fim de extrair elementos para compreender a relação da angústia com o estranho, visto situar uma congruência referida ao duplo (LACAN, 1998). De posse desses elementos, retornemos à experiência vivida por Freud com sua imagem no episódio do trem. A questão em pauta concerne à esfera do olhar que faz a convergência do desejo com a angústia. No tocante ao sentimento de estranheza, a dimensão do olhar mostra-se ser uma experiência que traduz tal afeto em horror face, momentaneamente, ao estranhamento do sujeito em relação àquilo que lhe é mais familiar. No referido episódio, o próprio Freud se pergunta se a repulsa que sentiu não seria o resíduo de uma reação arcaica perante a aparição do duplo. Não obstante, o que se coloca em primeiro plano é aquilo que o sujeito captura do duplo, sendo seu o olhar soberano e absoluto, aquilo que o invade abruptamente, como se fosse um outro causador de angústia, quer dizer, um outro desconhecido, pois no momento em que se vive a estranheza inquietante, nada

se sabe sobre o Outro, nem sobre o desejo: trata-se de um outro na sua vertente mortífera e ameaçadora.

O estranho ligado ao duplo somente pode ser pensado no plano especular como o resíduo de alguma coisa que não foi integrada ao Eu, ou que não é de imediato reconhecido, pois o que se afigura é uma imagem que ganha independência e descola-se do sujeito, que de tão familiar se torna demasiadamente estranha. A angústia que irrompe nessas circunstâncias é um sinal de alarme para o sujeito, alarme de que a imagem-outro se constitui como um intruso, pois o espelho “como exterioridade, oferece ao *infans* a chance de se enxergar por inteiro, mas ao preço de se ver como um outro” (CESAROTO, 1987:121).

Há com relação ao estranho algo da ordem de um excesso, de um extrapolar em relação ao narcisismo, mas de um excesso que não foi integrado à imagem na constituição do Eu, sendo por isso mesmo incontornável. Aquilo que não faz parte do Eu no processo de constituição, redundará em algo que o sujeito não poderá elaborar. As conseqüências terão seus efeitos que irrompem em forma de angústia, pois o “estranho é tudo aquilo que, devendo permanecer oculto, acabou se manifestando” (FREUD, 1919-1976:282). Sendo assim, o sujeito não pode evitar a verdade daquilo que não queria conhecer, já que a angústia o coloca frente a esse desconhecido que aterroriza. Desse modo, o estranho ao produzir uma categoria especial e peculiar de angústia, testemunha que alguma coisa ficou perdida na vida infantil e que jamais será recuperada. Não obstante, apesar de esse resquício da vida infantil ser um aspecto do sujeito, o estranho somente é provocado por um fato exterior, projetado para além da subjetividade, podendo ser considerado como representativo da alteridade mais extrema que aponta para o sujeito, especialmente em termos da angústia diante da finitude. Nisso demarca um limite, vetando para o sujeito o acesso ao estatuto da Coisa, devido à paralisação frente àquilo que vem de fora como intrusão. Além disso, sabemos que o estranho tem também uma função defensiva, ao converter-se numa medida de segurança contra a destruição. Mas essa função paradoxalmente transforma-se, tal como na assunção do Eu como unidade, de guardião defensor a carrasco executor e que pronuncia a morte, apontando o fim a que está fadado o sujeito.

Evidencia, a relação do sujeito na vivência do estranho, a possibilidade de tal fenômeno poder ser evocado como realização de desejo, pois mesmo considerando a manifestação da angústia, eis o alto preço pago pelo sujeito por se encontrar submetido, caso a falta não viesse mais a faltar: este seria o eterno sofrimento dado pela convergência do desejo que aponta para a sua realização e a angústia. Se a falta faltar, teríamos então a possibilidade de o vazio se encher, mas as custas da perda definitiva da razão de existir, e queda quase absoluta do sujeito.

A angústia, frente ao estranho, poderia assim ser pensada como o evitar o perigo que representaria a queda vertiginosa e irreversível nessa fruição, na dolorosa completude que nos faz correr o risco de não sermos mais, ou melhor o risco de sermos absorvidos pela abolição no campo nulificante do Outro. Disso depreendemos que a única lei do estranho é a da produção do fantástico o que a torna a lei do desejo do Outro: única lei em jogo permitida, além de ser a única lei que o sujeito não tem nenhuma outra opção a não ser se submeter. Assim sendo, situamos o desejo referido ao desejar e a angústia ante a possibilidade de o desejar nunca falte. Eis o aspecto irreconciliável do desejo que a angústia vem abarcar: não há ser que viva sem angústia e nem sem desejo.

Quanto mais o sujeito avança na via do objeto do desejo, quanto mais quer preservar tal objeto na via denominada de perfeição da relação de objeto, mais se depara com obstáculos intransponíveis. Isso quer dizer que quanto mais “morde” a isca do Ideal da imagem de perfeição, mais se distancia do desejo. Eis o ponto que faz aparecer angústia e juntamente o estranho, pois

“em sua relação com a angústia, assinala que a falta que deveria aparecer, como objeto “a”, aparece para fazer o sujeito recordar que, no nível da castração imaginária, não há imagem da falta” (RABINOVICH, 1993:80). Quer dizer, no lugar onde deve aparecer a falta, lugar esse que o objeto “a” não pode ser representado, faz-se presente algo fazendo a falta, temporariamente, faltar. Este paradoxo aparente é o ponto em que a angústia surge por desvelar a verdade para o sujeito, mas como algo da ordem do estranho, ou seja, no vazio algo é esperado. Não obstante, esse algo jamais pode aparecer estruturalmente na dimensão da imagem. Primeiro, porque é nesse algo que o desejo se encontra velado e, em segundo lugar, relacionado a uma ausência que é tão somente a possibilidade de que algo se encontre em outro lugar para comandar essa imagem como falta, ou seja: esse algo é ao mesmo tempo muito esperado, por estar muito próximo do sujeito, mas tem de ser inapreensível. Eis o sentido do objeto “a” em função na fantasia: colocar-se no lugar onde algo insista em fazer-se presente como falta.

3 – O sujeito e o efeito estranho

A angústia que se produz devido ao estranho indica o momento em que o sujeito está ameaçado de ser abolido. É a abolição pura e simples na medida em que se encontra ligado àquilo que, no Outro, constitui-se como proveniente da pulsão de morte. Isso pelo fato de que o Outro pode passar ao ato e em decorrência disso a angústia desencadear-se-ia automaticamente. Eis a certeza que vem do ato: a certeza que existe na angústia, “o sujeito encontra-se abolido diante do efeito estranho, onde se encontra defrontado com o seu próprio ser” (SAFOUAN, 1986:88). Esta é a posição do ser frente ao desejo do Outro. No entanto, há nisso uma nuance que cabe ser enfatizada: uma coisa é o sujeito desejar que o Outro queira gozar dele e enfim proceder a esse gozo; outra, seria o sujeito desejar ser o objeto do gozo e se mostrar disponível para o uso do Outro. De uma maneira ou de outra, o sujeito é abolido pois, em ambas as situações, não pode evitar a se deparar com o efeito do estranho, pois esse é o momento em que o Eu é inundado pela angústia, sendo também a confrontação do sujeito com a maldade do Outro, diante da possibilidade da vontade de gozo. Pelo viés do estranho, constata-se que gozo e angústia mantêm relações muito estreitas, pois se rastreamos no texto freudiano *Inibições, sintomas e angústia*, encontramos que a angústia é um sinal, não somente de perigo, mas do gozo do Outro. Por isso, Lacan afirma ser a angústia a sensação do desejo do Outro (LACAN, 2005), no momento em que o desejo encaminha-se em direção à demanda. Nisso há o encontro com o objeto raiz do estranho que tem como característica ser aquele que não se pode dar, quer dizer, o sujeito por não poder ceder uma parte de si mesmo, utiliza o recurso da angústia, pois a demanda do Outro é sempre traduzida numa exigência macabra de que o sujeito tenha de desapossar-se de uma parte de si mesmo.

Esta linha de raciocínio encontramos em *O homem de areia* (HOFFMAN, 1987), onde nos deparamos com um sujeito que olhava a preparação de uma boneca mecânica que estava sendo fabricada por um professor. Faltava à boneca os olhos. No momento em que a demanda surge no sentido de completar a boneca, a única via que o sujeito dispõe é doar seus próprios olhos: é este o momento em que se instala o estranho, o que nos permite compreender que a mola mestra da angústia é uma demanda que leva não à castração, mas a uma mutilação.

A demanda tem por função provocar no sujeito o aparecimento, devido sua articulação na cadeia significativa, do momento *que queres de mim?*. Eis o momento da angústia inicial, característica da entrada do sujeito no campo do Outro, onde há identificação, visto que a cria humana não vem ao mundo com qualquer esboço de identificação. Pela identificação o sujeito é

lançado no objeto que é para o Outro, pois a resposta ao *que queres de mim?* é, além de colocar o sujeito no campo do Outro, o gozo. Em se tratando do gozo como resposta ao *que queres de mim?*, somente encontramos o efeito estranho devido ao excesso que se “descola” do real traumático do sexo. Quer dizer, o sujeito sofre os efeitos daquilo que não pode ler no desejo do Outro. Isso quer dizer que em função do recalçamento originário que, ao instalar a cadeia significativa, marca o ser do sujeito como algo inacessível, ou seja, o umbigo do sonho, entendido como o núcleo do ser. Certamente, temos um ser que não se conhece e sobre o qual se interroga, mas que já está instalado no nível da cadeia no momento em que tem acesso à palavra.

Aquilo que não se integra na cadeia significativa, o chamado resquício da constituição do Eu na apreensão do duplo, produz a sensação de estranho na posição do sujeito frente a uma coisa desagradável e, nesse caso, seria o pior dos afetos, visto que tal efeito não pode ser pensado no nível do prazer, nem no âmbito restrito do Eu. Quando situamos o efeito do estranho temos de pensar em outro tipo de sensação além do prazer e em outro lugar além do Eu. Nesse sentido, o conceito de estranho aponta, do ponto de vista metapsicológico, para um salto no sentido de aludir a algo tomado além do âmbito daquilo que, na primeira tópica, diz respeito ao princípio do prazer. Em primeiro lugar, porque o estranho é um tipo especial de angústia no que concerne àquilo que causa tal efeito. Mas além da causa há certamente o efeito.

Poderíamos trazer à baila a indagação freudiana acerca de, se para escrever sobre a angústia seria necessário passar por esta sensação. Claramente a resposta é afirmativa uma vez que no exemplo tomado, fica patente Freud ter vivido tal coisa. Trata-se de um tipo de sentimento em que há, por um lado, a idéia de algo involuntário e, por outro, a idéia de algo que se repete, mas na condição de que a primeira confrontação com a situação é suportável, sendo a segunda vez totalmente insuportável, pois é nessa segunda vez que o sujeito apreende-se capturado pelo desejo do Outro. Quando esses efeitos se entrelaçam, a conseqüência é o estranho.

Esse estranho, tão familiar, é o efeito que encobre e se mostra como uma reaparição aparentemente indesejável; aparentemente pelo fato de que esse fenômeno somente ocorre quando tem lugar a repetição. Como sabemos, a compulsão à repetição não pode ser pensada no âmbito do prazer, razão pela qual recorrer ao recalque para dar conta do efeito estranho não se mostra um caminho frutífero, mas não se pode negar que há um retorno, que por vias distorcidas e intrusas provocam tal fenômeno. Sendo assim, temos de pensar em um limite para algo que aponta para um fora, enquanto exterioridade num outro registro. A exterioridade aludida pode ser relacionada à morte como o nada antes localizado no futuro, o que seria de utilidade para o entendimento da angústia como aquilo que aponta para o ser, ou seja, a verdade da qual não pode escapar, mas na condição de estranho.

4 – O estranho e o real

No sentido de entender a exterioridade a qual o estranho faz alusão, recorreremos ao conceito de forclusão, mecanismo que designa o que há de exclusão, ou melhor, trata-se daquilo que se encontra fora do circuito, sem deixar, no entanto de existir, visto que a inscrição não seguida de fixação de determinados elementos no universo simbólico redundam no retorno dos mesmos como fenômeno da ordem do imaginário. Desse modo, o recalque como mecanismo não explica o que se passa em relação ao estranho, visto que algo se impõe ao sujeito como momentaneamente inapreensível, referido ao vazio não suturável. Eis o ponto no qual devemos pensar o estranho, como o efeito sinistro que se produz quando a realidade se esfacela em estilhaços lançados ao infinito, demonstrando que qualquer precaução do sujeito será sempre

insuficiente. Por essa razão, tem lugar a angústia quando o inacreditável faz sua aparição trazendo à tona o estranho, principalmente por apontar para uma cena ignorada que desestabiliza e perturba o sujeito. O estranho torna-se assim fonte inesgotável de angústia, como efeito terrificante vindo, aparentemente, de fora, traduzindo-se na dimensão do horror mortífero. Primeiro, porque o estranho prenuncia a morte, e, segundo, porque remete o sujeito, pela angústia, ao esvaziamento absoluto de todo o seu ser.

Assim, o estranho foge ao princípio de realidade, pois a imagem presentificada nesse fenômeno não faz alusão a algo do campo do prazer, mas significa ao mesmo tempo em que o “familiar e agradável é, por um lado, o que está oculto e se mantém fora de vista” (FREUD, 1919-1976:294). Sendo assim, estranho, por mais paradoxal que pareça, provoca angústia, sendo também o que é demasiadamente familiar. Por ser repetição diferenciada, funciona como compulsão, que é elevada à categoria de automatismo inconsciente. A incidência desse automatismo é percebida pelo sujeito como estranho. Daí o caráter aterrorizador e nefasto, visto ser, na repetição, o que há na passagem do conhecido para o estranho, com o retorno inesperado do Outro e assim, o que deveria ser uma identidade, apresenta-se, por um instante, diferente como algo desprazeroso.

Mas se o estranho provoca angústia, sabemos que esta angústia é sempre angústia de algo, de algo que não se fez articular na cadeia significante. Por se tratar de coisas que ocorrem no real, tivemos de ampliar o universo de compreensão introduzido pelo conceito de recalque. Na medida em que determinados efeitos do estranho aparecem incontornáveis pela palavra, tem-se a presentificação de uma imagem que não é reconhecida produzindo, para o sujeito, uma espécie de equívoco, em função do qual persiste a incerteza de que o sujeito e a imagem sejam entidades estanques. Quer dizer, o sujeito corre o risco de perder-se, de ser abolido diante da duplicação.

O duplo é aquilo que não foi elaborado de maneira adequada e que pode aparecer no real, perturbando o ser por remetê-lo momentaneamente ao nada-ser, pois o que se apresenta, faz sua aparição como se fosse algo solto, que enquanto não simbolizado aparece no real, tornando-se impossível de ser simbolizado, pelo menos num primeiro instante em que o sujeito é invadido por esse resto intrusivo. Sendo assim, no processo de simbolização, nos primórdios da constituição do sujeito, haverá sempre algo que, como marca do ser, permanecerá para sempre fora do âmbito simbólico. Ou seja, existe algo que, nos limites do elaborável, escapa sempre. O que é expulso para além desse limite aparece no real, como o é a morte que, por definição, encontra-se além do limite do narcisismo, da palavra e do imaginário. Dito em outras palavras: a palavra encontra seu limite no real que é a morte, acontecimento que não pode ser compreendido no âmbito do representado. Isso quer dizer que não se pode recalcar um fenômeno que é real, visto que quando ocorre põe fim ao sujeito pensante. Em termos de uma certa compreensão do fenômeno da estranheza inquietante, podemos constatar que há, num instante efêmero, a transformação do corpo em coisa estanque e paralisada, já que marca o seu encontro com aquilo que não tem forma, nem tem nome. Quer dizer, há algo do simbólico que, em tais circunstâncias, não funciona.

5 – A angústia na experiência com o inconsciente

Considerando o lugar que a angústia ocupa no pensamento freudiano e na releitura de Lacan, quais incidências haveria na direção de uma análise? Tentar responder a essa indagação é marcar uma posição, pois o tema da angústia tem um valor fundamental para a clínica. Para iniciar o tratamento dessas questões remetemo-nos à experiência com o inconsciente fundada por Freud. Sabemos que o verdadeiro objeto que busca um neurótico é uma demanda, expressa

em um querer saber algo. O neurótico ao recorrer a uma análise, deixa transparecer sua posição de quem busca um determinado tipo de saber sobre alguma coisa. O inconveniente é que como bom neurótico que é, não quer pagar um preço, ou seja não quer dar nada. Mas uma análise deveria ensinar ao neurótico a dar esse nada que é sua angústia (LEAL, 2001). Como geralmente não dá sua angústia, o neurótico nos faz um oferecimento e nós, analistas, o aceitamos. Ao invés de dar sua angústia, o neurótico nos oferece seus sintomas. É por essa via que começa uma análise: uma ordenação sistemática de sintomas. O analisante espera que o analista lhe faça demanda de alguma coisa e como o analista não realiza esse intento, nada demanda, começa a modular suas próprias demandas.

Na experiência analítica sempre tropeçamos com a angústia e é essa imagem que depreendemos em *Inibições, sintomas e angústia*, quando Freud admitiu que "é quase vergonhoso que depois de um longo trabalho (acerca do tema da angústia) tropeçamos ainda com dificuldades, mas temos proposto nem simplificar nem ocultar nada. Se não conseguimos esclarecer o problema pelo menos desvendamos algumas de suas incógnitas" (FREUD, 1926-1976:127).

O longo período de elaboração sobre a angústia na obra freudiana, pode ser situado desde 1894 no *Rascunho E*, até 1932, na conferência *Angústia e vida pulsional*. Apesar desse tema ter ocupado o pensamento freudiano por muitos anos, fica a impressão em suas próprias palavras de que ainda persistem pontos obscuros. A tese de sua primeira teorização é a de que a angústia se produziria como o efeito direto do recalque, o que vai ser modificado com a elaboração da temática concernente à castração e ao pai: a angústia é angústia de castração.

Uma nova leitura é então produzida quando a angústia passa a ser considerada na conferência *Angústia e vida pulsional*, como sinal de alarme desencadeado pelo Eu, mas ainda não fica claro qual a situação de perigo responsável por tal desencadeamento. Somente em *Inibições, sintomas e angústia* esse ponto fica esclarecido, principalmente quando nos confrontamos com a modificação seguinte: "o motor do recalque é a angústia de castração e não o inverso" (FREUD, 1926-1976:131). Em princípio, Freud formulava que a angústia era produzida por emoções suprimidas, ou seja, um sujeito deixava de atender seus desejos incestuosos e como consequência disso sobrevinha a angústia. Posteriormente, formula uma elaboração teórica em sentido inverso: "a angústia cria o recalque e não como opinava antes que era o recalque que produzia a angústia" (FREUD, 1926-1976:177). Seja num ou noutro enfoque podemos depreender o lugar que ocupa a angústia: o de um afeto, que como os demais não estão sujeitos ao recalque. O destino que teriam então seria a supressão, a transformação ou o desligamento. Se os afetos não são recalcados, então são os significantes que os amarram que se encontram recalcados. Então que leitura podemos estabelecer sobre um afeto como a angústia?

A configuração que podemos formar sobre a angústia é a seguinte: a) a angústia é um fenômeno de borda, de superfície; b) a angústia é um sinal de perigo, quer dizer, perigo de que o prazer se realize; c) a angústia suscitada como um sinal é o agente que determina o recalque, e d) a angústia é a reprodução de uma situação arcaica primordial: a angústia de nascimento.

Na intenção de situar essas questões se faz necessário recorrer ao historial clínico do pequeno Hans, especialmente no sonho de angústia em que aparece chorando e afirma: "quando dormia pensei que você estava longe e eu não tinha nenhuma mãe para me ninar" (FREUD, 1909/1976:3). Perder a mãe de modo a não ter mais mimos dela é o ponto considerado no historial como a situação erótica produtora de angústia. Em princípio não há objeto, o que indica não se tratar de medo. Essa é a direção da leitura freudiana. Hans sai para a rua com a babá sem ter medo, tampouco o sabe, apenas afirma sentir falta de sua mãe e que somente as carroças

carregadas o angustiam. O que pode ser deduzido disso, ou melhor: o que seriam essas carroças carregadas que o angustiam? O medo de Hans é o de que os cavalos corram e por isso, caiam. Trata-se de uma queda na emergência de angústia, uma caída entre duas situações: cair ou ficar retido.

A angústia aparece para Hans devido à ereção de seu pênis, ao se encontrar diante de um dilema: perder um gozo, (abrir mão de seu desejo para ser o falo que completa a mãe), ou garantir a posse de seu próprio pênis e assim ter acesso ao desejo. Encruzilhada crítica na subjetivação neurótica sendo também um momento de crise para o neurótico, ponto em que a fobia aparece como a solução sintomática para a angústia que irrompe. Freud denomina a fobia de Hans de tolice, mas é categórico quando nos afirma, no mesmo historial, que a neurose não é nada boba: é preferível um medo bem localizado, medo do cavalo, do que estar pleno de angústia. Assim podemos compreender que a fobia aparece depois da angústia. É essa linha de pensamento que encontramos em *Inibições, sintomas e angústia* quando Freud nos afirma que: "o que ocorre na fobia é a substituição de um perigo exterior por outro perigo exterior" (FREUD, 1926/1976:152). O verdadeiro perigo exterior será o perigo da castração. A constatação da ausência de pênis no corpo da mulher leva a criança a admitir que seu próprio pênis encontra-se em perigo. A partir daí Freud se pergunta se "por acaso o adulto também não vivenciará uma espécie de pânico semelhante quando constata que o trono ao qual se proclamou encontra-se estremecido" (FREUD, 1927/1976:180). Será que o estremecimento desse trono ocorre diante da própria castração? Ou, a única castração que o sujeito não pode enfrentar é a castração do Outro? Encontramos uma abertura para pensar esse ponto quando Lacan nos afirma que: o neurótico retrocede, não ante a castração, senão por fazer de sua castração, a própria, a que falta ao Outro, quer dizer por fazer de sua castração o gozo positivo, que é a garantia de função do Outro (LACAN, 2005).

Seguindo essa formulação nos situamos diante de uma contradição, quando nos remetemos à idéia de que a angústia é o medo à castração e produz o recalque, tal como admitiu Freud na sua segunda teoria da angústia. O medo à castração foi o motivo do recalque à medida que o Eu reconhece o perigo da castração que daria o sinal de angústia e inibe, pelo medo, através da instância prazer-desprazer, o processo ameaçador. Se como depreendemos da colocação freudiana de que a angústia é a reação-sinal ante a perda de um objeto, tal como em Hans, que a mãe era considerada como objeto, a perda do pênis ou a perda de amor, como entender que mesmo Hans estando na rua com sua mãe ainda assim seja invadido pela angústia? Em princípio, sabemos que a angústia uma vez tendo irrompido não desaparece mais. Além do mais, temos outros pontos a considerar: a) a presença constante de uma mãe; b) uma criança presa entre a possibilidade de cair ou ficar em retenção; c) um pai que não separa suficientemente a mãe da criança a ponto de a criança poder seguir no jogo do engano de ser tudo para a mãe. Não seriam essas as condições que fazem emergir a angústia? Estamos admitindo que a angústia é a **tentação**, não a perda do objeto, mas justamente a presença devido a qual o objeto não falta.

Enquanto a interpretação freudiana admite que o medo angustiante nas fobias a animais é o medo do Eu à castração, depreendemos do ensino lacaniano exatamente o contrário: a angústia aparece quando se presentifica o objeto, em Hans, pela ereção do pênis, o ponto privilegiado de sua angústia. Sabemos que a ameaça de castração proferida por sua mãe não se converteu em ameaça a ponto de fazê-lo renunciar à masturbação. Não é a ameaça de castração que origina a angústia senão as manifestações de seu pênis que quebram a harmonia reinante. Logo no início de seu ensino Lacan fala-nos de dois lugares que são definidos na relação do sujeito com o Outro: a lógica da incompletude e a lógica da castração. No seminário *A angústia*, nos oferece a

possibilidade de recolher em *staus nascendi*, o chamado **objeto "a"** já formulado no seminário *A identificação*. O Outro barrado é uma maneira de presentificar a impossibilidade de existência do conjunto universal, pois pelo fato de sermos sujeitos da linguagem, estamos condenados, inexoravelmente, a uma lógica da incompletude. Na interseção entre o sujeito e o Outro temos o objeto "a". É a este objeto que Lacan se refere, várias vezes, para abordar a angústia. Em todas as situações que Lacan faz esta chamada situa sempre a angústia em relação ao desejo do Outro, mesmo quando diz que a angústia não é sem objeto ou mesmo quando afirma que a angústia é sinal para o sujeito. Não obstante, a sua fórmula principal é de que a angústia é um afeto, sendo seu referente a angústia sinal. A angústia é sinal de uma segunda morte, morte aqui pensada na equivalência freudiana morte-castração. A segunda morte é algo que concerne apenas aos falantes.

Um dos pontos paradigmáticos da articulação entre a prática teórica e a prática clínica é a angústia, visto que a angústia é o último modo, radical, através do qual o sujeito continua a sustentar a relação com o desejo (LACAN, 2005). Quer dizer, trata-se de uma pressão indizível pela qual se chega à dimensão do lugar do Outro enquanto desejante. A intenção de Lacan é formalizar a angústia pensando-a como a consequência do encontro do sujeito com o Outro em termos da inquietante sensação do desejo do Outro; desejo e não demanda. A angústia é assim um afeto que mantém em suspenso a sua especificidade, sendo por isso aquilo que mais interessa à clínica.

A angústia não é derivável daquilo que chamamos de a eficácia da função que a palavra toma no campo da linguagem. Não é o significante que adquire o valor de angústia, pois a angústia é a sensação do desejo do Outro. Então devemos supor que o sujeito é afetado pelo desejo do Outro, para que seja possível o experimentar da angústia. A função estrutural do desejo do Outro é assim colocada porque, no campo do Outro, o sujeito se funda. O sujeito a advir se funda no desejo de um Outro primordial que se institui a partir da eficácia da falta (LOPARIC, 1989).

O desejo do sujeito se suporta numa imagem. Esta imagem cobre aquilo que se situa além do significante, quando aponta para um objeto que opera com envolturas narcísicas. Isso é equivalente ao desejo do Outro, mas desejo do Outro marcado pelo recalque, definido por sua falta. Que ante a sensação do desejo do Outro ocorra a angústia, temos pois a angústia como um sinal que se produz ao nível do Eu, ou seja, algo que implica o sujeito. Nisso, são postos em jogo o Outro e o sujeito pela fórmula do *que queres de mim?*

O Outro está ali como inconsciência constituída como tal e interessa ao desejo do sujeito na medida daquilo que lhe falta. Em termos do que falta ao Outro, sem que o saiba disso, o sujeito encontra-se interessado, de maneira absorvente, pois não há para o Eu outro rodeio que permita encontrar o que falta como objeto de desejo.

No tempo mítico, tempo em que a metáfora paterna opera, se produz um corte que precipita efeitos tanto no campo do Outro como no do sujeito. Do lado do Outro, o sujeito se inscreve como quociente, ou seja atravessado pela palavra. Do lado do sujeito, o Outro é colocado como marcado pelo recalque, no campo da subjetividade. O fato é que o sujeito mítico (exposto ao gozo do Outro), encontra, nesse campo, o significante que o inscreve. Não esgota o Outro nem o aniquila, pois não se trata de uma divisão exata. Sobra sempre um resto que não é assimilável pelo significante. Esse resto é o objeto "a". Esse é um primeiro momento instituinte: o sujeito tende a restituir esse tempo mítico, império do ser para o Outro, ao se identificar ao objeto, conforme aparece nos tempos iniciais de uma análise. Essa ligeira modificação que Lacan introduz no quociente é pensada em termos de algo que tende a plasmar a identificação do sujeito ao objeto de modo que é possível considerar assim três tempos: gozo, angústia e desejo.

Esses três tempos definem uma função e um lugar: a angústia como meio entre o gozo e o desejo; a angústia como ante-sala do desejo e saída do gozo e a angústia, nesse tempo, em que o objeto "a" se presentifica no advento do sujeito desejante. Assim situado, esse objeto "a" como resto de uma operação entre o sujeito e o Outro, é um resto desprendido do Outro. Isso implica que, em decorrência disso, não há mais possibilidade de acesso ao Outro a não ser através desse resto. É através desse resto que a angústia se constitui na sua única tradução subjetiva.

A angústia surge como manifestação específica do desejo do Outro. A função angustiante do desejo do Outro está ligada ao fato de que o sujeito não sabe qual modalidade objeto "a", é para o desejo do Outro. É assim que a angústia toma o valor de angústia sinal, ou seja, o Eu é o lugar do sinal, no entanto o sinal não é sinal para o Eu. O sinal tem a ver com algo no Eu, mas é sinal para o sujeito, quer dizer, é sinal para advertir o sujeito de algo.

Mas de que algo se trata? Certamente, é o desejo do Outro que se põe em questão. O desejo do Outro interroga o sujeito na própria raiz do seu desejo como objeto "a", como causa do desejo. Essa é a dimensão da angústia, a qual constitui a dimensão temporal da análise. O desejo do Outro retorna ao sujeito no lugar onde espera um oráculo, o que se faz na forma de *que queres de mim?*

Não somente a angústia não é sem objeto, pelo fato de que designa um **objeto último**, como também esse objeto não deve ser concebido na intencionalidade de nenhum desejo subjacente, ou seja: esse objeto deve ser entendido como objeto causa de desejo.

Nesse "não-sem objeto", pode-se reconhecer a fórmula da relação do sujeito com o falo. O sujeito não é o falo sem tê-lo. Há nisso um tipo de alternativa: o sujeito não é ali sem tê-lo, mas por outro lado, ali onde é, isso não se vê. E quando isso é visto, o resultado é a angústia. A angústia nos introduz na função da falta. A falta designa a ausência, presentifica o que não está ali, sendo radical para a constituição mesma da subjetividade.

Pelo preenchimento desse vazio a preservar, surge então a perturbação na qual se manifesta angústia. Neste caso, a angústia não é sinal de uma falta. É tão-somente a carência de apoio da falta. A angústia comparece no momento em que a falta vem a faltar. A angústia se constitui então no cruzamento do máximo de impedimento com o máximo de emoção, onde se dá a passagem ao ato. Acontece também como signo de que o sujeito se encontra fortemente impedido.

6 – O estranho, a angústia e o ser

Em relação ao não saber sobre aquilo que lhe atormenta, o sujeito se revela na forma fantasmática de um estranho, fator responsável pela sua dignidade enquanto um ser da palavra. Por isso dizemos que a angústia funda o sujeito enquanto sujeito da dívida, colocando-o diante de um mundo onde tem obrigatoriamente que se posicionar em relação ao seu desejo. A angústia decorrente do estranho oferece para o sujeito provas concretas de que diante do mundo resta-lhe tão somente não ser indiferente pois, como afirma Heidegger, "a angústia abre, pela primeira vez, para o sujeito, o mundo como mundo" (HEIDEGGER, 1989:251). Assim, fica estabelecido o nexos ontológico entre o sujeito e o mundo, ou seja, é angústia como vivência que lança o ser frente à verdade e, em se tratando do estranho, tem-se uma verdade da qual não se pode fugir, ou seja, "na angústia, a gente sente-se estranho, pois a angústia manifesta o nada e nos deixa suspensos" (HEIDEGGER, 1973:237). Isso quer dizer que "aquilo com que a angústia se angustia é o ser-no-mundo" (HEIDEGGER, 1989:249). O ser-no-mundo é algo que, como retorno, remete o sujeito para o indeterminado, fonte de angústia. É por essa via que podemos estabelecer a semelhança entre a concepção heideggeriana de angústia e o fenômeno do estranho, visto que a produção

de angústia frente ao estranho somente ocorre quando, para o sujeito, algo que era extremamente familiar retorna como intrusivo e atemorizador. Eis o momento em que o retorno desse algo estranho pode ser compreendido como a possibilidade de realização de desejo, já que a angústia manifesta o nada.

O estranho que é a realidade da angústia, gira em toda uma suspensão de sentido previamente estabelecido que precipita o encontro do sujeito com o nada. Porém, é esse encontro com o nada, desprezado pela ciência que interessa à clínica psicanalítica. O nada não é uma negação, senão uma suspensão de sentido. Se há uma suspensão do sentido é porque nesse ponto a angústia se ancora, tratando-se de um ponto em relação ao qual não há nenhum tipo de saber, visto que “a insuficiência de saber produzido em relação ao sexo, faz com que o sujeito questione o próprio saber” (FARIAS, 1994:105). O que se produz pela falta de saber é a certeza mediante a queda do sujeito diante do nada absoluto. Pelo fato de a angústia ser um afeto que não engana é que se produz a certeza mais apavorante para o sujeito: uma certeza sem saber. Por este motivo é que Lacan (LACAN, 2005) recomenda que, na experiência clínica, o analista deve desangustiar o analisante, mas sem desculpabilizá-lo, visto que a desculpabilização impediria o sujeito de responder pelo seu desejo. O sentimento de culpabilidade é pois o atestado mais convincente da responsabilidade sobre as coisas que concernem ao sujeito.

O sujeito que experimenta a angústia é aquele tocado em sua essência mais íntima e em seu ser mais profundo, o que o coloca na dimensão do desejo, quando o Outro se apresenta não como um Outro da completude, mas como um Outro do desejo e inclusive do gozo. Uma vez desvelado o desejo, a relação do sujeito com o objeto fica sem anteparos, totalmente exposta. É neste ponto que o sujeito é capturado em seu desamparo. Sendo assim, ao ser desvelado, o desejo se mostra o que é, ao mesmo tempo mais familiar, mas também aquilo que é mais inquietante. É nesse sentido que Lacan forja o termo *extimidade* (LACAN, 1979), para caracterizar o objeto “a”. Portanto na angústia, nessa espécie de reencontro horrorífico com a pura falta da Coisa, o sujeito do desejo toca o que há de mais profundo, de mais originário, de mais íntimo. Mas isso que é tocado encontra-se fora da cadeia significante, totalmente exterior à ordem do significante que faz a moradia habitual do seu desejo. Por isso, nesse reencontro, o sujeito fica abolido, por estar fora de sua moradia habitual e familiar, pois em razão do estranho, o sujeito é jogado fora-de-si-mesmo. Ou seja, na angústia o em-si torna-se o estranho, revelando o mais familiar e íntimo, razão pela qual diante de tal circunstância a única opção que tem o sujeito é perder-se, num efeito em que fica eclipsado por se deixar invadir e ser recoberto pela angústia. Na angústia o nada aparece de nenhum lugar e só o faz para eclipsar o sujeito. No surgimento da angústia, o sujeito se eclipsa, deixando em seu lugar o objeto causa de seu desejo: o objeto “a”, como o olhar petrificado, o nada-de-significante na correlação com o nada do sujeito.

Referências Bibliográficas

- BAAS, B. *Le désir pur*. Louvain: Peeters, 1992.
- BAAS, B. e ZALOSZYC, A. *Descartes e os fundamentos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.
- CESAROTO, O. *No olho do outro. Contos sinistros*. São Paulo: Max Limonad, 1987.
- FARIAS, F. R.. Entre o saber e o sintoma: a angústia. *Tempo Psicanalítico*. 27, 1994.
- FRANÇA, M. I. A indizível angústia. *Tempo Psicanalítico*. 27, 1994.
- FREUD, S. *Análise da fobia de um menino de cinco anos (1909)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (1911)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. *O estranho (1919)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. *Lo ominoso (1919)*. Buenos Aires: Amorrortu, 1994.
- _____. *Inibição, sintoma e angústia (1926)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. *Fetichismo (1927)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Acaso e repetição em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- HEIDEGGER, M. *Que é a metafísica?* São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- _____. *Introdução à metafísica?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- _____. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. *Ensaio e conferências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- HOFMAN, E. T. A. O homem de areia. In: CESAROTO, O. *No olho do outro. Contos sinistros*. São Paulo: Max Limonad, 1987.
- LACAN, J. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. O seminário, livro 11*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *A angústia. O seminário, livro 10*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- LANTER-LAURA, G. La notion de subjectivité dans la pensée phénoménologique. In: GIUDICELLI, S e LANTER-LAURA, G. (orgs). *Sujet et subjectivité*. Paris: Eres, 1990.
- MAIA, M. A.(2000). A angústia e o nada: Freud e Heidegger. *Angústia*. 4/5, 2000.
- LEAL, C. E. A ética do desejo e a covardia moral. *Verbo de Minas*. 3, (6), 2001.
- LOPARIC, Z. Lacan e a ética do desejo perverso. In: HISGAIL, F. *14 Conferências sobre Jacques Lacan*. São Paulo: Escuta, 1989.
- PELLAND, G. Heidegger: un fondement ontologique de l'inconscient freudien? *Psychanalyse à l'Université*. 13, (51), 1998.
- RABINOVICH, D. S. *La angustia y el deseo del otro*. Buenos Aires: Manantial, 1993.
- SAFOUAN, M. *Angústia-sintoma-inibição*. Campinas: Papirus, 1986.
- VIEIRA, M. A. (2000). A inquietante estranheza: do fenômeno à estrutura. *Angústia*. 4/5, 2000.

Francisco Ramos de Farias

Psicanalista, Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas, Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Endereço eletrônico: frfarias@uol.com.br

DA DESCONFIANÇA À LIBERDADE TRATAMENTO PSICANALÍTICO DE UMA CRIANÇA

Rita Maria Manso de Barros

Resumo: Trata-se do relato, a posteriori, do percurso da psicanálise de um menino, a partir de sua própria perspectiva.

Palavras-chave: Clínica psicanalítica, criança, final da cura.

Abstract: This paper explains about a psychoanalytical treatment of a child, who makes a diagram with the route of his psychoanalysis in the last session.

Keywords: Psychoanalysis, child, end of treatment.

1 - Prólogo

Sempre esperamos que nossos pacientes terminem a análise e nos esqueçam, e descubram que o próprio viver é a terapia que faz sentido.

(D. W. Winnicott., O brincar e a realidade).

Analísante — Você me dá um papel?

Analista — Claro!

Enquanto pego o papel, ele abre sua caixa de brinquedos. Hoje é o último dia, nosso último encontro após quatro anos e seis meses. Ele agora tem uma caneta em suas mãos.

Analísante — Eu quero te explicar o que eu senti nesse tempo na análise.

Daniel vai escrevendo enquanto fala.

Analísante — Sabe, no início eu ficava calado todo o tempo; depois eu brincava com a massinha, lembra? Fazia também aqueles monstros de papel e aqueles aviões que eu destruía com a tesoura. Depois veio o tempo dos jogos, não é? A gente ficava jogando buraco e mah-jong e can-can... Eu trazia muitos jogos de casa também, lembra? Puxa, a gente jogou à beça!

Analista — Foi mesmo.

Analísante — Depois veio esse último tempo, esse de agora, o tempo da fala. Vou deixar isso escrito no papel para você.

Ele me mostra sua travessia:

| | | | |
|--------------|---------------------------|-----------------|---------------|
| TEMPO CALADO | TEMPO DO PAPEL E DA MASSA | TEMPO DOS JOGOS | TEMPO DA FALA |
|--------------|---------------------------|-----------------|---------------|

Analísante — No início eu ficava desconfiado, achava esquisito e não falava. Depois era tudo muito cheio de fantasia e eu ficava imaginando todos aqueles monstros que eu derretia na luz do abajur. Quando a gente jogava, eu já sentia amizade, via você como uma amiga. Depois que a gente começou a conversar e eu falei das coisas que eu penso, sabe o que eu sinto?

Analista — O que?

Analísante — Liberdade! Vou escrever isso também.

| | | | |
|--------------|----------|---------|-----------|
| DESCONFIANÇA | FANTASIA | AMIZADE | LIBERDADE |
|--------------|----------|---------|-----------|

Quando fecho a porta atrás dessa criança, estou chorando. Pergunto-me: o que foi que eu fiz? Como ele saiu do silêncio forçado para essa existência livre da fala, de si mesmo?

Enxugo as lágrimas, logo chegaria o próximo cliente. Sinto-me feliz e triste.

Ao pensar em escrever sobre a análise de Daniel, resolvi seguir o esquema traçado por ele mesmo: uma sessão de cada *tempo*. Naturalmente os limites de cada etapa não estiveram tão demarcados, foram alterações lentas e gradativas como é próprio do processo psicanalítico. Parto das palavras que ele deixou escritas no papel: para cada tempo um sentimento imperava.

| TEMPO (do silêncio) CALADO | TEMPO DO PAPEL E DA MASSA | TEMPO DOS JOGOS | TEMPO DA FALA |
|-------------------------------|------------------------------|-----------------|------------------|
| DESCONFIANÇA | FANTASIA | AMIZADE | LIBERDADE |

Escrevo, principalmente, para responder às perguntas que formulei a mim mesma quando nos despedimos. Estarei resgatando, nessas páginas, a trajetória de sua “cura”. Isso se explica por eu ter tomado poucas notas durante o desenrolar de sua análise. Jamais busquei supervisão para entender o que estava se passando durante os nossos encontros, o que não significa compreensão plena do que ocorria. Penso que eu acompanhava, pacientemente, o desenrolar dos acontecimentos.

Nossos encontros iniciais foram decisivos para me guiar. Ali, após meu pedido de que me contasse uma história, ao mostrar a primeira prancha do *Children Apperception Test*, versão com representação de animais, ele deixou claro seu sintoma e seu apelo: — *Não, eu não posso imaginar! Isso é maluquice!*

Entendi que eu deveria proporcionar um lugar para que ele pudesse viver suas “maluquices”, certamente muitas e assustadoras.

Pouco antes de encerrarmos sua análise, Daniel havia obtido prêmios na escola: melhor ator da peça que ele próprio escrevera, baseada numa história que sua irmã inventara, rendendo-lhe também o prêmio de melhor autor.

2 - O encontro

Se a criança oculta no fundo de todo homem é causa do seu sofrimento psíquico, também é a fonte da arte e da poesia da existência; é a promessa sempre presente de um olhar isento, desvelando o insólito no cotidiano; é ao mesmo tempo, secreta loucura e balaustrada contra o espectro da “normalidade normalizante” constituído por uma via unicamente adulta. É preciso saber comunicar-se com esta criança mágica e narcísica, se não quisermos asfixiá-la. Ver desabrochar essa troca é uma experiência única; ser testemunha do seu fracasso, uma tragédia.

(Joyce McDougall, Em defesa de uma certa anormalidade)

O que mais chamava atenção em Daniel era o uso adiantado da verbalização. A primeira vez que nos vimos faltavam poucos dias para o seu sétimo aniversário. Pude observar como fazia uso das palavras com propriedade, embora me parecesse com a intenção de se defender do novo configurado pelo nosso encontro. A rapidez com que aceita me seguir da sala de espera

até a sala de atendimento me faz pensar numa máquina em que basta apertar um botão e ela começa imediatamente a funcionar. De um modo geral, é comum que uma certa resistência exista diante do desconhecido em todos nós, provocada pela angústia, pelo medo. Percebo que essa angústia não faltava nele, pelo contrário. Ela era tão forte e poderosa que o obrigava a defender-se negando-a. Forjava assim, um comportamento falso, aparentando uma desenvoltura e uma “adulter”, incompatíveis com a sua idade.

O sintoma que fez com que seus pais procurassem tratamento para Daniel foi a constante enxaqueca que lhe acometia. Mas outros sintomas foram sendo identificados. No decorrer das entrevistas foi-se delineando, para mim, a sua neurose, as defesas que utilizava e os sintomas subseqüentes. Buscaríamos as causas, as que descobríssemos, para tratá-las.

Sendo o filho mais velho, contava dois anos de diferença para a irmã que o seguia, e cinco anos para o irmãozinho. A irmã era a rival que muito o ameaçava. Pensava ser destituído de atributos suficientes, à altura dos dela, para conseguir a atenção dos pais. De fato pude conhecer a irmã nas vezes em que esta veio com ele às sessões, sendo que uma vez ele permitiu que ela entrasse no consultório. É uma menina desembaraçada, simpática, mas que conhece o “lugar dela”.

Uma ocasião, eu havia cortado o cabelo e quando fui buscá-lo na sala de espera ele comentou em um tom de reprovação acompanhado de uma expressão de desgosto:

Analisante — Ah, você cortou o cabelo?!

Analista — Mas continuo a mesma, foi só o cabelo que mudou.

O nascimento dessa irmã se constituiu em um trauma, uma grande ferida narcísica. Odiava a mãe por ter tido um outro bebê. Como o nascimento ocorreu na ocasião da educação esfínteriana (controle dos esfíncteres = controle das pulsões) e por ter ainda pouco domínio da linguagem (simbolização), defendeu-se de seus impulsos destrutivos através de formação de reação - ele não era mau, pelo contrário, era compreensivo e obediente como esperavam dele.

Assumi uma pseudo-maturidade, daqui para a frente seu lugar era o do mais velho, aquele que deveria dar o exemplo. Se os pais exigiram ou não este tipo de comportamento não assume tanta importância. O fato é que na vivência dessa criança o mundo havia mudado radicalmente e isso o ameaçou lançando-o no mais profundo desamparo.

Lacan destaca o nascimento de um irmão como um trauma, sendo que o fato em si e a época de sua aparição é que vão dar o significado para o sujeito pois,

a reação do paciente ao traumatismo (é o mais velho que em princípio faz o papel do paciente) depende do seu desenvolvimento psíquico. Surpreendido pelo intruso na confusão do desmame, reativa-o sem cessar ao seu espetáculo: faz assim uma regressão que se revelará, segundo os destinos do Eu, como psicose esquizofrênica ou como neurose hipocondríaca; ou então ele reage pela destruição imaginária do monstro, o que de igual modo virá dar impulsos perversos ou uma culpabilidade obsessiva. (LACAN, 1981:39).

Durante muito tempo foi o bom menino. Contudo esse comportamento se modifica com o nascimento do irmão. Tinha seis anos na ocasião. O irmão nasce dias antes do aniversário de Daniel o que obriga a alteração da comemoração. Agora o rival era alguém do mesmo sexo. A regressão torna-se a única saída. Comporta-se como um bebê, o tom da voz muda, desaparece

os cuidados consigo próprio, queixa-se de que a mãe já não cuida dele como antes, surgem as enxaquecas. Havia dividido a família distribuindo a mãe para si próprio e o pai para a irmã. Com a chegada do irmão sua posse estava verdadeiramente ameaçada.

As fantasias destrutivas retornaram, mas não encontrando lugar para serem vividas (simbolizadas), foram deslocadas para seu próprio corpo; a cabeça foi o órgão eleito, punia-se assim pelos monstros que alimentava, manifestação da culpa pelos ataques.

O esforço que despendia na contenção de seus impulsos consumia a maior parte de sua energia, outra parte dedicava aos estudos. Precisava esconder de todos e, principalmente de si mesmo, sua "maldade" e ao mesmo tempo a vivência de rejeição. Tinha um Ideal de si mesmo e se feria com as fantasias hostis que alimentava contra as pessoas das quais dependia. Criança sensível, percebia, através do olhar, o mínimo detalhe de alteração na fisionomia do outro como uma ameaça à própria integridade. A desconfiança vinha como uma projeção de suas próprias fantasias.

Para Winnicott (1975), a confiança surge da possibilidade de "ser só" na presença do outro. A criança pode ser espontânea, ter uma vida pessoal própria sem que precise se preocupar em esconder certos aspectos que percebe que irão desagradar os adultos dos quais dependem. A alternativa patológica é a vida falsa fundamentada em reações a estímulos externos. Assim é que, para Daniel, a vivência do traumatismo da separação da mãe pelo nascimento de um irmão desencadeou outros sintomas que delataram a precariedade do falso *Self* que mantinha.

Cabem algumas palavras sobre a mãe de Daniel. De temperamento deprimido, pouco continente dos impulsos hostis do menino, passava uma certa rigidez pela ausência de expressão facial. É provável que isso mantivesse um estado de tensão constante entre os dois, com a conseqüente desconfiança da parte dele; assim reagia ao mundo externo como um autômato por não poder contar com a acolhida da mãe.

O pai deixava clara a sua decepção pelo jeito dele "pouco esportivo". Sentia orgulho de si mesmo por conseguir superar as exigências que a vida lhe impunha; desta maneira, sentia-se ferido por seu filho precisar de ajuda para superar as suas dificuldades. Identificava-se mais com a filha, como um prolongamento narcísico. Ela apresentava as características que gostaria que Daniel tivesse.

Foi com esse quadro que iniciamos sua psicanálise.

3 - Os pais

Ambos têm a mesma idade, 31 anos. Conheceram-se adolescentes, estão casados a cerca de oito anos. Nível superior, classe média em ascensão. Foram encaminhados por um colega comum a mim e ao pai. O pediatra de Daniel recomendou tratamento psicológico diante das insistências das dores de cabeça. O neurologista fez o eletroencefalograma que não acusou alterações significativas, receitando um medicamento para as ocasiões em que apresentasse as dores. Reforçou a necessidade de um diagnóstico psicológico e, talvez, um tratamento.

— *Daniel tem muita enxaqueca, explica o pai. Diz que a cabeça dói muito, fecha-se em seu quarto, diz não agüentar a luz, irrita-se muito.*

— *Acho que ele piorou muito depois do nascimento da irmã, ano passado, acrescenta a mãe. Deixou de fazer o que antes fazia sem dificuldades. Por exemplo: sabe que deve calçar a meia e depois a bota. Aí, calçava a bota sem meia e como o pé doía, dizia que a culpa era minha, que eu não cuidava dele como antes. Acho que o fato de eu ter saído de casa veio agravar ainda mais a situação. Voltei a trabalhar, embora só meio expediente. Deixo-o pela manhã no colégio e, na saída, o ônibus escolar entrega-o na casa da avó, minha mãe. Fica lá no máximo umas duas*

horas, mas não gosta, reclama.

Descrevem-no como um menino introspectivo, que não gosta de esportes. A mãe afirma que é completamente desajeitado no futebol e conta um episódio ocorrido na praça, em frente ao prédio onde moram, em que um grupo de garotos o excluiu do time. O pai não esconde seu desapontamento, pois ele próprio jogava bola muito bem: *Daniel é mais voltado para jogos de raciocínio, enquanto Regina (filha) é mais esportiva.*

Regina nasceu quando Daniel contava dois anos. Mostrou-se muito enciumado na ocasião, depois, diz, passou. Contudo, briga em demasia com ela, não é capaz de gostar de coisa alguma que ela faça. O pai diz que Daniel se parece mais em temperamento com a mãe, enquanto a menina é mais parecida com ele.

Ela amamentou todos os filhos até os nove meses. Na gravidez de Daniel apresentou sangramento, o pai acrescenta que ela se sentiu muito culpada. Descobriu-se então que era uma gravidez atípica, com placenta prévia, o que a obrigou a se submeter a uma cesariana. Não recordam outras complicações. Daí em diante tudo transcorreu normalmente. Daniel sempre se alimentou bem, acham que ele come, hoje, bem demais. Está com peso em excesso.

Daniel tem sono tranquilo, dorme em seu próprio quarto. A educação esfinteriana foi normal, suave, gradativa, sem conflitos. A fala veio na época certa, não apresentando dificuldades em se expressar, como gagueira ou troca de letras.

Dizem viver bem. Procuram não discutir na frente das crianças, *difícilmente brigamos.* O pai tem pouco tempo para dedicar à casa, seu trabalho ocupa-o bastante e às vezes é obrigado a interromper seu sono para atender chamados pela madrugada.

Ele, pai, é filho único. Seu pai abandonou o lar quando tinha quinze anos. Teve muito trabalho para reencontrá-lo. Morreu quando ele completara dezoito anos. A mãe, bem mais jovem que o pai, trabalhava fora, uma vizinha era quem olhava por ele. Diz ter tido uma infância cercada de amigos que freqüentavam sua casa: grande, com quintal, árvores frutíferas e um campinho onde jogavam futebol.

Conheceu a mulher, mãe de Daniel, quando ambos tinham dezesseis anos. Ele namorava uma amiga dela que o convidara para o baile de formatura da escola normal onde as duas estudavam. Gostou dela e terminou com a outra, mas até hoje as duas são amigas. De início o pai dela, futuro sogro, foi contra o namoro. Ele morava em um subúrbio e ela na zona norte da cidade. Mais tarde ela mudou-se para a zona sul e o namoro encontrou dificuldades. O sogro, diante da insistência e afinco que ele mostrava em continuar namorando sua filha, decidiu ajudá-lo a vender sua casa no subúrbio para que pudesse morar mais perto. Mudou-se para um conjugado com sua mãe. Foi também o sogro que o ajudou a comprar o primeiro carro, que deu a sala onde trabalha hoje, que os presenteou com um apartamento quando casaram e que os socorre quando precisam. Eventualmente viajam com as crianças para o sítio do sogro. *Devemos muito a ele,* reconhece.

Ela, mãe de Daniel, é a filha do meio. Tem uma irmã mais velha e um irmão. Descreve seu pai como pouco afetivo e a mãe como a dona de casa típica. Não teve maiores problemas na infância, sua casa era grande, numa rua de pouquíssimo movimento, o que proporcionou muita liberdade para brincar sem perigo.

No intervalo entre as duas entrevistas que realizei com os pais de Daniel, a família sofreu um acidente de automóvel. Um carro entra no retorno que faziam, na contra-mão, e a batida de frente é inevitável. O pai leva pontos na cabeça, a mãe no supercílio. A mãe dela, que levava o bebê no colo, atrás, fratura duas costelas. A menina e o bebê nada sofrem. Daniel

arranha as costas e fica agitadíssimo até certificar-se que os pais estavam bem. Depois passa a acalmar as pessoas, principalmente a irmã, que só veio a se tranquilizar em casa através dos cuidados dele. A mãe de Daniel achou seu comportamento estranhíssimo: — *Mudou muito, exageradamente!*

As entrevistas com os pais de Daniel transcorreram de forma pouco livre. Foi preciso intervir com perguntas muitas vezes para não permitir o silêncio; só o pai, quando falava de si mesmo, se mostrou mais solto. A mãe manteve uma expressão distante, de impenetrabilidade. Ambos acreditam que Daniel não irá precisar de um tratamento psicológico. O pai pensa que tudo isso é passageiro e que com o tempo o menino se acostumará; a mãe diz que me procurou porque o pediatra recomendou. Embora pareçam temer o resultado das entrevistas, do psicodiagnóstico, estão dispostos a aceitar o tratamento, se houver necessidade. A mãe já faz psicanálise, o pai diz que nunca precisou.

4 - As entrevistas iniciais

Primeiro encontro:

Vou buscá-lo na sala de espera. Assim que me aproximo, antes mesmo que eu fale qualquer coisa, ele já se levanta e me acompanha. Fico surpresa com a prontidão com que me segue ao consultório.

Na sala, senta-se no divã e começa a logo a falar, em um jorro de palavras das quais pouco retenho do conteúdo. Senta-se na beira, os braços ao longo do corpo, mãos apertando a borda do divã, como se fosse saltar à qualquer instante. Está visivelmente agitado e percebo seu esforço para disfarçar essa angústia. Com a intenção de diminuir a tensão entre nós, inicio um diálogo.

Analista — Um lugar novo deixa a gente desconfiada, sem saber o que fazer. Você não me conhece, nem eu a você, embora seus pais já tenham me falado de alguns problemas seus que os deixaram preocupados. Por isso você está aqui hoje.

Analisante — É, eu sei. É por causa da enxaqueca. O médico disse que eu não tinha nada e aí pediu para eu vir aqui.

Analista — E você sabe o que veio fazer aqui?

Analisante — Mamãe falou, mas eu não entendi bem. Eu queria saber mais ao certo. Você pode me dizer?

Analista — Quando o médico disse que você não tem nada, se referiu a nada em seu corpo. Seu corpo está bem, não existe nada nele que possa estar provocando as dores de cabeça. Então, como essas dores existem, você as sente, quer dizer que devemos procurar os motivos em outro lugar.

Analista — Se as dores não vêm de um lugar doente do corpo elas devem estar no lugar dos sentimentos, na alma, no coração, e é isso o que nós vamos buscar descobrir e entender para poder mudar.

Daniel está mais relaxado agora. Pergunto se gostava de desenhar e peço que faça alguns desenhos. Explico que eles me ajudariam a conhecê-lo melhor e que depois conversaríamos sobre o que eu encontrasse. Quando termina digo que da próxima vez pediria que me contasse algumas histórias. Ele concorda.

Segundo encontro:

No segundo encontro, ao entrar, vai logo me contando como ele e um colega de escola gostam de brincar de briga.

Analísante — Vou fazer uma prova na sexta-feira. Quando eu voltar aqui conto quanto eu tirei. Percebo o estabelecimento de uma ligação afetiva comigo, o início da transferência, através do seu desejo de retornar aqui para me contar coisas. As palavras saem numa cascata como da primeira vez, fala muito rápido. É uma defesa contrafóbica, sei que está se sentindo ameaçado.

Analista — Você está lembrado do que combinamos da última vez? Hoje você vai me contar umas histórias. Vou mostrar umas figuras para você inventar as histórias, qualquer coisa que você imaginar serve, está bem?

Assim que apresento a primeira prancha do C.A.T., Daniel emudece. Agora ele é o oposto do garoto prolixo do início.

Analísante — Eu não posso fazer isso! É uma birutice! Pintinhos não comem com garfo, prato e guardanapos!

Diante da reação dele, retiro a prancha e converso.

Analista — É verdade, mas pode-se "fazer de conta" quando inventamos uma história, uma brincadeira.

Analísante — Não, isso é maluquice! (Diz essa frase gritando).

A força da negação dessa criança me chama a atenção. Estávamos diante de um perigo. O que havia de tão assustador em imaginar, se despregar da realidade concreta? Quantas fantasias ele teria tão laboriosamente encerrado em sua alma e agora vinha essa estranha, eu, e propunha que ele abrisse as porteiras de si mesmo e soltasse seus fantasmas? Daniel mostrava pânico. Para tranquilizá-lo, resolvo contar uma história.

Analista — Olha, vou eu mesma contar uma história. Depois se você quiser, poderá contar outra para mim, está bem?

Na minha história o pintinho mais velho fica muito aborrecido com a mãe, Dona Galinha, porque ela pusera mais comida na tigela da irmãzinha em comparação com a que pusera na dele. Ele reclama e a mãe compensa o que faltava. Agora os três pintinhos comem, conversam sobre as atividades do dia, enquanto a mamãe os observa, esperando o pai para jantar.

Ele ouve atento. Vai gradativamente relaxando. Quando termino, pergunto se poderia inventar uma outra história.

Analísante — Eu vou tentar, mas ainda acho uma maluquice!

Analista — Você pensa que eu vou achar você maluco se me mostrar seu mundo de fantasia, não é?

Analísante — É isso mesmo. (Responde entre surpreso e assustado).

Analista — Mas todos nós temos um mundo de fantasia, e isso não é ruim não. Ajuda a gente a brincar.

Analísante — Você também tem?

Analista — Também. Não acabei de inventar uma história agora?

Ele toma a prancha em suas mãos, observa-a. Sua expressão é séria, franze a testa, respira fundo.

Analísante — Três pintinhos estavam comendo, aí a galinha chegou e ficou olhando [é uma birutice eles comerem de colher, guardanapo e prato porque pintinho come direto no chão!]. O pai galo foi nadar [e galo nunca nada!]. Eles estão comendo macarronada, sentados num banco. A mãe está vendo um pintinho jogar comida no outro. O pai galo chegou, daí a galinha falou para o galo: - "o pintinho jogou comida na pintinha". Aí ele brigou com o pintinho. Aí eles acabaram de almoçar.

Dá o nome a essa história de "Pintinho levado". Na segunda história, Daniel ainda me previne:

Analisante — Isso é fantasia, viu?

Nas histórias seguintes, os avisos cessam. Neste dia trabalhou cinco das dez pranchas que compõem o teste. Ao terminar, diz que guardava um segredo enorme, não podia contar para ninguém.

Analisante — Aconteceu quando eu já estava na escola, já tinha três anos.

Analista — E você quer me contar esse segredo?

Analisante — Eu não posso.

Analista — Bem, você saberá se quiser contar. De qualquer modo, tudo que acontece aqui fica só entre nós dois, temos nossos segredos também.

Terceiro encontro:

Analisante — Me dei bem na prova. Quando é que eu vou voltar aqui?

Daniel sabe que é a nossa última entrevista. Do resultado delas e do encontro com seus pais, ele iniciaria sua psicanálise ou não. A essa altura, eu já decidira aceitá-lo em tratamento.

Analista — Daqui a duas semanas, após conversar com seus pais.

Conta as cinco últimas histórias do C.A.T., depois se interessa pelos brinquedos. As cercas, primeiro. Logo põe os cavalos e as vacas no cercado. As casas ficam atrás das cercas, um carrinho de cada lado. Nada fala. Olha para mim.

Analisante — Acabei de brincar. Se tivesse mais brinquedos eu poderia fazer toda a fazenda.

Pergunto o que estava acontecendo ali. Ele apenas descreve as posições: os cavalos e as vacas estão no cercado, os pastores estão perto das ovelhas etc. Não existe movimento no seu brinquedo, estão todos parados. Surpreendo-me com a pobreza do jogo, o bloqueio de sua criatividade.

5 - A análise

A demanda de análise é sempre demanda de amor.

Jacques Lacan, Seminário XX

A função do analista, quase sempre porque isto foi perdido por quem nos procura, é restabelecer a emoção criativa, quase sempre submetida pela cadeia de ódio, ou de inveja, ou de lógica, ou de raciocínios, ou de necessidades, ou de autoritarismos e submissões que estão preponderando no circuito do relacionamento. Incluir o amor como elemento predominante não irá excluir todo o resto, mas acho que um mundo novo pode ser criado e o pensamento existir na sua verdadeira plenitude.

Myrna Pia Favilli, Revista Brasileira de Psicanálise (V. XVI, nº 2)

Como analista tenho uma intenção, um desejo. Satisfaço minha pulsão epistemofílica, em parte. Diria meu voyeurismo também. Mas, acima de tudo, experimento um grande prazer em partilhar o surgimento de um sujeito que se cria a si mesmo e que é capaz, por isso, de criar outros. Com Daniel não era outro o meu desejo e, embora já o tenha visto frustrado algumas vezes, senti-me recompensada neste caso.

Farei um breve resumo do processo de Daniel até a sua finalização. Espero que a parte do material clínico esclareça a forma como eu trabalho, de maneira que não me referirei às sessões em especial.

Os pais fizeram orientação durante o primeiro ano de tratamento. A psicóloga tinha muita

dificuldade no entendimento do pai, que se mostrava resistente no aprofundamento de seus próprios sentimentos. Dizia estar ali pelo filho, pela mulher, nunca por si próprio. A mãe já fizera uma psicoterapia analítica em grupo e parecia estar mais interessada em examinar sua função de mãe. No decorrer da análise de Daniel, ela termina sua psicoterapia. Após um ano, decidiram interromper a orientação.

A partir daí, encontrávamo-nos sempre antes da interrupção das férias, que ocorriam em janeiro e fevereiro, e após o retorno, em março. Eventualmente solicitavam um encontro, que sempre foi comunicado a Daniel, e dos quais participou uma única vez. Negava-se a estar junto com os pais e eu. Esses encontros eram marcados em horários extras, nunca nos seus.

Daniel foi atendido três vezes por semana até o final do terceiro ano de tratamento. Diminuímos para duas sessões semanais, prosseguindo assim no ano e meio seguinte até a sua finalização. Esta diminuição foi vista por ele como uma conquista da análise: precisava de tempo para se dedicar ao basquete também.

Em meados de 1985, completando três anos e meio de tratamento, após um longo período onde nada de mais significativo ocorria, apresentando uma certa resistência ao tratamento, penso na finalização do tratamento, na nossa separação. Digo a ele que não tínhamos muito mais o que fazer e que estávamos chegando ao final. Embora não tenha feito o mesmo, determinado um tempo a priori, lembro Freud comunicando ao Homem dos Lobos um prazo fixo para o término da análise. Foi mais ou menos assim:

Analista — Podemos continuar jogando indefinidamente, mas esse pode ser um modo de não falar das coisas que te afligem; o jogo fica sendo um muro para evitar a aproximação de mim, das pessoas, de você mesmo. Você não vai passar sua vida vindo aqui, um dia nos separaremos. Por isso seria bom que você pensasse nisso.

Daniel se transforma. Nas sessões seguintes, começa a falar de seus sentimentos e pensamentos, traz sonhos e acontecimentos de seu cotidiano. O papel é introduzido como mais uma técnica interpretativa. Ali, nos papéis que ficam em sua caixa, escrevemos seus sonhos, rabiscamos esquemas, seus projetos, interpretações minhas e as dele. Trabalhamos com vontade, não temos todo o tempo do mundo.

Começa a questionar seu papel na vida e com os outros. Manifesta-se na escola, revê sua posição de melhor aluno, confronta-se com os colegas definindo seu lugar perante eles, os professores, a diretora.

A enxaqueca surge em crises agudas. Depois vai gradativamente diminuindo até se tornar uma leve dor de cabeça, manifestação de tensão que o leva a parar e pensar:

Analísante — Mas o que é que pode estar me chateando?

Conversa com a mãe quando isto acontece.

Enfrenta o pai abertamente, questionando-o, sem temor paralisante. Descobre a irmã como alguém que pode ser uma aliada em algumas ocasiões. Abre mão do papel do mais responsável, permite-se ser irreverentemente irresponsável algumas vezes, rindo de si mesmo. Participa como ator de uma peça sobre "fantasmas".

Final de 1985, quarto ano de tratamento: escreve uma peça baseada numa história inventada pela irmã e a intitula "A múmia". Monta a peça na escola, representa o papel principal. Envolve-se muito com a montagem e a representação e acaba obtendo reconhecimento pelos trabalhos: obtém os primeiros prêmios como autor e ator.

Seus pais entusiasma-se com o novo Daniel: — *ele até dança nas festas, reclama*

quando se sente injustiçado e leva as críticas mais na brincadeira!

O pai propõe o término da análise. Daniel concorda e eu também com a data marcada. Essa atitude tem um efeito terapêutico: é o pai a introduzir a lei, a castração, a impossibilidade que ele agora pode aceitar. Pois, como nas palavras de Winnicott (1975), entendemos que:

... na experiência do bebê (da criança pequena, do adolescente e do adulto) mais afortunado, a questão da separação não surge no separar-se, porque, no espaço potencial existente entre o bebê e a mãe, aparece o brincar criativo que se origina naturalmente do estado relaxado.

Assim, passamos a percorrer alguns fragmentos dos diversos tempos da análise de Daniel. Esperamos compartilhar com o leitor, a posteriori, os meandros de seu caminhar.

6 - Tempo calado: desconfiança

Primeira sessão

Está visivelmente ansioso. Começamos hoje a nossa aventura psicanalítica, daqui para frente nos encontraremos três vezes na semana. Por quanto tempo, ignoramos. Já entra no consultório falando.

Analisante — Sabe aquele segredo que eu disse que não contava para ninguém? Conte para o meu pai, para a minha mãe, não.

Conta para mim, exigindo segredo: gostou de uma garota da escola, mas ela nunca soube. Percebo estar testando nossa relação, expondo seu temor em confiar, mas me entrega o primeiro de muitos tesouros.

Vai até sua caixa onde há os seguintes brinquedos: canetas coloridas hidrográficas; lápis cera coloridos; lápis preto; borracha; apontador; caneta esferográfica; massa colorida de modelar; brinquedos de fazenda (cercas, casinhas com telhados destacáveis, vacas, cavalos, ovelhas, cachorros, pastores, árvores, pontes, torres); animais selvagens (leão, girafa, urso, búfalo, veado, crocodilo, hipopótamo, rinoceronte); duas bolas grandes; bolas de gude; barbante; tesoura; cola; fita durex; um boneco bebê com mamadeira e chupeta; uma boneca vestida com longos cabelos de nylon; um carro de polícia; dois carros de passeio; jogos (dominó, baralho, pega-varetas). No decorrer da análise, Daniel acrescentou, a sua caixa, jogos que ele mesmo fez: *Can-can, Mah-jong*, fichas de pôquer, dinheiro. Às vezes, muitas na verdade, trazia de casa jogos que depois levava de volta: Status, Detetive, Sherlock Holmes, Ataque Espacial, Ilha Pirata, Tesouro Polar, Fuga da Prisão, War e tantos outros que já me é difícil recordar. Rejeitou sempre o uso da argila.

Neste primeiro dia do início do tratamento, escolhe em sua caixa os brinquedos da fazenda. Prefere os dois pastores dormindo, em casa. Com pedaços de massinha faz uma bandeja com vários legumes misturados. Interpreto.

Analista — Acho que você está me mostrando como tudo é muito confuso, como uma salada.

Analisante — Na escola, acho meus cadernos uma salada, EU SOU A BANDEJA. Mas sou esperto. Disseram que eu podia passar do C.A. para a Segunda série, mas estou mesmo na Primeira.

Volta à caixa e pega papel e lápis preto. Faz um desenho, diz que é um bicho qualquer. Eu, no entanto, vejo ali o pato Peninha, personagem trapalhão e desajeitado, primo do Pato Donald, personagens de Walt Disney. Ele se justifica, embora eu nada tivesse falado.

Analisante — Só desenho bem para concurso, aí eu capricho. Agora vou fazer um monte

de bichos antigos.

Um dinossauro recebe o nome de MOSTORADÁPILO, outro é a CORUJA PRÉ-HISTÓRICA.

Analisante — Agora vou fazer um desenho de coisa nova

Termina e me apresenta.

Analisante — Essa é a RAPOSA SEM BRAÇO.

Outra sessão deste tempo.

Analisante — Sai mais cedo da escola, Neide (a empregada) me trouxe. Quase que a gente não chega aqui.

Está ansioso. Tira papel e lápis da caixa. Desenha.

Analisante — Esse é um PÁSSARO-ROBÔ. Ele é controlado por um outro robô, de outro planeta.

Outro desenho: casa e mansão com chaminé. Deixa os desenhos e brinca com a massinha, achatando-a: — *Panqueca!*

Analisante — Você me mostra como se sente achatado como uma panqueca.

Parece ter escutado o que falei. Olha para mim:— *Agora vou fazer uma salada! Faz os “legumes”, cava um espaço entre eles para introduzir o “pimentão” e diz que precisava partir o “tomate”.*

Digo que ele queria me mostrar como pensava que os bebês eram feitos: algo era introduzido num buraco-salada e daí apareciam outras partes (pimentão-pai, salada-mãe, pedaços de tomate-bebê).

Diz que vai fazer outras coisas. Vai falando enquanto enrola a massinha:

Analisante — esse é o pai, esse é o bebê, essa é a mãe chinesa.

Os olhos que desenha no boneco de massa que representa a mãe lembram os de chinês. Dispõe os bonecos nessa ordem, depois a transforma: o bebê vira o pai; a mãe chinesa, o bebê; o pai, “um pão francês”. Faz uma outra mãe.

Esmigalha a mãe. Em seguida, pega os pedaços e os coloca dentro da casa.

Analista — Você gostaria de por bebês dentro da mamãe.

Ele nada fala, me olha sorrindo.

Analisante — Agora vou fazer um jogo que eu brinco com um amigo meu lá da escola.

Analista — Assim você me diz que deseja que eu seja sua amiga também, poder jogar jogos aqui que joga com amigos da escola.

Analisante — Mas eu não quero que você veja, vou fazer aqui e levar para casa.

Analista — Você não precisa fazer se não quiser, mas se fizer eu gostaria de ver.

Ele faz. É um jogo feito com papel, uma dobradura, onde se introduzem os dedos polegares e indicadores. Numera de um a oito os triângulos externos, na parte interna escreve vários adjetivos, todos com os quais já se referiu a ele mesmo: perna-de-pau, maluco, bobo, cu de ferro, balofo, esperto, preguiçoso e inteligente.

Quando termina, guarda o jogo na caixa. Não quer brincar com ele hoje.

7 - Tempo do papel e da massa: fantasia

Fragmentos de uma sessão.

Procura em sua caixa pedaços de massa para modelar. Coloca-os sobre o globo de vidro do abajur para esquentar e derreter. Em outras sessões derretia lápis cera e se fascinava em ver a cera escorrendo pelo globo.

Lembra de algo que faltava. Vai à caixa e retorna com mechas do cabelo de nylon da boneca, agora careca. Essa boneca alternou, muitas vezes, ora uma representação da mãe ora

da irmã. Encosta os fios de nylon no globo do abajur que, nesse processo, se retraem e derretem em seguida. Isso significa que a comida-massinha está no ponto para ser retirada do calor. Pergunto no que pensava enquanto nós dois observamos esse processo. Ambos temos a cabeça sobre os braços cruzados, em cima da mesa.

Analisante — Parece que uma coisa, uma coisa que não é uma pessoa, está morrendo.

Analista — Uma coisa?!

Analisante — É, uma coisa... Você viu o E. T.? Viu?

Analista — Não, não vi. Mas conheço um pouco a história.

Daniel fala devagar, sem olhar para mim, ao contrário do que comumente faz. Seu olhar parece sempre estar buscando uma resposta minha, de condenação ou de absolvição. Hoje, aqui e agora, nossos olhares estão vinculados à "coisa morrendo". Eu o escuto.

Analisante — Tem uma hora que o E. T. morre. Só depois ele ressuscita.

Analista — Isso te assustou?

Analisante — Eu chorei. Muita gente chorou. Sabe, no final do filme, ELE APRENDE A FALAR.

Prossegue na manipulação da massinha e dos fios de nylon. Tenta unir um fio ao outro enquanto derretem. Observamos juntos.

Analisante — Você viu o Fantástico? Tinha uma cena que aparecia um mágico que cortava uma mulher em pedaços, depois ele juntava. Já pensou se ele junta os pedaços errados? Tem uma hora que finca uma espada em cima da mulher, a espada cai em cima dela! Parecia ter entrado dentro dela. Foi um susto geral!

Analista — Outro susto. A morte assusta mesmo e você fica imaginando sua própria morte. Daniel fica pensativo.

Analisante — Quando eu morrer, vou para o céu. É pra lá que vai todo mundo, não deve ser ruim.

Analista — Ninguém nunca voltou de lá para contar, não dá para saber.

Continua na manipulação da massinha e dos fios, enquanto fala.

Analisante — Nos Trapalhões de domingo, o Mussum levou o filho dele pra cantar. Disse que ele era o estepe.

Analista — Às vezes você gostaria de ser o reserva do papai.

Analisante — Eu não quero ser médico como ele!

8 - Tempo dos jogos: amizade

Está atrasado para sua sessão, aproveito para fazer algumas anotações.

Veza por outra, Daniel traz um jogo de casa, brincamos com ele a sessão inteira. Às vezes jogamos bola: tênis, vôlei, basquete e futebol. Isso contrasta com a queixa dos pais que afirmam a sua inaptidão para o esporte.

Raramente desenha ou utiliza outro brinquedo de sua caixa. Uma ocasião, entrou no consultório, pegou o papel e fez um desenho que representava uma guerra. Dois batalhões, um em cada ponta, um atirando no outro. Em cada extremidade do papel, aviões, tanques, soldados, bandeiras e uma casa. De um lado da casa põe cinco pessoas, do outro lado, duas. Dentro da casa, duas pessoas atirando da janela.

Analista — Parece que está acontecendo uma guerra na sua casa, uma grande confusão, uns machucando os outros. E tudo por causa dessas duas pessoas dentro da casa, não?

Eu transformara em palavras o que havia entendido do seu brincar. Não sabia, com certeza (e na verdade jamais imponho uma interpretação como última palavra) se isso traduzia

seus sentimentos. Daniel mal me aguarda terminar de falar e emenda, em seguida:

Analisante — Duas pessoas? Minha avó e minha tia estão lá em casa!

Conta como a tia estava doente e a avó materna cuidava dela. Foram para a sua casa porque a tia precisava se submeter a uns exames. Ela mora longe e na sua casa podem cuidar melhor dela. Isso não explicava ainda o seu "estado de guerra".

Analista — Você fala como se não estivesse incomodado com isso, mas está vivendo uma guerra, não?

Sua expressão muda, ou melhor, seu rosto agora exprime uma emoção.

Analisante — Mas é que elas estão no meu quarto, pôxa!

Analista — Agora eu entendo porque você está em guerra: ocuparam o seu quarto, invadiram seu território e você não queria isso.

Analisante — É, isso me dá muita raiva.

Esse tipo de situação tem sido raro, fornece muito pouco material para associação. Mantém-se em um estado intermediário entre o mundo interno e o mundo externo, nossa relação existe através do jogo. Às vezes percebo-me entediada com as longas sessões onde jogamos. Passa um longo intervalo até que se relacione diretamente comigo. Outras vezes envolvo-me com o jogo e disputa com entusiasmo e prazer: ora eu ganho, ora ele vence. Ele é quase sempre discreto em suas manifestações, suas emoções ficam bloqueadas pelo controle rigoroso que exerce sobre si mesmo. Enquanto isso, espero.

9 - Tempo da fala: liberdade

Sessão após fim de semana.

Analisante — Tenho um fato e um sonho pra contar hoje. O sonho foi assim: eu estava na casa do Manoel (amigo do pai), lá em F. (região dos lagos), com a Regina (irmã), a Roberta (amiga) e o Diogo (irmão). De repente, aparecem três garotos louros. Eles deviam ter uns vinte anos, eram grandes. Tudo acontecia dentro, nada fora. Daí eles começam a implicar comigo. Só implicavam comigo e vou ficando com raiva. Aí, de repente, eles caem num buraco cheio de água e eu tampo o buraco até eles morrerem. Daí chega um carregamento de coelhos. Faço uma mágica e transformo eu, Regina, Roberta e Diogo em coelhos e cada um vai para uma gaiola. Foi isso o sonho.

Analista — E o fato?

Analisante — É que eu fui esse fim de semana para F. porque papai disse que a gente voltaria no mesmo dia, não ia demorar. Ele prometeu para mim. Eu não queria ir, podia ficar em casa com Neide (a empregada). Tinha que cuidar do meu caracolário, dar comida para eles. Mas papai me convenceu, disse que a gente voltava logo e aí eu fui. Aí, como estava ficando de noite, eu fui chamar ele para ir embora. Ele estava conversando e disse para eu não encher. Daí eu disse pra ele: você prometeu! Mas ele não ligou nada. Daí eu fui para o carro e fiquei lá. Então fiz dois juramentos: um que eu nunca ia fazer isso com o meu filho; outro que eu não vou voltar mais em F. enquanto eu me lembrar disso.

Está visivelmente aborrecido, magoado. Contou sobre o fato com entonação de raiva e decepção. Eu sinto, identificada com ele, a impotência a qual a dependência implica. Ele não podia sair, pegar um ônibus e voltar para casa simplesmente. Acreditou no pai e foi enganado. Sinto raiva desse pai. Dou-me conta disso e retorno a escutá-lo, falando.

Analista — Você ficou com muita raiva de seu pai, não? Com ódio mesmo por ter sido enganado.

Analisante — É, fiquei e, enquanto eu me lembrar disso, não volto lá.

Analista — E se você lembrar disso a vida toda?

Analisante — Nunca mais eu volto. (Diz com determinação).

Analista — E o que você pensou sobre o sonho?

Analisante — Ah, eu me lembro que a Regina é quem pede pra eu tampar o buraco. Eu fico com sentimento de culpa depois disso.

Analista — Culpa?

Analisante — É, porque eles iam morrer, quer dizer, eles morrem.

Analista — No sonho você mata àqueles que implicam com você.

Analisante — Meu pai implicou comigo..., reflete.

Analista — Você desejou que seu pai morresse porque ele não cumpriu o prometido.

Analisante — É, foi isso mesmo.

Prossegue associando. Fala do seu coelho, a quem deu o nome de Volpone, personagem de uma novela, que se passa por morto assumindo várias personalidades para proteger a própria vida.

Analista — E você, depois que Regina pede para tampar o buraco, se transforma através da mágica, num coelho, ou no Volpone, ou num "morto-vivo".

Analisante — É, assim ninguém ia poder me acusar de nada, né?

Analista — Mas vocês vão todos para a gaiola, antes você tem sentimento de culpa. Gaiola te lembra alguma coisa?

Analisante — Não, (Responde rapidamente).

Em seguida, Daniel olha para mim do jeito que eu entendo como aguardando o resultado do julgamento: inocente ou culpado.

Analista — Acho que você se sente como alguém que fez algo errado e espera ser castigado por isso.

Analisante — É, sinto isso muitas vezes.

Analista — Mas todas essas coisas aconteciam dentro, nada fora. Assim, são as coisas de dentro de você que assustam, dão medo, te deixam numa confusão. Você tem medo quando sente vontade de matar. Acha que podia matar de verdade.

Analisante — Eu tinha vontade que papai morresse, tenho vontade que os fulanos (nomeia alguns colegas de escola) morram. Mas não posso fazer nada disso, né?

Analista — Mas você sente culpa porque acha que aquilo que você pensa é como mágica: pensou, aconteceu!

Escrevo no papel, que ele já colocara entre nós dois, em cima do divã.

RAIVA —> Dá vontade de eliminar.

CULPA —> Vira Volpone, coelho morto-vivo.

Analisante — Acho que eu faço de conta que não ligo quando me chateiam, mas eu fico chateado de verdade.

Na sessão seguinte, após uma partida de buraco, em que ele ganhou, lembra-se de um sonho.

Analisante — Eu era o Roque Santeiro, com aqueles óculos que ele usa na novela. Aparecia num monte de cenas que eu dizia SHAZAM e saía voando para salvar a Porcina. Daí uma voz me pergunta onde eu tinha conseguido meus poderes. Aí, eu falo assim: Eu andava pelos esgotos, aí encontrei um mágico que me disse para falar SHAZAM. Daí eu saía fazendo maldades e bondades por aí.

Conta o sonho rindo, diz que achou engraçado. Então fica em silêncio, olhando para mim

com o costumeiro olhar de quem espera do outro o veredicto.

Analista — No que você está pensando?

Analisante — Nada. No sonho. Eu achei legal.

Analista — Mais uma vez aparece a mágica, não é?

Analisante — É, só que eu FICAVA mágico, antes eu não era. E depois, sabe aquele negócio de ser bonzinho?(1) Era diferente, eu fazia bondades e maldades.

Analista — Isso é muito deferente de ser um morto-vivo.

Analisante — É, mas eu tinha que falar SHAZAM.

Analista — Parece que mais importante que a palavra SHAZAM é o que vem antes: FALAR. Assim você descobre que é importante ter com quem falar o que você pensa e sente.

Lembro a sua identificação inicial com Jesus Cristo e comparo com a figura irreverente do Roque Santeiro. Diferença grande, é mortal agora.

10 - Conclusão

"Assim é uma espécie de mágica", comenta ela: "o senhor fala e dissipa seus males". Isto mesmo. Seria mágica se surtisse efeito um pouco mais rapidamente. Um atributo essencial de um mágico é a rapidez – poder-se-ia dizer a subitaneidade – do sucesso. Mas os tratamentos analíticos levam meses e mesmo anos: mágica tão lenta perde seu caráter miraculoso. E incidentalmente não desprezemos a palavra. Afinal de contas, ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar outras pessoas. As palavras podem fazer um bem indizível e causar terríveis feridas. Sem dúvida "no começo foi a ação" e a palavra veio depois; em certas circunstâncias ela significou um progresso da civilização quando os atos foram amaciados em palavras. Mas originalmente a palavra foi magia – um ato mágico; e conservou muito de seu antigo poder.

Sigmund Freud, A questão da análise leiga

Gostaria de retomar as questões que me formulei quando nos despedimos. A primeira delas – o que foi que eu fiz – foi-se esclarecendo na medida em que fui escrevendo. Pensei na eventualidade de nada ter feito. Isto mesmo: nada fiz [e mantive este nada para que aí pudesse surgir algo, sempre novo.] Encarando fazer com a conotação de interferência, de manipulação ativa dos elementos para obter determinado resultado. Quando se trata de psicanálise, dificilmente podemos antever com precisão as conseqüências do nosso fazer ou os benefícios do processo. Ali, no aqui e agora da relação analítica, estão envolvidas duas pessoas, embora uma delas, o analista leve uma certa vantagem sobre a outra, por já ter trilhado caminhos desconhecidos de si mesmo e que, por isso mesmo, é capaz de reconhecê-los quando se lhe avizinham.

Mas fazer também significa *dar existência* ou *forma a; criar*. Nesse sentido encontro o que eu fiz: quando me propus seguir com Daniel sua psicanálise, emprestei a ele, nos momentos em que estávamos juntos, uma escuta isenta numa certa medida, contando com o fato de eu ser humana e, portanto, limitada – dos mecanismos que o impossibilitavam de saber de si mesmo, de criar-se. Para isso fez-se mister o desejo do analista.

Essa criação, ser analista – diferente de ser mãe - resume-se no desejo, mantido por um determinado período de tempo, de que o sujeito em questão, nem sempre paciente, venha a reconhecer e assumir a responsabilidade pelo seu próprio desejo (na verdade, muitos e obscuros na maioria).

Mas nem sempre isso ocorre e não podemos saber exatamente os motivos que levam uma análise ao êxito ou ao fracasso, só sei que devemos continuar tentando criar. Na verdade, como diz o artista, as coisas estão aí para serem vistas: “Galos, sempre houve galos, mas, como tudo nesta vida, eu precisei descobri-los” (2). Foi ao ver o que estava aí para ser visto e ouvido que Freud pôde inventar a psicanálise.

Penso que fui como o acompanhante de um viajante perdido que buscava o retorno à estrada principal – eu o guiava como conhecedora do território, mas era ele quem ia fornecendo as pistas, pontos de referência, que o levariam de volta ao lugar que só ele saberia reconhecer. Na medida que ia chegando e o caminho se tornava mais familiar e, portanto, menos ameaçador porque verdadeiro, o acompanhante já se fazia dispensável. (a não ser pelo prazer da própria companhia, mas isto é outra história).

A segunda pergunta que me fiz – como ele saiu do silêncio forçado para essa existência livre, para sua fala, para si mesmo – está em parte respondida nas páginas anteriores, em parte está por conta das coisas que existem entre o céu e a terra e que nem a filosofia imagina.

Nota explicativa:

Este artigo foi escrito nos anos oitenta, do século passado. Apontando desta maneira parece muito antigo, até ultrapassado para aqueles que, em nossa época, passada mais de meia década do novo século XXI, são impelidos a acompanhar todos os lançamentos da tecnologia. Felizmente, nós, psicanalistas, estamos um pouco mais protegidos do que aqueles que desconhecem seus inconscientes contra este mal de época.

Assim, preferi manter o trajeto de uma psicanalista na construção de sua clínica tal como o escrevi na ocasião. No texto, para aqueles que conhecem a história da psicanálise, fica declarada a sustentação teórica da clínica exercida, quando começava a estudar as hoje imprescindíveis contribuições de Lacan. Que essa escrita possa servir para aqueles que estão começando a prática clínica da psicanálise com crianças.

Notas

1 - Levamos várias sessões trabalhando a sua necessidade em ser o mais responsável dos filhos, o primeiro aluno, o exemplo para os irmãos e colegas. Tomou contato com a sua angústia de ser rejeitado por todos se abrisse mão desses papéis. Ainda assim, vem se expondo mais perante o outro.

2 - Pablo Ruiz Picasso a um jovem pintor americano, em 1938.

Referências Bibliográficas

- FAVILLI, M. P. Técnica de psicanálise com crianças. In: *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. XVI, no. 2, 1982.
- FREUD, S. A questão da análise leiga (1926). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GODINO CABAS, A. Anotações de seminários. Rio de Janeiro: IBAM, 1985.
- LACAN, J. Mais, ainda. In: *O seminário, livro 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. *A família*. Lisboa, Portugal: Assírio e Alvim, 1981.
- MCDUGALL, J. *Em defesa de uma certa anormalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Rita Maria Manso de Barros

Psicanalista, Doutora em Teoria Psicanalítica, Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Membro efetivo e fundador da SEP-JF

Endereço eletrônico: ritamanso@globo.com

“SER CRIANÇA”: O FRUTO DOS TEMPOS

Leila Guimarães Lobo de Mendonça

Resumo: Discute-se o “ser criança” como produto dos tempos, em que sua representação estará articulada com as transformações dos caracteres que marcam um período histórico. Assim, questiona se a criança não seria um sujeito-objeto cultural inventado pelo homem.

Palavras-chave: Criança, cultura, objeto de gozo.

Abstract: We discuss “being a child” as a product of the times, in which its representation will be articulated with the changes of the characters that designate a historical period. Therefore, the question remains would the child be a cultural object-subject created by mankind.

Keywords: Child, culture, object of the enjoyment.

*“Meu tio me perguntou se na escola sou anjinho ou sou capetinha.
Sou criança ué.” (1)*

Sem saber da minha questão, este garotinho me dá de bandeja o que durante um tempo estava tentando formular. É com a resposta ao tio que parto para enunciar minha questão e que a coloco em trabalho neste artigo. O que é “ser criança”? Escutamos, tanto nos dias de hoje, que não existe mais infância e que as crianças não são como antes. O que acontece com as pequenas criaturas que chamamos de crianças, que parecem não mais serem o representante da infância, nos levando a sentir uma certa nostalgia em relação à infância passada e a sentir uma certa inquietação em relação à infância de hoje? Sendo a família um produto da cultura, ou seja, “secundária a uma ordem Outra” (LAIA, 2001:17), e levando em consideração que uma cultura está sempre articulada com o contexto sócio-político-econômico de uma época, será o “ser criança”, e conseqüentemente a infância, fruto de um contexto histórico que marca cada período da civilização?

Enfim, são inúmeras as questões e para trabalhá-las será necessário fazer um breve percurso pela história, na tentativa de responder que a infância, nascendo de uma representação dada pela cultura, permeando o discurso familiar, é uma criação do homem.

1- Um pouco da história

Entre a civilização antiga e a civilização contemporânea um longo tempo se passou; mas não será o tempo cronológico que irá demarcar esta passagem e sim o tempo histórico, o qual irá nos dizer a respeito dos períodos da existência humana. Estes são marcados pelas ações do homem, as quais provocam transformações ideológicas, gerando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas.

Tomando como ponto de partida a história da civilização greco-romana, perceberemos que o “ser criança”, assim como a infância, possuem diversas significações, as quais estarão de mãos dadas com o contexto sócio-político-econômico-cultural da era vigente. Toma-se este ponto de partida, devido ao fato da cultura greco-romana ter servido como base histórica e cultural para a fundação do mundo ocidental, influenciando, assim, culturas subseqüentes de forma bastante significativa.

A história da civilização nos mostra que o período da Antiguidade foi marcado por grandes lutas internas e externas, tendo como objetivo central a expansão territorial, acumulando riqueza e fortalecendo o poder político que, normalmente, era centralizado na figura de um rei ou de um imperador, o qual além do poder político, era cultuado como um deus. Neste sentido, a educação

na Grécia Antiga enfatizava a militarização, de tal forma que aos sete anos de idade o menino era entregue ao Estado para uma formação militar e com dezoito anos de idade já era soldado de infantaria. Normalmente, as meninas eram enjeitadas e as crianças com deficiências físicas eram sacrificadas. Assim, na Grécia Antiga, a concepção de um filho estava marcada pelo aumento da riqueza. Um filho seria um futuro guerreiro! Seria mais um soldado a invadir terras a serem conquistadas.

Em Roma, durante o Império Romano, não foi tão diferente. A vida da criança dependia do desejo do pai. O pai é quem decidia se aquela criança seria reconhecida ou não. O poder do *pater familias* era absoluto. “*Em Roma um cidadão não tem um filho: Ele o toma, levanta*” (VEYNE, 1989:23), deixando claro que o fato de uma criança nascer não basta para que ela esteja no mundo, sendo “*preciso separar o que é bom do que não pode servir para nada*” (VEYNE, 1989:23), pois o importante era, através dos filhos, perpetuar a oligarquia dirigente. Segundo Veyne, “*em Roma a voz do sangue falava muito pouco, o que falava mais alto era a voz do nome da família*” (1989:25). Sendo assim, a criança romana, ao nascer, era entregue a uma nutriz e a um pedagogo para que pudesse ser educada com severidade, já que supunham que, na casa dos pais, reinaria a indolência e esta levaria à luxúria e à decadência. A educação teria como objetivo a resistência a estes estados depois de adulto.

Somente a severidade, que aterroriza os apetites tentadores, desenvolve o caráter. Também, diz Sêneca, os pais forçam o caráter ainda flexível dos bebês a suportar o que lhes fará bem; podem chorar e se debater que mesmo assim são rigidamente enfaixados, com medo de que seu corpo, ainda imaturo se deforme ao invés de crescer direito e em seguida se lhes inculca a cultura liberal recorrendo ao terror, se a recusam. (VEYNE, 1989:29).

Quanto ao amor dos pais pelos seus filhos estava longe de ser como conhecemos. Os filhos eram amados “*como os continuadores do nome da família e da grandeza da linhagem. Sem vãos enternecimentos. Era legítimo chorar a ruína das esperanças familiares*” (VEYNE, 1989:30). Assim, os cuidados afetivos, como hoje conhecemos, eram função da criadagem.

Na medida em que a conquista de novas terras expandia o poder político, expandia também o poder da moral reinante, a fim de perpetuar o corpo cívico, pois se acreditava que nessa moral se encontrava o ideal da humanidade. Desta forma, cabiam as crianças encarná-la, sendo “*deslocadas como peões no tabuleiro de xadrez da riqueza e do poder*” (VEYNE, 1989:31).

Com a decadência e a queda do Império Romano, houve uma fragmentação político-cultural nos antigos domínios romanos. Em função da instabilidade causada pelas guerras, acompanhada da decadência do comércio e da escassa mão de obra escrava, a população passou a viver em comunidades isoladas. A ruralização passou a caracterizar parte do período medieval, formando de forma progressiva o feudalismo. O feudo era uma grande família, não existindo, ainda, a família nuclear. Esta era expandida para os amigos, vizinhos e serviçais, que através do convívio e da confiança mútua, eram incorporados à domesticidade pelo dono da casa, estendendo, assim, o seu poder, o *pater familias*. Ao pai cabia governar a família e o patrimônio como um rei. Assim, todos estavam submetidos a *potestas*, e a este título deviam obediência e respeito. Família e patrimônio pareciam comportar uma unicidade diante do poder paterno, já que o pai era dono de tudo, não só das coisas, mas das pessoas a sua volta, tamanho o controle que exercia, de tal forma que era reverenciado e visto pelos filhos como uma pessoa sacrossanta. Embora, ao pai fosse

delegado todo este poder, à mãe era delegada a educação dos filhos, mas não sem antes ela ter sido “educada” pelo pai de seus filhos, com seus longos discursos moralizadores e até mesmo com corretivos.

Além do feudalismo, o cristianismo teve uma grande influência marcando a mentalidade medieval. A Igreja, presente em toda a sociedade, implantando valores como a passividade e a subordinação, a fim de que o indivíduo tivesse a alma protegida, passou a exercer um grande poder, representando não só o poder divino, mas o poder político-econômico-cultural transformando, assim, o pensamento da época. O período Medieval foi caracterizado pela moral cristã, o que quer dizer que o mal deveria ser exorcizado, pois era visto como pecado. O mal era a presença do demônio. A obediência e a submissão, impostas por uma rígida educação, eram uma forma de se fazer prevalecer o bem e a ordem dos costumes.

À criança era atribuída uma fragilidade não só corpórea e biológica, mas também uma fragilidade moral, de tal forma que ela era vista como possuidora de uma tendência natural para o mal, precisando ser corrigida antes que este se apossasse dela. Ela precisava ser modelada, tal qual um adulto. É interessante notar que, desta forma, o adulto ganhava o estatuto de ideal, e que a prática de moldar as crianças, consideradas seres incompletos, imperfeitos e incapazes, atravessou o tempo chegando aos dias atuais. Podemos dizer que a existência de um resto, resto este perceptível, do discurso religioso perpassa, ainda hoje, no discurso científico de alguns saberes relacionados à criança.

Não podemos dizer da existência de um “sentimento de infância”, tanto na Antiguidade Clássica como no período Medieval, justamente porque a família era uma “realidade moral e social”, sendo associada ao patrimônio e à reputação. A criança cabia perpetuar isto. Assim, logo entrava no mundo do adulto, sem ser diferenciada deste. Participava das conversas, festas, jogos e trabalhos. Vestia-se como adultos, enfim era a miniatura do adulto. Sua inserção no mundo dos adultos se dava para que pudesse aprender e encarnar a moral e os bons costumes, contribuindo, assim, para a conservação dos bens e a proteção da vida e da honra. Então, cedo a criança era educada através da aprendizagem, uma aprendizagem realizada pela prática. Ela era enviada a outras famílias, para que com estas pudesse aprender um ofício e as boas maneiras. O que prevalecia aqui era a domesticação e a disciplina.

Para bem servi-lo, e se quiseres merecer seu amor, deves deixar toda a tua vontade para servir a teu mestre de bom grado.(...) E sempre, em qualquer casa ou a qualquer mestre a quem sirvas, faz, se puderes, por merecer a graça e o amor de teu mestre, a fim de que possas ser mestre quando chegar o tempo. Mas esforça-te para aprender um bom ofício, pois, para praticar tua vida, deves aplicar nela todo o teu coração. Assim fazendo, poderás ser e te tornar, de criado, mestre, e poderás te fazer servir e merecer prêmios e honras, e finalmente obter a salvação de tua alma. (ARIËS, 1978:156).

A decadência do feudalismo gerou inúmeras mudanças, dando origem à formação da burguesia. Estas mudanças promoveram a expansão do trabalho assalariado, a obtenção de lucros e uma economia monetarizada, os quais foram os embriões do capitalismo, transformando não só a economia, mas a vida em sociedade, pois a expansão comercial proporcionava o contato com outros povos, de forma mais intensa, surgindo, assim, outros valores; valores, estes, não mais subordinando a vida à “vontade divina”, dando início a uma certa diluição do poder da Igreja.

Com essas mudanças, vamos percebendo o surgimento de um outro olhar para a criança,

de tal forma que uma diferenciação entre o mundo da criança e o mundo do adulto começa a se dar. A educação que até então era através da aprendizagem pela prática, ao final da Idade Média passou a ser realizada através da escola. Se antes, a ocupação da família com a criança era muito mais pela contribuição que esta podia dar ao estabelecimento da família, a nova realidade fez com que um outro laço começasse a se constituir. Para a compreensão deste novo laço, temos que pensar que antes não havia um momento em que se experimentava a solidão e a intimidade, ou seja, estas não tinham vez em função da vida coletiva ser intensa. Não havia lugar para o privado. A casa era a rua, o indivíduo era a multidão. Não havia separação entre o público e o privado, assim como entre a criança e o adulto. Sabemos que aonde não existe separação e diferenciação, a promiscuidade irá dominar. É diante deste caos que a sociedade medieval se encontrava, necessitando de uma reforma. Assim, surge um movimento de moralização por parte dos reformadores da Igreja e do Estado e por parte dos educadores, em que a essência era separar a criança do mundo adulto. Acreditavam que, sendo ela portadora de uma tendência natural ao mal, o mundo do adulto a perverteria facilmente. Assim, a criança precisava ser educada. *“A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto”* (ARIÈS, 1978:159).

Percebemos, assim, um novo olhar dispensado à criança, na medida em que este começa a despertar uma afetividade por parte dos pais. Este olhar é um dos frutos de mudanças complexas, as quais resultaram em uma nova moralização da sociedade, tendo como efeito uma outra representação da família e como consequência uma outra representação da criança, ou seja, se a família dentro desse contexto histórico ganhou um outro lugar, a criança passou a ganhar uma inscrição no social, a partir do momento que esse novo olhar passou a diferenciá-la do adulto. O grande movimento de moralização deu aos pais um lugar de *“guardiães espirituais, que eram responsáveis perante Deus pela alma, e até mesmo, no final, pelo corpo de seus filhos”* (ARIÈS, 1978:194). Se antes a família transmitia os bens e o nome, agora ela assume uma outra função: a de moralizar e a de espiritualizar que, segundo Ariès, seria a formadora dos corpos e das almas. Assim, do final da Idade Média até o século XVII, a criança passou a ter um outro lugar dentro da família. Sendo vista como um ser distinto de um adulto, começou a nascer uma preocupação em torno dela. Os tratados de civildade também passaram a ser mais voltados para as crianças. Embora a família estivesse mais concentrada na criança, ainda era mais voltada para o público, pois as relações sociais tinham um caráter de extrema importância, já que o comércio, se expandindo para o mundo, era essencial para a sobrevivência.

A força, cada vez maior, da burguesia teve participação decisiva nos contextos políticos, religiosos e culturais. Desta forma, a supremacia, não só da nobreza, mas da Igreja começou a ser abatida pelos valores da burguesia. O Renascimento Cultural retrata todas essas modificações, deixando à vista o antropocentrismo, se opondo, assim, ao teocentrismo medieval. Com o Renascimento Cultural, as portas foram abertas para o Renascimento Científico, possibilitando a explicação do mundo pelas ciências, e se libertando dos dogmas da Igreja.

Em meio a tensões pré-revolucionárias entre monarcas, nobreza e burguesia, em que política e moral não se conjugavam, surge uma nova ideologia desenvolvida e incorporada pela burguesia: o Iluminismo. Um dos grandes iluministas, Jean-Jacques Rousseau criticava o excesso de racionalismo, pelo fato deste reprimir os sentimentos. Para ele, o cultivo e a manifestação dos sentimentos levariam o homem ao conhecimento e à felicidade. Suas idéias tiveram grande aceitação, influenciando muito no surgimento de uma outra família.

Qual seria a influência desse contexto histórico na representação da criança? Qual a ligação da criança com burguesia, capitalismo, absolutismo, renascimento, iluminismo, enfim, com todo esse contexto que nos diz de comércio, moeda, reinado, poder, ciência, ideologia e que parecem não fazer parte do mundo da criança? Este contexto transformou a mentalidade humana, marcando a sua sensibilidade e a forma de encarar o mundo, já que o individualismo, o materialismo, a concorrência e a própria divisão social de trabalho, elementos do capitalismo, passaram a ganhar uma grande força. A vida privada ganhou um lugar diferenciado, e à vida pública foram prescritas normas, através dos meios jurídicos, médicos e educacionais, a fim de obter a garantia da civilidade. Toda essa conjuntura histórica, centrada nos elementos do capitalismo, levou a família moderna a se voltar mais para a casa, que se antes era uma continuidade da rua, agora ela passa a ser reservada aos pais e às crianças, de tal forma que a intimidade, entre eles, passou a prevalecer e com isto os laços afetivos passaram a ser de outra ordem, deixando a criança de ser um mero objeto de distração ou aquela que promoveria a família na sociedade. Assim, o que se percebe é uma disseminação de sentimentos pela infância, em função da vida privada na família.

As crianças tal como são e a família tal como é, com suas dores e alegrias quotidianas, emergiram de uma rotina elementar para atingir as zonas mais luminosas da consciência. Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna. (ARIËS, 1978: 188).

A partir do contexto histórico da era moderna, podemos resumir a representação dada à criança como sendo o homem de amanhã, ou seja, o futuro da nação estaria nas mãos da criança. De acordo com Perrot (1995:146), *“o filho é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte”*. Com esta nova representação, um investimento foi dispensado à criança, onde novos saberes, se transformando em ciências, vão surgindo, a fim de protegê-la, educá-la e discipliná-la, pois a criança é herdeira não só da família, mas da nação: *“É futuro da nação e da raça, produtor e reproduzidor, cidadão e soldado de amanhã”* (PERROT, 1995:147). Enfim, a criança passa a ser o centro de um investimento, fazendo parte do discurso social, o qual a coloca em uma posição privilegiada, pois representa o futuro da civilização. Assim, se faz necessário conhecê-la inteiramente.

Conhecê-la sob todos os ângulos, cuidá-la para que se previnam todos os riscos, superar os efeitos danosos do meio familiar ao seu florescimento eficaz, otimizar suas potencialidades, são imperativos asseguradores do controle das incertezas do futuro da civilização, e esperança de garantia da estabilidade da ordem social. É o que faz da criança uma valência futura – representação que resgata o que não foi possível realizar no passado, projetada para o futuro do adulto ideal que, no narcisismo dos pais, encontra sua singularização (VORCARO, 1997:33).

Desta forma, várias especificidades surgiram em relação à criança, legitimando uma natureza própria, calcada na sua espontaneidade, curiosidade e sensibilidade. Se antes, a criança era vista pela ótica da imaturidade biológica, a partir desses novos saberes passa a ser vista por uma ótica que a associa a origem do homem, o que nos faz perceber a insistência de todo um discurso pautado não só no desenvolvimento, mas em uma “correção” quando algo nele não está

de acordo. De acordo com o quê? De acordo com quem? Ora, este é então, um discurso traçado pelo outro, seja este a família, o médico, a escola, o social, enfim, menos o da criança.

Se o discurso se pauta no desenvolvimento, se pauta, então, em um ponto a ser atingido; ponto, este, colocado como ideal, como sendo portador de um saber e de um poder. Diante disto, a criança não possui saber e nada pode. É comum escutarmos sobre a criança: *"Ela não sabe o que diz", "Não leve em consideração, é apenas uma criança..."* Assim, será o outro que irá dizer pela criança, sobre a criança e quem é a criança. Este discurso se fundamenta na jurisdição da infância, onde a criança, para efeitos civis e penais, não pode responder pelos seus atos, muito menos realizar um contrato social, ficando nas entrelinhas que ela desconhece as leis e, em função disto, alguém responderá por ela. Segundo Patrick Valas (1991:142), isto ocorre *"porque a criança não é considerada um ser comprometido com sua palavra"*. Se antes, a criança parecia não existir, na medida em que era confundida como um adulto em miniatura, agora uma existência lhe é dada, embora uma existência representada pelo outro, uma existência circunscrita no discurso médico, pedagógico, psicológico e jurídico.

Dentro deste contexto histórico, surge a psicanálise com um discurso inovador; um discurso que, ao apontar para uma descontinuidade, rompe com todo um saber científico daquela época. Este dizia de um corpo em evolução, adaptativo e que, portanto, caracterizaria a infância. O saber psicanalítico revela sua inovação ao nos dizer, já nos seus textos inaugurais, que em função da insuficiência do organismo e, portanto, da dependência que vai se estabelecer com o outro para que este organismo sobreviva, uma história será escrita. Assim, a precariedade do organismo humano será a via de acesso, e única, que permitirá com que um outro corpo, que não o biológico, possa se constituir. Um corpo marcado pela sua insuficiência e não por um tempo cronológico, em que se atingiria uma maturação; um corpo que, marcado pelo outro, possibilitará vida ao organismo; um corpo que se faz sempre presente no que ele comporta um infantil, e que a partir dele o sujeito se constitui. Um corpo que, sendo marcado pelo infantil que aponta para a sua precariedade, dá condições ao sujeito de falar de si, possibilitando-lhe criar uma nova versão de sua existência, não mais aprisionado ao outro.

2- A criança na psicanálise

A princípio, a criança para Freud era uma criança seduzida e traumatizada, a qual perturbaria o espírito daquele que, tempos depois, se tornaria um adulto. Logo Freud (1897/1987:310) descartou esta idéia. Insistir neste ponto seria acreditar que as figuras paternas seriam todas perversas. Sua descrença possibilitou-lhe realizar uma leitura inédita da sexualidade, onde esta se inscreveria no registro da fantasia e sua finalidade seria da ordem do prazer e do gozo, rompendo, assim, com o discurso científico de sua época, em que a sexualidade era associada apenas à genitalidade, com a finalidade de reproduzir a espécie.

Quando, no ano de 1905, Freud escreve os seus *"Três ensaios da teoria da sexualidade"*, afirmando que a criança, já na sua mais tenra infância, possui uma sexualidade e que esta é referida às satisfações que ela obtém já no ato de sugar, buscando assim, repeti-la, ele começa a desconstruir várias idéias, as quais vigoravam na época: A primeira, a de que a criança seria dotada de uma pureza, ingenuidade e inocência, ou seja, de que a criança seria um ser assexuado. A segunda, de que a sexualidade seria associada apenas à genitalidade e que sua finalidade seria, apenas, a reprodução da espécie, e a terceira idéia a ser desconstruída, seria que sendo a sexualidade inerente à pulsão não seria possível pensar em uma natureza infantil passível de ser

modelada, já que para Freud (1905/1987) esta natureza seria da ordem do pulsional. A isto não tem como disciplinar.

A psicanálise, com todo seu arcabouço teórico, nos diz, então, de um outro corpo. Corpo, este, que não se insere na ordem do desenvolvimento como o corpo biológico, mas de um corpo psíquico, o qual é marcado por uma precariedade. Sendo o desamparo uma condição própria e específica do ser humano, uma dependência absoluta em relação ao outro será instalada. No texto *"O projeto para uma psicologia científica"* (1895/1987), Freud vai dizer que o humano ao nascer sofre de um desamparo motor, devido a sua impotência motora para satisfazer suas necessidades vitais. Isto quer dizer que, sem a presença do outro, o ser humano não tem a mínima condição de sobreviver, sendo a morte uma possibilidade real. Como nos diz Joel Birman (1999), é em função de uma precariedade e da possibilidade da morte que uma subjetividade será constituída, sendo a morte uma *"condição sine qua non para a vida"* (BIRMAN, 1999:151), onde esta é, então, construída contra a ameaça da morte que marca o organismo humano.

A qualquer estímulo externo ou interno, a tendência do organismo é a de descarregar, pois estes são sentidos como um excesso, ocasionando tensão e desprazer. O que o organismo busca, através da descarga, é o retorno ao estado de quietude total, marcado pela falta de movimento. Com isto, podemos dizer que ao nascer o organismo humano é marcado por uma desordem, devido ao movimento de descarga. É um organismo biológico respondendo às inúmeras impressões fisiológicas e estimulantes que, ao ser inserido no mundo real, recebe. Inserido no mundo real, experimenta sensações corpóreas: fome, sede, frio, calor, dor... Sem saber do que se trata, chora, grita, "engole fôlego", soluça... Devido a sua incapacidade de realizar uma *"ação específica"* (FREUD, 1895/1987), a presença do outro será fundamental para que ele sobreviva. Esta intervenção proporcionará uma satisfação, de tal forma que, o que era da ordem da necessidade passará a ser da ordem de uma demanda. É fundamental que o outro possa escutar o choro do infante como demanda de algo, como um apelo. Estar surdo a isto é deixá-lo mergulhado no caos.

Pelo olhar materno, que não se resume aos olhos da mãe, mas a tudo que advém dela, perpassa todo o seu desejo. A mãe investe seu bebê com sua sexualidade, com seu desejo; desejo este em que ela acredita que o bebê é muito mais do que realmente é. Trata-se, então, de um olhar primordial, fundador, pois ele será o suporte para a construção de um corpo, de uma imagem e a condição necessária para entrar no mundo simbólico. Isto levará a uma organização psíquica, através das nomeações que vão sendo realizadas. Ela, a mãe, faz isso na medida em que dá um sentido, uma significação às manifestações do bebê, sejam elas, o choro, seus gestos, seus movimentos corporais. Desta forma, os cuidados maternos vão injetando vida nesse corpo que por si só não tem condições de sobreviver. Serão os cuidados maternos que irão possibilitar uma organização já que, através dos objetos que a mãe oferece (ex: o seio), irá instalar o prazer, promovendo uma satisfação. O movimento do outro, através de seus cuidados, intervindo contra a descarga total, ou seja, contra a morte, erotiza o corpo do *infans*, possibilitando a construção de um corpo subjetivo. Assim, a criança possui uma sexualidade, na medida em que seu corpo passa ser permeado pelas pulsões sexuais. (BIRMAN, 1999).

Ao dizer da existência da sexualidade infantil, Freud também nos dirá (1905/1987) que o corpo possui uma multiplicidade de zonas, privilegiando a boca, o ânus e o genital, por serem órgãos que ficam mais expostos aos cuidados maternos, e que pelos quais se obteria satisfação. Assim, as zonas erógenas *"seriam regiões localizadas na superfície do corpo que fazem fronteira com a exterioridade deste e que se contatam com outros corpos"* (BIRMAN, 1999:32), denunciando

a descontinuidade e a incompletude do corpo. Ainda com Birman, seria por esta incompletude, pelos buracos da carne, que o erotismo se produziria. Assim, a descontinuidade do corpo nos fala da incompletude do sujeito, precisando do outro para a experiência de satisfação.

A partir disto, vemos que o estatuto que a psicanálise dá ao corpo é de um corpo constituído de fraturas, de hiâncias, não existindo, então, a possibilidade de uma evolução a fim de se alcançar uma maturidade ou uma completude, já que esta não proporcionaria a produção do erótico, e por ser através deste que a vida seria possível, podemos, então, afirmar que com a completude o corpo estaria fadado a morrer. Isto já demonstra que a psicanálise dará uma representação à criança, bastante diversa daquela que sustenta um ponto de vista desenvolvimentista, cuja finalidade é a de se atingir um ideal.

Embora, Freud não tenha tido uma clínica com as crianças, o seu olhar estava voltado para elas, tanto na criação do corpo teórico quanto na sua escuta em relação aos seus analisandos. A representação da criança, Freud irá construir, não através de observações diretas a ela, mas a partir da análise de seus pacientes adultos, na medida em que eles lhe apresentavam, em seus discursos, um *"tecido tramado"*, sendo o fio condutor a infância (VORCARO, 1997), já que nela se inscreveria a fantasia do sujeito. Neste tecido tramado, Freud pôde localizar os fantasmas do sujeito, os quais se encarregam de exacerbar o imaginário e que traçam as diversas formas do sujeito gozar. Assim, de acordo com Vorcaro:

A criança que grita permite a Freud (1895) situar a resposta de um agente como ação específica, incidente no estabelecimento do laço social. *A criança que sonha* é interpretada por Freud (1900), possibilitando afirmar que os sonhos de criança são de inestimável importância por provarem que representam realizações de desejos. *A criança que trata as palavras como coisas* aponta, para Freud (1905), a lógica do pensamento inconsciente, calcada na economia psíquica da busca de prazer, que ele articula à motivação do chiste. *A criança que brinca* comporta-se, para Freud (1907), como um escritor criativo e como um adulto que fantasia. *A criança que investiga e teoriza* sua origem e sua sexualidade incita Freud (1908) a desconsiderar a hipótese inatista da capacidade de pensar para inseri-la nas malhas do primeiro conflito psíquico da criança, constrangida pela ameaça de perda do amor, pelo efeito da presença do semelhante e pela constatação da diferença sexual, constituintes originários do complexo nuclear da neurose. *A criança que se angustia* apresenta a Freud (1910) que a despeito da precariedade do domínio que a criança tem da língua, ela está inscrita na linguagem e ultrapassa o que pode ser suposto dela. A criança serve-se de objetos e de relações para figurar o sexual. *A criança que se identifica e teme um animal* conduz Freud (1913) a analisar o deslocamento, aí operado, de sentimentos da criança relativos ao pai para o animal, tomando tal deslocamento como referencial para explicar o totemismo e sua consequência teórica: a construção do mito do assassinato do pai primevo. *A criança que repete experiências desagradáveis* apresenta a Freud (1920) o estatuto do jogo enquanto modalização do desejo e insere-se no processo de elaboração teórica da compulsão à repetição, onde o laço entre gozo e sofrimento orientam o ultrapassamento teórico da regência do princípio do prazer no psiquismo. *A criança lactente que recua* frente ao rosto estranho abrigando-se aos prantos nos braços de sua babá, é localizado por Freud (1924) na mesma posição do homem que encontra na prece o artifício para enfrentar o desconhecido (VORCARO, 1997:46-51).

Considerando esta citação a respeito das manifestações da criança, percebemos que a maturidade não isenta o homem da insistência e emergência do psiquismo, e que essas manifestações possuem *“uma mesma estrutura que situa seus sujeitos numa mesma posição”* (VORCARO, 1997:51), independente de serem crianças ou adultos, pois se trata de um infantil que é indomável à dimensão cronológica, e por este infantil o sujeito é marcado.

Assim, enquanto outros campos teóricos dizem da criança enquanto um ser em desenvolvimento, em formação, a psicanálise nos diz que antes da criança se constituir como sujeito, ela é objeto do Outro. Enquanto objeto, ela está submetida a ele.

O desejo materno, que não é um desejo qualquer, traz no seu âmago a escritura do Édipo da mulher. Assim, na relação mãe-bebê perpassa a subjetividade da mulher. Desta forma, nesse tempo de alienação, a criança é chamada a recobrir a falta da mãe, reconstituindo, assim, a ferida narcísica desta e lhe proporcionando uma satisfação plena (contudo, ilusória).

“His majesty the baby” é a frase que Freud utiliza para dizer do lugar que a criança ocupa no desejo dos pais. Lugar, este, fantasmático, já que “a criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram – o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe”. (FREUD, 1914/1987:98)

Freud, com sua *“equivalência simbólica”* (1933/1987:128), nos diz que a criança ocupa na economia subjetiva da mãe um lugar de objeto. Como objeto a criança é incluída na fantasia materna. Porém, para que a mãe possa subjetivar a criança real, é necessário que haja uma regulação do seu gozo pela função paterna, a qual impedirá que a criança seja reduzida ao objeto de gozo na fantasia materna. Isto nos deixa claro que quanto mais precária for essa regulação, mais a criança estará sujeita a exercer essa função, ou seja, a de realizar a verdade desse objeto.

Se a mãe (função materna) dá condições para a constituição de um corpo, de uma imagem, será o pai (função paterna) que possibilitará o nascimento de um sujeito desejante, ao lhe dar condições de sair de uma identificação alienante, imaginária, permitindo, desta forma, diversificar suas identificações.

Sendo a família secundária a uma ordem Outra como nos diz Sérgio Laia, ou seja, *“a família é ela mesma, tanto quanto a criança nascida em seu seio, um produto da Ordem Simbólica”* (LAIA, 2001:17), podemos ver uma certa equivalência entre o discurso da família e o discurso da cultura. Assim, da mesma forma que uma criança poderá ser reduzida a um objeto de gozo da mãe (representante do Outro) na medida em que a função paterna se faz precária ou não se faz, podemos vê-la em um âmbito maior, o mundo, entregue aos caprichos daquele que ganha corpo na cultura, como objeto das fantasias da subjetividade de uma época.

3- A criança na atualidade

“Quero comprar, quero comprar, mais e mais e mais”.

“Quero comprar uma bola de futebol brilhante, tamanho quatro, para eu estragar, depois comprar outra, depois estragar ela, depois comprar outra, depois estragar ela...”

“Quero comprar tudo. Compre um pouco com dinheiro e um pouco com cartão de crédito”.

“A gente chega, agarra a menina para beijar na boca”.

“Eu não vou ter filhos. Eu gosto mais de bebês, mas não pode vender um filho. Quando ele tiver crescido eu ia vender, mas não pode vender”.

“Você vai casar? Não. Você vai ter filhos? Não. Você não tem medo de ficar sozinha? Eu ia ter um cachorro. Você não sentiria falta de um marido e de filhos? Eu ia ter um cachorro grande

e um pequeno. O cachorro grande seria seu marido e o pequeno seria o seu filho? É”.

Há pouco mais de um ano, milhões de telespectadores da Rede Globo puderam ouvir essas falas (2). Provavelmente, milhares dos telespectadores acharam graça. A criança, por sua natureza, pela espontaneidade que possui, provoca o riso. Ela fala do real com muita naturalidade, ela parece não se chocar. É provável, que outros tantos telespectadores tenham, senão se chocados, sentido alguma inquietação diante do que escutaram, afinal as crianças têm no dito que aquela infância idílica não existe mais, aquela infância em que a fantasia era o seu sustento parece não mais existir. Fantasias o quê, se tudo nos dias de hoje pode acontecer?

O quê fica escancarado aos nossos olhos que, para nos protegermos do impacto causado, lançamos mão de uma “falsa naturalidade”, que por vezes chega às raias do cinismo e quando não da indiferença? Assistindo a um programa de televisão (3), me deparei com uma cena: O nascimento de um bebê com anomalias (cabeça triangular, olhos esbugalhados, testa proeminente...) que mal parecia um ser humano, tamanha sua deformidade e a enfermeira dizendo à mãe: “Seu bebê é lindo”. Parece que assim fazemos em relação às crianças ditas contemporâneas. Se nos chocamos ou nos inquietamos, aos poucos, infelizmente, vamos nos acostumando. O nosso espanto vai sendo diluído pela repetição maciça que a mídia realiza, de tal forma que passamos a achar natural, e achar graça, naquilo que as pequenas criaturas, entre risos e gestos desengonçados, nos dizem. No mundo infantil, nada mais parece ser de mentirinha.

Não é raro escutarmos que a infância não existe mais, assim como que a criança se transformou em um pequeno adulto. Analisando o momento histórico, o que se percebe não é a inexistência da infância ou da criança, mas uma mudança na sua representação, já que se vive em um outro contexto histórico, onde ocorreram transformações que alteraram a compreensão da sociedade e que, sendo assim, a forma de ser dos indivíduos sofreu significativas mudanças devido à nova realidade histórica.

Vive-se, hoje, em um mundo marcado pela terceira revolução industrial, onde a sociedade organizou sua atividade econômica, de tal forma que o indivíduo vem sendo substituído pelos robôs, computadores, softwares em função de estes proporcionarem um aumento, extraordinário, na produção de mercadorias, em um mínimo período de tempo, gerando, assim, um lucro cada vez maior para um mercado competitivo. Desta forma, temos como marca que impulsiona a era contemporânea fatores que, inevitavelmente, atingem a forma de ser e de pensar do indivíduo: a rapidez, a competição e a obtenção de um lucro cada vez maior. Estes são fatores que, ao capturarem o indivíduo, se transformam, quase que em osmose, em premência, apagamento da alteridade e a obtenção de um gozo cada vez maior, sendo encontrado em seu bojo o culto pela imagem. Imagem, esta, que diz que se “é” a partir do que se “tem”, ou seja, os indivíduos se reconhecem pelos objetos que possuem. Como nos diz Marcuse (1997:29), “as criaturas se reconhecem em suas mercadorias, encontram sua alma em seu automóvel, casa em patamares, utensílios de cozinha”. O indivíduo busca a completude tendo a ilusão de que, nada lhe faltando, esta será obtida, alcançando, desta forma, sua plena felicidade. Assim, temos uma sociedade que oferece inúmeros objetos, em um espaço mínimo de tempo, prometendo a tal felicidade, cabendo ao indivíduo consumir. Consumir excessivamente.

Por um momento, o indivíduo encontra a satisfação; contudo é uma satisfação ilusória e fugaz, na medida que o mercado, aliado à mídia, lança outro objeto, onde o anterior já não diz mais nada, sendo assim descartado. Temos, então, uma sociedade que apela para o consumo e um indivíduo faminto de um objeto fulgente, que com ele possa gozar até a morte. Mas, nesta busca

desvairada, nesta compulsão pelo consumo, nesta crença pelo objeto, a morte já não está instalada?

Sem nenhuma resistência, o indivíduo se deixa ser engolido pela globalização e, conseqüentemente, pelo seu imaginário, onde se percebe uma renúncia do eu, da diferença, do relativismo, da singularidade, a favor do todo, da universalidade, da completude, enfim, em nome da plenitude, do imperativo da satisfação, abrindo mão cada vez mais de seus ideais, o indivíduo se aliena, não se dando conta do quanto está morto, já que neste ínterim ele é o grande objeto de gozo do capitalismo.

O que podemos dizer da criança diante de toda esta engrenagem? O início deste artigo mostra qual o lugar ocupado por ela a cada época do mundo ocidental. Não sendo por um acaso, vemos que, ao longo da história, novas representações, novos lugares, ela foi ganhando, de tal forma que, criança e infância foram ganhando corpo; um corpo, diga-se de passagem, associado a um período de vida onde brincadeiras, peraltices, gargalhadas, inocência, ingenuidade... eram seus principais ingredientes; um corpo coberto por uma imagem que a protegia do real da vida. Por isso era associada a um período mais saboroso, tal como comer fruta no pé, causando tanta nostalgia e lamentações. É comum escutarmos que a infância não é mais a mesma. Claro que não é, pois o mundo sendo regido pelo imperativo categórico da satisfação à criança será dada uma outra representação, um outro lugar. Se antes, o menino brincava de "bang-bang" ora se fazendo de "mocinho", ora se fazendo de "bandido", onde o som de suas armas saía do estalar dos lábios, hoje eles brincam de tráfico de drogas (4), ora sendo o "traficante", ora sendo o "morto". Com seu corpo estirado no chão, finge agonizar. Os sons dos tiros não são mais o estalar dos lábios, agora são ensurdecedores, saindo dos canos das armas que levam em suas mãos, as quais deixaram de ser leves e pequenas, tamanho o peso do real que carregam. Se o contexto acima é associado às crianças das favelas, podemos dizer que crianças de outras classes sociais carregam o mesmo peso do real sobre o corpo. Se não são as armas, são os joysticks dos vídeos-games que, através da tela, fazem jorrar sangue, explodir cabeças, mutilar corpos. As meninas, "pequenas mulheres", com seus corpos erotizados excessivamente sob o olhar encantado dos pais, vemos a sexualidade pulular na agitação de seus corpos. Enfim, o que se configura é uma infância onde o real se escancara. Isto nos mostra, da forma mais eloqüente, o que Freud já dizia, em 1905, nos seus *"Três ensaios da teoria da sexualidade"*, ou seja, que a criança não é esse ser angelical, puro e desprovido de sexualidade. A criança também goza e, como objeto, é gozada. Sabemos do preço que Freud pagou ao dizer isto, opondo-se ao discurso científico que vigorava em sua época.

De acordo com Laia (2001), se antes o silêncio e a repressão eram as respostas ao sexo, podemos extrair disto que era um tempo onde a neurose orientava a norma social. Hoje temos, como resposta ao sexo, o imperativo da satisfação, de tal forma que a perversão passou a reger a norma social, através do desmentido, o qual vai caracterizar as contradições do mundo contemporâneo, que ao fazer apelo ao erotismo se choca com o índice alto de gravidez em meninas de pouca idade, ou ao fazer apelo ao consumismo fica alarmado com o número, exorbitante, de inadimplentes.

O mundo contemporâneo é marcado por uma organização capitalista da acumulação e da propriedade, em que a obtenção de um lucro não satisfaz; o lucro tem que ser cada vez maior, sem limites. Assim, não nos surpreende os avanços tecnológicos e as invenções científicas crescerem em escalas galopantes. O que nos era impossível de imaginar a algum tempo atrás, hoje é natural, fazendo parte do cotidiano de milhares de pessoas. E nestes avanços e invenções, a criança também é inserida. Se antes, a criança para nascer precisava do encontro de um homem

com uma mulher, hoje já se têm bancos de espermatozoides e óvulos, onde a ciência oferece com todas as garantias. Se antes, a criança era fruto de um encontro, hoje é fruto da tecnologia. Se antes, para gerar um filho era preciso se deparar com o real do sexo, hoje o corpo do outro não é necessário.

Embora o discurso do mundo atual seja um discurso de amparo à criança, o que assistimos são as crianças nas esquinas da noite se prostituindo, são as crianças se drogando, são as crianças praticando crimes, são as crianças trabalhando, são as crianças consumindo excessivamente, são as crianças com suas agendas abarrotadas, são as crianças erotizadas excessivamente, são as crianças pedindo esmolas nas ruas, são as crianças mandando nos pais, são as crianças debochando dos professores, enfim, são as próprias crianças que nos dizem o tempo todo que se o discurso do mundo atual a quer protegê-las, e nunca tivemos tanta especialização em torno da criança, este mesmo discurso as colocam como objetos. Diga-se de passagem, objeto de gozo. Éric Laurent (1999:12) afirma que *"a criança mesma se tornou um sintoma"* e Laia, sustentando a mesma posição e acrescentando que, do idílio ao sintoma o estado atual do mundo da infância é o da infância perdida, vai dizer que:

(...) o quanto esse estado atual do mundo infantil não deixa de favorecer o que a psicanálise já sustentava desde sua infância, há um século atrás: a criança pode ser identificável a um objeto, na trama familiar ou nos discursos que lhe concernem, e o objeto, quando perdido, poderá adquirir, segundo a psicanálise nos ensina, um valor algamático, ou seja, um valor todo especial. Assim, em um mundo onde a infância é cada vez mais "perdida", o estatuto da criança como sintoma se impõe de um modo ainda mais incisivo à medida que a "criança nunca foi tão preciosa". (LAIA, 2001: 16).

O que se depura disto é que, no mundo contemporâneo, com a *"pulverização do pai e a terceirização da função paterna"* (FARIAS, 2005) a criança fica abandonada à própria sorte.

Segundo Laia, a criança, no *"corpo mesmo do mundo"*, se encontra em uma posição de objeto a, tal qual Lacan formulou, se apresentando como resto e como aquele que atrai. Assim, hoje temos a criança como *"objeto de discursos especializados, objeto de atenção especializada, objeto capaz de atrair e de ser abandonado com intensidade avassaladora..."* (LAIA, 2001:22).

"Quando crescer quero ser bandido". "Não fico triste, to sempre se drogando". "Se eu morrer vem outro como eu". "É muito esculacho nessa vida". Nada disso é de mentirinha. São falas de crianças, de sujeitos devastados na sua subjetividade, que na falta de algum referencial que possa sustentar a lei simbólica, sendo essa a marca do mundo contemporâneo, ficam a mercê de um gozo, impossibilitando-os de obterem outras formas de satisfação, que não seja a de gozar e serem gozados sem limites, tal como regem as "leis" do mundo contemporâneo, fazendo com que o sujeito fique imerso na sua pulsão de morte. Assim, não é raro encontrarmos as crianças tão devastadas, deprimidas, excessivas e debilizadas. A clínica tem nos testemunhado cada vez mais isto.

Desde o seu primórdio, a psicanálise já nos apontava o lugar que a criança ocupa tanto na trama familiar quanto nos discursos que lhe concernem, ou seja, um lugar de objeto, em que ela fazendo parceria com o outro, goza. Assim, *"a criança, por uma escolha que só pode ser forçada, traumática, se apresenta para a psicanálise, como parceira de um gozo corporificado no campo do Outro"* (LAIA, 2001:15). Sabemos que o simbólico e o imaginário darão um contorno ao real, sendo esses construídos a partir do discurso do par parental, o qual não se faz livre do discurso da cultura, por serem seres de cultura.

Se na Antiguidade a criança não era reconhecida, sendo logo inserida no mundo dos adultos, sua inserção era em nome de uma causa, de um ideal. Hoje, não se tem ideais; a “pulverização do pai” (FARIAS, 2005) trouxe como consequência a falência dos ideais, resultando em uma precariedade dos recursos simbólicos. Sem o pai, sem os ideais sustentados por ele, como representante dos valores da cultura e que possibilitavam uma organização pulsional, nos deparamos com a criança hoje inserida no mundo dos adultos, não mais em nome de uma causa, mas em nome de um gozo.

4- Para finalizar:

Às questões que impulsionaram a escrita deste artigo, talvez possamos pensar como sendo um produto dos tempos, em que a representação dada à criança, e conseqüentemente à infância, adquirem um sentido histórico também, indo além do biológico. O que se constata, ao longo da história, é que a criança vai ganhando representações de acordo com as transformações dos caracteres que marcam um período histórico. Com isto, pode-se dizer que a representação dada à criança, a qual nos é conhecida, ou seja, a criança como possuidora de uma natureza própria, diferenciada da de um adulto, é uma representação nova que advém da era moderna, consolidada especialmente no século passado, em que a criança era o futuro das nações, fazendo nascer uma infância-idílio, a qual morreria nesse novo milênio sendo abatida pelo imperativo da satisfação, por um real que se impõe ao mundo. Isto quer dizer que, de acordo com Marta Furlan (2003), o “ser criança”, representante da infância, seria um sujeito-objeto cultural inventado pelo homem, cuja representação estaria sujeita às transformações, sendo o resultado de um processo de construção social, em que um conjunto de possibilidades se conjugaria em um determinado momento da história. Seria fruto dos tempos...

Notas

1 - Fala de um garotinho, de quatro anos de idade, durante uma sessão de análise.

2 - Entrevistas, com crianças de três a dez anos de idade, realizada pela atriz Regina Casé no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão em agosto e setembro de 2005.

3 - “Maternidade – Nascimento em condições especiais”, veiculado por Discovery Health.

4 - Faço referência ao noticiário “Falcão, meninos do tráfico” veiculado pela Rede Globo de Televisão em 19/03/2006.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BIRMAN, J. Além daquele beijo!? – sobre o infantil e o originário em psicanálise. In SANTA, R.E. *Da análise na infância ao infantil na análise*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1997.
- _____. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- FARIAS, F. O amor e as parcerias cínicas na contemporaneidade. In *Boletim Científico da Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora*. (p.8). 1,2,2005.
- FERREIRA, T. *A escrita da clínica: Psicanálise com crianças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FREUD, S. (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. I.
- _____. (1897). *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. I.
- _____. (1905). *Três ensaios da teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. VII.
- _____. (1914). *Sobre o narcisismo: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XIV.
- _____. (1933). *Feminilidade*. In *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XXII.
- FURLAN, M.R. *A construção do “ser” criança na sociedade capitalista*. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-graduação em Educação. Universidade do Estado de Maringá, Maringá:2003.
- LAIA, S. A infância revista. *Curinga*. 15/16,2001.
- LAURENT, E. Entrevista. *Carrossel*. 3/4, 1999.
- MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In *Praga – Revista de Estudos Marxistas*. 1, São Paulo: Boitempo, 1997.
- PENOT, M. C. L. Psicanalistas trabalhando em saúde pública. In *Trata-se uma criança*, tomo II, Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- PERROT, M. Figuras e papéis. In *História da vida privada*, v. IV, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VALAS, P. O que é uma criança?. In *A criança no discurso psicanalítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- VEYNE, P. Do ventre materno ao testamento. In *História da vida privada*, v. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- VICENTINO, C. e DORIGO, G. *A história geral e do Brasil*. Editora Scipione, 2001.
- VORCARO, A.M.R. *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

Leila Guimarães Lobo de Mendonça

Psicanalista. Membro fundador e efetivo da Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise com Crianças - P.A.I

Endereço eletrônico: lguimen@acessa.com.br

A CLÍNICA DO FENÔMENO EPILÉPTICO E O SINTOMA HISTÉRICO

Julio Cesar Mello D'Amato

Resumo: Este texto objetiva refletir aspectos da clínica, envolvendo principalmente o impacto promovido por pacientes que apresentam crises convulsivas (epilépticas) que podem trazer desconfiança à boa clínica médica. Nestas, em muitos casos, a medicação parece não responder satisfatoriamente, levando a supor que um outro universo possa estar se fazendo presente, universo defendido aqui como da ordem do inconsciente. A reflexão ora proposta inclui uma série de queixas de sofrimentos trazidos por pacientes que em muitos casos declaram a vivência de uma jornada em busca de tratamentos, sem muito resultado. A estrutura histérica comparece como suporte de uma pluralidade de formações substitutas, entre elas, a crise convulsiva, objeto deste artigo. Defende-se no texto, um corpo pulsional que coloca em questão o desejo, a defesa e finalmente o sintoma. O sintoma, ao longo do texto pode aproximar-se, mas afasta-se daquilo que é tratado como fenômeno epiléptico ou como dissera Freud no início de seu trabalho, daquilo nomeado como histeroepilepsia. O fenômeno, pelo seu lado, porta uma subversão, um arrombamento, uma negação à palavra. A clínica, e não poderia ser de outro modo, conta com a transferência como ferramenta fundamental para o trabalho, o que também toma parte da discussão proposta.

Palavras-chave: fenômeno epiléptico, sintoma, psicanálise

Abstract: This text aims to reflect aspects of the clinic, involving mainly the impact promoted by patients that present convulsive (epileptic) crisis that can bring doubts to the good medical clinic. So, several times, the medication seems not to answer satisfactorily, taking place the supposition that another universe can be present, universe here defended, as belonging to the unconscious's order. The reflection suggested includes complaints of sufferings brought by patients that declare an existence looking for treatments, sometimes without result. The hysterical structure attends as support of a plurality of formations substitutes, among them, the convulsive crisis. That's the object of this article defending a pulsional body that inquires the desire, the defense and finally, the symptom. The symptom, along the text can approach, but stands back from what is considered epileptic phenomenon or that nominated by Freud as histeroepilepsy. The phenomenon, on his side, carries a subversion, a break, a denial to the word. The clinic counts with the transfer as fundamental tool for the work taking an important part on the proposed discussion.

Key-words: epileptic phenomenon, symptom, psychoanalysis

1 – Introdução

A literatura sobre as enfermidades intrigantes que acometem o homem sempre reservou um lugar de certa preocupação àquilo que se refere à epilepsia. Os registros da Antiguidade já se detinham nas manifestações desta patologia bastante peculiar em sua apresentação e com características estarrecedoras que sempre causaram horror àqueles que se confrontaram com crises típicas desta patologia. O desconhecimento desta, que no mínimo se mostrou desconcertante ao contexto social, criou também uma enorme especulação acerca da questão. Por séculos, assistiu-se à execração de indivíduos acometidos por esses quadros ou crises epilépticas, sem que muito fosse apreendido sobre o assunto, já que era compreendido como a presença do Mal no homem (PORTER, 1990).

O advento da psicanálise trouxe uma possibilidade particular de construir um outro modo de pensar a epilepsia, principalmente em alguns casos da doença quando uma psicogenia parecia ser anunciada ou quando se admitia que algo além do fisiológico podia estar sendo sintomatizado ou "estar em jogo". Na penúltima década do século XIX, Freud foi a Paris para aperfeiçoar com o grande mestre parisiense, J. M. Charcot, seus estudos sobre hipnose e histeria. (FREUD, 1893a/1990).

Em muitos dos escritos freudianos, a questão da histeroepilepsia foi lembrada, principalmente no início de sua obra como se pode verificar no *Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim* (1886/1990); *Histeria* (1888/1990), um apêndice de nome *Histeroepilepsia*, entre outros. Ao que tudo indica, as similaridades entre epilepsia e histeria estiveram presentes desde sempre e fomentadas a partir da estigmatização desta patologia. De outra maneira não se poderia fazer, a não ser tentando uma diferenciação entre as duas entidades. Freud começa então a pensar na

atuação de sujeitos com esse tipo de comportamento. É claro que alguns dados puderam ser observados. No apêndice *Histeroepilepsia* afirma que os comportamentos talvez não sejam os mesmos: alguns epiléticos poderiam chegar a cair dentro do fogo, o que possivelmente não aconteceria com os histéricos. Ainda, a perda da consciência no histérico é mais improvável; no *a posteriori* das crises, parece que o histérico pode não apresentar nenhuma sonolência, automatismos, estereotípias. Estas e outras especulações, apesar de insuficientes e até com certo tom de primariedade, não foram e não devem ser desconsideradas por constituírem vias que possibilitam uma reflexão sobre o assunto.

No *Rascunho K*, Freud (1899/1990) diz, em relação à histeria, que o primeiro quadro desta pode ser qualificado como *histeria de susto*, acompanhado por uma lacuna psíquica, depois do que o recalçamento e a formação de sintomas defensivos vêm em conexão com a lembrança e, daí em diante, defesa e subjugação. Neste sentido, estaríamos falando de crise epilética ou de um fenômeno epilético numa estrutura histérica? Esta discussão quer nortear este trabalho que, embora não tenha qualquer intenção de dirimir dúvidas ou encerrar questões, pretende trazer claramente a proposta de se pensar o tema, que pode admitir novas trilhas reforçadas pelas inquietações clínicas surgidas e que de alguma forma podem mobilizar estudos sobre o assunto.

2 – A abordagem psiquiátrica da epilepsia

A epilepsia apresenta um perfil que permite uma definição fisiológica apontada a partir de uma descarga de neurônios que são afetados por uma *sincronia excessiva*. Aspectos de uma desordem da consciência fazem relação com as crises e ainda modificações no funcionamento psíquico as mesmas associadas. O campo do saber médico defende que o traçado da atividade cerebral observado pelo eletroencefalograma permite precisar muitas características clínicas deste quadro.

As crises epiléticas trazem fundamentalmente ou um caráter de inesperado, generalizado de início súbito (*forma ictomical*) ou, em muitos outros casos, formas parciais com generalização consecutiva (*forma graduocomical*). A doença é reconhecida por seus paroxismos e conta com crises acompanhadas de episódios muito diversificados.

As formas ictomiais de epilepsia encerram as crises de *grande e pequeno mal*. Aquela de *grande mal* conta com quadros de coma brutal e quedas súbitas com perigo de lesões. Aparece um espasmo tônico por segundos que pode levar a mordidas de língua e lábios, um quadro de apnéia com cianose progressiva. Vê-se ainda uma enorme contratura, sacudidelas musculares que promovem convulsões. Ao final da crise, vemos o sujeito com a retomada da respiração acompanhada de ruídos, uma certa flacidez, relaxamento esfíncteriano, além de muitas outras características. É gradativa a retomada da consciência e o sono acaba acontecendo para esses padecedores de uma crise que não durou mais que alguns instantes, já que estas não levam em média mais de um minuto. Sem lembrança do acontecido, o sujeito é capaz de sentir cefaléias ou algum outro mal-estar em consequência do episódio.

Sabe-se de alguns quadros em que o doente não sai do coma, com crises que se repetem em intervalos pequenos. Nesta situação o doente pode não ser reconhecido como epilético e traz, em seu acometimento, alguma síndrome neurológica com acidentes vasculares, hipoglicemia e outros sintomas. Em condições normais esses acontecimentos podem ser verificados quando da interrupção da medicação.

As crises ictomiais são marcadas por uma descarga que tem início com a perda da

consciência. Estas descargas são representadas num traçado eletroencefalográfico, com o aparecimento de pontas súbitas ao longo da linha do traçado e é um desencadeamento do cérebro de um processo fisiológico.

As crises de *pequeno mal*, marcadas pelas ausências, crises atônicas e mioclonias bilaterais têm início no tálamo e região subtalâmica. É a ausência talvez o marco maior deste tipo de crise dita de *pequeno mal*. Nela, podemos observar um olhar fixo e vago, a face lívida, a fala interrompida, o tônus muscular discretamente alterado, podendo haver a suspensão da respiração e alguma saliva foge da boca. Pode ocorrer uma ausência que não seja absoluta ou mesmo proporcionar ao doente uma conduta automática e estereotipada durante a crise. Em muitos casos essas ausências podem acontecer várias vezes no mesmo dia, recebendo o nome de *picnolepsia*.

Algumas epilepsias apresentam caráter *parcial*, que como o nome indica, acabam por se localizarem em regiões do organismo e, de acordo com o saber médico, podem ser passíveis de cirurgia. Parecem ser menos atraentes aos olhos dos psiquiatras, já que nestes casos em geral não promovem uma desintegração psíquica (KAUFMANN, 1996).

As crises epiléticas em geral são precedidas de episódios conhecidos como *aura*, cujo significado é exatamente a experiência vivida no início de uma crise e que podem se constituir de acessos de calor ou frio, palpitações, febre, alteração do sono, náuseas, gostos, odores, dor epigástrica, que, como disse, anunciam o deflagrar da crise a partir destes anúncios motores, sensitivos, sensoriais.

Após a vivência da aura tem início então a crise propriamente dita que, por sua vez, contará com intensidades e manifestações diferenciadas, como já mencionado, e poderão ser reconhecidas como de *grande e pequeno mal*. Passados os instantes de crise, verifica-se que esta é na maioria das vezes substituída por uma desestruturação da consciência, uma despersonalização acompanhada de uma estereotipia de movimentos que bem mostram um automatismo dos recém egressos da crise epilética. Alguns episódios breves com alteração da consciência podem ser chamados de ausência temporal ou equivalente psicomotor.

Segundo o entendimento do saber médico, o epilético pode desfrutar de uma vida normal, embora seja fundamental levar em consideração toda a experiência pregressa do indivíduo no que se refere à sua relação com a doença e com seus laços familiares, mais especificamente ainda essa relação doença-sujeito-família. Neste sentido, a questão subjetiva do epilético será um elemento decisivo no processo da doença. Assim, uma orientação psicossomática fez parte sempre deste quadro, tendo desta maneira de isolar características epiléticas e neuróticas nos mais variados quadros da doença.

Especificamente no tocante ao psiquismo, em muitos casos a crise epilética pode servir para dar fim a um estado de tensão, valendo-se de uma via catártica. A crise, desta maneira, pode ser suscitada circunstancialmente a partir de elementos da própria história do sujeito. Havemos de conceber, assim, a chance de vias diferentes de manifestações neuróticas e epiléticas num aspecto organicista.

De modo geral a irrupção da doença acontece nos primeiros anos de vida podendo apresentar algumas variâncias de acordo com a idade. Em relação à vida adulta, alterações lesionais podem acompanhar as crises com episódios ditos de *grande mal* na maioria das vezes, embora a forma mais comum ainda seja a epilepsia parcial. Finalmente, na velhice o *grande mal* pode se tornar bastante freqüente.

A grande dificuldade médica frente a um diagnóstico é representada por acontecimentos ou fatores de ordem psíquica apresentados por pacientes e que fogem de uma simples queixa de paroxismos. Assim, os aspectos neurológicos e psicossociais devem ser considerados para se pretender um diagnóstico mais fidedigno. Neurologicamente, aspectos metabólicos de afecção cerebral não podem ser esquecidos, além de doenças degenerativas e vasculares muito comuns na fase do indivíduo idoso. A história anterior e familiar importa no aparecimento da epilepsia, visto que também o valor hereditário tem demonstrado merecer atenção já que, estatisticamente, defende-se a idéia de uma possibilidade dez vezes maior de aparecimento da doença na descendência de um epilético.

Relativamente ao traçado eletroencefalográfico, vale lembrar que, apesar de importante, não detectará todos os casos de epilepsia, uma vez que em muitos casos de doentes desta patologia, esse traçado apresenta resultado normal, sendo necessário alguns subsídios técnicos para melhor se utilizar à aplicação e resultado deste exame.

Aos médicos em geral tem sido importante a relação que o indivíduo estabeleceu com a doença. Relação que é estendida ao grupo familiar quando se trata de um início na infância. Neste grupo familiar poderão ser observados sentimentos de culpa, rejeição, negação, superproteção, ansiedade em relação ao quadro epilético com o qual devem conviver.

O adulto, por seu lado, mostra-se por vezes irritado, instável e utiliza-se da situação para algum tipo de ganho pessoal em relação ao grupo, tornando comuns os conflitos familiares e profissionais. Constata-se neste breve percurso a grande preocupação da psiquiatria em valorizar os aspectos fisiológicos e psíquicos que são observados nos quadros de epilepsia e da enorme necessidade de fornecer uma atenção multidisciplinar aos portadores de quadros epiléticos, uma vez que têm sido demonstradas desde a Antiguidade a complexidade etiológica desta patologia e a forma profícuca como esta denuncia o caráter tênue da relação do soma com o psiquismo humano (NATHAN e STENGERS, 1995).

Os ataques epiléticos representam sintomas que fazem parte de quase todos os quadros de alteração cerebral. Para que se vise, portanto, este entendimento é necessário uma situação de recidiva crônica. Uma causação multifatorial fará parte da irrupção epilética.

O fator social vai acompanhar todo o desenrolar de um processo epilético que mais soa como injúria do que mero participante de uma classificação nosográfica. Os sintomas mórbidos desta afecção produzem desespero nos assistentes das crises. Os impasses familiares e profissionais são causa de dificuldades particulares.

Relativamente à relação epilepsia-histeria, a psiquiatria defende que algumas convulsões psicogênicas simulam fenomenologicamente uma crise de *grande mal* ou mesmo uma crise tônica. Assim se torna decisivo o cuidado com a anamnese. Podem-se observar as condições físicas do paciente que nestes casos apresentam ausência de ferimentos por quedas, de cianose, hipersalivação, enurese, encompresse, perda da consciência, rigidez pupilar. É interessante notar que nos ataques psicogênicos vêem-se tempestades de movimentos intensos, sacudidas, tremores ritmados e não necessariamente contrações.

Ao que parece, a teatralização e a premeditação marcam a convulsão histérica, embora não se possa considerar simples a diferenciação de diversos quadros da crise. Exemplo disto é o diagnóstico diferencial entre um quadro de estupor psicogênico e um estado crepuscular epilético, ou ainda um tique psicogênico que pode se confundir com uma crise mioclônica, embora esta dúvida possa ser dirimida pela inconstância topográfica destes mesmos tiques.

Torna-se fundamental o cuidado no diagnóstico, sob pena de se efetivar uma avaliação errada que promoverá não só uma medicação indevida, mas todo um processo desnecessário da doença, chegando a causar sérios distúrbios de desenvolvimento psíquico de crianças, o que será promovido sem que as crises propriamente ditas sejam eliminadas.

Vale registrar que não é intenção deste texto explorar com mais exatidão o universo epilético para o conhecimento da medicina. Servimo-nos simplesmente de informações médicas mais genéricas sobre o assunto, para subsidiar aquele que é nosso foco e que diz respeito à subversão promovida pelo psiquismo que convoca o corpo orgânico para servir de cenário para sua atuação.

3 – Somatização e conversão

No texto *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação preliminar*, Freud (1893c/1990) se mostrou interessado no mecanismo psíquico que explicasse os sintomas somáticos da então chamada *histeria traumática* e como se poderia entender esses fenômenos que não resultavam lesões anatômicas, apesar de portarem uma sintomatologia definida. Freud passa a defender a idéia de que a histeria não poderia ser encarada como uma simulação.

Os sintomas cujo rastro pudemos seguir até os tais fatores desencadeantes abrangem beralgias e anestésias de espécies muito diversas, muitas das quais haviam persistido durante anos, contraturas e paralisias, ataques histéricos e convulsões epileptóides, que os observadores consideravam como verdadeira epilepsia, *petit mal* e distúrbios da natureza de tiques, vômitos crônicos e anorexia, levados até o ponto de rejeição de todo alimento, várias formas de perturbação da visão, alucinações visuais constantemente recorrentes. (FREUD, 1893c/1990:p.42)

Tentando explicar o mecanismo psíquico da histeria, Freud se dedica ao estudo da teoria do trauma. Assim, respeitado as diferenças individuais, qualquer vivência de susto, vergonha ou dor poderia justificar um trauma psíquico. O trauma tem a função de desencadear a histeria. Desta maneira, uma experiência que num primeiro momento não apresentasse grande expressão, poderia ser investida e significada num segundo tempo e neste sentido o sintoma histórico desapareceria com a lembrança do fato provocador que seria transcodificado em palavras. É pela via da palavra que se torna apto a reminiscências.

Em se tratando de um não escoamento (*teoria da abreação*) desse afeto pertencente àquela *intensidade sensorial* que integrou o trauma, este fica investido permanentemente na vida do sujeito, a menos que essa idéia integrante do trauma seja recalçada e o afeto tome um outro caminho. Vale lembrar que esta é a primeira vez que Freud fala de recalçamento se referindo a uma intenção inconsciente, o que é ratificado no texto: *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa* (FREUD, 1896/1990).

Nas *Cinco lições de Psicanálise*(1910/1990), ele reforça a idéia do mecanismo de recalçamento e de uma etiologia sexual na histeria, embora bem antes desta data já defendesse a idéia de um sofrimento na vida afetiva dos pacientes (FREUD, 1894/1990), ocorrido a partir do encontro penoso de um afeto pleno de desconforto que se associa a uma idéia desagradável e assim uma defesa egóica era erguida embora viesse a fracassar com a presença no psiquismo da idéia/afeto que não se podia execrar. Resta ao psiquismo dissociar idéia/afeto na tentativa de

diminuir o sofrimento, o que abre caminho para o afeto que não só vai circular no campo de outras idéias, mas tentar alcançar o soma, excitando-o, privilegiando-o, dando lugar às conversões. Pela via conversiva foi possível encontrar um caráter psicofísico que faz deslizar a excitação entre o psiquismo e o somático. Em outras palavras o fracasso ideativo ou catártico dá lugar ao sintoma.

Breuer e Freud (1893c/1990), nos *Estudos sobre histeria*, argumentam que na histeria existe uma determinação através do simbolismo. Esta noção de simbolismo pode ser considerada pela não exatidão de compreensão do discurso do paciente que à época contava com idéias que eram ativas quando do irrompimento histórico. Em relação à conversão, podemos considerá-la conseqüência de uma obstacularização do curso associativo pela incompatibilidade dessa idéia em relação ao ego, incompatível na qualidade de pertencente à ordem do sexual. Freud se detém na divisão da consciência e na idéia de recalque, além de não negligenciar o lugar da conversão na histeria.

Na conversão histórica encontramos incompatibilidade de idéias de cunho sexual em relação ao ego. Idéias investidas que não encontram na elaboração ou abreação, vias de solução, submetendo-se ao recalque da idéia que deixa seu afeto correspondente candidato à inervação somática que dará lugar à conversão, embora não se possa dizer com isso que haja qualquer lesão orgânica do paciente em conseqüência desta somatização.

Os sintomas somáticos também foram lembrados no texto, *A sexualidade na etiologia das neuroses* (FREUD, 1898/1990), onde a neurastenia apresenta um distúrbio da função sexual culminando com sintomas somáticos. O caráter sexual na neurose de angústia, neste momento, diferentemente da neurastenia, estaria articulada aos afetos ligados às práticas sexuais ditas anormais. Os excessos sexuais poderiam provocar a neurastenia, o mesmo aconteceria com o excesso de trabalho. A neurastenia, como neurose atual, teria seu irrompimento numa fase mais contemporânea, na puberdade, como resultado de conflitos sexuais. A angústia é deflagrada solitariamente ou como resultado de uma falta de autoconfiança, assim se apresentando cronicamente e através de crises; no seu caráter crônico, o corpo se faz presente. Freud lembra das chamadas *depressões periódicas* que podem levar muito tempo e que representam uma forma de neurose de angústia, tendo a ver com um trauma psíquico diretamente. Diferente deste tipo de depressão, a melancolia não é acompanhada de anestesia sexual psíquica.

Em *Obsessões e fobias*, Freud (1895a/1990), aponta estas últimas como parte da neurose de angústia, apresentando assim irritabilidade com o excesso de excitação. A angústia pode apresentar uma idéia facilmente intensificada e se associar às funções de constrição vasomotora, de alteração cardíaca, dificuldades de respiração, vertigens, vômitos, tremores e uma enorme gama de outras manifestações. Na neurose de angústia, existe uma excitação somática e não um desejo psíquico como na histeria.

.... também a neurose de angústia tem uma origem sexual, mas não se prende a representações extraídas da vida sexual; para dizê-lo com propriedade, não tem qualquer mecanismo psíquico. Sua causa específica é a acumulação de tensão sexual produzida pela abstinência ou pela tensão sexual não consumada usando o termo com uma fórmula geral para os efeitos do *coitus reservatus*, da impotência relativa do marido, da excitação não satisfeita dos noivos, da abstinência forçada (FREUD, 1895a/1990: 83).

...o mecanismo da neurose de angústia deve ser procurado em uma deflexão da excitação sexual somática da esfera psíquica, com um conseqüente emprego anormal dessa excitação (FREUD, 1895b/1990: p.106).

Na neurose de angústia, a excitação sexual somática não é exercida psiquicamente. O campo psíquico e somático oferecem caminhos diferentes à excitação sexual. Nesta neurose, haveria uma causação no coito interrompido, na masturbação, na angústia virginal entre outros.

A invasão desse afeto angustiante no plano somático vai se dar pela projeção que, não conseguindo escoar a excitação sexual, faz a psiquê projetar para fora a excitação. O afeto representa, desta maneira, uma reação à excitação exógena.

O afeto na neurose de angústia sofre, portanto, uma projeção, enquanto que na histeria esse afeto se vale de um deslocamento. É importante dizer que tanto a neurose de angústia quanto a neurastenia encontram sua causa no campo somático. Contrariamente, a histeria e a neurose obsessiva encontram sua causa no campo psíquico.

Se tentarmos traçar uma diferenciação entre a neurose de angústia e a histeria de conversão, verificaremos que na primeira parecem comuns: manifestações de dispnéias, crises cardíacas e na histeria, conversões com a intensificação de dores de causas também orgânicas. De qualquer maneira, a neurose de angústia representa a contraparte somática da histeria. Na neurose de angústia temos uma excitação sexual somática e na histeria um caráter psíquico. A questão da hereditariedade na formação das psiconeuroses, em Freud (1896/1990), é encarada como passaporte, uma predisposição, para os casos mais graves, embora a irrupção psiconeurótica fale a favor de uma excitação sexual precoce. O que se pode colocar de maneira geral é que a causação neurótica pertence ao campo do sexual, sendo que na neurastenia e na neurose de angústia essa causação aconteceria numa idade posterior à infância, diferentemente das psiconeuroses.

Em *Moral civilizada e doença nervosa moderna* (1908/1990), Freud afirma que a neurastenia seria uma neurose tóxica e a histeria uma neurose psicogênica dependente de complexos ideativos inconscientes e recalçados. Posteriormente, em 1912, anuncia a impotência da psicanálise em relação às neuroses atuais, por não serem simbolizáveis e não constituírem substitutos da satisfação sexual. Nas *Conferências introdutórias sobre a psicanálise*, Freud (1917/1990) defende que tanto nas psiconeuroses como nas neuroses atuais a libido comparece como origem, embora nas neuroses atuais os sintomas não tenham sentido como nas psiconeuroses. Essas neuroses atuais teriam um desenrolar somático. Em contrapartida, o primeiro sintoma de uma psiconeurose é o sintoma de uma neurose atual. A angústia de todas as neuroses é batizada por Freud de estado afetivo e tem lugar na história anterior do sujeito.

O não escoamento da libido e seu conseqüente acúmulo estão na raiz dos sintomas, dando lugar à angústia como alvo de fuga do ego e também aos sintomas. A histeria conversiva representa a exclusão da angústia e a eleição do corpo que será investido. Na neurose de angústia, o acúmulo da libido causa angústia promovendo processos somáticos.

Somente em *Inibição, sintoma e angústia* (1926/1990), Freud atribui ao complexo de castração todas as neuroses, dizendo que, na neurose de angústia, revive-se a situação de um perigo original e, na psiconeurose, há uma inibição da fonte da angústia. Neste momento, Freud não mais aproxima libido e angústia. A libido proveniente do ego e insatisfeita da neurose não é necessariamente transformada em angústia, passando esta última a ser considerada originária.

A hipocondria, no pensamento freudiano, aparece como crônica e relacionada ao corpo,

o que faz temer e traz preocupações com a saúde, com as doenças orgânicas. É o corpo erógeno em questão. Na relação com a neurose obsessiva, a hipocondria mostra o afeto de autocensura que se transforma em temor dos seus efeitos corporais. É o medo de estar doente que pode até substituir todos os outros sintomas. Enfim, as neuroses atuais e as psiconeuroses acabam se misturando, configurando afecções somáticas ocorridas simultaneamente com os sintomas neuróticos.

É possível verificar o distanciamento existente entre as *razões do psiquismo* e aquelas que correspondem estritamente aos fenômenos físicos, valorizando todo um dispor de um corpo erógeno que não corresponde ao corpo puramente orgânico, embora em muitos momentos essa fronteira se mostre bastante tênue, fazendo-nos questionar até que ponto uma realidade aparentemente orgânica não estaria subvertendo uma vivência psíquica que encontraria sua melhor via de trabalho por meio da palavra.

4 – Acerca do fenômeno epilético: considerações

Servindo-nos do que foi dito até aqui em relação à epilepsia no campo da medicina e da relação que tentamos oferecer entre a noção de somatização e conversão, podemos a partir deste momento, deter-nos mais especificamente naquilo que foi chamado de fenômeno epilético.

Este interesse tem como ponto de partida a demanda surgida na clínica, em especial devido aos impasses que colocam em xeque o que é efetivamente pertencente ao campo do orgânico ou ao campo do psiquismo. É importante ressaltar que não se deve desconsiderar qualquer caráter fisiológico dos sujeitos. Por outro lado, o alcance das formações psíquicas merece destaque. Considerar a existência de um inconsciente e de suas formações deu ao homem o *status* de sujeito - sujeito de um desejo, um desejo que traz em si o caráter de tragicidade com um certo sentimento de impotência, mas que nem por isso deixa de se movimentar, de ser representado, de produzir impasses.

Assim, adentramos no campo da epilepsia e da histeria, objeto deste texto, lembrando mais uma vez que, em diversos momentos da obra freudiana, a articulação histeria/epilepsia teve um peso considerável.

Fazendo um rastreamento no percurso freudiano, textos são tomados como suporte a indagações pertinentes ao tema. O primeiro deles, seu *Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim* (1886/1990), onde encontramos um trabalho realizado a partir da ida de Freud para Paris, lugar onde se fazia estudos sobre hipnose e histeria, tendo-se nesse momento um interesse todo especial em relação às atrofias, degenerações secundárias conseqüentes de afecções cerebrais. Sabe-se bem que encontramos aí a histérica como alvo de todos os preconceitos. Charcot, que trabalhava no assunto e era reconhecidamente um grande interessado em hipnose, comandava esses estudos e foi quem motivou Freud para essa viagem a Paris. Desde este momento parece que sinais somáticos como ataques, anestésias, distúrbios da visão e uma epilepsia parcial, ocupavam um lugar de destaque no trabalho em Salpêtrière.

O interesse de Freud continua e um segundo texto trazido a este trabalho é aquele com o nome de *Observações de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico* (FREUD, 1886/1990), quando se traz à tona os estigmas histéricos e também uma tentativa de se pensar a experiência inicial da vida de um homem que apresentava uma tendência a vertigens quando indisposto ou quando se aborrecia com seu irmão. Mais que isso, sequer conseguia lembrar-se como chegava à casa, após ter sido acometido de palpitações, tremores. Neste caso, dissera Freud que uma hemianestesia alcança este paciente que perde temporariamente a

audição. Não se consideraria isso importante, não fosse esta a única parte do corpo do paciente afetada a partir de um traumatismo sofrido, depois de um atropelamento aos oito anos de idade.

No texto *Histeria* (1888/1990), entre muitos pontos, aparece aquele no qual Freud apresenta a idéia de que ela (histeria), não traz modificações fisiológicas e é definível unicamente pelo conjunto de sintomas que representa. Charcot também nessa época defendia que a histeria poderia ser circunscrita a partir de vários casos que chegavam. Incluíam-se desde quadros graves chamados de *Grande histeria* (histeroepilepsia) até os tipos mais “normais” e considerados menos graves. O objetivo de lembrar estas passagens é exatamente observar o quanto estas duas situações da clínica confluíram e ocuparam os estudos sobre a histeria. Especificamente neste texto sobre histeria, Freud tenta relacionar características ou uma sintomatologia desses ataques histeroepilépticos e denuncia a presença de ataques convulsivos com auras do tipo pressão epigástrica e até constrição de garganta que podem constituir ou resumir um ataque em si. Os ataques, segundo o texto, podem contar com três fases: a primeira *epileptóide*, que se assemelha ao ataque epiléptico, a segunda de *grandes movimentos* executados com correções e mesmo coordenados sem que se verifique a brutalidade dos ataques epilépticos clássicos, com a evitação por parte do paciente de se ferir, e uma terceira fase alucinatória de atitudes passionelles que, como o próprio nome nos diz, traz um requinte passional e pleno de alucinação. A perda da consciência pode ocorrer durante dias. Nos casos considerados históricos parece não haver alteração de temperatura, ao contrário de um quadro orgânico de epilepsia, quando isso pode ocorrer. Em relação à histeria, pode esta apresentar, em sua crise, aumento do sono e mesmo diminuição da respiração.

A crise histérica pode sofrer uma irrupção, segundo o texto freudiano, com auxílio de zonas chamadas *histerógenas* que, sendo alvo de simples toques, suscitam uma crise. Exemplo destas zonas é a parede abdominal, região coronária do crânio, região inframamária, testículos. Na histeria, pode-se encontrar diminuição do tato, embora em muitas situações qualquer reação sensorial possa ser verificada. É interessante pensar ainda que a anestesia histérica traz peculiaridades quando, por exemplo, órgãos, de um lado anestesiado, escapam a essa anestesia e podem ser substituídos por órgãos simétricos. A zona *histerógena* será assim um representante sexual devidamente investido. Esta zona eleita como substituto pode facilitar, num olhar clínico, a chance de um diagnóstico.

Ao que tudo indica, a paralisia histérica pode ser limitada a uma parte menor do corpo que aquela paralisia orgânica, embora possam ser verificados nessas crises os sintomas mais clássicos encontrados nas crises epilépticas, como sonolência, tremedeiras, babas, dificuldades de respirar, movimentos clônicos, lentidão, contraturas, entre outros. Nesta exposição das características históricas podemos considerar o tom exagerado das crises, essa aparente incoerência de alguns sintomas que mudam espontaneamente e são desempenhados com um certo tom de *teatralização*.

No texto, *Algumas considerações para o estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e históricas* (1893b/1990), que se comporta um pouco como divisor de águas nesta *démarche* freudiana, no que se refere à diferenciação do campo de atuação de caracteres históricos e orgânicos, o autor levanta dúvidas sobre as atribuições à histeria de uma simulação de doenças nervosas orgânicas e assim afirma: A histeria nunca simula paralisias periférico-medulares ou paralisia de projeção: as paralisias históricas somente compartilham as características das paralisias orgânicas em representação. Trata-se de representações que acabam fugindo de uma correspondência orgânica mais fidedigna ou como se poderia esperar, o saber da neurologia. Descreve Freud

diferenças fundamentais entre paralisia histérica e cerebral, lembrando, por exemplo, que a paralisia histérica não obedece a regras orgânicas, o que o faz escrever frases do tipo: o segmento distal está mais afetado do que o segmento proximal, na histeria o ombro e a coxa podem estar mais paralisados do que a mão e o pé ou ainda, movimento dos dedos enquanto o segmento proximal está absolutamente inerte (FREUD, 1893b/1990, p.232). Na paralisia histérica, os sintomas se mostram um tanto fracionados, podendo chegar até a mostrar uma afasia total (motora e sensitiva) para um determinado idioma, sem nenhuma alteração na articulação de outro (idioma). A delimitação precisa e a intensidade excessiva marcam a paralisia histérica que se mostra acompanhada de distúrbios de sensibilidade. Observa-se nestes exemplos algumas das muitas situações enumeradas por Freud na tentativa de circunscrever o campo das paralisias orgânicas e histéricas. Freud, finalmente, opta pelo entendimento de uma lesão funcional ou dinâmica que em nada se compromete com a anatomia, que se serve de um saber leigo sobre o corpo para eleição de partes do orgânico na incidência psíquica. Encontramos no *Prefácio e notas de rodapé à tradução das conferências das terças-feiras* (FREUD, 1894/1990), a tentativa de defender a idéia de uma lembrança significativa no manifestar da doença, lembrança cujo conteúdo é um trauma psíquico ou um evento particular tornado trauma. Esse trauma como fonte de excitação proporciona um ataque histérico até como ensaio para completar o próprio trauma. A crise vem proporcionar a possibilidade de catarse não permitida pelo sujeito em condições normais. Freud considera neste momento que o termo histeroepilepsia deveria ser abolido, pois acredita que alguns pacientes padecem simplesmente de histeria e em outros casos é possível encontrar histeria e epilepsia convivendo simultaneamente. De modo geral, a questão de uma eleição de parte do corpo como lugar de investimento com caráter sexual é defendida desde sempre e daí, podemos começar a pensar essa aparente carga somática tão presente nesta questão que permite uma consideração essencialmente psíquica.

Na metade do século XX presenciou-se o temor no que se refere a uma escuta psicanalítica dos pacientes epiléticos e a preferência se deu em destinar-lhes uma *causação organopsiquiátrica*. Para um olhar psicanalítico, no entanto, podemos dizer que a existência corporal para os *sujeitos epiléticos* parece estranha, enigmática, e seu gozo assustador, um corpo que surpreende, que atua sem pedir licença. Em se tratando daquilo que denominamos fenômenos epiléticos, vemos um corpo pulsional se passar por um corpo orgânico para tratar de uma impotência de outra ordem, da ordem do desejo que não tem saída, que se vê encurralado frente a uma defesa histérica acirrada e que, com dificuldade de atuar, dá oportunidade a um gozo com um jeito cruel como se pode observar numa crise epilética, consequência daquilo que é ditado pelo psiquismo, expressando-se no corpo e tirando qualquer chance de significação. É a negação à palavra. Um certo arrombamento simbólico e imaginário que promove um movimento de uma *passagem ao ato*, fazendo uma aproximação com o real.

O fenômeno epilético tem um caráter de renúncia ou de ausência da palavra, de uma postergação num corpo que tem referência ao narcisismo, à ordem da representação, que precisa buscar a suplência da palavra, já que talvez, pela impossibilidade de uso desta via, tenha se dado o surgimento das crises. A clínica fica neste ponto com a interrogação sobre esses sintomas que pretendem completar uma lacuna, promovendo com sua força incontável uma atuação totalmente radical que até faz lembrar a forclusão na psicose. O gozo na psicossomática é da ordem do congelado. É pela revelação do gozo específico que há em sua fixação que é preciso sempre visar abordar o psicossomático (LACAN, 1995).

Tratar-se-ia do gozo histórico naqueles que vivem crises com caráter epiléptico? Talvez possamos reconhecer esse gozo na própria crise como conseqüência do fracasso da fala, nessa forma selvagem que pode fazer lembrar o temor da afânise que faz ameaça a possibilidade de um prazer sexual, de uma satisfação, que faz abrir mão do objeto desejado, ou, como definiu Lacan, um desvanecimento do sujeito: *Não há surgimento do sujeito no nível do sentido, senão quando de sua afânise no Outro lugar, que é do inconsciente* (LACAN, 1985 p.210). É possível pensar que nesse apagar de um lado para surgir no Outro, num emaranhado de significantes holofraseados, impedindo que o sujeito possa aparecer, possa haver um desvanecimento do desejo a ponto de ao final de cada crise de nada se lembrar, de não se lembrar do desejo. O gozo se coloca assim como uma instância negativa que não se deixa reduzir nem às leis do princípio do prazer, nem ao cuidado da autoconservação, nem à necessidade de descarregar a excitação (ANDRÉ, 1996).

Finalmente, para tentar pensar a questão do gozo, vale lembrar Lacan, no seminário: *Mais, ainda: ...o inconsciente é que o ser, falando goze e, acrescento, não queira saber de mais nada* (LACAN, 1995, p.142). Assim, se não fala, pode aparecer uma crise, com todo o caráter de *abuso* pertencente ao gozo.

Se pensarmos que o significante está primeiro no campo do Outro e que um significante é o que representa um sujeito para um outro significante, e que, na dinâmica do inconsciente, o sexual estará presente de ponta a ponta, uma afânise do sujeito pode ser pensada frente a uma obstrução dessa cadeia de significantes que compromete a liberdade do sujeito, contamina a dialetização do desejo. É no que falta no desejo do sujeito e que a fala não penetra, que encontramos a irrupção das crises.

Nessa relação com o corpo, no limite da suportabilidade e com a ausência da palavra, talvez não seja leviano pensar que aquilo que tenho desenvolvido até aqui sobre manifestações epiléticas na histeria possa ser estendido para tantas outras formações do sujeito que passam pelo caos do estresse, por exemplo, conceito que surge na Física e traz a idéia de uma Síndrome de Adaptação Geral (SEYLE, 1956) e que, podemos pensar, não só faz referência ao esforço do corpo físico em se adaptar, mas também à ingerência psíquica na produção de um quadro de estresse e ainda muitas outras situações como a depressão no seu aspecto mais radical.

Parece então que os fenômenos epiléticos podem ser encarados como um protótipo nesse horizonte pulsional do sujeito. De qualquer modo, a escuta do inconsciente parece aparecer como possibilidade de produção de trabalho, produção de sujeito que deseja, sujeito que consegue deslizar melhor, de uma forma talvez mais adaptada, nessa cadeia significativa e que quem sabe possa abandonar alguns destes sintomas, na medida em que possa encontrar novas trilhas para sua existência psíquica.

A transferência, como suporte fundamental de qualquer trabalho psicanalítico, cuja definição como sabemos chega a se confundir com o próprio conceito de psicanálise, merece atenção no que se refere às peculiaridades que parecem surgir no atendimento deste tipo de paciente com crises convulsivas. A interrupção rápida das crises, muitas das vezes no início do trabalho, faz-nos pensar no como a existência, a participação desse vínculo, pode se dar num período de tempo exíguo. Seria possível pensar que a barbárie da crise epilética, que não deixa possibilidades, proporciona essa forma maciça de transferência, exigindo uma ancoragem radical em relação ao Outro (analista), que demanda neste uma referência cuja falta até então deu lugar ao real que se caricaturou nesses episódios.

O lugar da transferência pode ser dado se considerarmos aspectos básicos da definição desta, como a possibilidade de endereçar ao analista: sentimentos, impulsos, atitudes, fantasias, defesas. Sabemos que não se trata de um endereçamento ingênuo a alguém, mas fundamentalmente uma repetição vivencial de reações em relação a pessoas significativas da infância, vivências que são inconscientemente deslocadas. Mais que isso, a fronteira entre desejo e amor, expressa na transferência, parece disponível ao lugar e à forma de manejo desse vínculo desempenhado pelo analista. É o desejo do analista que possibilita a sua posição não só de amado, mas também de amante, desejante. É como desejante que o analista também ocupa o lugar de um suposto saber.

A posição do sujeito desejante é a da falta e o surgimento do amor de transferência leva o analisando à verdade de seu desejo, àquilo que lhe falta nesse desejo da ordem do indizível, encontrando no analista uma forma de substituição dessa ausência. Em relação à verdade, torna-se ela circulante e ininterruptamente se movimenta entre a figura do analista e do analisando, de sujeito a sujeito. O analista é a palavra do Outro e seu lugar se fundou no eixo transferencial.

No texto *O estádio do espelho como formador da função do eu*, Lacan fala em algo da ordem do olhar que faz assumir a própria imagem. Afirma ainda que *no recurso que preservamos do sujeito ao sujeito, a psicanálise pode acompanhar o paciente até o limite extático do "Tu és isto" em que se revela, para ele, a cifra do seu destino mortal, mas não está soem nosso poder de praticantes levá-lo a esse momento em que começa a verdadeira viagem* (LACAN, 1998: p.103). Em relação à transferência, podemos pensar na queixa trazida pelo paciente com crises convulsivas, que vai falar de uma insuficiência da imagem que até se mostra um tanto fragmentada, retalhada numa crise e o processo analítico que dá lugar a uma demanda como uma retificação subjetiva, muitas das vezes eficiente, chegando a interromper as crises de até então para dar lugar a *verdadeira viagem*.

Relativamente ao conceito de pulsão, é possível reconhecer que a partir do texto *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/1990), Freud traz uma compreensão de pulsão a partir do conceito de repetição, a pulsão como aquilo que silenciosamente se repete e se desloca para além do princípio do prazer. Assim, o conflito entre pulsão de morte e pulsão de vida (ou pulsão de morte submetida à ordem do prazer), não cessa. É a insistência pulsional que carece de simbolização e a constituição do sujeito que porta um mal-estar. A análise se vê aí frente ao *non sense*, expõe-se ao inesperado e ao saber constituinte, inclui a ordem do trauma, do que não faz parte do código da linguagem, se sujeita ao que possa ser produzido, mesmo que este produzido seja algo da ordem do fracasso, do incompleto, respeitando a existência de um resto não assimilável, da ordem da pulsão que vai incidir na transferência. Finalmente, podemos pensar que o analista ocupa o lugar de quem interroga esse sujeito das convulsões, das crises, que se apresenta de uma forma tão primária em relação a sentidos e oferece a chance de articular um saber que vai tentar um percurso do imaginário ao real, pelo simbólico; um percurso de novas inscrições de atravessamento da palavra, que busca em última análise, algo da ordem de uma nova economia do desejo que passa até por uma retificação subjetiva frente à castração.

Essa dialética da transferência vai incidir nesse movimento desejante, nesse caminho da demanda dirigida ao Outro, vai remeter à falha do significante que faz repetir, que finalmente promove formações, sintomas, crises. É o narcisismo capaz de registrar experiências prazerosas e desprazerosas no corpo, no corpo erógeno, mas só no Outro a causação de uma integridade da imagem poderá se dar.

A chegada à clínica, como não poderia ser de outro modo, se dá pelo sintoma (fenômeno),

frente ao fracasso da defesa, do recalque e que abandona o paciente vulnerável a esse movimento selvagem de manutenção desse recalque e conseqüentemente do seu retorno que produz angústia. É conveniente incluir considerações acerca da angústia, pois é esta que efetivamente sustenta a análise, que vai tornar possível um saber além do limite da castração. Vale dizer que na angústia o sujeito é abolido em função de uma estranheza confrontada. Os conceitos de *angústia automática* articulada à pulsão de morte e *angústia sinal* articulada à pulsão de vida merecem registro na medida em que a primeira é definida como aquela que aparece diante do fracasso do eu. Tem um aspecto maciço. Não tem tempo para nenhum tipo de elaboração, encerra um excesso. O segundo tipo de angústia é definido como qualquer situação que impeça o uso da fala e tem a ver com a estrutura. Neste sentido, o advento da angústia não deixaria de comparecer como condição da neurose.

De resto, nas reflexões sobre as crises fenomenologicamente epiléticas, o texto *O estranho* (FREUD, 1919/1990) tem sua relevância em razão da definição de *estranho* como aquilo que se repete, como algo que se esconde atrás do que é visível. Aquilo que surge, irrompe, portando o que não foi elaborado pelo sujeito.

5 – Três incidências clínicas sobre a epilepsia

Fragmento clínico 1: M., 53 anos, chega ao consultório dizendo que veio por recomendação de seu neurologista, que lhe aconselhou uma psicoterapia, levando em conta que ao longo de muitos anos de trabalho com pacientes epiléticos, não se deparara com um quadro clínico como o desta paciente, cujo número excessivo de crises não parecia justificável. A paciente revela ter uma média de 3 crises por dia e que não mais pode contar o número de médicos com os quais se consultou nos últimos 31 anos. Vale lembrar que todos os médicos procurados durante este tempo, confirmaram o diagnóstico de epilepsia.

Segundo M., por volta dos 7 anos de idade, apresentara uma crise, que à época fora tratada com toda facilidade. A crise não mais aconteceu até seus 22 anos, época de seu casamento.

Após o casamento, mais precisamente na segunda noite, após relacionar-se sexualmente com seu marido pela primeira vez, dirigiu-se ao banheiro, para sua higiene íntima e não se lembra de mais nada, pois tivera uma crise que lhe custou pequenos machucados pelo corpo, além da boca suturada, também em função da crise. Mais uma vez suas crises foram controladas, tornando-se eventuais e permitindo que M. retomasse sua vida.

Em 1992, resolveu fazer um regime e sua situação não pode mais ser controlada.

M. relata que suas crises reduzem-se praticamente a ausências que acontecem em situações mais diversas: atravessando ruas, fazendo compras. Suas crises são precedidas por um gosto. Precisou licenciar-se do trabalho há um ano. Em relação ao seu pai, M. diz que este foi sempre muito ausente, pois viajava muito a serviço e, quando em casa, preocupava-se em pregar bons valores morais à filha e à esposa que também o ouvia pacientemente. Nada era permitido a M. por ele, nem mesmo namorar, tudo norteado por sua enorme austeridade.

Acabou conhecendo um homem com quem se casou. Pela rígida educação que recebeu, M. achava que deveria esperar sempre a iniciativa do marido na vida sexual do casal. Quatorze anos se passaram e cansada de uma vida sexual insatisfatória, resolveu tomar a frente no que se refere ao contato mais íntimo com seu marido, o que foi recebido com surpresa por este. O casamento durou apenas dois anos depois da iniciativa de M.

M. tem dois filhos que com o passar dos anos começaram a apresentar um comporta-

mento difícil em relação à mãe. A relação entre M. e seus filhos tornou-se bem complicada, culminando com o casamento destes sem que a mãe fosse participada. M. diz que sempre teve uma enorme preocupação com a educação dos filhos apelando para condutas que eram criticadas pela maioria. Exemplo disto foi o episódio quando queimou o dedo de seu filho mais velho para que este parasse de teimar, além de chamar a polícia, num outro incidente, por não controlar a agressividade de seu outro filho.

Mãe e filhos se separaram por algum tempo, voltando a se encontrar bem mais tarde. Neste reencontro, recebeu um pedido de ajuda de seu filho mais novo, que lhe pediu que alugasse uma casa para ele e sua família em nome de M., já que este se encontrava desempregado e não podia fazê-lo sozinho. M. concordou com o pedido, mas seu filho após ter conseguido que sua mãe emprestasse seu nome para o aluguel, resolveu não pagar as prestações, o que fez M. começar a atravessar problemas financeiros bastante difíceis. Quanto ao marido, diz que na época da separação, descobriu que este tinha uma amante há sete anos. Sua última crise aconteceu dois dias antes do início do nosso trabalho e logo que M. começa a falar de suas dificuldades, suas crises desaparecem. Lembra ela, que em momentos difíceis em sua vida não tivera crises e em outros menos importantes, elas apareceram. Esta lembrança é contraditória, pois havia declarado que as crises ficavam mais frequentes em momentos mais difíceis.

Desde que começou o atendimento, M. só teve uma crise. Sua relação com o mundo foi sempre de insatisfação, julgando-se mal-compreendida, magoada, desrespeitada e fundamentalmente alvo de pouco amor. Ao final de cinco meses, M. já não fazia nenhuma crise e insistiu que precisaria de férias, até mesmo para se resolver financeiramente e aí poder retornar com menos dificuldades para o custeio do atendimento, uma vez que esta falava em todas as sessões da enorme dificuldade para patrocinar seu tratamento.

Penso ser importante articular desde logo a questão da epilepsia como via de demanda e a histeria com via de desejo. Devemos pensar aí nessa relação entre o real do corpo e a imposição do grande Outro ao qual nos submetemos e que faz o sujeito aceitar esse estigma. Parece ser a partir da produção de um discurso ou mesmo a tentativa deste, que algo acontece na paciente, resultando em desqualificar das crises que a acometeram por tanto tempo. É possível pensarmos na questão do fenômeno epiléptico como associada a um sintoma histórico. Talvez seja coerente supor uma subserviência das crises epilépticas em relação à neurose, ao sintoma histórico que se serve deste, para uma descarga somática. A questão do gosto sentido por M., que se apresentava como algo que precedia suas crises, nos faz pensar num quadro alucinatório. Não se pode desprezar, esse pai severo, que nada lhe permitia e com quem M. parece ter tido sempre uma relação bastante difícil, neste sentido, podemos pensar no caráter de morte representado por essas crises, por uma morte real e o caráter punitivo aí embutido que se dão a partir do desejo de morte endereçado ao pai.

O comportamento caricato de M. que sem dúvida, mesmo aos olhos mais leigos, faria com que esta fosse chamada de histérica, faz-nos pensar num ego passivo, mas que talvez esconda algo bastante diverso, se nos lembrarmos dos episódios sado-masoquistas que M. viveu com seus filhos, ao provocar queimaduras em um deles, ou mesmo ao chamar a polícia e ver sua casa invadida ou ver-se invadida por policiais que talvez numa função de compromisso, não só ameaçaram um de seus filhos, mas a ela também, que dificilmente, passou incólume pela situação.

A partir da relação difícil com seu pai e com o desejo de morte em direção a este, M. assume um pouco este lugar de um pai morto e uma grande polêmica entre o ego e o superego

se ergue neste contexto psíquico. Conflito psíquico, que encerra um conteúdo que conta com algumas características: sadomasoquista, de punição, de castração, de culpa que são representados no pano de frente pelo quadro(fenômeno) epiléptico apresentado e que chega como via de queixa.

Fragmento clínico 2: P, de 22 anos chega ao atendimento com a queixa de não saber administrar a sua vida, não conseguindo se relacionar, estudar, trabalhar e sentindo que sua existência a cada dia se tornava mais sem sentido. Passava os dias em casa, vendo televisão sem conseguir sair deste tédio, segundo ele, por não se achar capaz de realizar nada.

Conta que foi abandonado aos 5 anos por sua mãe, que também deixou para traz uma irmã que na época tinha 7 anos, além seu pai. A razão do abandono, segundo o relato, teria sido o fato de sua mãe ter se apaixonado por outro homem. Sem mais ter notícias dela, foram deixados com a avó paterna, no Ceará, já que seu pai viera para o Rio de Janeiro, tentar a vida. Ao que parece, as duas crianças foram criadas e protegidas pela avó, inclusive em relação a um tio, filho desta avó, que com eles moravam e que não demonstrava grande afeição pelas crianças, além de reclamar pelo fato destas prejudicarem o seu espaço e de sua mãe que já contava com certa idade.

Dez anos se passaram até seu pai resolver trazer os filhos para o Rio de Janeiro, onde continuava a morar. Aqui chegando, com quinze anos, P. relata que continuou a sentir as mesmas dificuldades de sempre no que se refere a relacionamentos.

Morava com o pai e a irmã no prédio onde o primeiro era zelador, tendo assim a chance de conviver com outros garotos de sua idade que moravam no mesmo prédio. Apesar disso e de até conseguir alguma aproximação com eles, P. sentia que isso não acontecia de forma natural. As conversas sobre sexualidade eram sempre presentes no grupo e a curiosidade, segundo ele, estimulou uma ida do grupo a uma casa de prostituição onde pôde se relacionar com uma prostituta do local. P. relata que seu desempenho não foi o que esperava, uma vez que sua satisfação só se deu depois de inúmeras tentativas por parte do casal. Admite que só se sente tranquilo e à vontade em companhia de sua irmã, com que conversa, fala de suas intimidades e dificuldades. Seu pai não lhe dá atenção, além de não ser capaz de entender as dificuldades do filho. Aos 19 anos de idade, conversava com um de seus colegas do prédio e elogiava a beleza da esposa do síndico, quando este apareceu e surpreendeu P que falava do assunto com toda ênfase. Ao perceber a presença do síndico, P. diz ter se sentido anestesiado e de nada mais se lembra, a não ser o que lhe foi relatado quando acordou. Ao que parece, P. fez uma crise epiléptica, o que o fez procurar um médico, que lhe prescreveu uma medicação depois de confirmar o diagnóstico de epilepsia. Quando procurou atendimento, P., estava tomando a medicação por três anos, além de freqüentar o médico com regularidade.

Este paciente compareceu ao longo de um mês, sempre valorizando suas dificuldades com as mulheres, família, amigos e mesmo na escola onde sentia muito medo de ser convocado pelos professores a participar da aula, o que lhe era difícil pela sua enorme dificuldade de falar. Passado este um mês de atendimento, no horário que estava marcado para uma sessão, fui procurado por uma vizinha de P., que dizia ter vindo em seu lugar para comunicar que este não mais viria. Disse-me ela que P. conseguira um finalmente um emprego e que mandava dizer que se comunicaria assim que possível, mas que por enquanto as coisas estavam melhores por ter conseguido um lugar para trabalhar, o que parecia antes impossível, e com isso achava que sentiria mais segurança para se comunicar com outras pessoas.

O que me faz trazer o rápido relato deste caso, atendido por tão pouco tempo, é exata-

mente ressaltar o lugar da fala, nestes pacientes com uma sintomatologia orgânica tão específica, onde uma precariedade no nível do simbólico parece merecer toda atenção. O que se mostra absolutamente fundamental é a velocidade com que alguma coisa é operada no paciente assim que este se dispõe a falar. Obviamente, não poderemos defender a existência de nenhum processo analítico mais formal, de qualquer maneira alguma produção ou mesmo substituição para a via do discurso acontece, fazendo desaparecer quase que "*magicamente*" estes sintomas que se apresentam com toda uma roupagem orgânica. Parece que essas crises podem ser encaradas como uma forma de suplência, como substituto minimamente atípico da palavra. Essa inesperada chegada do síndico, parece remeter o paciente à figura do pai, à castração. Este episódio mais parece um ponto de basta proporcionado por este pai representado pelo síndico que vem como que barrar esse *embalo edípico* demonstrado por P. em sua conversa com o colega. A palavra, por seu lado, esteve presente no início e final do processo, alcançando o *status* de desencadeadora de toda a situação.

Fragmento clínico 3: S., estudante universitária, chegara do interior de Minas Gerais para estudar. Tendo sido aprovada para uma universidade pública resolveu cursá-la para não perder essa chance considerando que sua origem é muito simples e não permitiria custear uma curso particular. Filha de uma irmandade composta de doze filhos, não podia contar com qualquer ajuda financeira de sua família. No Rio de Janeiro, passou por toda sorte de dificuldades. Faltava-lhe dinheiro para alimentação ou mesmo para as conduções, o que a obrigava a vencer longas distâncias andando. Sua alimentação estava limitada ao bandeijão de sua universidade e quando este não fornecia alimentação, por exemplo, por questões de greve, S. tinha sua dificuldade de sobrevivência ainda mais agravada. Tornou-se uma aluna bastante interessada. Tinha posições políticas e sociais bastante consistentes. Sua queixa inicial estava na direção da sua dificuldade de fazer provas. Como relatado anteriormente, a paciente era bastante estudiosa e embora ao longo de seus quatro anos de curso só tenha podido comprar um único livro, era assídua frequentadora de bibliotecas. Seu valor foi reconhecido pelos colegas que a colocavam, em muitos momentos, na posição de uma monitora oficiosa. Apesar deste desempenho, quando precisava ser avaliada numa prova, S. transpirava, faltava-lhe o ar e chegava ao desmaio. Quando procurou ajuda, relatou que tivera um episódio de perda de consciência por volta dos oito anos de idade o que pareceu ser uma crise epilética, no entanto, o médico à época não garantiu essa possibilidade, até porque, esse episódio não mais aconteceu. Na época do vestibular experimentou crises, o que a levou ao médico e a partir de então vinha sendo medicada. Em relação ao seu contexto familiar, sempre comentou que sua mãe era absolutamente submissa ao seu pai que impunha uma moral rígida dentro de casa, principalmente em relação às filhas mulheres que sofriam todo tipo de proibição, fosse em relação a roupas, a sair de casa, para brincar e mesmo relação às posições casualmente proferidas por estas. Seu pai era fervoroso em sua fé e mantinha a família com "*rédea curta*" (sic).

Em relação à sexualidade, mantinha-se virgem aos vinte e quatro anos por não se sentir preparada para qualquer contato mais íntimo. Chegou a questionar-se sobre a possibilidade de uma homossexualidade, acabando por descartar essa hipótese por não se sentir em nenhum momento atraída por pessoas do mesmo sexo e quanto ao sexo oposto, as poucas experiências de namoro que viveu, teriam sido boas mas interrompidas quando acreditava que se aproximava alguma chance de um contato sexual, o que a aterrorizava.

Durante os anos que passou aqui, sentia-se muito dividida entre a saudade da família e

o medo do que poderia representar seu regresso a sua cidade. Formou-se e não conseguindo um trabalho que a mantivesse no Rio, ao mesmo tempo, que pressionada principalmente pelo pai, acabou voltando para sua cidade o que interrompeu os atendimentos. Vale registrar que a paciente não deixou de fazer uso da medicação durante o período de atendimento, no entanto, foi capaz de pouco a pouco passar a fazer suas provas naturalmente impostas pelo curso, engajou-se politicamente em movimentos de sua universidade, deixando gradativamente de se sentir insegura com eventuais irrupções de crises. Ao final, demonstrou-se um pouco desesperançada em relação ao seu futuro, mas resignada com o reencontro familiar, assumindo que apesar de ter fantasiado algo diferente, acreditava que naquele momento era o melhor a ser feito.

Comentando os fragmentos: Um comentário que contemple os fragmentos anteriores remete, salvo melhor juízo, à função paterna, esta que tem um lugar destacado na subjetividade, quando nos encontramos no terreno da psicanálise.

Neste sentido, atribuímos a esse pai, um lugar central, pólo maior, a partir do qual, o universo simbólico é oferecido ao ser. Com toda tranquilidade, é possível reiterar que esse pai participa decisivamente na obtenção do *status* de sujeito, sem se submeter à noção de tempo, por exemplo, uma vez que sua constituição diz respeito a um caráter mítico, universal.

Sempre que tentamos de alguma maneira emitir hipóteses sobre nossas experiências clínicas, acabamos localizando esse pai como pertencente ao campo vivencial do analisando, por mais que saibamos que em psicanálise esse pai na qualidade de função, esteja para além de um pai encarnado, um pai real que não poderá se colocar na posição de fundador, mas transmissor dessa função paterna.

Dizendo de forma bastante simples, esse caráter simbólico se coloca para além da figura de um homem com existência real, tem a ver com uma referência que passa por uma atribuição que lhe é dirigida, do objeto fálico. Neste contexto, logo pensamos que em relação à criança, este pai simbólico representa o Outro que na condição de terceiro, subvertendo qualquer exigência biológica no que se refere à diferença dos sexos, vai mediatizar o desejo da mãe e do filho. Lacan (1957, 1999), no Seminário: *As formações do inconsciente* apresenta uma equivalência entre o pai simbólico e o alcance de uma metáfora.

Quando nos referimos à função paterna ou quando mais exatamente vemo-nos frente a um atendimento, um grande leque de possibilidades de constituição desse representante da função é apresentado.

Em psicanálise, a função simbólica paterna se constitui como uma estrada principal a ser percorrida sem nenhuma outra vicinal que pudéssemos escolher, em termos de organização subjetiva.

Se considerarmos esse pai como um ser encarnado que se reveste de uma função simbólica e não nos furtarmos de levantar sugestões em relação aos fragmentos propostos, somos levados a pontuar algumas questões.

É possível perceber que nas três situações descritas, observa-se a figura de um pai austero, defensor da moral e bons costumes, aquele que encarna o lugar de um ditador, de um tirano, não permitindo uma organização subjetiva que permita que o filho explore, de uma outra maneira, sua condição de sujeito.

Uma articulação importante diz respeito ao mito freudiano do pai da horda primitiva como discute Freud (1913/1988) em *Totem e Tabu*, quando fala exatamente de um pai violento, único a ter acesso a todas as fêmeas e que chega a expulsar seus filhos.

Uma questão que se coloca numa relação entre o mito de Freud e os pacientes lembrados nos fragmentos anteriores é que no mito, encontramos um pai canibalizado e a partir daí, uma prole que se vê condenada a uma obediência em relação a esse pai morto que se tornou ainda mais forte.

O que dizer dos pacientes aos quais atribuímos o fenômeno epiléptico, aqui discutido? Nestes, também verificamos a presença de um pai tirano, mais do que isso, com características perversas a ponto de não se mostrar suficientemente para que se constitua um significante paterno adequado contra o qual o sujeito possa se insurgir. Este pai, além de retirar direitos dos filhos, não lhes permite agir, coloca-os em suspensão, num hiato, não deixa alguma possibilidade de traduzir em palavras os ditames paternos. A lei paterna invade o sujeito na extensão de um trauma, contra o qual, este filho paralisa. Talvez não se possa falar simplesmente do surgimento de um sujeito barrado como em tantas outras situações, mas quem sabe de uma barreira imposta por um lado e aceita por outro, mas uma aceitação que passa por um não sentido. Se não podemos supor um sentido mais consistente a esse significante, o sujeito sucumbe às crises que o livra de tratar daquilo que não é capaz e que diz respeito a um Outro que se mantém protegido com uma máscara, atrás da qual, o filho não consegue ver.

Os três fragmentos aqui dispostos estão bastante longe de encerrarem qualquer questão acerca daquilo que nomeamos de fenômeno epiléptico, no entanto, permite-nos levar em conta um certo comprometimento simbólico que parece ter tirado outra forma de atuação do sujeito que não fossem as crises.

6 - Conclusões

Procuramos neste trabalho, a partir da teoria psicanalítica e de alguns impasses surgidos na clínica, pensar um pouco mais a questão da próxima fronteira entre o psiquismo e o somático e assim não se poderia esperar que num texto permeado por este saber, fosse possível abdicar de uma valorização à palavra, não preterindo outros aspectos. De qualquer maneira, a intenção de um apelo à valorização da escuta se faz indispensável. Escuta que nos é endereçada a partir de um sujeito desejante, pulsante, que encontra obstáculos para bancar seu desejo, produzindo formações inconscientes plenas de desconforto.

O sofrimento desse sujeito, deverá encontrar eco, ancoragem, lugar de transferência para que algo se possa produzir, adaptar, trilhar; algo que esteja para além de um diagnóstico, algo que vise não só a cessação de um desconforto, mas a produção de um sujeito que possa dispor de uma outra forma daquilo que chamamos de amarração psíquica, de desejo. Acreditamos que tenha sido aquém do necessário os exemplos clínicos e consideramos importante que um trabalho de campo, com outras situações da clínica pudessem se não corroborar, ao menos fazer-nos pensar melhor a possibilidade psicanalítica junto a esses pacientes. Não ceder diante do desejo implica um trabalho de investimento e ao fracassarmos nessa intenção, somos ameaçados por esse real de cada um. Faltantes que somos sentimos-nos expostos, vulneráveis ao trágico, restando-nos um sucumbir em sintomas que estão articulados à tentativa visceral de realização do desejo ou a busca de um caminho do real ao imaginário pela via do simbólico, como diz Lacan, para que neste contexto consigamos alcançar uma existência menos sofrida do que aquela que se podia contar até então.

Fica aqui uma defesa em favor da palavra, da clínica como fonte de trabalho, de valorização do sujeito, de crença no inconsciente.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1996.
- BREUER, J. e FREUD, S. *Estudos sobre histeria* (1893c). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. II.
- FREUD, S. *Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim* (1886). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. I.
- _____. *Observação sobre um caso grave de hemianestesia em um homem histérico*(1886). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. I.
- _____. *Histeria* (1888). *Apêndice: Histeroepilepsia*. Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. I.
- _____. *Charcot* (1893a). Rio de Janeiro: Imago, 1990, v. III.
- _____. *Algumas Considerações para o estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas* (1893b). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. I.
- _____. *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação Preliminar (Breuer-Freud)*. (1893c). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. II.
- _____. *As neuropsicoses de defesa* (1894). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. III.
- _____. *Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia* (1895a). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. III.
- _____. *Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada Neurose de angústia* (1895b). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. III.
- _____. *Hereditariedade e Etiologia da neurose*(1896). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. III.
- _____. *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa* (1896). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. III.
- _____. *A Sexualidade na etiologia das neuroses* (1898). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. III.
- _____. *Rascunho K* (1899). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. I.
- _____. *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (1908). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. IX.
- _____. *Cinco lições de psicanálise* (1910). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. XI.
- _____. *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1917). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. IX .
- _____. *O Estranho* (1919). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. XVII.
- _____. *Além do princípio do prazer* (1920). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. XIX
- _____. *Inibição, sintomas e angústia* (1926). Rio de Janeiro: Imago. 1990, v. XX.
- HANNS, L. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago. 1996.
- KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1996.
- LACAN, J. *As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1995.
- _____. *A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1992.
- _____. *Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985
- _____. *Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1995.
- _____. *O estádio do espelho como formador do eu*. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.
- NATHAN, T. e STENGERS, I. *Médecins et sorciers*. Paris: Synthélabo, 1995.
- PORTER, R. *História social da loucura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SEYLE, H. *The stress of life*. McGraw-Hill 1ª edition. New York, 1956.
- STEIN, C. *A morte de Édipo*. Rio de Janeiro: Revinter. 1997.

Julio Cesar Mello D'Amato

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Endereço eletrônico: juliadamato@uol.com.br

A HESITAÇÃO DIANTE DA ESCOLHA: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRAGÉDIA DE HAMLET

Lourdes Benévolo

Resumo: Na tentativa de elaborar a dificuldade encontrada no momento de fazer uma escolha - situação trágica - buscou-se trazer como recurso, uma reflexão sobre a obra prima de Shakespeare, Hamlet, O Príncipe da Dinamarca, articulando-se duas questões ligadas de forma intrínseca: o sucesso da peça e a hesitação de Hamlet em fazer a escolha. Em se tratando da vingança do assassinato de um pai (parricídio) e do término de uma relação incestuosa (incesto); isto é, de um conflito primordial capaz de tocar cada um dos participantes das platéias do mundo, a psicanálise traz uma clara contribuição calcada no Complexo de Édipo (um desejo recalçado).

Palavras-chave: Escolha, hesitação, morte e desejo

Abstract: In order to understand the difficulties encountered when a choice has to be made, a tragic situation in itself, a reflection based on Shakespeare's masterpiece, Hamlet, was sought, with the intention of answering two questions which are intrinsically bound: the timeless success of the play and Hamlet's hesitation when he has to make a choice. Psychoanalysis brings a clear contribution, based on the Oedipus Complex (a repressed desire), to the question of the revenge against the assassination of a father (parricide) and the end of an incestuous relationship (incest). It is this universal and primal conflict which touches every member of the audience, throughout the world.

Keywords: choice, hesitation, death, desire

Para elaborar a dificuldade encontrada ao se fazer uma escolha – situação trágica em si mesma, buscou-se trazer como recurso, uma reflexão sobre a obra prima de Shakespeare – Hamlet, o Príncipe da Dinamarca, tendo como ponto de partida duas perguntas intrinsecamente ligadas: a) qual o apelo da obra para justificar o seu sucesso? e, b) por que Hamlet hesita diante da escolha?

Na busca das respostas para as duas questões acima mencionadas, entende-se que a compreensão e a apreciação de uma obra de arte serão mais profundas e abrangentes, quando se reconhecem as características do seu autor, bem como o seu desenvolvimento artístico (1). A ampliação dos conhecimentos sobre a personalidade do autor trará uma melhor compreensão da obra.

Partindo do pressuposto que obra alguma surge do nada, mas que é produto de experiências e vivências armazenadas pela memória de cada sujeito e que algumas delas ficam esquecidas para sempre (recalçadas no inconsciente), compreende-se porque o artista rejeita a análise da obra, explicando-a de forma difusa e imprecisa, apoiando-se na “inspiração”, um conceito de difícil definição. Isso porque, há da parte do artista, um real desconhecimento da fonte e do processo, no seu todo, que dá origem à sua criação.

As investigações analíticas feitas por Freud em algumas obras de gênios (2) revelaram não somente a presença de certos mecanismos na produção artística, fundamentais para que a criação aconteça, como também de certos processos mentais comuns à criação, aos sonhos e aos sintomas psiconeuróticos.

A prática clínica indica que nenhum ser humano se dispõe a revelar, para si mesmo ou para outrem, a profundidade de sua personalidade, a não ser que haja uma grande necessidade de ser aliviado de certos sofrimentos e que tais sofrimentos têm origem em conflitos primordiais.

Pode-se então pensar, que na obra de arte há uma parcela de uma necessidade inconsciente da elaboração desses conflitos. E mais ainda, que ao elaborar tais conflitos internos através da sua obra de arte (sublimação) (3), o artista proporciona ao espectador, faça ele parte de uma platéia num teatro, ou de uma audiência num concerto, ou como visitante numa exposição, a oportunidade de se identificar com “algo” da obra, quando é inconscientemente tocado pelos mesmos conflitos.

Sublimação

Segundo Jones (1949), o texto metapsicológico de Freud, dedicado à sublimação, foi perdido. Freud teria escrito cinco artigos para compor a *Metapsicologia*: a consciência; a angústia; a histeria de conversão; a neurose obsessiva e a sublimação.

Por essa razão, Laplanche e Pontalis (2000), consideram que embora a literatura psicanalítica recorra com frequência ao conceito de sublimação, esse conceito permanece como uma lacuna no pensamento psicanalítico, justamente pela falta de uma teoria que o sustente.

Ainda Laplanche e Pontalis (2000) referem-se à sublimação como um processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. As atividades de sublimação seriam principalmente as artísticas e as de investigação intelectual, quando a pulsão é derivada para um novo objeto não sexual, visando objetos socialmente valorizados, portanto, seria um tipo particular de destino pulsional.

Fala-se de sublimação, com a idéia de que este conceito seja óbvio quando se articula a psicanálise com a cultura e a arte, entretanto, do que se pode perceber na obra de Freud, o conceito de sublimação aparece sempre em trechos onde são abordadas outras questões; ou seja, o conceito de sublimação é usado como passagem ou como oposição a um outro conceito, servindo como recurso para uma argumentação.

O autor e seu tempo

William Shakespeare nasceu em abril de 1564, na pequena cidade de Stratford-Upon-Avon, no condado de Warwickshire, às margens do rio Avon, a cerca de 150 km de Londres. Foi enviado à escola aos sete anos. Em 1576, seu pai John passou por grandes dificuldades financeiras e a partir daí, pouco se sabe sobre sua educação.

Nesse vilarejo, todos se conheciam e sabiam tudo o que acontecia. Um dia, uma jovem chamada Charlotte Hamlet foi encontrada afogada nas águas do rio Avon. O resultado do inquérito concluiu por suicídio e foi negado a ela o enterro com rituais religiosos. A família contestou o laudo argumentando que a jovem havia escorregado enquanto colhia flores às margens do rio.

Em 1582, aos dezoito anos, Hamlet casou-se com Anne Hathaway, com quem teve três filhos: Suzanne e mais tarde os gêmeos, Judith e Hamnet (uma forma arcaica do nome Hamlet), tendo sido o seu único filho, que morreu aos onze anos. Durante esse período, Shakespeare trabalhava como professor para manter sua família.

Dois fatos aparentemente secundários, foram os elementos desencadeadores para Shakespeare se deslocar para Londres em 1587: a sua participação numa caçada em área proibida e a passagem por Stratford de cinco companhias de teatro itinerantes. (ROSIGNOLI, 1967:21).

Sabe-se que nos primeiros anos de vida em Londres, Shakespeare se empregou como guardador de cavalos no teatro de James Burbage, um homem conceituado nos círculos literários e teatrais de Londres. A partir daí existem evidências de que em 1592 Shakespeare tornou-se primeiro ator e logo depois escritor e acionista do teatro "The Globe".

Aposentou-se aos cinquenta anos, após trinta anos de intenso trabalho e produção teatral. Tendo prosperado nos seus empreendimentos, comprou uma confortável casa em Stratford para a sua família, para onde voltou a viver e onde escreveu suas últimas peças teatrais.

No dia 23 de abril de 1616, Shakespeare faleceu e foi enterrado na paróquia onde havia sido batizado.

No seu tempo, Shakespeare não foi tão admirado como é hoje. Dramaturgos, contemporâneos seus, o criticavam e o desdenhavam por ele não ter tido educação universitária: Robert Green referiu-se a ele como um novo rico e sem classe, (PHYLLIS, 1980:82), mas para Ben Jonson: “Shakespeare não foi somente de uma época, mas de todas” (ROSIGNOLI, 1968:82).

A Guerra dos Cem Anos; a Peste Negra; a Revolta dos Camponeses; a Guerra das Rosas e outras convulsões históricas, nos tempos de Henrique VIII, Eduardo VI e Maria I (todos da dinastia Tudor), impediram a Inglaterra de acordar intelectualmente, como havia acontecido com resto da Europa. Assim, o Renascimento chegou tarde à Inglaterra, mas quando chegou, trouxe consigo conseqüências das experiências italiana e francesa, que ajudaram ao país a acelerar o processo de ingressar na Idade Moderna.

A ascensão de Elizabeth I ao trono em 1558, trouxe paz para o país, que iniciou uma corrida contra o tempo, na construção daquilo que viria a ser o cerne do Renascimento Inglês: o investimento na cultura.

As escolas passaram a serem abertas não somente para os filhos dos nobres, mas também para os filhos dos comerciantes e dos pequenos agricultores. A tradução da Bíblia proporcionou para muitos, pela primeira vez, o prazer pela leitura e pela linguagem poética. Nas escolas eram ensinados o latim e o grego, bem como eram feitos estudos sobre as obras de Sêneca, Terrence, Platão e Ovídio.

O teatro elisabetano surgiu numa época de tensão entre o Mundo Medieval, (que insistia em permanecer) e o Mundo Moderno, (que insistia em se estabelecer). Nesse contexto, Shakespeare distinguiu-se por estabelecer um equilíbrio entre esses dois extremos, retirando e usando o que havia de melhor de cada um desses mundos.

No período elisabetano, escritores como Robert Greene, Ben Jonson, Christopher Marlowe e William Shakespeare, criaram e deixaram como legado a mais rica e esfuziante tradição literária da Inglaterra, admirada pelos aristocratas, que sem os compromissos com os encargos das guerras, investiram na Cultura e tornaram-se patrocinadores das Artes.

O teatro elisabetano funcionou até o início da Guerra Civil, em 1642, quando por ordem de Cromwell, um puritano, o Parlamento fechou oficialmente todos os teatros de Londres.

A história e a estória de Hamlet

A história da obra de Shakespeare “Hamlet, o Príncipe da Dinamarca” tem origem numa lenda nórdica, que foi resgatada no século XII, pelo cronista dinamarquês, Saxo Grammaticus, sob o título “A história de Amlet, príncipe da Jutland” quando ele coletava informações sobre o passado de seu país.

Alguns séculos mais tarde, Belleforest reconta a narrativa de Saxo, como parte da sua coleção de “Histórias Trágicas”, com pelo menos uma grande modificação: em Saxo, a mãe do Príncipe Hamlet era uma vítima inocente do seu cunhado, já em Belleforest ela era uma adúltera, ansiosa para se casar com aquele que havia assassinado seu marido.

Não há evidências que Shakespeare tenha tido contato com a narrativa de Saxo, nem tão pouco com Belleforest, mas é bastante provável que tenha conhecido o trabalho de Thomas Kyd, “Ur Hamlet”, que por sua vez tinha sido influenciado pela narrativa de Belleforest.

Hamlet é universalmente considerada uma das maiores obras primas já produzidas na dramaturgia. O grande interesse pela peça, ao longo de quatro séculos, em várias partes do mundo, leva a pensar que essa atração universal aponta para algo no seu tema básico, que toca profun-

damente o coração humano – um significado subjacente ao tema principal, que aborda um conflito primordial e universal.

Tal conflito, presente não somente no herói da peça, mas também no público que a assiste e no seu próprio autor, pode ser explicado pelo assassinato de um pai, seguido de incesto, que deixa um sentimento de culpa e uma dívida simbólica impossível de ser paga.

Hamlet é a mais longa tragédia de Shakespeare. Ela é escrita em cinco atos, que se desenvolvem através de quatro mil e vinte e quatro linhas, com uma duração de mais ou menos quatro horas de encenação.

O herói da peça, o Príncipe da Dinamarca, não sucede seu pai como rei. Quem ocupa o trono é seu tio Cláudio, que se casa com a Rainha Gertrude, imediatamente após a morte de seu marido, o Rei Hamlet.

Numa noite fria, o fantasma do rei morto (que foi envenenado por Cláudio) aparece para o Príncipe Hamlet e lhe impõe uma tarefa: vingar-se do assassinato de seu pai, matando Cláudio e colocando fim ao incesto. Mas Hamlet hesita na escolha de executar ou não a tarefa.

A tragédia

Toda escolha pressupõe um dilema – o que escolher e o que abandonar - que envolve uma situação trágica, porque, se somos livres para escolher, somos também irremediavelmente responsáveis pela escolha que fazemos, tendo em mente que muitas vezes, a nossa escolha terá conseqüências não somente para nós, como também para a vida de um outro – condição à qual estamos subordinados desde o nascimento.

Dentro das experiências humanas, quando há um contexto de crise, há o surgimento da reflexão moral e do sentido de tragédia. A tragédia acontece quando o homem frente a duas obrigações igualmente fortes, porém, incompatíveis, tem que se decidir por uma delas.

Embora a palavra tragédia seja usada no senso comum para relatar uma desgraça, um infortúnio ou um desastre, ela na verdade refere-se a uma obra de arte, regra geral uma peça teatral ou um romance, que se debruça, com seriedade, na reflexão das questões que giram em torno do papel do homem no universo.

A palavra tragédia vem do grego, Tragodia (trago: bode; oidê: canto), supõe-se que as primeiras tragédias fossem acompanhadas pelo sacrifício de um bode.

O nascimento da tragédia se deu a partir da decisão do tirano Psitráto, que para agradar ao povo, determinou celebrar na cidade, o deus Dionísio, divindade do vinho e da vegetação, o que antes era somente realizado nos campos.

Os gregos usaram a palavra pela primeira vez, no século V a.C., para descrever um tipo específico de obra teatral representada nos Festivais da Grécia, que aconteciam na Primavera e que se prolongavam por seis dias. Esses festivais eram promovidos pelo Governo e contavam com a participação de quase toda a população.

As grandes poesias épicas e líricas eram destinadas aos reis e aos nobres, mas a tragédia, desde seu início, era dirigida a todos os cidadãos - ao povo da Polis. Ela era na realidade uma instituição política, cujas representações aconteciam somente durante as festas religiosas e que traziam um debate atualizado, sobre os grandes mitos, para propagar a ideologia da Polis.

As peças tratavam sempre de histórias já conhecidas – uma lenda ou um herói, sendo que a atenção não era mantida pelo suspense ou pela surpresa, mas pela contemplação das verdades eternas.

A finalidade era manter viva a tradição das histórias antigas e seus valores, sendo que muitos jovens tinham no teatro o primeiro contato com essas histórias. Os três grandes escritores gregos que produziram tragédias foram: Aschylus; Sóphocles e Eurípedes.

Historicamente falando, a Tragédia foi criada em quatro diferentes períodos: na Attica, na Grécia, durante o século V a. C.; na Inglaterra, durante os reinados de Elizabeth I e James I, de 1558 a 1625; na França, no século XVII e mais tarde, durante a segunda metade do século XX, em outros pontos da Europa e da América. Ela reapareceu na Idade Média, mas com uma outra roupagem, em torno da Paixão de Cristo(4).

Quando se reflete sobre a tragédia de Hamlet, um fato curioso logo se destaca, qual seja: a sua impossibilidade de escolher, mas não escolher já é uma escolha, talvez a pior de todas!

Hamlet não é livre para decidir, tão pouco escolheu estar no lugar, de ter que executar um ato de vingança, por um crime cometido por um outro, o seu tio. Ele amaldiçoa essa situação: “[...] O tempo é de terror, maldito fado. Ter eu de consertar o que é errado.[...]” (SHAKESPEARE, Ato I, cena 5:59) (5)

Hamlet fica aturdido com o peso da tarefa que lhe é imposta, demonstra dúvidas, que são entremeadas por forte sentido de condenação ao incesto de sua Mãe; de autocondenação por não agir; de suspeita sobre a veracidade do crime cometido contra seu Pai e de condenação à sua incapacidade para odiar Cláudio o necessário, para se vingar. Usa de algumas estratégias para se convencer da necessidade de cumprir a tarefa, mas apesar de tudo, não consegue tomar uma decisão, não age, algo o paralisa!

Quando se volta para o texto da peça e destaca-se a fala de Hamlet, pode-se perceber claramente, não somente uma hesitação obsessiva no que concerne à escolha a ser feita, como também, às inúmeras mudanças de comportamento que Hamlet vai assumindo, na desesperada tentativa de tentar entender o que o impede de agir.

Assim, antes mesmo de saber da existência do Fantasma, Hamlet condena com veemência, o incesto de sua Mãe, já no primeiro solilóquio:

“[...] Morto há dois meses só! Não, nem dois meses! [...] O teu nome é mulher. Um mês apenas, Antes que se esgotassem os sapatos / Com que seguiu o enterro do meu Pai [...] Casou-se; Oh! pressa infame de lançar-se Com tal presteza entre os lençóis do incesto!”(Ato I, cena 2:40)

Hamlet demonstra dúvida sobre a veracidade da aparição, quando Horácio lhe relata o que viu e decide tirar a prova por ele mesmo:

“É muito estranho, estava armado de alto a baixo?
E não vistes sua face?
Tinha aspecto zangado ou carrancudo?
Pálido ou entontecido? Fixou os olhos sobre vós?
Tinha a barba grisalha?”
E então decide:
“Irei à guarda
Talvez venha de novo” (Ato I, cena 2:42/43)

Quando dissipadas as dúvidas sobre a existência do Fantasma, Hamlet demonstra estar convencido da tarefa e desejoso por cumpri-la . E mais adiante, demonstrando já suspeitar da trama, exclama: "Oh minha alma profética, meu tio!" (Ato I, cena 5:56)

O Fantasma prossegue relatando em detalhes como ocorreu verdadeiramente a sua morte e exigindo que Hamlet jure e escreva que não se esquecerá da tarefa de vingança. Hamlet jura e escreve: "Assim, és tu meu tio" (Ato I, cena 5:56)

Neste ponto começa a se desenrolar toda a tragédia de Hamlet: ele tem uma tarefa a cumprir, da qual está convencido da necessidade de sua realização, mas há algo dentro dele que o paralisa. Tem consciência dessa paralisação, mas não consegue entender o porquê.

Pede aos artistas itinerantes que acabaram de chegar ao Castelo de Elsinore, que recitem a narrativa de Enéas a Dido - da Eneida de Virgílio (6) – a cena que descreve Pirrus paralisado diante da queda de Tróia:

"[...] Paira no ar e Pirrus fica inerte.
Parecendo a imagem de um tirano
Parado entre o designo e a realidade
E nada faz!" (Ato II, cena 2:81)

Assim fica Hamlet, como alguém sem ação, apesar da sua vontade e do seu dever. Nesse momento, Hamlet é como Pirrus, não tem ação!

No seu segundo solilóquio, Hamlet divide com a platéia a autocondenação que faz, por não se sentir envolvido o suficiente pela situação que tem vivenciado:

"Agora estou sozinho!
Que camponês (7) canalha e baixo eu sou!
Não é monstruoso que esse ator consiga
Em fantasia, em sonho de paixão
Forçar sua alma assim a obedecê-lo
A ponto de o seu rosto ficar pálido
Ter lágrimas nos olhos, o ar desfeito,[...]
[...] E tudo isso por nada! Só por Hécuba! (8)
Que lhe interessa Hécuba? E ele a ela
Para que chore assim? que faria
Se tivesse os motivos da paixão
Que tenho? Inundaria com seu pranto o palco [...]" (Ato II, cena 5:83/84)

Hamlet continua se autocondenando, lamenta não odiar Cláudio o necessário para movê-lo à ação, considera-se um fraco e mais uma vez condena o incesto da Mãe:

"[...] mas sou um fraco,
Falta-me o fel que amarga as opressões
Senão, eu já teria alimentado
As milhafas (9) do céu, co'os restos podres
Desse vilão lascivo e ensanguentado!
Vilão cruel, traidor incestuoso!
Oh! vingança!" (Ato II, cena 5:83/84)

Ainda no mesmo solilóquio, Hamlet volta à dúvida sobre a veracidade do Fantasma, questiona se será realmente o espírito de seu Pai ou será apenas uma artimanha do demônio, precisa de provas, racionaliza sua paralisia.

Resolve então, encomendar ao grupo de artistas itinerantes a encenação da peça “A morte de Gonzalo”, na qual uma das cenas apresenta as mesmas circunstâncias em que ocorreu a morte do Rei, seu Pai. Pede ao seu amigo Horácio, que também observe Cláudio durante a apresentação, se terá alguma reação que possa lhe dar certeza sobre a origem do Fantasma:

“[...] Há hoje um espetáculo a que o Rei
Vem assistir. Uma das cenas mostra
As mesmas circunstâncias que cercaram
A morte de meu Pai, que te contei:
Peço-te quando vires a cena
Que uses da mais aguda observação
Sobre meu tio: se o seu crime oculto
Não se denunciar em certo ponto
Então é um mau Fantasma que nós vimos;[...] (Ato III, cena 2:96)

Ao ver a peça, o Rei reage saindo bruscamente do recinto e Hamlet agora tem certeza de que se trata do Fantasma de seu Pai, mesmo assim não age.

Surge a primeira grande oportunidade para Hamlet levar a cabo a sua tarefa. O Rei está sozinho nos seus aposentos, orando. Hamlet hesita, mais uma vez procura uma justificativa para não agir: o Rei está orando, deve estar arrependido dos seus pecados, portanto, se morrer naquele momento terá passagem para os Céus. Hamlet está paralisado, mas faz mais uma condenação ao incesto:

“[...] Alto espada! Terás mais violência
Quando o vires dormindo, embriagado
No prazer incestuoso do seu leito, [...]. (Ato IV, cena 4:111)

Mais uma vez condenando o incesto, Hamlet volta a lembrar à platéia, que não é somente Cláudio o culpado, mas a Rainha também. Na cena no quarto com sua Mãe, após ter ferido mortalmente Polônio, que se escondia por trás de uma tapeçaria para ouvi-los, a Rainha condena Hamlet por sua atitude, dizendo: “Oh que insensato, que sangrenta ação!” Ao que Hamlet responde:

“Tão sangrenta, tão vil, quase tão torpe,
Como matar um Rei, oh! Mãe querida,
E casar com o irmão, logo em seguida.”(Ato IV,cena 4:112/113)

Mais tarde, Cláudio ordena a ida de Hamlet para a Inglaterra, aparentemente para cobrar um tributo anglo-saxão o “danegelt”, que se originou na compra da saída dos invasores dinamarqueses do Reino de Ethelred II. No caminho, Hamlet cruza com o jovem Fortimbras, príncipe da Noruega que se deslocava com suas tropas para invadir a Polônia, tendo obtido permissão de Cláudio para atravessar o solo dinamarquês. Esse encontro vai produzir uma reação em Hamlet, lembrando-o da sua tarefa, levando-o a analisar a sua hesitação e a se autocondenar:

[...] Isso deve ser feito, pois não faltam
Razões, vontade e força e os próprios meios
Para fazê-lo. Exemplos evidentes
Me exortam a lutar[...]
Mas com grandeza se bater por nada,
Se a honra está em jogo. Como posso
Eu, que tenho o Pai morto e a Mãe infame,
[...] Deixar tudo dormir..."(Ato IV, cena 4:128/129)

Depois de ter conseguido escapar da morte, na trama planejada por Cláudio quando chegasse a Inglaterra, tendo revertido essa ação contra Rozencrantz e Guildenstern, (ex-amigos de Hamlet e agora cúmplices do Rei) Hamlet volta a refletir sobre a tarefa que tem a realizar e encontra mais razões para matar Cláudio, mas não o faz. Dialogando com seu amigo Horácio:

"Pensa um pouco,
Não é forçoso para mim agora
Diante daquele que matou meu Pai
Maculou minha Mãe, e se insinuou
Entre o meu fado e as minhas esperanças;
Que quis cortar minha própria vida
Isso com tal ardil – não é justiça
Não é crime deixar que novos males
Sejam feitos por esse cancro humano?"(Ato V, cena 2:160)

Para a pergunta: por que Hamlet hesita?

O trágico em Hamlet

Em 1601, Shakespeare sofre duas grandes perdas: primeiramente a morte do seu pai real, John, após uma longa enfermidade e depois do seu pai simbólico, o Duque de Essex, seu protetor, que foi executado. Nesse mesmo ano, começa a escrever Hamlet (10).

Freud (1987), dá grande importância ao significado da morte de um Pai para o filho, apontando ser o momento em que o filho substitui o Pai e que pode levar esse filho a reviver desejos da infância que estavam recalcados, originados a partir de um conflito primordial.

Hamlet é um personagem trágico. A tragédia de Hamlet é a de ter um saber sabido: sabe quem é seu Pai, sabe quem o matou, sabe também as circunstâncias em que ocorreu o crime. Há aqui, portanto, uma transmissão de saber que exige vingança.

A tragédia de Hamlet é a tragédia do seu desejo e da sua impossibilidade de realização. Não consegue eliminar do psiquismo o seu conflito mental, por estar vinculado à sexualidade. Tenta deslocar o afeto que lhe é insuportável, fazendo falsas ligações com outras representações (seria seu amor por Ofélia?), o que exige do Ego uma ação de defesa, afastando o afeto para cada vez mais longe do conflito inicial. Mas o conflito sexual se recoloca, tornando o processo repetitivo, o que leva Hamlet a procrastinar, sempre evitando o encontro com o seu desejo, numa hesitação obsessiva, culpando-se por não conseguir agir. Este processo se repete num sofrimento infindável e Hamlet hesita obsessivamente.

A força coercitiva que se impõe no psiquismo, na tentativa de deslocar o afeto (compulsão)

vai registrar no campo das representações e dos pensamentos, um impulso sob a forma de obsessão, dúvida e escrúpulo, que irão produzir os sintomas, representados nos rituais. Dessa forma, os rituais surgem com o objetivo de aplacar os efeitos dos conflitos psíquicos, quando o deslocamento do afeto, falhou nesse objetivo.

Hesitando de forma obsessiva para fazer a escolha, Hamlet está na realidade tentando evitar a morte do seu desejo, mas nisto, também falha tragicamente na cena final.

O desejo em questão, gerador de um conflito primordial, é o que Freud designou como o Complexo de Édipo.

Freud (1987) vai buscar na mitologia grega, em Sófocles, mais precisamente em “Édipo Rei de Tebas”, (que involuntariamente mata seu pai e casa-se com sua mãe, cumprindo assim a profecia do Oráculo de Delfis), a explicação para a interpretação de um sonho seu, segundo a qual a criança desenvolve um amor pela Mãe e ao mesmo tempo uma rivalidade pelo Pai, que são considerados como um estado crucial, para um desencadeamento normal, durante o processo de desenvolvimento, constituindo um acontecimento universal da primeira infância (3 a 5 anos) e que vai se dissolver quando a criança se identifica com o progenitor do mesmo sexo e recalca suas pulsões sexuais.

Na carta 71, Freud (1987:286) especula se Hamlet teria o mesmo tipo de sentimento em relação ao seu Pai e à sua Mãe pois afirma “passou-me pela cabeça uma rápida idéia no sentido de saber se a mesma coisa não estaria também no fundo de Hamlet. Não estou pensando na intenção consciente de Shakespeare, mas acredito, antes, que algum evento real tenha instigado o consciente de seu herói.”

Ao se tentar articular a tragédia de Sófocles – “Édipo Rei de Tebas” - com a tragédia shakespeariana – “Hamlet, o Príncipe da Dinamarca” - uma diferença marcante, salta aos olhos imediatamente e ela está ligada à possibilidade ou não da realização do desejo.

Édipo tinha um saber não sabido, que permitiu a realização do seu desejo, enquanto Hamlet possuía um saber sabido, que o impediu de realizar o seu desejo.

Na busca das respostas para as duas questões anteriormente formuladas: - por que o drama permanece um sucesso através dos séculos?; e por que Hamlet hesita em fazer a escolha? – propõe-se um resumo do sentido das diversas falas de Hamlet, expostas anteriormente:

- a) Hamlet não tinha dúvida sobre a veracidade do Fantasma;
- b) Havia jurado cumprir a tarefa que lhe foi imposta;
- c) Sabia que ela deveria ser realizada;
- d) Condenou com veemência explícita a posição incestuosa de sua Mãe;
- e) Não parecia estar igualmente afetado pelo assassinato de seu Pai;
- f) Estava consciente de que havia “algo” nele que o paralisava.

É a partir de uma situação genial concebida por Shakespeare, capaz de produzir um efeito de inquietude e de estranheza, quando introduz uma peça dentro de outra peça, que se pretende elaborar as respostas para as questões previamente formuladas.

O personagem Hamlet, encomenda aos atores itinerantes a representação da peça “A morte de Gonzalo”, que relata o assassinato de um Rei, em circunstâncias semelhantes ao assassinato do seu Pai.

Hamlet pretende dessa forma, testar Cláudio: se ele reagisse, seria porque teria se visto na representação especular do crime cometido contra o Rei Hamlet; caso contrário, o Fantasma seria um mau fantasma, talvez uma artimanha do demônio, e não mereceria crédito.

Cláudio vive uma situação sinistra, não suportando o confronto entre o imaginário e o real, retira-se abruptamente do recinto, interrompe a apresentação e ordena que as luzes sejam acesas. Hamlet agora sabe que o Fantasma é verdadeiro, não há mais dúvidas que o impeçam de agir, mas não age!

O horror da certeza causa-lhe também uma estranha inquietude – não teria sido ele próprio, capaz de fazer a mesma coisa para aplacar o conflito primordial agora revivido? (o amor pela Mãe e a rivalidade pelo Pai). A certeza não o impulsiona para a vingança, em vez disto, é tomado por um profundo sentimento de remorso.

Sabe-se que a ocorrência de um sonho dentro de um sonho é a expressão de um desejo, que o sonhador gostaria que fosse somente um sonho. E uma peça dentro de outra peça, não teria significado idêntico?

Hamlet fica satisfeito com o resultado do seu teste e parece aliviado, como se tivesse cumprido a tarefa. É somente mais tarde, quando encontra o Rei sozinho, orando nos seus aposentos, que percebe que a tarefa ainda está pendente.

Mas Hamlet está numa posição impossível para executá-la, porque ocupa o lugar do duplo, matando Cláudio estaria matando a si mesmo, já que o tio usurpou o lugar que ele quisera ocupar, outrora. Na verdade a grande morte que Hamlet tenta evitar a qualquer custo, é a morte do seu desejo.

Hamlet fica aturdido pelo efeito do conflito interno agora revivido, (retorno do recaiado), que o paralisa. Poderia-se então pensar na ação, como tendo sido transferida por Hamlet para o Pai de Ofélia.

Mas a culpa simbólica persiste, é impossível de ser paga e ela levaria Hamlet ao mesmo destino de seu Pai, ser envenenado, também por Cláudio.

Hamlet só decide matar Cláudio na cena final. Tendo sido ferido pela espada de Laerte, a qual havia sido previamente envenenada por Cláudio e tendo assistido à morte da Rainha Gertrude, sua Mãe, que bebeu por engano a taça de vinho envenenado (destinada a ele), Hamlet fracassa na tentativa de evitar a morte do seu desejo. É aí, e somente aí, que Hamlet mata Cláudio: a Rainha está morta, o incesto está terminado, e terminada também está a hesitação de Hamlet!

Hamlet nunca chegou a ser um vingador que planejou uma ação de vingança e que fez uma escolha de cumprir a tarefa que lhe cabia. Matou Cláudio como matou Polônio, num momento de impulso.

A resposta para a hesitação de Hamlet está no bojo da Teoria do Complexo de Édipo, que também responde à questão do sucesso da peça: nas platéias do mundo, desde então, cada pessoa é constantemente tocada pela realização de um sonho, referente a um desejo recaiado.

Há uma vasta bibliografia sobre as diversas hipóteses já formuladas por vários estudiosos, sobre o significado da hesitação de Hamlet em vingar-se do assassinato de seu pai. Considerando o estudo feito por E. Jones "Hamlet e o Complexo de Édipo", as explicações para hesitação de Hamlet podem ser resumidas desta forma:

a) explicações de caráter religioso – Gerth vê como sendo a defesa do protestantismo; para Gerkrath seria a influência do pensamento acadêmico da Universidade de Wittemberg (11) contra o catolicismo romano.

b) por questões subjetivas – a personalidade inibida de Hamlet, uma hipersensibilidade acentuada e uma capacidade intelectual extremamente desenvolvida, impediam-no de fazer tal escolha. São defensores dessa explicação: Goethe (hipersensibilidade) e Otto Rank (capacidade intelectual muito

desenvolvida).

c) por questões objetivas – o risco resultante da execução da tarefa poderia ter uma reação negativa sobre Hamlet, que seria condenado por seus súditos, que não estavam bem informados sobre o assassinato cometido por Cláudio, hipótese defendida por Klein e Werder.

d) por não ter explicação - alguns outros estudiosos concluíram que a obra não é explicável, por ser incoerente, Nesse grupo encontra-se T.S.Elliot, enquanto Dover Wilson sustenta que a hesitação faz parte do caráter inexplicável de Hamlet.

e) Jones se apoiou na obra de Freud, explicando a hesitação de Hamlet a partir do Complexo de Édipo.

Notas

1- Essa é uma posição intermediária a duas opiniões: a) só se avaliar uma obra de arte pela fama de seu autor ou b) avaliar-se uma obra somente pelos seus méritos intrínsecos.

2 -A estátua de “Moisés” de Michelangelo; a pintura “A Virgem, a criança, Santa Ana e S.João Batista” e a Gioconda “de Leonardo da Vinci; “Os irmãos Karamazov” e “Crime e Castigo” de Dostoievski; a “Gradeava” de James” e “Hamlet”, “Othelo” e “Macbeth” de Shakespeare.

3-O texto metapsicológico de Freud dedicado à sublimação teria sido perdido. Desta forma, o conceito de sublimação surge em trechos com outras questões, sendo usado como argumento de passagem ou de contraposição a um outro conceito.

4 -Escreveram tragédias na Inglaterra – Thomas Kyd, Christopher Marlowe e William Shakespeare, na França – Pierre Corneille e Jean Racine, e em outros países da Europa e da América – Henrik Ibsen, Anton Chekhov, Eugene O’Neil e Fyodor Dostoyevsky.

5- Essa citação e todas as outras que contêm duas linhas não estão incorporadas ao texto por se tratarem de citações em verso. Shakespeare usava a forma literária em verso para as falas dos aristocratas e dos nobres e a prosa para os plebeus.

6 -Referência à narrativa de Enéas a Dido, quando ele relata a morte do Rei Priamo por Pirrus, durante a noite da queda de Tróia. Shakespeare usou várias alusões a Virgílio quando escreveu esse monólogo.

7- Nos tempos de Shakespeare a palavra camponês era sempre usada de forma derogatória.

8- Hécuba era a esposa de Príamo e Rainha de Tróia. Hamlet está afetado pela representação emocionada do ator no que tange à tragédia vivida por Hécuba.

9 -Milhafas são aves de rapina da Europa.

10- Para Freud, Shakespeare não tem uma intenção consciente ao escrever Hamlet, em relação à morte do seu pai, mas admite que um evento teria instigado o poeta à sua representação, no sentido de que o inconsciente de Shakespeare compreendeu o inconsciente do seu herói

11 -Wittenberg – Universidade alemã, fundada em 1502. Local de proeminência durante a Reforma Protestante, onde Lutero lecionava Teologia.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, M.C. *Neurose obsessiva*. Rio de Janeiro: Letter, 1992.
- ARISTÓTELES, *Encyclopaedia Britannica*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, Inc., v.18, 1984.
- BATISTA, A. M.de S. Argumento. In: *Cadernos de Psicanálise*, nº 9, p. 8-10, 1988.
- BIRMAN, J. Alquimia no Sexual. In: *Cadernos de Psicanálise*. nº 9, p. 11-24, 1988.
- BLOOM, H. *Shakespeare: a invenção do humano*. Rio de Janeiro:Objetiva, 2001.
- DOVER WILSON, J.. *What happens in Hamlet*. Cambridge: Cambridge University, 1996.
- DUNTON-DOWNER, L e RIDING, A. *Essential Shakespeare Handbook*. Londres: Doring Kindersley, 2004.
- FREUD, S. Carta 71. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. I.
- _____ *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v.XI.
- _____ *Organização Genital Infantil: uma interpretação na teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XIX
- _____ *A dissolução do complexo de Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1987 v.XIX.
- _____ *Caráter e erotismo anal*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v.IX.
- _____ *Atos obsessivos e práticas religiosas*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v.IX.
- JONES, E. *Hamlet and Oedipus*. London: Victor Gollancz, 1949.
- LAPLANCHE, J-B. e PONTALIS, J-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MANNONI, O. *Chaves para o imaginário*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- POLLO,V.M. O Édipo freudiano em Lacan: Mito e estrutura. In: *Verbo de Minas- Juiz de Fora: Psicologia*, nº6, v.3, 2001.
- ROSINOLI, M. P.*The life and times of Shakespeare*. Verona: Arnold Mondadori, 1968.
- SHAKESPEARE, W., *Hamlet e Macbeth*. tradução por: Carneiro de Mendonça, A.A. e Heliodora, B., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

Lourdes Benévolo

Psicanalista. Membro de Corpo Freudiano do Rio de Janeiro

Endereço eletrônico: lourdes.benevolo@uol.com.br

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO PSICOSSOMÁTICO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

Glaucia Regina Vianna

Resumo: Este artigo visa introduzir algumas reflexões sobre o fenômeno psicossomático na clínica psicanalítica. O interesse pelo estudo surgiu a partir de dúvidas durante o atendimento de um caso clínico, o qual serviu de apoio ao desenvolvimento deste trabalho. Apesar da hipótese diagnóstica tratar-se de um caso de melancolia aguda, desencadeou o forte desejo de entender o que era aquele fenômeno que se apresentava. O fenômeno psicossomático é objeto de controvérsia, não só para medicina e biologia, mas também à própria psicanálise. No entanto, no presente artigo foram utilizados os subsídios teóricos retirados da doutrina de Jacques Lacan e das idéias articuladas por alguns autores de orientação lacaniana. A conclusão converge para a diferença radical entre sintoma analítico e fenômeno psicossomático, visto que há um tipo de incidência do inconsciente no corpo que é diferente do sintoma. Há um tipo de relação ao Outro que consiste num contorno e uma evitação.
Palavras-chave: corpo, nome-do-pai, sintoma, fenômeno psicossomático.

Abstract: These articles is to introduce some reflections about the psychosomatics phenomenon on psychoanalytical clinic. The interest in this study came about because of some doubts from a case that was used as platform for the development of this research. Although the diagnostic of hypothesis this case is about deep depression that created need to understand these phenomenon. The psychosomatic phenomenon is a controversial topic, not only for the field of medicine and biology, but also for psychoanalysis. For this article we use theories taken from Jacques Lacan doctrine and ideas from different authors of the lacaniana orientation, the conclusion converge to radical differences between the analytic syntoms and the psychosomatic phenomenon, since there is a type of incident of the unconscious in the body that is different from all other synthoms. There is a kind of interconnection between inner voice as if it was another being inside trying to avoid your own real existence.
Keywords: body, father's name, synthoms, psychosomatic phenomenon.

O fenômeno psicossomático

Sabe-se que, desde seu encontro com a histérica, Freud (1886/1976) obteve a convicção de que o sintoma na histeria impõe ao corpo uma nova ordem, não de causalidade biológica e sim de causalidade psíquica. Trata-se da subversão do registro anatômico que o fez postular que há, na histeria, uma fantasia de alteração corporal, tendo sempre insistido que a definição de corpo na psicanálise se liga ao conceito de zona histerógena, da formulação charcotiana, o que vai confluír na noção de corpo erógeno.

Collete Soller (1994) nos chama a atenção para o fato de que o corpo do qual falamos deve ser tomado na sua consistência imaginária e separado da carne, bem como definido como uma superfície de inscrições de fenômenos, tais como vemos surgir na clínica: fenômenos e sintomas que se manifestam no corpo através do discurso dos pacientes, seja na estrutura neurótica ou psicótica. Muitas vezes marcando o corpo através de lesões, principalmente na clínica da psicose, de certa forma referidos a produção de delírios. Nesse contexto, o fenômeno psicossomático nos chama a atenção, definido enquanto um ataque ao corpo, cuja fenomenologia pode ser percebida pela irrupção de lesões ou pelo desencadeamento de determinados pontos da fala do sujeito.

O fenômeno psicossomático no entender de Lacan (1979) faz parte de um terreno sumamente inexplorado. Patrick Valas (1994) afirma que as dificuldades do fenômeno psicossomático não estão apenas nos limites de nossas elaborações teóricas de cunho psicanalíticas, mas também estão inseridas na medicina e na biologia. Nessa falha entre o corpo – enquanto corpo máquina dialetizado pela ordem médica - e o corpo desejoso e gozoso – fruto de estudo da psicanálise - precipita-se toda uma série de teorias psicossomáticas tornando um domínio propício aos delírios conceituais e até como práticas mais extravagantes.

No seminário II, Lacan (1985:127), aponta para uma resposta que será reelaborada e

mantida até o final de suas considerações sobre o fenômeno psicossomático. A esse respeito afirma “se algo é sugerido pelas reações psicossomáticas como tais é justamente por elas estarem fora do âmbito das construções neuróticas”.

Apesar das dificuldades em abordar esse tema devido à falta de conceitos e esquemas que definam o fenômeno psicossomático, utilizaremos as idéias desenvolvidas por alguns autores que utilizam a doutrina construída em torno do pensamento lacanian.

O duplo ataque à metáfora

Jacques-Alain Miller (1994) propõe, ao desenvolvermos alguma pesquisa sobre o fenômeno psicossomático, a necessidade de compreender a diferença entre sintoma e fenômeno, articulada através da teoria laciana, na medida em que as outras vertentes teóricas que abordam o tema comumente tomam o fenômeno e o sintoma como conceitos próximos e, por vezes, equivalentes.

O sintoma para a psicanálise é signo de um conflito psíquico que indica a divisão do sujeito em sua estrutura significante, implicando o sujeito do inconsciente. O sintoma está, portanto, submetido às leis da linguagem, ou seja: a) é da ordem da metáfora, pois se trata de um significante que vem no lugar de outro significante que foi recalcado e, b) tem valor de mensagem cifrada de gozo, visto ser a forma de gozar do neurótico que se encontra explicitada em sua fantasia inconsciente. Já no fenômeno psicossomático, podemos afirmar que ocorre uma espécie de encapsulamento narcísico, auto-erótico, que não convoca o sujeito ao deciframento do corpo, mas aponta para um curto-circuito pulsional. Portanto, torna-se claro que há um tipo de incidência no inconsciente no corpo que é diferente do sintoma. Há um tipo de relação ao Outro que consiste num contorno e uma evitação com relação ao desejo.

Nesse sentido, Miller (1994:88) aponta as razões para um duplo fracasso da metáfora subjetiva no fenômeno psicossomático: em primeiro lugar, ela representa a ausência de afânise do sujeito do inconsciente, e surgindo a holófrase(1), pura gelificação significante. Em segundo lugar, o ataque à metáfora paterna põe em questão o significante Nome-do-Pai. Isto quer dizer que o fracasso da metáfora subjetiva - metáfora explicada através das operações de alienação e separação, constituintes do sujeito - tal fracasso implica a ausência de afânise do sujeito identificado a um significante; de tal forma que sua alienação/separação consiste nessa divisão que é posta em jogo em sua perda, ou seja, a que se revela no sujeito só aparecer de um lado para se apagar do outro.

Para compreendermos melhor, é importante lembrar que o Outro é o lugar onde se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se no sujeito. Esta definição liga o Outro e o sujeito de um modo que constitui claramente uma alienação. Não há meios de definir um sujeito como consciência de si.

A união do sujeito com o Outro deixa uma perda: se o sujeito tenta encontrar-se no Outro, só pode se encontrar como uma parte perdida. Ele fica petrificado por seu significante-mestre e perde alguma parte do seu ser. A alienação encobre ou negligencia o fato de que, um sentido mais profundo, o sujeito se define não apenas na cadeia significante, mas no nível das pulsões, em termos do seu gozo e em relação ao Outro.

O fenômeno psicossomático, não permitindo o acionamento da afânise do sujeito, faz desencadear a holófrase do par significante S1-S2 que aponta para a solidificação significante, isto é, para um S1 gelificado que não representa o sujeito dividido, tal como na neurose. Assim sendo, o grande Outro não é barrado e o sujeito está representado por um significante holófraseado,

visto que não houve a abertura dialética, que manifesta o desejo do Outro como algo do campo do saber a investigar. Pensado no eixo imaginário a_____a' do esquema "L" da dialética intersubjetiva, podemos dizer que o ser do sujeito fica submetido ao discurso do outro, do qual ele não consegue se esquivar (LACAN, 1998:555).

A causação do sujeito não chegando a se concluir, estritamente falando, faz com que não possa se particularizar, por conseguinte não se pode construir o ordenamento a partir de uma estrutura quadripartida, a qual é exigível desde o inconsciente, como é vista no esquema "L".

No fenômeno psicossomático parece que o sujeito fica preso à imagem do corpo, simbolizada por Miller (1994:88) através do matema, ou seja abolindo o significante Nome-do-Pai, mas se substitui a imagem pela imagem. No seminário I, Lacan (1979) já havia chamado a atenção para acento imaginário da holófrase dizendo que temos aí algo que se liga a situações-limites nas quais o sujeito está suspenso numa relação especular ao outro.

Como vimos anteriormente, o Nome-do-Pai corresponde ao que no discurso da mãe é evocado, significando para a criança que o desejo da mãe se encontra em outro lugar e que ela por sua vez também é submetida a uma lei. Enquanto função simbólica, é o pai simbólico, que vem metaforizar o lugar de ausência da mãe. É o significante que faz a mãe ser simbolizada. A função significante do Nome-do-Pai inscreve-se no Outro, que até então era para criança ocupado inteiramente pela mãe.

O resultado da operação da metáfora paterna é a inclusão do Nome-do-Pai no Outro e o acesso à significação fálica que permite ao sujeito dar significação aos seus significantes. Uma perda de gozo é concomitante à instauração da lei simbólica. A introdução do Nome-do-Pai, no Outro, barra o acesso do sujeito ao gozo e o sujeito não poderá mais ser objeto de gozo do Outro, a não ser em sua fantasia.

Ao colocar o fenômeno psicossomático em série com a debilidade mental e a psicose, Lacan (1985) aponta com precisão para esta localização limítrofe do fenômeno psicossomático com relação ao simbólico. O fracasso da metáfora paterna situa fenômeno psicossomático nos limites da estrutura da linguagem, fazendo-o, segundo Miller (1994:93) "contornar a estrutura da linguagem", o que faz com que seja difícil distinguir o fenômeno psicossomático do próprio trauma, tal como se revela na clínica em que os acontecimentos históricos, biográficos, datados, não aparecem transpostos para linguagem, mas diretamente inscritos no corpo.

A partir da postulação da holófrase S1 – S2, a distinção entre fenômeno psicossomático e sintoma fica clara. No sintoma neurótico a metáfora paterna opera e de sua operação resulta o esvaziamento do gozo do corpo, limitando-o ao que Freud (1905/1976) denominou de zonas erógenas. O gozo domesticado pelo significante torna-se gozo fálico, o que no entanto não retira o seu enigma. E este gozo fálico que fala, faz um retorno extemporâneo, se por um lado faz enigma, por outro lado permite o deciframento pois obedece a uma lógica. O fenômeno psicossomático, por efeito do fracasso da metáfora paterna, escapa a essa lógica e há aqui um retorno de gozo ao corpo fora da regulação fálica.

Segundo Jean Guir (1994), o problema de fundo do fenômeno psicossomático é que em determinados momentos do discurso a metáfora funciona e em outros não. Somente em alguns momentos específicos do discurso provocam um desencadeamento no corpo, tratando-se de algo descontínuo. Tal desencadeamento abrupto pode levar a morte o sujeito, ao passo que o sintoma permite ao sujeito viver. E supõe que paradoxalmente, o distúrbio corporal, evento do corpo, venha agir como um dos Nomes-do-Pai.

O corpo e o gozo no fenômeno psicossomático

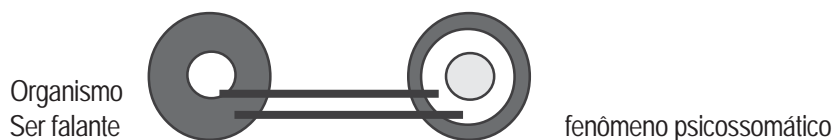
Como podemos constatar, a inclusão ou não do significante Nome-do-Pai se manifesta em cada estrutura de forma diferente e determinará a forma como cada sujeito vai se relacionar com seu corpo, em termos da neurose, psicose e perversão. No entanto, a noção de corpo para a psicanálise ainda envolve três outros conceitos, a saber: o de pulsão, a imagem especular e o gozo. Podemos dizer que as pulsões insistem, recortam e esburacam o corpo, no qual o sujeito na fantasia de uma imagem especular consistente deseja manter juntas as partes, mas o gozo fálico existe fora do corpo, para que este não seja invadido. Há um denominador comum entre estes três conceitos coadjuvantes para a teorização do corpo: o falo e a castração. Na psicose, devido à ausência da significação fálica, há um zero no lugar do falo, portanto, as conseqüências são radicais e irremediáveis em todos os níveis do corpo: pulsão, imagem e gozo, de um lado, sexuação do outro.

Na psicose, no lugar do falo, surge a incógnita, um vazio enigmático, nada para responder no corpo da falta do Outro. Com o conceito de pulsão o corpo não é mais definido como um corpo biológico e sim pulsional. Ele é cortado, redesenhado a partir dos significantes do Outro, organizado em volta das zonas erógenas, os orifícios através dos quais ele estabelece a relação com o Outro. A pulsão insiste, se obstina, em volta dos objetos convocados a partir desses buracos do corpo: encontros faltosos que desenham um circuito destacando uma ausência chamada, no ensino lacaniano, de objeto a, objeto de uma impossível relação; objeto metonímico, cuja significação será dada pelo falo, enquanto signo da falta e operador da castração.

Como já exposto, pela via da pulsão, o corpo é ordenado pelo Outro. Por isso Lacan (1973/1974) referiu-se ao psicótico como um não-tolo pois este se dá conta da parasitagem do Outro discurso que ordena e manda no seu corpo. O psicótico não é tolo, portanto rejeita (*verwerfen*) esta impostura do Outro, daí a desordem na montagem pulsional, na geografia e na economia corporais. Manifestações pela desordem da imagem, pela tagarelice do corpo, das zonas de transbordamento e de seus desertos. Daí o fenômeno da estranheza o que não tem pé nem cabeça. Na psicose o corpo tem outra topologia.

Miller (1994) desenvolveu o tema sobre o corpo da mesma forma a partir das indicações extraídas do pensamento lacaniano, como deserto de gozo, que concerne ao efeito que a incorporação da estrutura de linguagem exerce sobre o corpo, o esvaziamento de gozo do corpo, ficando reservado às zonas erógenas. A partir dessas considerações, Miller (1994) nos propõe que no fenômeno psicossomático ocorreu não apenas um esvaziamento de gozo do corpo, mas uma espécie de gozo regressado, ou seja, este gozo normalmente separado do corpo, entra de novo – faz retorno ao corpo.

Assim como na esquizofrenia, no fenômeno psicossomático parece ocorrer um modo específico de reentrada do gozo no corpo, não se tem uma deslocalização do gozo, nem sua localização normal sobre as chamadas zonas erógenas – temos uma localização deslocada, um ataque localizado no corpo. A libido como um órgão incorporal, se estende para além do corpo, o que permite uma distinção entre corpo e organismo. O organismo, incluindo a libido, insere o objeto "a" fora do corpo e vai, portanto, além dos limites do corpo. Miller (1994:97) propõe o seguinte esquema:



Há uma oposição entre ser falante e fenômeno psicossomático, devido ao estatuto fronteiro do simbólico do fenômeno psicossomático. Miller postula que no fenômeno psicossomático a libido, este órgão incorporal, se "corporeifica" e se pergunta se podemos tomar a lesão como esta libido "corporeificada".

Um fragmento clínico

Ao dar início à exposição do caso clínico, vale ressaltar que o mesmo serviu de motivo de estímulo e incentivo ao desenvolvimento do trabalho em questão. Apesar de tratar-se de um sujeito cuja hipótese diagnóstica refere-se a um caso de melancolia aguda, vamos nos ater aos fenômenos psicossomáticos que surgiram no decorrer do tratamento e até antes dele.

A paciente a quem vou chamar de Marta, chamou minha atenção pela forma como se referia a seu corpo, e devido a todas as manifestações do fenômeno psicossomático. Tais manifestações se sucediam no decorrer de um discurso sofrido e triste com que Marta se expressava, alternado pelo silêncio imposto através do surgimento das dolorosas feridas que, por vezes, se espalhavam por todo corpo. O caso foi esclarecedor para a minha prática clínica porque pude constatar, ao vivo, a própria definição lacaniana em termos do Outro como corpo.

Marta propõe uma permanente interrogação da qual espera a resposta sobre o que representa o vazio do seu corpo e os fenômenos que a afligem. Suas palavras são esclarecedoras: *Não agüento mais essa cama, mas como posso me levantar se essa tontura e zonzeira não passam. Sinto minha cabeça flutuando como uma bola de gás. Sabe aquela imagem do homem na lua? É como se eu não tivesse um corpo. Sinto tudo aberto em feridas, não sinto minhas pernas, é como se elas estivessem se soltando, sabe uma coisa que não está encaixada? É como me sinto, sem corpo. Não adianta nem eu comer que continuo me sentindo muito fraca, parece que a comida não vai para o sangue; tudo é consumido e evacuo logo. Não é possível que eu não tenha nada! Devo ter uma doença muito ruim, tenho pavor só de pensar (sic)*

Marta tem 42 anos de idade. Desde julho de 2001, encontra-se na cama, não se levanta nem para realizar as necessidades fisiológicas. Sente-se muito desanimada, fraca e sem forças para levantar. Relata que isso lhe ocorreu após ser acometida por um inchaço nos olhos e uma espécie de furúnculo que surgiu no lado esquerdo do rosto chegando a deformá-lo; concomitante a uma febre renitente de 39 graus. A esse respeito afirma: *fui perdendo a força nas pernas, perdi a direção dentro de casa, já não sabia mais para onde estava indo, via tudo esquisito, sentia o chão sumindo, até que não consegui mais ficar em pé. (sic)*

Após ser examinada pelo médico, este recomendou internação imediata a fim de realizar alguns exames diagnósticos. Marta recusou-se terminantemente alegando ter pavor de hospital e de medicamentos, os quais segundo ela, destroem seu organismo. Argumenta que passou também por sofrimento devido a ser submetida a exames vexaminosos por ocasião de uma colite "emocional". Algumas semanas após, seus olhos voltaram ao normal, porém não conseguiu mais se levantar da cama.

Faz oito anos que Marta não sai de casa. Recorda que, há oito anos atrás saía normalmente, até que um dia, ao buscar o filho mais velho na escola, foi surpreendida por um mal-estar, assim expresso: *Senti muito medo, um calafrio, o chão fugindo, fiquei desesperada, entrei em pânico! Gritei por socorro, meu filho ficou assustado: algumas pessoas me levaram para casa. Desde então, nunca mais sai de casa (sic)*. Seu pai já havia percebido a sensação de estranhamento em Marta e atribuía à morte do tio (irmão do pai) que era considerado um grande amigo e confidente da sobrinha. Relata a viva voz que: *na hora que recebi a notícia não conseguia*

chorar, senti uma tristeza tão grande que me paralisou. Depois disso eu só vivia pelos lugares escuros e sombrios da casa. Um dia ouvi meu pai falar com minha mãe que ela deveria me levar ao médico, dizia que meu comportamento não era normal desde a morte do meu tio. Minha mãe disse que era besteira e que isso ia passar. Dois anos depois meu pai se foi, não suporto dizer que ele morreu; é como se tivessem tirado o telhado da minha casa. Quero me levantar dessa cama, quero poder cuidar dos meus filhos, mas sinto uma tristeza tão grande. É como se uma sombra tivesse entrado dentro de mim, arrancado meu coração e no lugar colocou uma pedra, e essa sombra luta comigo dia e noite, e como se sugasse todas as minhas energias. (sic)

Tal estado característico de um modo de vida se aproxima ao *modus vivendi* melancólico, o que para Freud (1917/1976:281) trata-se de uma modalidade de sofrimento psíquico em que:

.... o investimento objetal provou ter pouco poder de resistência e foi liquidada. Mas a libido livre não foi deslocada para o outro objeto; foi retirada para o ego. Ali, contudo, não foi empregada de maneira não especificada, mas serviu para estabelecer uma identificação do ego com o objeto abandonado. Assim a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto abandonado.

Mais adiante, no famoso ensaio *Luto e melancolia*, encontra-se uma valiosa formulação de que o complexo melancólico se comporta como uma ferida aberta, atraindo para si as energias de investimento provenientes de todas as direções, e esvaziando o eu até empobrecê-lo completamente – uma espécie de sucção de energia interna. (FREUD, 1917/1976:286).

Os pais de Marta tiveram cinco filhos, ela é a caçula e a única mulher. Dos quatro irmãos, apenas o terceiro casou-se e saiu da casa materna, os outros permanecem na companhia da mãe, já idosa, e mesmo que esta mãe seja portadora de uma ferida crônica na perna esquerda, que lhe dificulta a locomoção, mesmo assim realiza toda a tarefa da casa.

No início do atendimento clínico, a hipótese de uma histeria foi pensada, sobretudo a partir da identificação com o sintoma do outro materno. No entanto, a investigação mais apurada das significações do fenômeno psicossomático, e a forma como a cliente se referia ao corpo próprio - a sensação de estranhamento corporal, os fenômenos de certeza absoluta em como deveria tratar seu corpo, esta "sombra que cai sobre o eu" (FREUD, 1917/1976:281) depois da morte do tio e a sensação de não pertencimento dos órgãos a ponto de tornar claro o delírio de fragmentação corporal - tudo isto me encaminhou para o diagnóstico de uma psicose melancólica.

Marta relata sua infância com muita tristeza. Afirma ter sido testemunha, por várias vezes, das brigas diárias entre seus pais. O pai quando bebia se tornava agressivo e acusava a mãe de coisas que ela não entendia. Era uma criança muito tímida e quieta, na escola sempre ficava num canto e não conversava com ninguém. Ao aproximar o horário em que seu pai retornava do trabalho, Marta entrava em pânico, e só pela forma como ele mexia na maçaneta da porta, ela já sabia se ele estava alcoolizado ou não. Nos momentos das brigas Marta sempre se colocava na frente da mãe, pois temia que ocorresse uma desgraça. Ambas saíam de casa e ficavam perambulando pelas ruas até de madrugada; ao retornarem ele já estava dormindo e acordava pela manhã como se nada tivesse acontecido. Apesar de ser violento e agressivo com sua mãe quando estava alcoolizado, Marta relata que ele sempre a tratou com muito carinho, dedicando-lhe uma atenção especial em relação aos outros filhos. Lembra-se do pai como um homem bom e providente.

Percebia que ele tinha uma tristeza dentro dele, e nos momentos em que estava em casa bebia e ouvia músicas tristes, nostálgicas, falava de uma vida sofrida, costumava dizer que Marta herdou essa tristeza dele.

Quanto à mãe, recorda-se que quando criança só vivia na sua companhia e ficava desesperada quando, por algum motivo, afastava-se dela. Sempre achou os irmãos distantes e esquisitos. Percebia que sua mãe superprotegia os filhos homens. Nas brigas entre o casal, a mãe alertava os filhos que saíssem logo para não "sobrar" para eles, ficando somente com Marta. Após algum tempo, Marta percebia que a mãe a puxava e a colocava na sua frente para protegê-la, como um "escudo".

Quanto ao seu casamento, Marta recorda que aos quinze anos conheceu um rapaz por quem logo se apaixonou e começaram a ter encontros escondidos. Após o pai permitir o namoro o rapaz sumiu, causando-lhe grande sofrimento. Durante um ano ela o esperou todos os dias, até que ele voltou e reataram o namoro, porém logo teve uma grande decepção. Ele convidou-a para ir à casa da sua avó e, ao chegarem no local, não havia ninguém: ele tirou sua roupa exigindo que ela tivesse relações sexuais com ele. Assustada, Marta cedeu e um mês depois estava grávida, sendo obrigada a casar às pressas. Uma união muito conturbada da qual guarda muito ressentimento, salvo seus dois filhos que *são uns anjos* (23 e 17 anos) Apesar da condição limitada, ambos lhe dispensam todo carinho e atenção. Compreendem sua situação e fazem tudo para animá-la, manifestando o desejo de vê-la bem novamente. Sente-se culpada por não ser a mãe que eles mereciam ter. Seu maior desejo é viver pelos filhos, mas mesmo assim não consegue sentir alegria.

Ao perguntar a Marta o motivo que a retém naquela cama ela responde: *não posso me levantar, essa tontura, essa zonzeira, é como se minha cabeça estivesse flutuando, solta do corpo, eu não sinto o meu corpo, é como se ele fosse pouco, pequenininho. Sabe uma bola de gás vazia?* (sic). A cama parece funcionar como uma espécie de suporte para o corpo, como se a cama fosse o objeto que justificasse a existência de um corpo cadaverizado, fazendo recordar a célebre afirmação do Presidente Schreber de que ele se sentia um cadáver carregando um outro cadáver. (SCHREBER, 1985). Suporte que fora perdido na morte do tio amigo e confidente e mais tarde na morte de seu pai com os quais mantinha uma identificação imaginária.

Sabe-se que não se pode falar do corpo na psicose de forma totalizadora e reducionista, pois em cada modalidade clínica, dentro desta estrutura, a relação com o corpo se manifesta de forma diferente, tal qual é o efeito da forclusão do Nome-do-Pai em cada uma das casuísticas. O sujeito melancólico encontra-se numa posição de desvalorização fundamental, frente a um sentimento de ser estrangeiro a si mesmo, acentuando a visão negativista a ponto de chegar a negar a própria existência dos órgãos do corpo.

O melancólico erra pela vida na busca de um sentido que lhe escape. Lacan já havia proposto, no seminário XXI, que "os não-tolos erram", ou seja, os psicóticos não se deixam enganar pela estrutura, no caso, da castração; ao contrário, eles abolem a castração. Por isso o seu discurso é sempre rico de expressões que marcam a profunda tristeza de uma vida que não lhe traz sentido e de um vazio que domina o corpo manifestando-se na intensidade da angústia.

A partir de determinado momento no atendimento, quando Marta dá provas de transferência, começa a falar sobre o casamento que "arruinou" sua vida. Durante esse período reclama de uma diarreia devido à colite, onde evacuava de quatro a seis vezes por noite e mal consegue dormir. Tal fato precipitou a decisão de Marta em levantar-se da cama e pediu minha

ajuda. Juntas, passamos a fazer tentativas diárias de saída do leito, Marta segurava minha mão e com muita dificuldade tentava encostar o pé esquerdo no chão, mas sente-se apavorada e rapidamente retorna à posição de origem. Após alguns dias de tentativas, surge um grande inchaço no pé e mão esquerdos, uma febre renitente de 39 graus, e bolhas de coloração escura na superfície do pé e da mão as quais, ao se romper se esvaem em pus até expor os ossos da região afetada.

O médico não sabe do que se trata. Recomenda internação urgente pois corre o risco de gangrenar e ter que amputar a mão e o pé. Apesar de muito fraca e debilitada, Marta recusa-se terminantemente. O quadro se agrava, o médico conversa com a família e retira toda a sua responsabilidade, aconselha que a internem mesmo contra sua vontade, pois corre sério risco de vida. A família pressiona Marta que, desesperada, pede minha ajuda. Relata com veemência ter um grande pavor de hospital, mas também tem pavor de morrer. Tomo suas mãos e lhe digo do perigo real, que ela estará submetida, você precisa se cuidar. Marta chora copiosamente e com muita dificuldade aceita tomar os medicamentos.

Nas sessões que sucedem, permanece virada para a parede me pede desculpas pelo silêncio pois não tem forças para falar, momento angustiante onde Marta encontra-se sem palavras. Esses momentos angustiantes são particularmente determinados pela aparição do fenômeno psicossomático, como lhe ocorreu no início do atendimento quando começou a nomear sua história, em que faz alusões às circunstâncias de vida em tom de lamento quando relata: *por que isso está acontecendo comigo? Parece que as feridas que carrego no peito estão vindo para fora; esse dedo todo deformado" justamente o que eu usei a aliança. Não tem jeito acabou! Eu não tenho mais jeito, meu organismo está todo estragado, não sinto o meu corpo* (sic).

O discurso do psicossomático aparece como um limite insuperável. Verdadeiro diálogo entre o sujeito e o seu corpo, onde podemos verificar o Outro, mas em sua ausência, conforme assinala Miller (1994:88) através do matema, apresentado, para os fenômeno psicossomático, a interpretação da ausência do A no materna.

Após algum tempo, ocorre uma mudança no discurso de Marta, que não é mais voltado para as questões anteriores: infância triste; casamento infeliz; morte do pai e do tio amigo e confidente... mas sim a relação até então não falada entre ela e a mãe. Afirma: *não suporta mais a cara feia que ela olha para mim, desde pequena foi assim. Sei que é ridículo uma mulher mãe de dois filhos que ainda pensa no carinho da mãe; minha mãe nunca gostou de mim, houve um tempo em que eu achava que era só filha do meu pai. Um dia ouvia ela dizer escondido para minha tia: minha gravidez de Marta foi horrível! Eu não queria mais filhos, mas se dependesse do pai deles eu não parava mais de ter filhos. Quando soube que estava grávida senti uma tristeza tão grande, só vivia escondida, sentia um enjôo horrível, só queria ficar sozinha. Minhas tias percebiam que ela era afastada de mim e falavam: abraça tua filha. Ela respondia brincando: ela não é minha filha não, foi achada no lixo* (sic).

Se a inscrição das pulsões no corpo se faz a partir das demandas do Outro, a dialética demanda-desejo permite que a relação especular se unifique, integrando numa imagem, o corpo recortado pelo significante. Das demandas do Outro se destaca uma causa, o desejo materno: "o que queres, no final das contas?" Na fórmula da metáfora paterna, a fração que se estabeleceu entre o desejo da mãe (DM) sobre o x, pode ser questionado a partir do seu significado, a incógnita, esse desejo enigmático do Outro que não contém nenhuma resposta à demanda.

O diálogo estabelecido com o corpo se substitui e renova uma disputa eterna de caráter fálico com a mãe. Trata-se de uma forma do sujeito forjar a suplência do Outro, através do seu

corpo, como se pudesse completar o vazio do matema. O que se manifesta como objeto de angústia é o corpo, o que impede de encontrar a castração do Outro.

Para finalizar

Mediante o rastreamento das idéias no pensamento freudiano e no ensino lacaniano, podemos compreender claramente a oposição existente entre o sintoma e o fenômeno psicossomático. No sintoma, a estrutura metafórica implica a substituição significativa, ao passo que a holófrase que se produz no fenômeno psicossomático reduz o par significativo ao Um. Correlativamente, distinguimos a incorporação na estrutura neurótica, que faz do corpo um “deserto de gozo”, da incorporação do Um somente como marcador de gozo, na psicose.

Na constituição do sujeito, o amor materno e sua reciprocidade na relação mãe-filho tem por objetivo dar ao outro o que não se tem: o falo. Primeiro amor: jogo de logro com o semelhante, jogo de mágica, de onde vai surgir o semblante fálico, instrumento necessário para dar conta da impossibilidade da relação. Faltou à Marta esse semblante fálico, o que precipitou a exposição de um corpo cuja consistência imaginária, desencadeara em Marta o não sentir seu corpo. Ela não tem uma imagem de seu corpo.

Fazendo uma pequena menção à melancolia, como Freud (1917/1976:281), a sombra do objeto “cai sobre o eu”, a sombra que se projeta neste sujeito, é a sombra do objeto que ela nunca foi no desejo da mãe. Servindo apenas como gozo do Outro, como era desde pequena quando servia de “escudo” diante da cólera do Outro. Atualmente, para ela ser internada num hospital equivale à morte.

Marta constantemente se pergunta pelo desejo do Outro, d(A) julga-se “abortada” (sic), ou melhor, considera que seu nascimento foi devido a um aborto que não deu certo. Em algum momento, no curso de sua vida, ele ouviu a palavra materna confirmando que a gravidez era indesejada. Nesse caso, o sujeito não está sustentado na fantasia de ser o desejo do Outro, daí a separação é impossível; a afânise também. A cama torna-se para Marta o elemento metafórico que sustenta um corpo que não se sente.

Notas

1- Holófrase: termo empregado por Jacques Lacan, retirado da Lingüística, para demonstrar que um significativo não está articulado a outro, ou seja, encontra-se bloqueado, congelado de tal maneira que a afânise do sujeito se ausenta.

Referências Bibliográficas

- FREUD, S. *Observações em um caso grave de semianestesia em um homem histérico (1886)*. Rio de Janeiro: Imago, 1876. v.I
- _____. *Algumas comparações com vista em um estudo comparativo das paralisias orgânicas e histéricas (1893)*. Rio de Janeiro: Imago, 1876, v.II.
- _____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. VI.
- _____. *Introdução ao narcisismo (1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIV.
- _____. *Luto e melancolia (1917)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIV
- GUIR, Jean. Fenômenos psicossomáticos e função paterna. In WARTEL, R. (org), *Psicossomática e psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- MILLER, J.A. Algumas reflexões sobre o fenômeno psicossomático. In WARTEL, R. (org) *Psicossomática e psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- LACAN, J. *Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Os não-tolos erram*. (Cópia impressa).
- SCHREBER, D. P. *Memórias de um doente dos nervos*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- SOLLER, Colette. El cuerpo en la enseñanza de Lacan. In: CORALI, V. (org). *Estudios de Psicossomática*. Buenos Aires: Atuel-Cap, 1994.
- VALAS, P. Horizontes da psicossomática. In WARTEL, R. (org.) *Psicossomática e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

Gláucia Regina Vianna

Endereço eletrônico: Vianna.gláucia@uol.com.br

INCIDÊNCIA REPETITIVA E ASSASSINATO: O UNIVERSO SUBJETIVO DO MATADOR EM SÉRIE (1)

Daniel Ottero Rinaldi

Resumo: Aborda-se, em relação às atividades criminosas, a possibilidade de satisfação plena por meio dos atos macabros que, muitas vezes, são desencadeados devido à crença do sujeito em encontrar soluções para o estado de incompletude. Sendo assim, o limite ético próprio da posição subjetiva desses sujeitos deve ser considerado. O crime dos agentes conhecidos como matadores em série é a questão-guia desse estudo, especialmente, no intuito de compreender a motivação para a escolha por um sujeito em ser marcado e reconhecido no social, em assinaturas no crime pela via sinistra do assassinato. Destaca-se também a permanência e continuidade dos sujeitos, nesses assassinatos, como o que representam a maneira de reconstruir a cena do primeiro crime assim como a execução de um ritual macabro e o modo empregado pelo assassino na busca desenfreada de satisfação. Estamos assim diante de um excedente da pulsão que possivelmente não se vincula a qualquer representação nos remetendo pois ao conceito de pulsão de morte e da exigência do Supereu à qual o sujeito não consegue atender com seus atos.

Palavras-chave: repetição, destrutividade, gozo.

Abstract: It broadies about criminal relations, possibility of fule satisfaction by macabre actions that, most of times are unleashed for individual beliefs in find solutions for incomplete status. So, the ethical limit characteristic of subjective posicion from these individuals should be considered. The crime from agents know like serial killers is the principal question, that guidance this study, specially, in the intend of to understand what the cause of to choice be know in the society in signs on crime by odd way of murder. It stands out also permanence and continuity of individuals in these murders like what represent to way to rebiuld the first crime scene like the execution of macabre ritual. And way used for killer in wild search for satisfaction. So we are facing a exceeding from energy maybe don't link with any representation dispatching us to die´s energy concept and necessity of superego that individual don't get to attend to with his actions.

Key-words: repetition, pleasure, destrutivity

Desde priscas eras, o homem é produtor e reproduzidor das maiores modalidades de ações criminosas. O crime, oriundo da condição humana, é um ato não natural necessário estruturalmente, em termos de uma construção mítica, para a fundação da coletividade. Na Bíblia, encontramos a ilustração exemplar aludindo a um ato criminoso movido por inveja e busca de reconhecimento: o assassinato de Abel, por seu irmão Caim, ambos filhos do casal originário Adão e Eva. Nessa modalidade de crime, entendida como "fratricídio original", (DADOUN, 1998:15), a violência atingiu o seu ápice no que concerne à expressão da crueldade e vaidade. Além dessa modalidade de crime mítico originário, entendida em seu caráter estruturante, encontram-se aqueles que podem ser considerados possíveis ressonâncias de tal crime, como as ocorrências macabras que traçam as pegadas da história humana no planeta, culminando com a expressiva onda de criminalidade presente, em nossos dias, que se vale de todo o aparato tecnológico produzido pelo progresso científico. Nesse contexto, cabe destacar a categoria conhecida como assassinos em série, seja como expressão de pura vontade ou seja nas circunstâncias relacionadas aos matadores profissionais que alegam, na mais frágil forma de racionalização, serem "prestadores de serviços". seja nas circunstâncias relacionadas aos matadores profissionais que alegam, na mais frágil forma de racionalização, serem "prestadores de serviços".

A questão axial que nos propomos abordar gira em torno da intrincada nuance da condição humana, ou seja, quais passos o homem segue na sua trajetória existencial para se tornar um criminoso e, especificamente, como ocorre o ingresso no universo criminoso em que passa a ser denominado matador em série. A esse respeito, tenta-se compreender a questão da escolha de um sujeito ser marcado e reconhecido no social, pela via obscura do viver em práticas de "dessubjetivação"(2) do semelhante. Aventamos uma possibilidade de compreensão. Engajar-se em tal empreitada poderia ser a tentativa malograda de buscar soluções para as múltiplas formas

de insatisfação, decorrentes do mal-estar, conhecidas como o estado estruturante de incompletude próprio dos seres falantes. Inicialmente temos de traçar uma linha demarcatória para situar aqueles que cometem apenas um crime e os matadores em série que “necessitam” do ato criminoso como forma de apaziguamento da angústia. Não obstante, cada crime, ao invés de minimizar o contingente de angústia, contribui significativamente para incrementá-lo. Daí ter lugar a incidência de tais sujeitos na realização do crime. Nesses assassinatos, a impulsão para a realização do ato criminoso, provavelmente, representa a maneira de reconstruir, em termos concretos, a cena mítica do primeiro crime cometido para fundar a condição de laço social. Mas tal crime teria ocorrido para servir de esteio, em termos de um freio à vontade de refazê-lo. Caso contrário tem-se a execução de um ritual macabro, que não produz nenhuma tessitura no contexto social, sendo apenas modo empregado, pelo assassino, da busca desenfreada de satisfação.

A possibilidade de satisfação (por meio dos atos macabros pelos quais o sujeito se aproxima do mundo das trevas, de modo a perpassar a necessidade do aceitável), significa a tentativa malograda de reconhecimento e inscrição no social, como ser diferenciado e desejante. Tais atividades são comparáveis a uma espécie de assinatura que, como parte do ritual, identifica o autor de tais obras sinistras. Em tais circunstâncias, o assassino arvora-se da posição de onipotência perante suas vítimas, sendo que o próprio alimenta a ilusão de ser um deus ou uma força superior semelhante. Cria-se assim, uma condição desigual em que há o completo desconhecimento da vítima como ser que porta uma história construída pela engrenagem desejante. Há também o esquecimento, pelo criminoso, de que seu transitar no contexto social, ocorre mediante o encontro com aquele a quem destina o ataque funesto. Em sua imaginação, completamente distorcida ou numa modalidade delirante de autonomia, acredita ter o direito de escolha e decisão entre vida e morte de quem se encontra em seu poder.

A inscrição dessa categoria de sujeito, no contexto social, pelo viés da criminalidade e a indiferença do criminoso ao outro, são questões que não calam; que ecoam no social como restos indelévels, dificilmente recicláveis. São esses mesmos ecos que mobilizam o criminoso a circular livremente na sociedade. A esse respeito, cabe levantar uma indagação: que entendimento tem-se da motivação daquele que, de forma minuciosa, acompanha os passos de quem fará de vítima, passando horas a fio, arquitetando, com requinte e sofisticação, a execução mórbida, desde então, inundando seu corpo de grande deleite pela imaginação do sofrimento que terá lugar com a execução.

Teorias são construídas ante tal obscura expressão do existir humano. Mesmo assim, na sociedade, sujeitos acima de quaisquer suspeitas mostram, quando têm seus crimes desvelados, o lado inumano, colorido de violência e crueldade, geralmente desconhecida até pelos familiares e pessoas próximas. Como explicar a inclinação do sujeito para o adentramento num mundo de atividades, onde reina a destruição e a devastação do próximo? A literatura que focaliza o assunto, bem como a mídia, tenta produzir explicações calcadas em situações desagradáveis vividas, por esses sujeitos, na infância. Afora a alusão aos traumas infantis, haveria outras injunções para explicar a incidência, no sujeito, da propensão ao crime? Poderíamos supor uma falha no processo de recalçamento a ponto de conformar uma estrutura que traz um elo de amarração frouxo?

Tais questões e tantas outras, representam a possibilidade de pensar o mundo obscuro e temido do matador em série. O encaminhamento para o entendimento de tal nuance dessa forma de existência macabra, poderia ser feito a luz dos conceitos psicanalíticos, como a pulsão de morte e a projeção evidenciada no chamado delírio de autonomia. Eis a modalidade de desconfiança que pode ser um instrumento útil para explicar a fúria presente nos crimes cometidos, por aqueles que

enfileiram a galeria macabra de crimes hediondos. Afastando-nos do senso comum e da implicação emocional que tais ocorrências nos provoca, é pertinente analisar o matador em série, bem como as circunstâncias que o circunda pelo âmbito da ciência, para que desse modo, seja possível a produção de saber. Este, como qualquer outro existente, encontra-se no âmbito social, pois como afirmou Ted Bundy, famoso matador em série: "nós somos seus filhos, seus irmãos, seus maridos" (CASOY, 2004a:27), numa alusão à condição de filiação do Estado americano.

O presente ensaio, rastreia a dinâmica subjetiva do matador em série, focalizando também o *modus operandi* do agente que pratica o crime. Para tanto, utiliza as biografias de "grandes criminosos (3)", bem como narrativas policiais, a partir do exame das notícias divulgadas nos meios de comunicação, especialmente as revistas, além da utilização de filmes, reportagens e programas de televisão que enfocam a questão. Optou-se por centralizar as observações em um caso, considerado paradigmático sem, no entanto, deixar de fazer alusão a nuances oriundas de outras circunstâncias. Em princípio, o contato com notícias, fotografias e reconstituição de crimes na televisão, exigiu tomar uma certa distância, para não abordar tais casos com o ingrediente que os sustenta: evitou-se cair nas malhas da sedução produzida pelo ódio. Foi necessário um processo de reflexão para, na análise das circunstâncias que levam o homem a se eternizar por realizações macabras, se desvencilhar do mito da abordagem ingênua, amplamente divulgada, que supõe ser a atenuação da violência e suas ressonâncias à liberação de expressão da fantasia. Esta, posta em ato. De certo modo, a tese de que uma produção imaginativa seria um obstáculo à passagem ao ato, não foi considerada no contexto do matador em série. Acreditamos que a transposição do ódio, nos rituais pelos quais o aparato policial denomina um sujeito de "matador em série", deve ser entendida como uma espécie de pensamento-ação, causado por um objeto fascinante a ser morto.

Sabe-se que, uma cultura marcada por grandes e constantes atos de violência, tem sinalizadores sobre a ideia de uma ameaça, proveniente de uma fonte inesperada, o que cria no sujeito a expectativa do estar sempre em estado de alerta para atacar, o que provavelmente pode ser considerado mais um dos ingredientes do ato repetitivo.

O historial biográfico escolhido demonstra, em princípio, o tratamento destinado pelo assassino às suas vítimas, na produção de acontecimentos atroz; o processo de dissolução das vítimas e do próprio sujeito que, por meio de um processo projetivo se faz equivaler às mesmas e a técnica empregada, mediante a qual o criminoso realiza o que poderia ser considerado um tipo de assinatura. Em seguida, tenta-se uma articulação entre a realização do crime, como modalidade possível de satisfação, ou seja, a busca do homem pelo objeto de satisfação e condição de reconhecimento. Além disso, considera-se como objeto de análise, a indiferença do criminoso em relação às suas vítimas, o desejo e o ato e as conseqüências do desejar e do passar ao ato. Sendo assim, os historiais de "matadores em séries" divulgados na literatura sobre o crime, são considerados, no entendimento de que a atividade criminosa é um tipo de apelo, geralmente utilizado, pelo criminoso, para marcar, com selo de terror, seu lugar no tecido social.

Enfim, levanta-se o questionamento acerca da vertente subjetiva do matador em série, pensada no âmbito da estrutura perversa ou de um traço, já que somente podemos compreender as execuções contínuas no cenário das atividades perversas. Situando a inclinação do sujeito movido pelo ódio, indaga-se: qual a razão de ser dos matadores em série no cenário atual? Por que a tendência de criar um mesmo cenário em cada uma das ocorrências? E enfim, qual o sentido do ato para o sujeito, em termos de uma posição ética?

O matador em série e o matador de aluguel são compreendidos, na tessitura social, como

sujeitos que praticam uma série de crimes (homicídios, estupros, agressões físicas entre outros) em que, geralmente as vítimas são escolhidas ao acaso pelo criminoso ou, eventualmente o são em função de um conjunto de características que correspondem a um perfil(4) ou estereótipo que, na ótica do criminoso, tem um significado simbólico. Outra nuance a ser destacada, nos crimes praticados pelos criminosos assim caracterizados, é a execução técnica com a qual se esmera na realização do crime.

O *modus operandi*, ou seja, a técnica usada é a mesma nos homicídios, o que configura, certo sentido, uma mera repetição do ato. Tal repetição funciona, por reproduzir o idêntico, como uma espécie de assinatura pois, acreditamos que dessa forma, o criminoso deixa rastros para, posteriormente, ser identificado como autor de tais obras sinistras. Tal autoria significa, de certo modo uma possibilidade de circulação no contexto social visto propiciar, na atualidade, o reconhecimento pela mídia, da condição de autor e ator na realização do crime. Algo comparável, porém não equivalente, à posição subjetiva do criador no momento em que suas obras têm destino no social. Sendo assim, acredita-se que o crime praticado em série seria a tentativa infrutífera de buscar reconhecimento e de obter garantias para um lugar no social. De acordo com Souza (2002), têm-se nesses casos, algo expressivo e revelador daquilo que a literatura clássica, no âmbito da psicopatologia clínica inspirada no discurso jurídico, denomina de um estado mórbido, a psicopatia(5), entendido como a pré-condição que leva o sujeito a matar impulsivamente na corrida desenfreada de reconhecimento público, o que tem maior significado quando comparado ao sangue das vítimas. Outras características, as mentiras e insinceridades; a impulsividade e ausência de autocontrole; a falta de sentimentos de culpa e de vergonha entre outros.

Uma ilustração do *modus operandi* de um matador em série encontram-se nas passagens da história de vida de Jerry Brudos (CASOY, 2004a:21), que capturava mulheres e as levava para a garagem de sua casa, obrigando-as a ficar nuas e em seguida vestir lingerie e calçar sapatos da coleção particular própria do matador em série. Realizada esta primeira etapa do ritual, essas mulheres eram amarradas e, daí por diante, transformavam-se em atrativos para iniciativas de práticas sexuais como a masturbação. Havia a necessidade de documentação de tais ocorrências, o que era feito pelas fotos do assassino e das vítimas que eram estranguladas, tendo seus corpos amarrados a pesadas peças de motores de automóveis e lançados num pântano para, desse modo, permanecerem ocultos. Observa-se assim, a seqüência minuciosa de uma cadeia de atos que, para cada crime era rigorosamente obedecida. Isso nos leva a pensar em exigência imperiosa que, como pressão psíquica, o forçava a agir desse modo, criando para tanto o mesmo cenário no sentido de reproduzir os mesmos passos do ritual macabro.

A literatura que se ocupa da divulgação dos rastros e escombros produzidos pelo matador em série, aponta que tais criminosos são em sua maioria do sexo masculino (CASOY, 2004a:27), num percentual altíssimo (SOUZA, 2002). A presença cada vez maior da violência, no mundo de marcado progresso científico, pode ser superficialmente interpretada como o signo da irracionalidade, que ocupa um espaço na ordem social, o que de certo modo propicia determinados tipos de interpretação, que advogam por um processo de “ampliação defensiva”, o que pode ser explicado da seguinte maneira: o crime praticado pelo sujeito, indicaria um ponto de ruptura que o processo civilizatório propaga. Tal falha, o sujeito tenta preenchê-la com o crime. Cabe então, adentrar no universo subjetivo do matador em série, para ir ao encontro de esclarecimentos às obscuridades que permeiam tal assunção. O matador em série, “não cessa de dizer que o que se passa em suas ações é o ataque contundente aos objetos, os quais não lhe são estranhos, sendo às vezes

entregues em domicílio, e ainda, representam um reflexo de si próprio" (DUCLOS, 1995:97).

A literatura sobre o matador em série é coincidente no fato que, via de regra, os assassinos realizam suas ações em etapas planejadas tecnicamente e de forma minuciosa. Primeiro mata as suas vítimas, em seguida, as decepa, para ter o desfecho que consiste na utilização de recursos de mimetização. Acredita-se que assim são produzidas as condições em que o matador em série consegue de algum modo espelhar-se em suas vítimas, tornando-se idêntico aos corpos despedaçados, como se assim estivesse captando-se no espelho sublime da morte. Eis o que depreendemos na situação referida ao crime do "famoso cirurgião paulista" (MAGESTE, FEITAS e AZEVEDO, 2003:64), o médico conhecido como Dr. Farah, que fez "uso de uma técnica, que resultou no esfacelar o corpo, aproximando da desagregação da unidade corpórea" (RINALDI, 2003:67). Chama-nos atenção à fúria, em tal ataque e, acima de tudo a possibilidade de o criminoso está sendo habitado, num estado de deterioração psíquica, por um pensamento de que a alma viaja enquanto o corpo repousa, ou seja, provavelmente processasse uma dissociação em que o assassino se vê sendo a alma, enquanto que a vítima é somente corpo, numa espécie de culto mórbido em que "a alma pode, enfim, olhar seu próprio corpo do exterior" (DUCLOS, 1995:97).

A expressão desse estado de fúria como ódio, é a atualização da agressividade e da hostilidade, em que o objeto, no caso a vítima toma a configuração para o assassino, de um perigoso inimigo. Disso decorre o ataque, que pode ser um *modus vivendi*, numa espiral persecutória, como se fosse uma medida defensiva. Não obstante, o resultado é conhecido: a destruição. Este, obscuro objeto do ódio, somente podemos pensá-lo como o triunfo da pulsão de morte sobre a precária organização da pulsão de vida ou seja, algo comparável à intervenção demoníaca, em que se focaliza um objeto pelo ódio, "numa paixão furiosa, em que forças e fontes de ódio atacam o objeto, numa espécie de humilhação narcísica" (ASSOUN, 1995:154), o que significa a atitude de recusa do sujeito daquilo que a vítima pode lhe espelhar como ponto insuportável e inaceitável.

Uma ressalva deve ser feita: o fato de a maioria dos matadores em série ser do sexo masculino, não quer dizer que a condição de matador em série seja exclusiva do homem, mas que a baixa incidência nas mulheres poderia ser explicada em função de condições sociais e econômicas próprias ao ser mulher no contexto social. O matador em série seria aquele que, na vida adulta, revela a inclinação para práticas funestas devido ao fato de, na infância terem sido vítimas de humilhação e aviltamento praticados quase sempre pelos pais e às vezes por amigos. Essa é a linha de raciocínio defendida pelas interpretações de cunho sociológico. No entender de Souza (2002), quando tais experiências ocorrem em meninos, estes poderão psicologicamente desenvolver um foco de "explosividade" incontrolável que na vida adulta seria descarregado repetidamente em crimes seqüenciados. Caso contrário, na menina diante de tais abusos, haveria uma tendência ao embotamento, mantendo interiorizada uma angústia, o que levaria à conduta autodestrutiva como alcoolismo e prostituição, ou seja, algo similar a um autoflagelo, uma punição a si mesmo e não ao outro.

Sem sombra de dúvida, estamos diante de uma explicação bastante simplista. Certamente, tal linearidade deve ser objeto de reflexão uma vez que tal hipótese seria demasiadamente simplista se consideramos a vontade de destruição da pulsão de morte conforme elaborada no texto freudiano. Isso quer dizer que não adotamos a posição de que a condição de matador em série seja compensatória dos maus-tratos sofridos na infância embora não descartamos que tais experiências devem ter um papel significativo.

A busca do prazer e da satisfação é algo intrínseco ao homem, em sua condição de animal

falante. Essa incessante busca força-o à realização. Para tanto, o sujeito recorre ao contexto social em busca daquilo que lhe sirva ao mesmo tempo de objeto satisfatório para a sua necessidade e também condição de reconhecimento. Nesse percurso, realiza uma escrita no intuito de deixar uma marca que seja o retrato constitutivo de uma história. Para muitos, a possibilidade de inscrição social conheceria restrições. Acreditamos que quando isso se verifica estaríamos diante de precários arranjos subjetivos. Daí então o crime pode ser vislumbrado como uma saída e até mesmo um caminho de notoriedade e sucesso. O que se configura para quem adota tal alternativa, a função de propagar terror e temor dirigidos àqueles que firmam pactos selados pela circulação da palavra. Por outro lado, “em se tratando de criminalidade, podemos admitir sua sustentação através de uma ausência de sentido quase total, no sujeito para a violência e para a crueldade, tanto no que concerne à vida quanto para a necessidade de reconhecimento” (FARIAS, 1999:22).

O reconhecimento e a satisfação pessoal para o sujeito que pratica o crime, reflete em seu ser de tal maneira que este não se importa de modo algum com o outro. Este é alçado à condição de ser um mero objeto a ser utilizado no intuito de alcançar a satisfação. Sendo somente a satisfação aquilo que é visado, quase sempre outras particularidades de sentimentos e valores morais parecem estar ausentes no criminoso como culpa e responsabilidade. As palavras do matador em série Yang Xinhai, em entrevista a uma rede de televisão chinesa, demonstram claramente a posição de indiferença do criminoso em relação às suas vítimas: “quando eu matava as pessoas, eu tinha um desejo (de matar mais). Isso me inspirava a matar mais. E não me importo se elas merecem viver ou não. Não é da minha conta”.

Como já mencionado, a incompletude do ser, pelo fato de ser estruturalmente constituído num estado de carência, força-o a busca de objetos que forneçam satisfação na esperança ilusória de alcançar a estabilidade pretendida. Em algumas circunstâncias, à completude da falta, o sujeito elege o viés da criminalidade, da selvageria e da brutalidade. O preenchimento pelo viés do crime leva, em atos que repetem freqüentemente a cena vivida leva a obtenção do prazer e até mesmo ao gozo. A cena parece, ao ser remontada, reconstruída com os mesmos operadores da cena primeira, visto reatualizar, o ritual e a assinatura do criminoso. Tais operações fazem-no acreditar serem necessárias ao prazer e ao reconhecimento conforme se encontra explicado na passagem seguinte sobre a impossibilidade de o homem, na sua relação tensa com a natureza, encontrar meios técnicos para domesticá-la, ou seja: “nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo corporal, ele mesmo parte dessa natureza, permanecerá sempre como uma estrutura passageira, com limitada capacidade de adaptações e realização” (FREUD, 1929/176:105).

Além do mais, o poder superior da natureza, e a fragilidade conseqüente do processo de decadência corpórea e a ameaça que vem do semelhante como o grande inimigo, são “fontes de sofrimento que submetem o sujeito ao inevitável” (FARIAS, 1999:33). Indubitavelmente, o inevitável de que o sujeito não consegue escapar visto ser algo traçado como destino é a morte. Certeza incômoda, localizada no futuro sombrio, em relação a que o sujeito pagaria qualquer preço para dela se desviar. Como não há possibilidade de evitar a morte o sujeito tem de avir-se com esta nuance da existência, ou seja, o preço pago pelo fato de desejar é que o desejo aponta para a morte.

Podemos também pensar que há uma via de escamoteamento dessa certeza quando o sujeito se engaja numa fórmula ilusória ao sustentar a crença na imortalidade e, na ausência de qualquer temor, causar as mais variadas formas de devastação no contexto social, dentre as quais, encontra-se a criminalidade como a modalidade enlouquecida da paixão. Assim estamos diante de um paradoxo: por um lado, o sujeito confronta-se com o inevitável próprio da finitude e, por outro

alimenta a esperança de realização criminosa que, como engodo, é somente possibilidade de eternização. Vendo a questão por essa ótica, como entender o remorso e o arrependimento em sujeitos que escolhem a via do crime como realização, diante da impotência para domar as forças da natureza, para evitar a decrepitude corpórea e para ter confiança incondicional no semelhante?

A natureza mostra-se superior e inexorável. Como o sujeito não consegue domá-la, resta-lhe apenas procurar meios para atender suas necessidades no sentido de satisfazê-las. Mas lembremos que o sujeito é um ser inscrito na cultura, atravessado por normas e leis que devem ser seguidas para garantir sua circulação no contexto social. A amarração pelas leis permite o homem interagir com seus semelhantes, processo que ocorre pelo sistema de trocas simbólicas que têm como eixo paradigmático, a troca de palavras.

O crime, enquanto praticado em sua concretude, representa uma falha resultante de um elo frouxo na engrenagem pela qual o sujeito circula no contexto das relações sociais, impedindo que os laços simbólicos se estabeleçam no âmbito das trocas e da reciprocidade (FARIAS, 1997).

Nas diversas modalidades de ação, encontram-se também aquelas que fazem parte da franja remanescente ao sistema de trocas. Não obstante, não deixam de ser possibilidades de realização. A via de realização pelo crime, como uma dessas possibilidades, pode ser entendida como o resultado de uma falha, uma impossibilidade de criar alternativas outras para a realização de desejos. Não obstante, falha da representação da Lei do Pai, visto ser esta o vetor que interdita, ou mesmo enfraquece o homicídio na humanidade. Trata-se então de:

a saída pela criminalidade somente pode ser pensada como a dificuldade de se conduzir para a luz e também de trazer a lume o que é velado, ou mesmo possibilitar ao semelhante alcançar esse lugar de reflexão, de clareza e de luminosidade, fruto de uma instância cega e tirânica que parece ser a antinomia do ideal do Dever. Seria transferir a experiência, mas sem o reconhecimento da existência do abismo diante de si: um tipo de realização não inscrita simbolicamente ou de atos que não tenham uma significação capaz de firmar laços simbólicos (FARIAS, 1999:18).

O criminoso visto como sujeito que comporta uma vontade que, muitas vezes, se lança de encontro às normas, às leis e às regras da sociedade. Qualquer expressão desse desejo que busca realizar-se na contramão, em forma devastadora, possibilita ao sujeito dar vazão ao seu impulso de morte, mas não numa modalidade sublimatória como pela arte, literatura música e outras formas de produção criativa. A única possibilidade de reconhecimento, mas de forma malograda, se produz, nesses casos, pelo impacto causado pelos restos horripilantes conforme encontrados em crimes praticados pelo matador em série. A condição sumária para o crime, pressupõe a junção da realização de um ato material e a intenção de fazê-lo, ou seja, "o ato não faz o acusado se o espírito não é acusado" (LEGENDRE, 1989:8). Bastante exemplar a esse respeito (CASOY, 2004a:104), são as circunstâncias que giram em torno dos escombros produzidos por Ted Bundy conhecido como "o Picasso" dos matadores em série. Sendo assim, acreditamos que o cenário técnico empreendido por tal criminoso nos rituais de execução pode ser considerado como um dístico macabro que identifica um sujeito.

O engodo reside na possibilidade de que tal criminoso não guardou a devida distância entre o desejar e o realizar, crendo que as realizações macabras seriam da ordem da virtude. Cabe salientar que, entre o âmbito do desejar e o da realização existe um abismo intransponível, de modo que não podemos conceber desejo e realização como equivalentes visto que, entre o desejar e o praticar o ato situa-se uma ponte, ou melhor, um muro que proíbe, que impede (ou assim tenta fazer) a transgressão. Isso quer dizer que a norma, ao ser internalizada, produz um adestramento ou amortecimento da potência pulsional, no que concerne à satisfação imediata. Em certo sentido, sabe-se que desejar, por mais obscuro que seja o objeto, não consiste em crime algum, a não ser aquele de pensamento que torna o sujeito irremediavelmente culpado. Não obstante, realizar o desejo pela prática funesta reverte-se numa modalidade de crime.

O crime, na modalidade de passagem ao ato, desperta um elemento de natureza psíquica que se encontrava recalçado, solto transbordante no criminoso em questão, como se estivessemos diante da ruptura brusca de um dique de proteção. Entende-se com isso que, a operação do recalque produz um rearranjo na matriz pulsional, tanto no postergar as realizações quanto no freio das inclinações voltadas para a destruição. Sendo assim, a ruptura da barreira do recalque ou a irrupção de elementos soltos, trazem à tona sentimentos expressivos da incidência da pulsão de morte ante a fragilidade da pulsão de vida. Via de regra, tais sentimentos aflora em consequência da prática do ato sinistro, numa escalada de emoções que, muitas vezes, culmina com o início de uma matança sem fim. Quando Fortunato Botton (ARRUDA, 2001:77), o assassino do parque Trianon, da cidade de São Paulo, declara que a primeira morte lhe deu medo, pode-se entender que tal medo não é proveniente do terror, mas da expectativa, visto declarar também que a execução da segunda vítima lhe deixou ansioso, produzindo assim um incremento de angústia, sem qualquer tipo de amarração, o que, numa insistência repetitiva, culminava para mais uma passagem ao ato, cujo sentimento subsequente era descrito como prazer imediato. Afirma, de próprio punho que:

A primeira morte me deu medo. A expectativa de cometer a segunda me deixou ansioso e não via a hora de chegar o momento. Depois da terceira vez a coisa virou um prazer... Matar é como tomar sorvete. Quando acaba o primeiro dá vontade de mais e a coisa não pára nunca (GUSTAVSEN, 1990:11).

Depreende-se, desse modo, que a seqüência de atos reverte-se para o sujeito numa exigência de cada vez mais praticá-los. Compreendem-se assim, as bases para o mecanismo de repetição, tal como formulado no ensino lacaniano, como sendo uma modalidade de: "gozo que se produz naquilo que se dirige contra à vida, pela própria estrutura do discurso a articular a pulsão de morte, acarretando a desaparecimento da vida como tal, que é o retorno ao inanimado"(LACAN, 1992:43).

Certamente, a prática em constante repetição, deve-se à convicção de que, assim o criminoso estaria numa posição de domínio absoluto, fórmula única encontrada para obtenção de prazer. Mas, prazer efêmero visto que, os restos produzidos por tais atos não têm circularidade no contexto social nem servem de suporte para inscrever o autor no âmbito da filiação e da transmissão de um legado.

A busca do prazer faz com que sujeitos, identificados como matadores em série, não reconheçam no outro, um semelhante, sendo a vítima, para seu algoz rebaixada a posição de um objeto, considerado imprescindível na mediação do prazer conforme podemos extrair numa ilustração exemplar das últimas palavras do assassino Albert Fish que quando estava prestes a ser eletrocutado

declarou, de forma surpreendente: “a emoção suprema, a única que nunca experimentei” (CASOY, 2004a:204). Certamente, tal declaração expressa que, na escalada de prazer, pelos mais diversos tipos de assassinatos, faltava-lhe apenas a experiência de morte que, ao invés de temida, foi visualizada como prazer lançado ao infinito e supremo.

Ainda podemos traçar uma outra particularidade da repetição que caracteriza o ato criminoso do matador em série. Entendemos que pode resultar da pressão, exercida no sujeito, para realizar uma modalidade de inscrição social, o que pode ser comparado à tentativa de escrever, pelas ocorrências sangrentas, linhas comparáveis a uma espécie de assinatura, conforme já referido. Há, por um lado, a marcação pelo criminoso, nos rituais praticados, para que em tais circunstâncias seja reconhecida a autoria. Por outro lado, há a possibilidade de satisfação em realizar o crime. Disso depreende-se que a insistência para a escalada contínua no universo do crime, em repetições sistematizadas, pode ser também compreendida como a tentativa de reviver o prazer experimentado nas cenas criminosas, na captação do estado de mortificação produzido nas vítimas. Trata-se para o criminoso de obter prazer a partir de uma operação em que a vítima é cuidadosamente transformada em objeto imóvel e inerte que doravante passará a fazer parte do cenário de realização macabra. O pensamento-ação que tem lugar como passagem ao ato, mostra quase sempre uma ação sem mediação simbólica com o caráter de concretude. No âmbito da vontade, a concretude depende de vários fatores para ocorrer. Em primeiro lugar, as características da vítima são devidamente estudadas. Além disso, tem-se o planejamento de execução pelo uso da técnica. Enfim, há a necessidade irrefreável do assassino pelo ato criminoso. A concretização da ação em questão faz com que o autor deixe os vestígios de seu ato, o que demonstra a sua maneira de operar, ou seja, a seu traço diferencial que não esboça nenhum indício de arranjo subjetivo decorrente de teias simbólicas.

A modalidade de funcionamento psíquico desses sujeitos, quase sempre os leva a agir de maneira tal, que seria reveladora da postura de vida adotada que, para Souza (2202), caracteriza-se pela “propensão ao isolamento familiar e social”. Em tais circunstâncias, é provável que o psiquismo do matador em série seja repleto de devaneios, para assim amenizarem o estado de solidão em que se encontra. Entretanto, cabe aludir a uma indicação de Casoy (2204b:193), que em interessante levantamento de informações sobre o tema, sustenta que:

...para as pessoas normais, as fantasias (no caso, os devaneios), podem ser usadas como fuga ou entretenimento. É temporária, e existe a compreensão por parte do indivíduo que é completamente irreal. Para os matadores em série, a fantasia é compulsiva e complexa. Acaba se transformando no centro de seu comportamento, em vez de ser uma distração mental. O crime é a própria fantasia do criminoso, planejada e executada por ele na vida real. A vítima é apenas o elemento que reforça a fantasia.

Como se pode depreender, presume-se que, a fantasia entendida como encenação psíquica, seria a possibilidade de engajamento do sujeito em outras atividades que não a realização parcial ou completa do crime. Não obstante, no matador em série, ao invés da entrega a uma atividade fantasiosa, tem-se a impulsão cega para a ação, sendo esta o ponto de realização uma vez que, a entrega aos devaneios não produz nenhum sentido. Sendo assim, encontra-se uma imperiosa necessidade em tais sujeitos para freqüentemente estarem em ação no mundo do crime, o que no entender de Souza (2202) corresponderia a um tipo de repetição continuada dos seus

atos, o que serve para reanimar suas fantasias, dando-lhes, com isso, maior prazer sexual.

O ato de repetição deve ser entendido como uma tentativa de reviver uma cena passada, sendo o agente de tal ato (o criminoso), o principal responsável pela reconstituição originária, tentando através disso conservar a cena descrita, conforme podemos compreender sobre o mecanismo descrito na seguinte passagem:

...o homem pensava que havia lugares que se conservavam, mas acreditava também que sua ação tivesse uma relação com a conservação dessa ordem. O homem teve durante muito tempo a idéia de que seus ritos, suas cerimônias, suas ações ordenadas e significativas eram indispensáveis para a manutenção das coisas em seu devido lugar (FARIAS, 1999:37).

A repetição, no caso do estudo em pauta, engloba as características usadas pelo matador em série como seu modo de agir, destacando-se o ritual desencadeado e a assinatura. Além disso, entendemos que o ato criminoso é uma forma de se fazer, marcar no social, de fazer parte deste e de ser reconhecido. Através da violência, o sujeito (matador em série) tem sua marca reconhecida nos circuitos da cultura. Suas "obras" transitam pela mídia, tem destaque, são analisadas, discutidas e tocam as pessoas de maneiras diferentes trazendo à tona infinitudes de reações: ódio, admiração, desprezo ou até paixão. A esse respeito, encontramos numa página da Internet, um caso bastante ilustrativo. Trata-se do matador em série norte-americano Ed Gein que alcançou notoriedade e circularidade na mídia, a ponto de ter vários fãs clubes que difundiam camisetas com referências ao criminoso, "bottons" e outros objetos. Como entender que um grupo de pessoas se dedica a cultuar um assassino? Indagação intrigante, pois somente podemos pensar que há, em tais pessoas nessas condições, uma forte identificação com o criminoso, do que resulta admiração. Em algumas circunstâncias, as pessoas do fã clube de tal criminoso chegam a imitá-lo em gestos, no modo de falar, no corte de cabelo e na vestimenta.

Cabe salientar que, em se tratando da repetição dos atos, temos a expressão dos traços identificatórios do criminoso que, lhe conferem a condição de líder a ser admirado, o que configura o protótipo de sua identidade criminoso. Certamente, para este criminoso, o percurso na via do crime representou uma forma de reconhecimento e admiração no contexto social. Sendo reconhecido pelo crime, acreditava estar a serviço de uma função na tessitura social, fazendo eco à exortação foucaultiana de que "os delinquentes são úteis á sociedade " (FOUCAULT, 1979). O sentido de tal utilidade pode ser compreendido como uma via de mão-dupla, pois, se a sociedade precisa "de criminosos", estes se prontificam a entrar em ação, ou seja:

O criminoso emerge no social como aquele que se prontifica a exercer uma função exigida pelo desenvolvimento da técnica, além de estar movido por uma certeza de que seu ato enquanto tal, tem que ser praticado, pois sua identidade de criminoso deve a todo custo ser garantida, mantida e conservada. Desse modo, o criminoso se apropria de um lugar no qual se investe o discurso do mestre, buscando restituí-lo de forma exitosa e querendo ser seu agente principal. Assim, dirige-se ao semelhante para submetê-lo a um exercício de horror, na crença de que, dessa forma, está garantida sua identidade de **poder absoluto**. (FARIAS, 1999:13).

O matador em série crê friamente ser dono de um poder absoluto. Podemos constatar essa forma de poder absoluto na observação de que a maioria dos matadores em série admite sentir imenso prazer ao observar as feições das vítimas enquanto são mortas, como se a vida delas dependesse (e dependem naquele momento) única e exclusivamente dele (o criminoso), quando se arvora a ser Deus, acreditando ter em suas mãos, o poder para decidir sobre a vida ou a morte da vítima. Nesse lugar, movido por uma modalidade delirante o criminoso se reconhece, ou seja, no individualismo exacerbado que muito se aproxima do chamado delírio de autonomia (FARIAS, 1998). O reconhecimento de si, na posição de poder absoluto, faz do matador em série um ser em que há ausência de qualquer modalidade de temor, razão pela qual só há interrupção de seus atos com a morte. Em seus pensamentos, na maioria das vezes de cunho delirante, os matadores em série acreditam estar agindo de forma correta e, muitos se auto-intitulam enviados divinos para o cumprimento de uma tarefa dada por Deus. Deus é o único que pode impedi-lo. Então, somente este, de acordo com o pensamento do criminoso poderá fazê-lo parar, como se depreende no relato seguinte:

Albert Fish tinha obsessões em temas religiosos, pecados e expiação através da dor. Obrigava os seus filhos a assistirem ao seu autoflagelo, como enfiar agulhas entre o ânus e o saco escrotal e colocar algodões embebidos em álcool em seu ânus e atear fogo. Foi um assassino de crianças que, diante de sua crença e de seus delírios, afirmava que se estivesse agindo de forma errada ao cometer o ato de matar crianças, Deus mandaria um anjo para impedi-lo assim como fez com Abraão ao impedir de matar seu próprio filho. (CASOY, 2004a:197).

Temos assim, tanto a compleição masoquista, num contexto perverso, pelo fato de o assassino obrigar pessoas a assistirem a sua autotortura, como também uma modalidade de prática sádica pelo extermínio de crianças. Certamente, uma e outra forma são expressivas do poder. Em outras palavras, quanto mais se autotortura, mais domina e quanto mais se avilta, mais humilha a vítima e mais poderoso sente-se o criminoso. O ápice de suas escaladas sinistras se produz quando encarna a figura de torturador(6), o que também, é uma modalidade que lhe propicia intenso prazer. Todo este cenário deságua em uma modalidade de prazer, o que nos leva a compreender a violência como aquela que “animada de uma força destrói para reduzir, para constranger, para garantir a repetição do mesmo” (BAREMBLITT, 1992:22), e igualmente, para conferir poder pela aplicação da força física enquanto intimidação, na vã esperança de satisfação.

O contexto da repetição, sendo a tentativa da reconstituição totalmente detalhada da cena primeira do crime, sugere haver sempre um engodo, pois nunca o agente de tal tarefa irá atingir esse objetivo. Não é possível a repetição ocorrer, exatamente, do mesmo modo, pois seguindo as trilhas das palavras de Hieráclito, acerca do movimento contínuo e da efemeridade das coisas, “em rio não se pode entrar duas vezes no mesmo. Pela intensidade e rapidez da mudança dispersa e de novo se junta, compõe-se e desiste, aproxima-se e afasta-se” (HERÁCLITO, 1973:94). Isto porque ao entrar pela segunda vez, a água já é outra e quem entra já se encontra irremediavelmente mudado pelo fato de já ter entrado uma vez.

Se analisarmos detidamente as páginas da literatura que se ocupa de retratar as ocorrências criminosas, constatamos tratar-se de acontecimentos que remontam à história do homem. Uma particularidade é digna de nota: alguns criminosos forneceram vasto material para as inúmeras páginas

de ocorrências policiais mediante a prática de assassinatos repetidos. Não só o ato de matar como também o motivo que leva tais assassinos à recorrência do mesmo, converte-se em questões intrigantes para estudiosos, poder judiciário e aparato policial. Não obstante, a pergunta que não cala poderia ser assim formulada: que força ou que domínio estão presentes no homem na realização do ato de matar? E, ainda qual a mola propulsora que faz um assassino insistir, utilizando-se dos mesmos métodos e rituais na prática do crime?

Questões obscuras que, apesar do franco progresso científico ainda permanecem às sombras. Apesar dos inúmeros esforços empreendidos, no campo dos saberes, o que se alcançou até a presente data foi a denominação de tais sujeitos de “matadores em séries”, sem haver unanimidade no tocante a causa que os levam a esse tipo de empreitada sinistra. Em princípio, não se pode pensar numa estrutura específica, consoante à condição de matador em série. Via de regra, encontra-se neles uma variabilidade considerável em termos de temperamento, capacidade cognitiva e sociabilidade. Quer dizer, alguns deles são extremamente inteligentes e que, no exercício de suas funções sociais, não levantam qualquer suspeita. Ao que se tem conhecimento, a cruzada e assassinatos dos matadores em séries, parecem ter a finalidade de marcar uma modalidade macabra de existência, especialmente pelas pistas que são oferecidas para o reconhecimento de uma autoria. O cenário construído para realização dos crimes, quase sempre tem a finalidade de indicar a existência de um agente que executa tais atos. Entende-se assim tal atitude como a expressão de uma determinação psíquica pela qual tais sujeitos aspiram serem capturados pelo dispositivo legal (CASOY, 2004b).

Para adentrarmos no universo subjetivo de tais criminosos, temos que estar munidos da ferramenta teórica apontada por Hobbes (1995) de que “o homem é o lobo do homem”, para daí chegarmos a duas deduções: a) a essencialidade do homem é maligna e, b) a agressividade faz parte da natureza humana. Não podemos apenas criticar, ou seja, negar que isso seja irreal, pois “o crime não faz parte da natureza, nem tampouco é uma de suas leis. Com o crime o homem não ultraja a natureza, já que esse ato somente faz parte do âmbito do desejo” (FARIAS, 1999:49).

O crime é então, uma possibilidade de realização “criada” pelo próprio homem, criação essa que não alude à natureza, sendo o desejo do ser, a mola que o impulsiona. Cabe ressaltar que o crime é a saída malograda que advém de uma necessidade. Sabemos que o homem, em razão de sua carência estrutural, tenta encontrar meios de satisfação para suas necessidades, e pode cair no engodo de vislumbrar o crime como uma possibilidade. Isto quer dizer que a necessidade de completude impulsiona o ser à busca de satisfação. Até então, estamos diante de um percurso natural.

Há de se considerar também as circunstâncias em que a satisfação é buscada numa caminhada desmedida pela transgressão às leis, mediante o emprego da violência e de atos bárbaros, considerados na cultura humana como inaceitáveis ou mesmo proibidos. Tal proibição foi enunciada nas escrituras sagradas em que, numa de suas passagens citadas, Deus condena a atitude de Caim ao matar Abel, seu irmão. Doravante, deveria persistir entre os homens apenas a narrativa desse crime e não mais a repetição de tal ato, caso a lei divina, que povoa o imaginário, se fizesse cumprir.

É importante ressaltar que, no tocante à agressividade, não temos apenas seu lado negativo, pois sabemos que uma dose desta é necessária à sobrevivência. Mas o ser violento (uso da agressividade como defesa) não significa que o homem tenha liberdade para perpassar o limite imposto no contexto social em seus atos, como, por exemplo, matar, torturar e outras instâncias de obtenção de prazer advindas do sofrimento alheio, ou seja, “as tensões criminosas, incluídas na situação familiar, só se tornam patogênicos nas sociedades onde essa situação se desintegra” (LACAN, 1992:137). Quando a agressividade é escoada enquanto violência, ou seja, na intenção da aplicação da força visando

à destruição de outrem, temos a nuance em que “a violência torna o homem perverso. A perversidade sutilmente procura o prazer. O prazer do perverso consiste essencialmente na dominação” (FACHINI, 1992:59).

No âmbito da dominação, quer dizer, da identificação patológica ao poder e da busca de notoriedade encontramos o matador em série, e provavelmente qualquer outra modalidade de criminoso, visto haver no crime uma satisfação que somente é obtida no exceder de um limite. Tal categoria de criminoso permeia sua vida cotidiana com rituais de destruição. Parece ser essa sua intenção: destruir! O que nos causa espanto é a possibilidade de alguém eleger a destruição como a única possibilidade de satisfação, o que provavelmente revela ser um resquício do sadismo infantil que não recebeu qualquer transformação das leis sociais. Em certo sentido, o matador em série é aquele que aplica literalmente a lei que comanda a sua vontade, no caso vontade de poder visando à destruição.

Poderíamos pensar tratar-se do excesso pulsional disjuntivo que, no seu incremento, sem qualquer amortecimento das forças que apostam no viver, resulta num processo em que se elege a devastação do outro de forma ritualizada, cínica e repetitiva.

É fundamental não esquecermos que o matador em série, esse ser marginal, também faz parte da sociedade. De algum modo, circula nas trilhas sinuosas cravadas no contexto social. Desafio ou apelo: eis a grande interrogação que norteia as idéias aqui alinhavadas sobre o ato do matador em série. Acrescenta-se a isso a possibilidade de o matador em série, com seus atos, buscar ser reconhecido enquanto existente. Não obstante, estamos diante de uma propensão do homem ao mal e, somente podemos pensá-la como o afrouxamento de um elo de amarração da tessitura social, que fornecesse ao sujeito o amortecimento necessário ao desaguar de sua potencialidade em ações macabras que somente produzem restos “não recicláveis”.

Ao longo do percurso realizado sobre a dinâmica subjetiva do matador em série, pensada em termos das razões que o levam a fazer sua vida voltar-se para a criminalidade, várias questões foram suscitadas. Em primeiro lugar, o que é bastante óbvio, a atividade nessa empreitada criminosa, pode ser compreendida como um ato de repetição em que o sujeito tenta fazer perdurar a cena do primeiro crime cometido. A insistência de manter no presente, pela repetição em ato, a cena primeira ligada ao crime, pode ser o ponto de partida para ser pensado um tipo de atividade, da qual o matador em série experimenta prazer, além do reconhecimento, em termos de uma identidade de criminoso como autor de obras sombrias. Há ainda, de se destacar a vertente ligada ao poder, seja pelo ato praticado, seja no temor produzido aos demais ante o encontro com tais “obras sinistras”. Tudo isso é indicativo do fato de que esse tipo de permanência, da cena do crime, representa a maneira de o matador em série ser marcado, de maneira mórbida e ser reconhecido, mediante seus atos sinistros, no contexto das relações sociais.

Outra especulação que pode ser aventada concerne à possibilidade de que tal modalidade de criminoso realiza o crime para obter prazer, numa espécie de auto-punição, do que decorre maltratar e aniquilar outrem, como uma maneira de punir a si mesmo, como o crime daqueles que, em circunstâncias específicas matam condenados por crimes de pedofilia. Somente podemos compreender essa espécie de “código de honra” como uma modalidade de projeção em que, o agressor ataca o pedófilo, tentando destruir nele aquilo que repudia em si, ou seja, “castigando o transgressor, cada um pune a parte de si mesmo que transgrediu ou que ainda quer transgredir a lei. Trata-se de uma compensação para a severidade do Supereu” (FARIAS, 1999:25).

Tal particularidade do processo de projeção pode ser encontrada nos matadores em série, como afirmou Ted Bundy aos médicos que o assistiram, sobre a raiva que tinha pelas mulheres (7). Admitiu ser tal raiva causada pela sua mãe, a qual tinha a mesma aparência das vítimas quando era

jovem, isso quer dizer que, nessa paixão enlouquecida, a mãe, ausente em corpo, presentificada pelo sentimento de ódio causado, e a cuja imagem era dirigido um ataque para o desfecho fatal.

Reinvestir no trágico ou seguir a máxima de que ninguém escapa do destino? O fato de as vítimas presentificarem, um sentimento oriundo de sua mãe, explica a busca do criminoso pelo mesmo tipo físico nas suas futuras vítimas. Em certo sentido, quando punha em prática o arsenal de sua execução macabra, acreditava estar punindo a própria mãe, e dessa forma amenizando a intensidade da ira que a ela era dirigida. Tal tipo de reação às mulheres, era justificado de forma delirante, como o medo que sentia em ser aviltado por elas em seus relacionamentos. Uma particularidade desse matador em série, e que parece presente em outros é reagirem, de forma delirante, àquilo que consideram existir no semelhante como impostor. É comum ouvirem vozes acusatórias, as quais responde com ataques. Em certas circunstâncias, para o criminoso, mesmo depois do corpo jazir sem vida, a vítima parece conservar a possibilidade de ações que esta tinha em seu corpo com vida, como no relato a seguir:

.....Ed ficou em pé. Pegou o machado com as duas mãos e decapitou sua mãe de um só golpe. Num ritual enlouquecido, deu vazão aos seus desejos. Estuprou o corpo sem cabeça até saciar-se por completo. Ed continuava ouvindo os gritos de sua mãe dentro de sua cabeça. Pegou uma faca afiada e arrancou, da cabeça decapitada de sua mãe, todas as cordas vocais. Depois desse ato, as vozes cessaram (CASOY, 2004a:150).

Tomado, no empreendimento delirante, atacava aquilo que acreditava serem suas vítimas ameaças contínuas. Se por um lado, sentia-se diante da imperiosa necessidade de destruir partes de suas vítimas, por outro, tal criminoso mantinha o costume sinistro de conservar pedaços delas como troféus, como dentes e pele. De forma mais contundente, admitiu praticar o canibalismo, para chegar ao estado de comunhão, via incorporativa com as vidas que ceifava, afirmando que “enterrou várias cabeças no jardim, viradas de frente para o quarto de sua mãe, já que ela adorava ser vista por todos” (CASOY, 2004a:150).

Constata-se nestas passagens, a expressão de uma vontade de gozo, colocada em ato, como potência destrutiva, cujo ingrediente principal é o delírio. Podemos tentar compreender esse tipo de relato e de ato, como partes do delírio do criminoso que retira a vida daquele corpo e, mesmo estando sem vida, o criminoso acredita que “as cabeças enterradas no jardim e viradas para o quarto de sua mãe ainda possam vê-la”, ou mesmo quando este mutila as cordas vocais de sua mãe, afirmando que ainda ouvia seus gritos, mesmo depois de decapitada.

Existem também os criminosos que acreditam poder “guardar suas vítimas consigo” ou “ficar tão bonito quanto elas” bebendo seu sangue, como é o caso de Marcelo Costa de Andrade, o vampiro de Niterói (CASOY, 2004b:263).

Face ao exposto, no percurso de vida dos matadores em série, podem ser rastreados aspectos que, de maneira direta ou indireta, são considerados como aqueles que o impulsionam à prática do crime, entre os quais encontram-se as vivências da infância, a transmissão pelo pai do legado cultural e a incursão do sujeito nos espaços instituídos. Não obstante, seria demasiadamente simplista, explicar a vocação para a condição de matador em série como decorrente da influência dos traumas infantis ou das rejeições vividas. De resto, a entrada no universo da criminalidade, não pode estar desatrelada do funcionamento psíquico do sujeito, no tocante a sua posição ética de reagir às intempéries com as quais se defronta, o que se mostra em intensidades diferentes, desde o extremo da submissão passiva à

violência ao outro extremo do exercício despótico da mesma violência sobre o outro.

Notas

- 1- Estamos empregando a expressão "matador em série" para traduzir a expressão da língua inglesa "serial killer". Acreditamos que, apesar de pouco familiar, na língua portuguesa e nas notícias sobre crimes, devemos fazer tal escolha, principalmente para englobar a categoria de criminosos conhecida como "matadores de aluguel ou matadores profissionais" que em nada se distanciam dos matadores em série, a não ser nos critérios propagados pela mídia ou em termos jurídicos que atribuem estados irreversíveis de loucura para os últimos.
- 2- Ato que consiste em transformar a dinâmica corpórea desejante em corpo cadáver ou mesmo em situações nas quais momentaneamente o sujeito fica impedido de ação quer seja pela mobilidade corpórea quer seja pela palavra. Temos assim duas modalidades de dessubjetivação: pontual e permanente.
- 3-Terminologia difundida pela mídia que muitas vezes confere notoriedade ao criminoso.
- 4- Conforme difundido pela literatura baseada em relatos de investigações policiais, quase sempre, as vítimas apresentam o mesmo perfil. Acreditamos que esse motivo seja o desencadeador da escolha do criminoso para a prática do ato perverso em que importa tais atributos.
- 5- A característica essencial do transtorno da personalidade anti-social é um padrão evasivo de desrespeito e violação dos direitos dos outros, que se inicia na infância ou no começo da adolescência e continua na idade adulta. Esse padrão também é conhecido como psicopatia, sociopatia ou transtorno da personalidade anti-social. Psiqweb - DSM IV.
- 6- Somente interessa o processo de mortificação lenta das vítimas, sofrimento contínuo, a abolição do desejar e não imediatamente, a morte.
- 7- Todas as suas vítimas eram mulheres

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, R. *Dias de ira: uma história verídica de assassinatos autorizados*. São Paulo: Globo, 2001.
- ASSOUN, P-L. *Portrait métapsychologique de la haine: du symptôme au lien social*. In: ASSOUN, P-L. e ZAFIROPOULOS, M. *La haine, la jouissance et la loi*. Paris: Anthropos, 1995.
- BAREMBLITT, G. *Violência e metapsicologia*. In: AMORETTI, R. *Psicanálise e violência*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- CASOY, I. *Matador em série: louco ou cruel?* São Paulo: Madras, 2004a.
- _____. *Matador em série: made in Brasil* São Paulo: Arx, 2004b.
- DADOUN, R. *A violência*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- DUCLOS, D. *Le "matador em série" au supermarché (ou: le déferlement des objets de haine)*. In: ASSOUN, P-L. e ZAFIROPOULOS, M. *La haine, la jouissance et la loi*. Paris: Anthropos, 1995.
- FACHINI, N. *Enfoque psicanalítico da violência social*. In: AMORETTI, R. *Psicanálise e violência*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- FARIAS, F.R. *A vontade de matar e a criminalidade como formas de gozo*. <http://copsa.cop.es/congressoiberoa/base/juridica/jt12.htm>.
- _____. *Entradas e ruínas*. Rio de Janeiro: sem indicação editorial, 1999.
- _____. *Criminalidade e individualismo- Ideia*, *Revista de Filosofia* 3 (1), Rio de Janeiro: Brasil América, jul/dez, 1998.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização (1929)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. XXI.
- GUSTAVSEN, D. *A história do homem que matava por prazer*. *Veja em São Paulo*. São Paulo: 23 (12), 1990.
- HERÁCLITO DE EFESO. *Fragmento 91*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, v. I.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder e um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- LACAN, J. *Introdução às funções teóricas da psicanálise em criminologia*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- _____. *O seminário. Livro XVII. O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LEGENDRE, P. *Le crime du caporal Lortie: traité sur le père*. Paris: Fayard, 1989.
- MAGESTE, P., FREITAS, R. e AZEVEDO, S. *Em cinco sacos de lixo*. *Revista Época*. São Paulo: Globo, Fevereiro 2003.
- RINALDI, D. O. *Ato delituoso e injunção de ordem subjetiva*. In: *Revista Científica das Faculdades Maria Thereza*. vol. 3, n. 3 (nov. 2003).
- SOUZA, D.B.R. *Psicopatologia do delinqüente serial*. www.ucpel.tche.br/direito/v3n1_2002/09_daniel.pdf

Daniel Ottero Rinaldi. Psicólogo
Endereço eletrônico: danieltero@bol.com.br

DELITO E INCONSCIENTE

Elizabeth Hudson

Resumo: Aborda-se, nesse trabalho, as produções discursivas sobre atos criminosos. Transitamos na trama de ditos que apontam para algumas razões pelas quais um sujeito é forçado a praticar um ato criminoso enquanto um apelo. Constituíram-se novos fios condutores, possibilitando a criação de articulações relacionadas à íntima imbricação entre: crime, laço social e sintoma social. Experienciamos a interlocução com sujeitos condenados por roubos, homicídios, seqüestro, assaltos e contra-venção, testemunhando a dinâmica desses atos criminosos, suas relações no contexto social e suas tentativas de fazer laços sociais. O princípio norteador é o conceito de perversão e a fenomenologia apresentada como o efeito de um contexto social. O pesquisador se vê testemunha de um dito, discurso produtor de laço social, onde o enunciado colhido aponta para um sujeito desejante e possuidor de um saber. Constatou-se que a transgressão, em sua dimensão íntima, naquilo que é subjetivo e estrutural, faz clamor à lei para que uma nova ordem venha retificar contexto e relações sociais, propiciando assim, a ratificação da Lei do desejo em sua autonomia.

Palavras-chave: Crime, caos social, retificação.

Abstract: This paper starts from the narratives about criminal acts, the texture of discourse production led to the encounter of new indicatives whereby a subject is forced to undertake criminal act as an uttermost law appeal. New ideas constituted themselves as conducting lines and creative articulations concerning the intimate imbrication between crime, social relationships and social symptom. Interlocution with subjects condemned for contravention was experienced, bearing witness to the dynamics of criminal acts, their relationship within the social context and their desire to pursue the establishment of social links. The study affield centres on the concept of perversion where the phenomenology was considered to be an effect of social context. The researcher is therefore an effect. He recognises himself as being a witness to an aspiring discourse production addressed on behalf of social link institution. Register of the enunciation suggests a desirous subject in possession of knowledge. Verification brings the enlightenment that transgression, in its innermost dimension, comprised both subjectively and structurally, vociferates for law whilst demanding the establishment of new social contexts and relationships.

Key-words: crime, social chaos, retification

"No começo era a ação."
Goethe

O inconsciente pede ao sujeito a realização de atos, mas quem os realiza é o próprio sujeito numa decisão. Assim podemos pensar num delito inconsciente seguindo a exortação freudiana de ser essa instância a determinação de toda a vida psíquica? O processo constitutivo do homem como ser falante, subjetivado e estruturado na linguagem e pela linguagem, configura-se um ato violento, se considerarmos a condição de descontinuidade marcada em relação à natureza. Certamente por ser uma ruptura revolucionária, produto de um corte e obviamente uma grande invenção, a aparição do homem, por ter subvertido a ordem das coisas até então existentes, quer dizer, ter produzido um tipo de destruição, pode ser analogamente comparada a um crime. Ato fundador no qual a cria humana encontrou-se frente a determinadas instâncias simbólicas para então se transformar em um ser singularizado que constrói uma história de seu próprio percurso recapitulando a história das gerações passadas e, também, da espécie, conforma-se como um ser único, diferente, pela condição de ser falante, dos demais seres vivos. Só o homem é um ser da linguagem onde a palavra advém para construir ou destruir! Apenas a civilização é possuidora do lugar da palavra, como processo de mediação e de trocas. Aliás, como afirma Freud (1905/1976), provavelmente o inventor da palavra foi certamente aquele que fundou a civilização, visto que em circunstâncias anteriores só deveria existir o grito. Ato revolucionário que, no entender formulado no pensamento freudiano, teria sido desencadeado por um crime referido ao assassinato do pai de uma horda primeva mítica. Tem-se assim uma modalidade de violência fundadora, mas que não eximiu o homem dos conflitos e dos estado de tensão quando foi firmado o relacionamento em

termos de trocas e conseqüentemente de proibições, visto que toda troca exige regras decorrentes de pactos que selam restrições e interdições.

É preciso a construção de um saber para lidar com as mais variadas formas de violência que nascem desse novo convívio, para que não seja repetido o ato de assassinato originário. No início da civilização, de acordo com a hipótese freudiana do parricídio originário, surgem novos contornos, novos arranjos coletivos quando as diferenças são veiculadas embora isso não queira dizer que o estado de barbárie tenha sucumbido para sempre na cultura. Sendo assim, a mais pronunciada nuance da civilização traz consigo resquícios desse estado primeiro de barbárie no homem. Daí serem necessárias alternativas que drenem essa potência ou mesmo que a amortença no sentido de mantê-la em contenção ou mesmo desviá-la para outras finalidades que não seja apenas a destrutividade sem qualquer possibilidade de construção de esteios de uma história.

O processo civilizatório tem atravessado eras que tem seus marcadores próprios que são constantemente lembrados. Tanto as guerras, a fome, as doenças, quanto as grandes invenções têm um lugar de destaque na história do homem e no chamado progresso científico que, em certo sentido, pelo desenvolvimento da técnica serviu para o homem pôr em prática a expressão mais genuína do mal: o ódio ao semelhante. Quer dizer, as grandes transformações que ocorreram no solo do planeta não tiveram nenhuma influência em banir ou abrandar o sentimento do homem em querer a destruição da natureza, de formas de vida animal e do próximo. Ironicamente, o grande desenvolvimento científico possibilitou ao homem aperfeiçoar a prática de ações voltadas para maldade. Não se quer dizer com isso que o mal é decorrência do progresso científico, mas que se encontra no homem uma prontidão a realizar ações más. Não obstante essa prontidão deve ser objeto dos freios próprios do processo civilizatório. Queremos apenas salientar que o mal quando expresso em pleno âmago da civilização marcado pelo pronunciado progresso científico e tecnológico deve ser compreendido como a expressão mais legítima da barbárie, pois foi “na idéia moderna de civilização e da democracia fundada sobre o contrato social que sobrevieram a escravidão, a guerra, a exploração e os campos de extermínio” (ABÉCASSIS, 1999:114).

A globalização difundida mundialmente em sua pretensão de eliminar fronteiras pela aposta no esquecimento e perda das tradições, visa transformar essa turbulência em transparência, mas falhas sistemáticas insistem em denunciar colapsos. A mídia busca dar voz e imagem aos questionamentos e anseios reflexivos da humanidade. Fatos e fotos retratam um passado mais longínquo ou mais recente. Conhecimentos científicos são interpelados na tentativa de produzir um acalanto aos atemorizados que insistem transitar pelos caminhos do cotidiano da humanidade.

Vias sociais políticas e econômicas cristalizaram-se, de modo que a crueldade das guerras perpetua-se, transformando riquezas culturais e rivalidades em fantasmas da carnificina fratricida. A exclusão, em seu disfarce multifacetado, sustenta-se de forma tenaz com o intuito de anular qualquer esboço de diferença, numa aposta em tudo e todos devem ser iguais, visto ser esta a promessa para alcançar um estado maior de felicidade. Assistimos práticas voltadas à destruição do diferente que são resquícios do tratamento de eliminação empregados em outros momentos da sinistra história das ocorrências sangrentas da humanidade.

Na história do tratamento dos diferentes, houve época em que os deficientes, os canhotos, os aleijados e outras categorias eram sacrificados face à ideologia que estariam expressando uma particularidade de uma força demoníaca (FOUCAULT, 1999). Os tribunais da Inquisição decidiram pela dizimação de muitas vidas em fogueiras por serem considerados hereges. A colonização dos novos continentes não ocorreu sem que a fosse ceifada a vida de milhares de nativos indígenas. A

escravidão não foge a regra da matança em vários momentos: transposição dos homens para outras culturas e a permissão das autoridades aos donos dos escravos de decidirem sobre a vida dos mesmos. Com a criação do Primeiro Hospital Geral do mundo na cidade de Paris, decretou-se que ser pobre é crime. Daí então aqueles que fossem flagrados em circunstâncias que traduzissem condições de pobreza seriam levados à guilhotina.

O panorama do século XX não é tão diferente a não ser pela precisão técnica com que as ações sangrentas foram postas em práticas contra judeus, ciganos, subversivos e recentemente a categoria de bandidos pertencentes à camada sócio-econômico de baixo poder aquisitivo. Isso retrata que no auge dos tempos em que vivemos o objeto de ódio, alvo das práticas de exclusão e de eliminação é certamente a condição de pobreza. Com a marcada inversão de valores, categorias que eram marginais outrora, no presente momento podem ser incluídas no contexto social desde que sejam detentoras de um poder econômico considerável, não importando a diferença racial, a escolha sexual, o nível de escolaridade e outras nuances que eram critérios segregativos em outras épocas (IANNI, 1999).

Percebemos um forte contraste quando deslizamos nas superfícies dos corredores do horror e do silêncio forjados pela violência. A concretude de corpos cadáveres toma forma ao fazer os contornos do crime, personificando o horror frente à criminalidade. Basta, para isso, lembrar as imagens contundentes oriundas dos acervos que retratam os grandes genocídios do século XX, além de outras carnificinas, tragédias, linchamentos e por que não dizer? de assassinatos coletivos como teve lugar na prisão do Carandiru que foi transformada em objeto de entretenimento pela indústria cinematográfica. De acordo com Lussac (1993), outras tragédias também são rentáveis em termos de bilheterias, exceção feitas à mortandade conduzida na Rússia no período stalinista ou o genocídio dos armênios. Qual seria a razão do silêncio em relação ao genocídio desse povo? Eis uma inquietante questão. O fato é que não houve interesse da indústria cinematográfica nem dos escritores em retratar sangrento acontecimento. Sabemos que tal omissão não é decorrente de um puro ato de esquecimento.

Em qualquer modalidade de prática criminosa, até mesma naquela que se arvora a ser um princípio de justiça, a pena de morte, estamos diante dessa faceta do homem em demonstrar poder na realização de um ato que não tem qualquer possibilidade de reversibilidade. Assim, configuram-se o assassinato, o linchamento, a execução pelo Estado, o extermínio em campos de concentração e os atos dos matadores profissionais que ocupam um lugar considerável no cenário atual graças à expansão de grupos de mafiosos, justiceiros e outras categorias de homem que se apresentam como "prestadores de serviços" no âmbito da execução. Certamente temos nisso o reflexo de uma paixão enlouquecida alimentada pela ambição desmedida de domínio e de poder a ser obtido a qualquer custo sem que sejam considerados os meios utilizados. Eis o resultado do afrouxamento dos elos sociais com novas posturas éticas calcadas essencialmente no individualismo concentrado que tem na forma de narcisismo frágil e exacerbado sua expressão mais significativa (LIPOVETSKY, 1989).

Seja pela via do ato criminoso, pela via das injustiças sociais, ou até mesmo pelo próprio caos social, deparamo-nos demasiadamente com atividades que podem ser considerados enquanto fenômenos perversos. Não estamos com isso afirmando que seus atores sejam perversos, apenas que as atividades praticadas retratam o cenário daquelas que configuram o campo das práticas perversas.

O amplo quadro das mais variadas dissimulações seguem oferecendo suporte aos encaminhamentos que propiciam a fruição de fenômenos atuais, indicativos do mal-estar imposto pela cultura. Caracteriza-se, portanto, a permanência da violência como constituinte e integrante do mundo humano.

Em 1899, ocorreu a publicação do livro de Freud (1900/1987), *Die Traumdeutung*. A obra foi datada de 1900, pelo seu editor, fato bastante significativo, já que se tratava de uma aventura pelas vias do desejo inconsciente, como a proposta de explicação de muitos dos fenômenos da vida psíquica que eram consideráveis absurdos e incompreensíveis. Não faltou nessa obra canônica alusão ao crime, pelo menos, ao crime, referido a tragédia que faz a travessia do humano à cultura: o Édipo. Tal modalidade de crime mítico tem lugar nas interpretações freudianas sobre o texto da tragédia grega também sobre sua difícil relação com seu pai.

No prefácio à segunda edição, Freud indicou que este trabalho fora uma maneira de *reagir ao acontecimento da morte de seu pai*, ocorrido no ano de 1896. Foi possível ao homem, Freud, criar um texto na tentativa de simbolizar um enigma frente ao Destino que o lançara no vazio! Seria um momento de elaboração dessa perda ou uma reafirmação de um lugar ocupado pelo criador de um novo campo de saber a ser deixado à humanidade, como o legado que desvenda as intrincadas motivações do homem para a prática de atos até então inaceitáveis ou inexplicáveis?

O motor dessa escrita nos remete à dimensão da transgressão configurada como ato de criação, criação mítica enunciada por Freud (1913/1987), em seu texto, *Totem e Tabu*, no qual encontramos referências à amarração simbólica ordenada a partir da função paterna, suporte da Lei do desejo, como também, reguladora de um sistema de trocas e de fraternidade.

A produção discursiva implica, necessariamente, numa ação transgressora e retroativa na qual acontecera ao homem passar do estado de horda e ingressar na cultura. Ao cunhar heroicamente seu feito através da palavra, inscreve seu corpo no espaço e no tempo. O simbólico, campo da linguagem, antecede ao homem, mas a partir do corte abissal entre homem e natureza, torna-se seu pertence e diferenciador por excelência. A fala advém como prova maior dessa aquisição singular e em seu âmago encerra marcas da batalha empreendida nessa conquista. O sujeito, atualizando-se em sua alteridade, utiliza-se da palavra para delimitar seu espaço, instituir a dimensão humana e, conseqüentemente, ratificar seu lugar de pertencimento na dimensão maior do universo.

O momento de surgimento do animal simbólico, do ser da falta e do desejo, fundamenta-se neste particular embate com a natureza, momento no qual se deparou *vis a vis* com o enigma de sua existência. É no campo da linguagem que o sujeito desejante se produz e comparece como um afronta à natureza, frente ao que, só lhe resta colocá-la como exterioridade. Há que transgredir, ultrapassar limites para que aconteça um ato de criação que lhe reconheça como um nome, inscrevendo-lhe em sua diferença e singularidade. A palavra "instrumentaliza" o ser falante, não-natural, portador de desejo e da falta. Somente a palavra poderá cifrar a escrita de seu grandioso texto, sua história singular, o qual será alçado, posteriormente, como sua verdade. E quando a palavra não é possível e também inacessível? Qual transgressão outra buscará dar conta desse momento? Como amarrar ideais fantasiosos, desejos, utilizar-se das idéias férteis ou verter o cheio na produção de pensamentos, quando falhas e fracassos não permitem acessar, facilmente, os registros desse acontecimento?

A produção discursiva do ser desejante produz, incessantemente, metáforas e metonímias na tentativa de preencher lacunas. Com apenas alguns rastros das pegadas fica ainda mais difícil tentar dar um contorno aos acontecimentos. A conquista do simbólico, campo da linguagem, implica um ato violento, uma ultrapassagem, enfim, configura-se como um ato transgressor. Uma ordem preexistente foi rompida nessa conquista mítica. Quem usurpou o quê de quem e qual o resultado dessa ruptura? Crime, laço social e sintoma social? Crime originário do assassinato de um pai tirano e cruel que somente tem sua eficácia no *a posteriori*, o seja, o pai morto é muito mais

temido pelos filhos do que quando estava vivo pois uma vez realizada a sua morte, num pacto consensual, não há mais meios para se livrar de fantasma desse pai que ronda pelas suas cabeças sem jamais poder ser afastado. Erro de cálculo em matar o pai ou seguir as trilhas do destino? De qualquer modo, o remorso suscita uma espécie de conflito que força esses filhos, tornados órfãos por suas próprias mãos, e encontrarem soluções para dar continuidade ao viver. Assim firmam-se os laços sociais com os arranjos decorrentes das leis que produziram os clãs, com seus totens que são índices de adoração e interdição. Mas, esse crime originário sempre será lembrado em rituais para que não venha a ocorrer novamente. Isso quer dizer que esse alerta é dirigido a todos que desejam por em prática tal tipo de empreitada. Comemora-se em ritual a morte do pai para que ali sejam execradas todas as inclinações de seus participantes ao crime. Caso isso não seja possível, persiste a vontade de destruição e então tem lugar o crime como sintoma social da forma que permeia as ações humanas no presente cotidiano.

O ato criminoso, objeto desse estudo, nos levou à transgressão do espaço próprio de cada um que pensa nessa temática invadindo outro. O desejo de embrenhar-se em tão obscura seara urge o homem a transitar na trama das produções discursivas (livros, artigos em periódicos, matérias em jornais, noticiários de televisão e entrevistas de criminosos condenados), sobre atos criminosos, não para encontrar justificativas, e sim, para sustentar o propósito de construir novos saberes e verdades. Os relatos sobre sujeitos, condenados por atos criminosos, impõem-se no estudo como o único meio reconhecido para tal articulação.

Na tentativa de entender o ato criminoso cotejamos as características acerca do conceito de perversão, uma vez que em tais circunstâncias estamos diante de uma fenomenologia perversa: o assassinato é um ato que retira da vítima qualquer possibilidade de expressão pela palavra que além da imobilidade corpórea forçada são impedidos quaisquer meios de produção de imagens. É um ato de coisificação que produz um resto não integrável nas malhas da rede simbólica! Na medida em que o crime praticado atualmente tem espaço significativo no contexto social, pois como afirma Foucault (1991), os delinquentes são úteis de alguma forma à sociedade, pensá-lo na rubrica de sintoma social.

No contexto da atualidade existe todo um contingente de serviços nas grandes cidades que tem como suporte a existência de criminosos e obviamente dos crimes que praticam. Nesse sentido, não é de estranhar quando se ouve a afirmação de que o crime é necessário. Necessário, não para forjar arranjos subjetivos que possibilitem ao homem ser o agente construtor de uma história e sim necessário às engrenagens apodrecidas da tessitura social. Imaginem o que aconteceria numa grande metrópole caso seja divulgada a notícia acerca de que o crime teria acabado! Como se comportariam as companhias de seguros de automóveis, residências e de outras modalidades? Qual seria a finalidade do aparato policial encarregado da intimidação no processo punitivo? Como irão sobreviver aqueles que estão num processo de terceirização a serviço de criminosos fornecendo-lhes alimentação, roupas e outras modalidades de assistência? E, enfim, a especialidade que fica a cargo do advogados criminalistas não passaria por um grande declínio ou mesmo extinção? Apenas estamos lançando questões bastante incômodas, mas certamente não pretendemos respondê-las. No entanto esperamos que sejam objeto de reflexão naqueles em que porventura causar algum tipo de desconforto e incomodo.

Mas é preciso indicar que uma coisa é o crime como estamos tratando em sua relação com o conjunto das atividades humanas; outra coisa é o crime no campo dos negócios traduzido em cifras econômicas e argumentos para justificar a assunção ao poder por métodos justificáveis fora

de uma modulação ética. Eis o que nos aponta as questões que depreendemos no texto freudiano com quem estabelecemos um diálogo no sentido de entender as obscuras nuances que revestem o criminoso no contexto das ações tipicamente humanas.

Sendo assim, essa escrita traz a marca de um desejo e de uma curiosidade suscitada quando nos inclinamos a pensar o porquê o homem se encarrega do processo de destruição de seu semelhante. Estaríamos, de certo modo, fascinados ante o saber obtido por aqueles que atravessa os umbrais que abrem o pórtico à dimensão trágica da existência. Não nutríamos qualquer interesse pelo medo utilizado em ultrapassar esse limite. Queríamos apenas ouvir aqueles que deram esse passo no sentido daquilo que podem formular sobre tal tipo de ocorrência pela qual responde em termos de autoria. O que pode um criminoso formular sobre o crime e sobre sua posição subjetiva quando o pratica? Até que ponto o criminoso está cômico que seu ato encontra-se ao serviço atendendo a determinadas exigências do contexto social?

Certamente, nem todo assassinato reveste-se dessa particularidade mas, se analisarmos os assassinatos de encomendas bem com as ocorrências sangrentas que fazem parte do mundo do narcotráfico, não podemos deixar de fora as particularidades aventadas acima, principalmente, se considerarmos a crescente banalização da morte encontrada em nossos dias em que existem tabelas de valores para dar cabo a vida, não tão diferente do que acontece com os mais variados produtos de consumo, que são oferecidos como meios de satisfação, expostos em vitrines das grandes lojas com valores diferenciados em etiquetas, dependendo do produto e da loja. Isso nos faz lembrar o comentário de um matador de aluguel, numa reportagem ao GNT, quando afirma que só se encarrega de serviços para matar pessoas ricas, pois as pessoas pobres não têm dinheiro e somente são mortas quando são obstáculos à realização de um assassinato em alguém de reconhecido poder econômico na sociedade. Também a mídia divulgou em todo planeta, recompensa bilionária, para quem matasse o autor do livro *Versos satânicos*, além de outros que, pela morte, o autor seria muito bem recompensado senão elevado à categoria de herói como quem conseguir a proeza de matar Bin Laden. Sendo assim, não podemos ignorar o fato de que a vida tem, no contexto do mundo atual, uma tabela variável de preço que se enquadra nos ditames da engrenagem do poder econômico, subsidiado por questões de ordem política. Essa forma de derivação do crime aliada a interesses políticos, econômicos e a critérios de segregação racial, tem lugar considerável nas páginas que retratam a história do homem desde as épocas em que reinaram os grandes imperadores, reis, papas e outras formas de poder até o chamado regime democrático em se transfere ao Estado a decisão pela morte de alguém, sem haver aquele que se apresente como o detentor de uma vontade voltada para o crime. Tudo isso configura uma complexa tessitura onde se entrelaça o assassinato como modalidade de sintoma social sustentado pela lógica excludente, higienizadora de eugenia ou em critérios disciplinares de organização de que é preciso matar.

E assim o homem mata alegando que está fazendo defesa de território, segurança pessoal, livrando-se quem porta o mal como nos crimes decorrentes de acirrados entraves causados por convicções religiosas. Seriam essas alegações justificativas plausíveis para o homem praticar o assassinato? Acreditamos que não. Temos apenas subterfúgios empregados para justificar a expressão da inclinação direcionada à malignidade que não sofreu qualquer tipo de amortecimento quando o praticante de tal ação transitou nos fóruns sociais referidos ao processo civilizatório. Nessas condições, a transgressão aparece em sua forma bruta sem qualquer tratamento de natureza simbólica que a direcione à criação. Temos apenas, em sua dimensão mais íntima, um ato violento, ou seja, um corte radical, incisivo e pontual da descontinuidade introdutora do resto que

não tem qualquer inserção no contexto das relações sociais, pois estamos diante de um processo de ruptura que se lança em direção à destruição e não à produção do novo como ocorre no ato de criação!

Como o assassinato produz rastros que não são utilizados para fazer inscrição social do autor pois o material produzido configura-se ser um resto não simbolizável, visto que em átimos se processa a desintegração da matéria dessubjetivada, o criminoso tem circularidade social interrompida, uma vez que os parâmetros de convivência estabelecidos pelo pacto decorrente da palavra, não têm mais lugar. Dificilmente se confia nas palavras de um assassino seja qual for o motivo atribuído ao ato. Não obstante, sabemos que a mídia tem conferido notoriedade a alguns criminosos que veiculam em capas revistas semanais de grande circulação. Mas, isso não assinala qualquer esboço de inscrição social. Sendo assim, a condição de detento é aquela de quem tem restrições de direitos civis, inclusive a de comprovar a sua identidade: todos os condenados são iguais, mesmo por que, para o sistema, são somente condenados!

Os detentos produzidos no contexto das relações sociais, uma vez encarcerados são provas cabais de rupturas do laço social, sendo também testemunhas de modalidade sintomáticas que comprometem os arranjos forjados pela política fundada em acordos selados mediante a palavra. Diante do condenado somos convocados a lançar a seguinte questão: o assassinato é um delito inconsciente, ou seja, crime reativo e um apelo extremado ao retificável pela lei do Estado no contexto e relações sociais?

Devemos seguir com certa prudência em nossas apreciações quando utilizamos a expressão delito inconsciente e qual o significado que atribuímos a mesma, pois como afirma Freud (1915/1987:336), “nosso inconsciente não executa o ato de matar; ele simplesmente o pensa e o deseja. Mas, seria completamente errado subestimar essa realidade psíquica quando posta em confronto com a realidade”. Guiando-nos por essa exortação freudiana, tentamos compreender a articulação entre assassinato e dinâmica inconsciente.

A experiência decorrente da realização de uma investigação, em unidades penais na cidade do Rio de Janeiro, denominada *O ato criminoso como modalidade de gozo*, possibilitou diferenciar, verdadeiramente, atos violentos como atos de criação simbolicamente amarrados daqueles que em suas tentativas de criação resultam em aniquilamento e devastação concreta, como sendo, expressões legítimas do desejo inconsciente! Mas caberia então situar, pelo menos, duas facetas do crime. Em princípio, situamos o crime originário fundador da civilização uma vez que em sua decorrência foram estabelecidos princípios de interdição. Diferente é a modalidade de crime que perpetua ao logo da história da humanidade a qual recebe a denominação de crime reativo (FARIAS, 1996), como aquele que dele não resulta nenhum elemento de amarração simbólica uma vez que somente tem a ilusória pretensão de ser um ato simbólico mas que não passa de um ato concreto.

O entendimento do crime reativo como violência concreta, desnecessária e devastadora, se faz premente para darmos seqüência à nossa questão. Adentramos uma dimensão que aponta para o assassinato em sua mais cruel e devastadora manifestação em que a tentativa de criação transforma-se em aniquilamento. Forma de expressão também integrante do homem, produzida por ele e indicativa de um efeito-fenômeno que nos fornece pegadas para o rastreamento de uma subjetividade e um corpo-ação no encenar dos efeitos resultantes de “uma nova ação psíquica.” (FREUD, 1914/1987). Um acontecimento, uma experiência que aponta para contradições provocadoras de angústia. Essa ação remete o sujeito ao seu próprio estado de desamparo, à sua pobreza frente à natureza impiedosa, enfim, o leva a pensar no enfrentamento ocorrido, anteriormente, que lhe

ordenou a agir, a criar e a se produzir. Um ato violento; por que não, bárbaro? "... o desamparo não é pois uma experiência trágica e sim uma situação traumática" (GONDAR, 1995:105). Uma situação traumática que aponta para um ultrapassamento no qual se viu obrigado a descumprir uma ordem. Ordem é ordem e, como bem pontua Canetti (1995:303):

... pouquíssimas vezes o homem se perguntou o que, de fato, é a ordem: se ela é tão simples quanto parece; se, a despeito da prontidão e facilidade com a qual produz o efeito esperado, ela não deixaria outras marcas, mais profundas e talvez até hostis, naquele que obedece a ela.

Falamos de uma ordem que dita um agir, de uma atuação que implica fuga e que é prescrita desde o exterior. Um ato investido de força e poder indicativo da dissimetria existente entre aquele que ouve e aquele que fala. É uma força devoradora transmissora de uma seriedade mortal. É próprio da ordem transmitir uma sentença de morte e obrigar a vítima a fugir. Este é o teor da mais antiga das ordens e nos é necessário refletir sobre o alcance dele quando pensamos na ordem entre os seres humanos.

Para concluirmos sobre a temática em pauta, partimos da suposição de que a ordem é anterior ao advento da palavra. Esse confronto dá forma ao drama da tensão criada pelo homem em sua relação com a natureza. Encontra-se tenazmente fixo e perpetuado no seu mal-estar na cultura. Quanta pobreza, que estado de desamparo, pois "... sim, admitamos: essa pobreza de experiências não é uma pobreza particular, mas uma pobreza de toda a humanidade. Trata-se de uma espécie de nova barbárie." (BENJAMIN, 1986:196).

O sujeito surge nesse momento como um estrangeiro, um bárbaro, um estranho que não se reconhece, mas que começa a se virar com pouco. Pegadas foram apagadas e um começo do começo, de novo do zero, impõe-se. Restam-lhe, apenas, pequenos fragmentos de uma fundação que o ameaça em sua destrutividade, frieza e crueldade incansável, obrigando-o a criar a civilização para tornar possível uma vida comunal, "... pois a principal missão da civilização, sua *raison d'être*, é nos defender contra a natureza." (FREUD, 1927/1987:26).

Não buscamos novas experiências, ao contrário, almejamos libertar-nos de toda experiência, na aspiração por algo novo e decente. O destino já nos infligiu o bastante mostrando-nos seu rosto delineado pela força e pelo poder indomável da natureza. Há de surgir um novo bárbaro, como conceituado por Benjamin (1986:196), investido de uma positividade, aquele que se viu afetado pela pobreza de experiência encontrando-se com o inevitável conflito e desamparo do humano. É o nascimento de uma criança, de um criador, que ao se ver envolto pelos restos imundos, faz da *tabula rasa* sua implacável prancheta, enodando desse modo sujeito e cultura. A mais absoluta desilusão transforma-se em construção particular, contribuindo positivamente ao esforço coletivo das produções humanas. Que seja estabelecida modalidade de laço social para banir as ocorrências do crime e, em especial, do assassinato!

Qual o ônus desta ação? Quais as implicações advindas do "não" proferido à natureza e do "sim" ao desejo? Qual será a "... posição subjetiva resultante de uma modalidade defensiva frente ao desejo do Outro."? (FARIAS e GRIMAN, 1997:106). Pensemos com Canetti (1995) que uma ordem desencadeia uma ação, não admite nenhuma resistência, enfim, não se expõe a dúvidas. A ordem implica numa direção definida e determinada e sua inversão ou alteração é inadmissível. Um aspecto da ordem é ser imposta, alheia e causar estranheza. Há um impulso que

obriga ao receptor de uma ordem o seu cumprimento, o que muito convém ao conteúdo próprio da ordem. Porém, existe um aguilhão, pequena resistência oculta, que penetra fundo no ser humano, permanecendo o mais imutável dentre as construções psíquicas, podendo levar anos para ressurgir. Ordem alguma jamais se perde, nunca se esgota realmente em seu cumprimento e permanece armazenada para sempre sendo transmitida, sem alteração nenhuma, por décadas. Os mais afetados pela ordem são as crianças que não as esquecem ou as perdoam, principalmente se as maltrataram.

A reprodução invertida de situações antigas é uma das grandes fontes da energia psíquica. Parece ser possível articularmos crime reativo (ato criminoso concreto), ao aguilhão, expelido numa ação extremada de libertação de sofrimento, como efeito de uma cobrança externa enlouquecida e insaciável. Será esse o modo de saldar uma dívida para com a natureza? A sentença de morte reluz por baixo de toda e qualquer ordem e é de caráter medonho. A ordem advinda da natureza é indomável, inassimilável e se transforma num resto que não cessa de não se inscrever. A batalha termina na produção da heterogeneidade intransponível, marcando o sujeito em sua trajetória de vida para sempre ameaçado frente ao efetivo cumprimento da sentença de morte. Eis o malogro do crime reativo: ordens outras se fazem vigorosas ao extremo outorgando ao sujeito o lugar de agente da ação própria. A autonomia de seu desejo entra em ação, encena-se, mas essas ordens outras, no entanto, também vieram de fora lhe causando maiores sofrimentos, ameaças de morte e tudo o mais que seja conteúdo de uma ordem. A universalidade da Lei do desejo apresenta-se em sua outra face, na forma de gozo, trazendo consigo sanções bastante rigorosas, sendo a mais rigorosa a sanção original: a morte. A tirania se apresenta sem disfarce algum e o condena!

No ponto extremo de suas reflexões, Freud (1930/1987) reconheceu que as ubiqüidades do desamparo e do conflito humano apontam para a presença da morte no centro da vida. O dilaceramento é condição do sujeito. Toda renúncia pulsional não se faz impunemente, porém, ela é indispensável para a vida na cultura. Entre os homens, o sistema das ordens está organizado de modo a escapar-se da morte. A amarração simbólica, ordenada a partir da função paterna, instaura a Lei do desejo, regulando o sistema de trocas e de fraternidade. Porém, a frustração cultural é causa de muitas hostilidades e se a perda não for economicamente compensada, muitos distúrbios daí decorrerão. Nesse sentido, a vida cultural mantida pelas relações sociais está condenada a uma constante instabilidade.

Entendemos que todo crime reativo, aqui considerado como forma invertida de uma ordem advinda do exterior, faz apelo às instituições "civilizadas," ao Estado, ao denunciar, ao avesso, a ordem vigente no contexto das relações sociais. O crime reativo revela o caos social, convoca a lei e a impõe ascender ao seu papel de canalizar positivamente as pulsões, ou melhor, a ordem, produtora de restos indomáveis e dos aguilhões que se condensam em sintoma social. Cabe ao Estado retificar leis, mudar o conteúdo das ordens, reordenando desse modo o tecido social. Tarefa árdua já que implica o lidar com ordens que se perpetuam por si mesmas, produzindo ressonâncias reduplicadas ao infinito. O caráter disjuntivo dos impulsos e a rebeldia, também, concerne à ordem. Questão política que devemos testemunhar já que se refere ao campo da criação e da produção de diferenças. É tarefa nossa construir um espaço para acolher essas diferenças, continuar violando espaços inexplorados em busca de novas verdades que falem do exercício da liberdade subjetiva, conflitante e tensa, mas que em seu movimento estruturante é um modo de funcionamento ético-político que impõe laço social.

Referências Bibliográficas

- ABÉCASSIS, E. Deve-se compreender o mal? In: MARCONDES, D. (org.). **Café Philo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- FARIAS, F. R. Gozo, crime e laço social. **Cadernos de Psicologia 7**. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UERJ, 1996.
- FARIAS, F. e GRINMAN, B. Crime e culpabilidade: ato e supereu. **Cadernos de Psicologia 7**. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UERJ, 1997.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREUD, S. **Sobre o tratamento psíquico ou mental (1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. VII.
- _____. **A interpretação dos sonhos (1900)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. V.
- _____. **Totem e tabu (1912)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XIII.
- _____. **Sobre o narcisismo: uma introdução (1914)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XIV.
- _____. **Reflexões para os tempos de guerra e de morte (1915)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XIV.
- _____. **O futuro de uma ilusão (1927)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XXI.
- _____. **O mal-estar na civilização (1930)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XXI.
- GONDAR, J. **Os tempos de Freud**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- IANNI, O. Sociedade global, história e transculturação. In: SANTOS, J. V. T. (org.) **Violência em tempos de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**. Lisboa: Antropos, 1989.
- LUSSAC, G. Histoire d'un génocide ou génocide de l'histoire: un exemple, le génocide des arméniens. **Le discours psychanalytique**. Revue de l'Association Freudienne. 10, 1993.

Elizabeth Hudson

Psicóloga. Pesquisadora junto à pesquisa: **O ato criminoso como modalidade de gozo**, desenvolvida junto ao Departamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, subvencionada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Endereço eletrônico: elizabeth@hudsons.com.br

A PRODUÇÃO ESCOLAR E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO:

Cristina Lúcia Maia Coelho

Resumo: Discutimos a questão do fracasso escolar à luz das perspectivas psicodinâmica e sócio-histórica, destacando o lugar do professor na produção do conhecimento em alunos de uma turma de alfabetização da rede pública. Numa perspectiva na qual se questiona o caráter idealizado da prática educativa, admite-se que fatores lacunares são constitutivos no processo ensino-aprendizagem, destacando os aspectos de descontinuidade do ato de educar. Mais especificamente, pretende-se enfatizar o processo de constituição da subjetividade nestas crianças, considerando o seu universo familiar e as vicissitudes do momento de seu desenvolvimento, destacando a elaboração do conflito edípico, as conseqüências nas suas possibilidades de aprendizagem escolar e as relações transferenciais estabelecidas com as figuras docentes. Destacam-se ainda, como alternativa metodológica, as outras possibilidades não verbais de linguagem, como a gestual, a física, a corporal e a imagem.

Palavras-chave: fracasso escolar, subjetividade, desejo

Abstract: This paper analyzes school failure from a psychodynamic and socio-historical point of view, stressing the role of the teacher in knowledge production in public school. Lacunar factors and discontinuous aspects of the education process are stressed as its idealized traces are questioned. Children's subjectivity constitution processes are here emphasized, taking into account their familiar universe and the drawbacks of their developmental stage, as oedipian conflict elaboration, transferential identifications with their teachers and its consequences in the learning process. Non-verbal methodological alternatives are also stressed.

Keywords: school failure, subjectivity, desire.

O fracasso escolar e a construção de uma escola comprometida com as classes populares são produzidos pela multiplicidade de fatores que interferem no processo de escolarização, em que o professor e alunos são sujeitos sociais envolvidos no conjunto de relações e sentidos que se estabelecem no interior da escola e na relação da escola com a clientela e a sociedade.

SAWAIA (2003, p.204)

1 – Introdução

Ao desenvolver um projeto que visa articular família e escola numa questão tão discutida como a das dificuldades de aprendizagem, isto é, de alunos no ensino fundamental da rede pública, deparamo-nos com o universo da família de classe popular, pleno de mitos, significados afetivos específicos e estéticas próprias, que constituem uma cultura específica e nos suscitam diversas questões: a) Como se dá a mediação dos pais na compreensão da origem desses fracassos, considerando-se a família como espaço institucional de construção do sujeito? b) Que repercussão o olhar da mãe sobre o desempenho escolar do filho pode provocar nele? c) Considerando o inegável poder da família na formação da subjetividade, como envolvê-la? Como buscar uma co-reponsabilização e torná-la parte do processo educativo? d) Que papel esta criança assume no contexto familiar? e) Como esta família vê esta criança "burra" que não consegue aprender? f) Qual é na verdade o significante que a identifica perante os grupos familiar e escolar? g) A que família exatamente estamos nos referindo? A da mãe analfabeta funcional? A da mãe trabalhadora ou doméstica? A das mães chefes de família das comunidades carentes que sobrevivem sem cônjuge, num contexto que tende para feminização da pobreza?

Numa perspectiva sócio-histórica, entendemos que a questão do fracasso escolar deve ser contextualizada, considerando-se o sujeito-aluno, a família a que pertence e principalmente como a figura de autoridade se constitui neste universo único e singular. Consideramos significativo analisar como a figura de autoridade vai sendo internalizada pela criança a partir da sua experiência familiar e escolar.

No contexto escolar, a relação professor-aluno se torna especial na alfabetização considerando o período que crianças de 6-7 anos estão atravessando, considerando o seu desenvolvimento psicoafetivo e as conseqüências nas suas possibilidades de construção do conhecimento, a partir da superação do conflito edipiano. A pergunta que se impõe seria: Quais as implicações da relação transferencial entre o professor e o aluno nas possibilidades de construção de conhecimento destas crianças?

Sabemos que os modos de aprender não são simples, não se explicam por relações causais lineares. Não se constituem como processos acumulativos, progressivos e previsíveis de conhecimentos, mas por avanços e retrocessos. Nessa perspectiva, não podemos identificar o conceito de aprendizagem com uma instância meramente objetiva, frente a um sujeito que se constrói para e pela lógica. Encontramos um ser desejante que escapa a qualquer tentativa homogeneizante e estática da razão.

A intervenção pedagógica possui efeitos na constituição da subjetividade. O processo de ensino/aprendizagem que se dá no interior da escola produz efeitos que excedem em muito a aquisição da escrita. A função da escola não consiste apenas na transmissão do conhecimento socialmente elaborado, mas na construção do laço social.

Somos constituídos a partir do desejo dos nossos pais, dos professores e da cultura, ou seja a partir do Outro. Entendemos que o investimento necessário do aluno no conteúdo ministrado é atravessado pelo estilo do professor e suas condições subjetivas. O efeito desses investimentos pode gerar identificações as mais variadas, refletindo inclusive na própria formação do eu.

Pretendemos enfocar uma situação escolar como lugar de análise, numa tentativa de compreender o "fracasso" na aprendizagem de quatro crianças que ao longo do ano de alfabetização não puderam dominar a leitura e a escrita. Admitimos uma imaturidade no próprio desenvolvimento psicoafetivo, considerando a não superação do conflito edipiano, assim como a dinâmica do contexto sociocultural e institucional (aqui considerando as relações pedagógicas e familiares construídas) no qual estão inseridos. Mais especificamente, pretendemos enfatizar o processo de constituição da subjetividade nestas crianças a partir da sua inserção nas instituições familiar e escolar. Assim, entendemos que a escola – a partir das relações que se estabelecem na cena pedagógica – e a família desempenham um papel significativo na estruturação do sujeito.

Ao longo do século XX, a temática do Fracasso Escolar foi abordada por diversas teorias. (PATTO, 1999; PERES, 1997; ABRAMOVICH, 1997, SAWAYA, 2002, entre outros). A perspectiva biologizante, com um discurso psiconeurológico individualista, tende à segregação das diferenças, localizando na criança a falta de aptidão necessária à aprendizagem. Por outro lado, o discurso do déficit cultural inclina-se a valorizar o contexto social da criança. Em ambas as perspectivas, a escola deixa de assumir um papel na produção dos fracassados.

Na primeira abordagem, a visão de inferioridade inata marca uma relação com o diagnóstico das "Aptidões dos Escolares" ideologicamente identificado com paradigmas das Ciências Naturais, como a constituição herdada, independente dos fatores de natureza sócio-econômica. Nesse ideário de uma psicologia marcada por ideologias determinísticas e não dialéticas, deixavam de considerar que a expressão intelectual é modelada na cultura e direcionada pelos valores históricos e sociais em que o indivíduo se insere. Nesta perspectiva de análise, dentro de uma abordagem biopsicologizada, atribui-se à criança a provável falta de aptidão necessária à aprendizagem, que a colocaria em situação de fracasso escolar. Assim, as hipóteses de déficit fundamentam-se na crença da origem fisiológica dos distúrbios psíquicos que deu bases médicas à pedagogia. Essa

visão evoluiu ultimamente para a medicalização. Embora muitas vezes necessário, o uso de psicotrópicos pode se transformar em abuso, quando baseado em critérios pouco rigorosos, encobrindo por vezes a responsabilidade da instituição escolar e do próprio contexto social na produção da dificuldade de aprendizagem.

Entre os anos 60 e 70, outras perspectivas de análise localizavam no meio sócio-cultural do aluno as raízes da sua incapacidade na escola, de modo que o grupo familiar e social em que se desenvolvia seriam determinantes para a falta de domínio de atitudes e competências para uma boa aprendizagem. Nesse contexto, se desenvolvem as bases da teoria do Déficit Cultural e da Diferença Cultural que apontam a existência nas crianças das mais variadas deficiências provenientes do meio, nas funções psiconeurológicas básicas para as operações cognitivas. Além disso, apresentariam autoconceito pobre, sentimentos de culpa e vergonha, problemas familiares, desconhecimento de sua própria cultura, para mencionar apenas algumas deficiências. Nesta época, a teorização em torno do Fracasso Escolar teve como base as idéias de Althusser (1974) e Bourdieu (1974). De acordo com o ideário da Teoria Crítica, as escolas constituem aparelhos ideológicos do estado, reproduzindo a ideologia da classe dominante e a manutenção da classe mais baixa nos níveis educacionais inferiores. As críticas à teoria da carência cultural focalizavam o seu aspecto preconceituoso, ao evidenciar que ela contribuía para difundir uma visão em que as classes marginalizadas possuíam uma cultura inferior. J. Gouveia (1976), (citado por Sawaia, 2002), destaca um novo enfoque propondo a análise dos mecanismos intra-escolares na seletividade social da escola, privilegiando a investigação da dinâmica interna da instituição escolar. Fatores como a precariedade da condição dos professores, da sua formação, excesso de burocracias, a falta de autonomia, a sua desvalorização profissional, entre outras. Atualmente, algumas perspectivas teóricas compreendem o fracasso como produto de uma escola despreparada para atender a uma clientela diferente da que está acostumada a receber e pressupõe conhecimentos que os alunos provenientes das camadas pobres não possuem. Apoiada em referenciais teóricos desenvolvidos por Agnes Heller, destacando o cotidiano escolar, Patto (1999) analisa os problemas escolares por intermédio da dimensão interpessoal ou intersubjetiva de todos aqueles que produzem a escola cotidianamente.

O fracasso escolar e a construção de uma escola comprometida com as classes populares são produzidos pela multiplicidade de fatores que interferem no processo de escolarização, em que o professor e alunos são sujeitos sociais envolvidos no conjunto de relações e sentidos que se estabelecem no interior da escola e na relação da escola com a clientela e a sociedade. (SAWAIA,2003,p.204)

A escola é sempre uma construção dos sujeitos, que se apropriam de determinado modo da escola e das determinações sociais a partir das suas histórias particulares, de suas experiências e constroem cotidianamente a escola. Buscar compreender os processos geradores das dificuldades envolve dimensões como relação escola-clientela; as representações que a escola e os professores possuem da clientela e as relações que estabelecem com elas. Via de regra, essas visões são repletas de preconceitos contra as famílias pobres, acrescida da presença do mito da família desestruturada como causa da violência e das dificuldades na aprendizagem.

A qualidade da relação professor-aluno é determinante do processo de aprendizagem, assim como a percepção do professor sobre si e sobre o aluno e as formas de interação produzem

um impacto nos resultados escolares. Ao abrirmos um espaço da palavra, permitindo que os agentes educacionais – professores, alunos e pais - possam expressar suas concepções e vivências pensamos em contribuir para a superação de contradições que constituem o fracasso escolar. Nesse sentido, ao compreendermos a dificuldade de aprendizagem, pretendemos de início nos perguntar: *Qual o lugar que essas crianças ocupam nas suas famílias, na turma e na própria instituição escolar? O lugar do menos?*

A partir de quatro histórias de alunos da alfabetização considerados *portadores de dificuldade de aprendizagem*, analisou-se a questão dentro da perspectiva sócio-histórica, destacando o impacto da experiência familiar (privação cultural), das práticas, das relações escolares e das condições cognitivas e psicoafetivas presentes nos alunos. Outras possibilidades de linguagem que não a verbal, como a gestual, corporal e a imagem foram destaques como alternativa metodológica.

1.1 - A história de Sidney

Sidney tem 9 anos e cursa a alfabetização. Ao término do ano, não sabe ler e escreve muito pouco. Recusa-se a fazer a maioria das atividades e falta muito a aula. Nem ao recreio quer ir. Rejeita a escola. Mora sozinho com o pai que é alcoólatra e trabalha como caseiro. A mãe morreu quando tinha 2 anos e a avó passou a morar com eles. Esta última, já idosa, adoeceu recentemente, e depois de recuperada vai morar com outra filha. Depois disso, a recusa em participar piorou. Sidney está muito atrasado, mas a professora descarta a possibilidade de déficit, atribuindo seu mau rendimento à suas faltas e à sua recusa em participar. Seu comportamento por vezes se mostra instável. Ora faz as tarefas, ora deixa de fazer. A professora não tem elementos para avaliar a sua produção escolar. Sidney conversa pouco com amigos, não nos olha nos olhos, nem sorri, ora se mostra ensimesmado, ora participativo, mas somente nas brincadeiras. Quando se irrita, bate e xinga. O pai acha que ele não tem problemas e pede paciência. A professora já pediu um encaminhamento para uma avaliação, mas o pai não considerou. Quando ele quer fazer algo, faz e com perfeição, mas não se submete ao desejo da professora. Sidney frequentou a sala de recursos (1), mas lá, da mesma forma, se recusava a realizar as tarefas solicitadas, preferindo se envolver com atividades que ele mesmo escolhia. Uma vez que a professora não permitisse, ele ficava emburrado. Não falava, sua reação era sempre através de gestos, cruzando os braços com força e olhando para o chão. Qual o significado da atitude de Sidney se recusando a participar? O que está tentando comunicar à professora com essa recusa? Ele não parece ter qualquer inibição cognitiva. Quando participa, a sua letra é legível e seu trabalho é correto, embora lento. Ao deixar de levá-lo a escola, o pai de Sidney revela uma atitude que implica na renúncia ao seu papel de autoridade e de agente de castração e representante da lei. A partir destes dados, são fortes os indícios de que comprometimentos emocionais interferiram negativamente sobre sua disposição para participar e conseqüentemente, a possibilidade de Sidney produzir algo de significativo na escola. Podemos admitir que é então quase impossível Sidney estabelecer um vínculo com a professora, impedindo o processo transferencial, na medida em que não construiu ainda os seus laços primeiros. Neste cenário, como explorar as possibilidades cognitivas do Sidney? Visando sua participação, as professoras já esgotaram as possibilidades de apelos e castigo a seu alcance. Fica indiferente se é punido, por não fazer as atividades. "Nada age sobre ele", disse a professora. Nenhum tipo de castigo – retirada do recreio, proibição de brincar com o objeto que prefere – produz qualquer efeito sobre ele. Sidney não reage nem à compreensão, nem ao castigo. O fato de Sidney morar só com o pai levava a toda equipe entender que seu contexto familiar era totalmente

desfavorável ao seu desenvolvimento. Seu pai era esquisito e seu ambiente era considerado pouco natural para uma criança. Inúmeras vezes o pai foi solicitado a vir à escola conversar, mas não aparecia. Neste caso o fracasso escolar teria, portanto, o estatuto de sintoma ou de inibição de uma função volitiva que interfere na aprendizagem escolar. Qual seria o significado do sintoma do Sidney?

1.2 - A história de Vitória

Vitória tem 6 anos, vive com a mãe e quatro irmãs mais velhas e está na alfabetização. Em outubro ainda não reconhece o alfabeto, assim como não escreve. Sua produção gráfica é figurativa. A mãe é analfabeta e suas irmãs, segundo informações da escola, só se alfabetizaram após três anos de escolarização, em média. É uma criança bem cuidada fisicamente. Para a professora, Vitória tem uma imaturidade ou um problema de aprendizagem. É tranqüila e afetuosa. Fala pouco, mostra-se extremamente passiva e dependente, olha sempre para o chão, sem fixar as pessoas nos olhos, chamando a nossa atenção por ser tão retraída. Raramente participa de atividades que implicam falar em sala. Tenta dizer com o olhar algo que a professora não percebe. Porque prefere utilizar o olhar e o gesto e não a palavra para se comunicar? Como compreender o silêncio de Vitória? É calma, brinca, participa da recreação. Mostra o seu caderno constrangida. Não acompanha. Não consegue copiar. Faz letras aleatórias. Segundo a professora: antes eram só bolinhas e risquinhos; atualmente copia do quadro algumas letras, mas de forma mecânica. Vitória não preenche os critérios de déficit de atenção e hiperatividade. Durante a avaliação pedagógica, a professora dizia em frente à aluna: "Ela não sabe mesmo, viu?" Verificou-se que Vitória não segurava o lápis adequadamente. Na avaliação psicológica (2), Vitória participou com uma atitude passiva e submissa. É interessante observar que a amostra padrão da prova ao qual foi submetida é formada de crianças cujo meio sociocultural tende a ser mais sofisticado que o de Vitória e ainda assim seus resultados foram classificados como absolutamente normais para uma criança da sua idade. Segundo sua mãe, Vitória não gosta de se atrasar para escola e nunca falta. Para a mãe, o fato de ela não saber ler e escrever não importa: "Depois ela aprende, pois a outra aprendeu". A mãe não tem nenhuma noção da serialização e ou de qualquer política educacional (de ciclos por exemplo) que se pensa implantar na escola. Vitória encontra-se na fase pré-silábica, escreve linearmente. Assim, embora escreva letras aleatórias, não atribui nenhuma significação à sílaba. Diante do ditado, reconheceu os números e não conseguiu distinguir os sons das palavras, mas reconheceu o som das vogais. No seu grafismo apresentou uma figura humana sem tronco, com poucos detalhes. A professora não parece se ater muito ao que Vitória produz em sala de aula. Por várias vezes, presenciamos Vitória levar o caderno à professora e esta o fecha e coloca numa pilha de outros cadernos sem nem mesmo dar uma olhada.

1.3 - A história de Lucas

Lucas tem 7 anos. Não compreende um texto escrito, não copia e tem uma escrita difícil. É dócil. Quando pedimos que produza uma frase ele respondeu: "eu não aprendi ainda". Mora com o pai que trabalha em uma pequena empresa familiar e no momento está separado da mãe. Lucas foi morar com o pai porque é muito bagunceiro. E com os irmãos a bagunça era muito grande. Então, a mãe achou melhor ele ir morar com o pai. O pai estudou até a 3ª série, mas sabe ler e escrever. Segundo o pai: "A vida era essa, ou eu estudava ou trabalhava para comer". Responde sobre o por que Lucas não está lendo nem escrevendo: "Pra falar a verdade eu acho que a mãe, antes da gente se separar, dava mais assistência aos outros, ela não trabalhava. Não é que seja

irresponsabilidade, é que antes ela não trabalhava aí dava pra acompanhar. Como ela vai ensinar se sai de casa às 6 da manhã e só volta à noite pra fazer a janta e cuidar da casa? Lucas frequenta a escola dominical; enquanto o pai está no culto na igreja, fica na escolinha aprendendo os dizeres bíblicos. O pai é da Igreja Universal e acha importante que ele frequente. No quintal onde moram "é tipo uma vila, tudo em família" e recebe sempre ajuda. O pai informa que gosta da escola, pois as crianças chegam em casa e não tem reclamação, além de jantarem na escola. Acrescenta: "Cheguei quase a ser mendigo; hoje eu tenho meu trabalho e tudo que eu preciso tenho por que eu tô na igreja. Eu dou 10% de tudo que eu ganho pra igreja. Ta na bíblia. E pelo o que era antes, hoje eu estou realizado. Eu leio só o jornal da minha igreja, esses jornais não tem nada de interessante, só tragédia. Antes eu bebia, e hoje eu não bebo mais. Qual a pessoa que gosta de viver com quem bebe? A bebida é um mau exemplo. Que moral eu vou ter com meus filhos. E se eu viesse pra escola não ia ter tempo de cumprir com minhas obrigações da igreja".

Na avaliação pedagógica, sugerida pela escola, foi apresentada a Lucas a figura de uma cafifa (pipa) e lhe foi pedido que escrevesse algo sobre a mesma. A criança escreveu signos, letras misturadas com números aos quais atribuiu um sentido próprio. De acordo com o "texto" pode-se identificar que Lucas encontra-se na fase pré-silábica, já que apesar de já distinguir a forma como se escreve, de um lado para o outro, não identifica o significado. Ele escreve letras soltas, signos misturados que só para ele têm sentido. Ao perguntar-nos o que havia escrito, montamos o texto: "Cafifa grande solto na pedra nas férias / Eu gosto de cafifa verde e amarela / Eu gosto de soltar cafifa porque é legal / Eu solto cafifa com meu irmão / Minha irmã solta também com meu primo quando não tem aula.". Os sinais escritos, constituem símbolos de primeira ordem, denotando diretamente a cafifa e o soltar a cafifa com o irmão. Lucas precisa então evoluir no sentido do simbolismo de segunda ordem, que compreende a criação de sinais escritos representativos dos símbolos falados das palavras. Logo após a avaliação foi pedido que desenhasse a sua família e Lucas desenhou os membros da sua família soltando cafifa. O desenho era figurativo com figuras humanas e de dimensões extremamente reduzidas. Na avaliação cognitiva, Lucas participou bem, com uma atitude interessada e seu desempenho revelou uma capacidade intelectual média para sua idade.

1.4 - A história de Sara

Sara tem 6 anos, frequenta a turma de alfabetização há 8 meses e não apresenta nenhuma produção formal da escrita e leitura. A mãe é faxineira e o pai trabalha como segurança. Sara nos diz que em casa as irmãs mais velhas implicam com ela, excluindo-a das brincadeiras, assim como o pai, que só gosta de Samara (a outra irmã); ressaltou porém que a mãe a adora. Segundo Sara, o pai a espanca. Ela não teve nenhuma experiência de pré-escolar. Ao observar seu movimento em sala de aula, percebemos que seu comportamento é dócil, submisso. Sara olha para o quadro com atenção, mas não copia, faz alguns rabiscos. Ao mostrar a professora o seu caderno, sente-se constrangida como se soubesse que seu trabalho está errado, fora do que é esperado. A professora recebe o caderno aberto e fecha-o imediatamente. Sara participa das atividades sociais, brinca com os colegas no recreio. A professora avalia que comparada às outras crianças, Sara não é muito bem tratada fisicamente pela família. Suas roupas são mal cuidadas, assim como seus pertences. Aplicamos uma escala de avaliação de Déficit de Atenção e Sara não atendeu aos critérios para tal transtorno. Expressa-se afetivamente com o olhar, com seus movimentos de aproximação, gestos, com sorriso, mas pouco fala. Parecia satisfeita com o atendimento individual realizado em uma sala

para avaliação cognitiva. Participou ativamente das provas. Quando dei o retorno de que a achava esperta por ter acertado em uma das tarefas, Sara respondeu: "Eu sou não." Perguntei: porquê? Ela retornou dizendo: "Foi minha mãe e minha irmã que disse. Eu acho que sou burra". Visamos a reconhecer se Sara ocupava satisfatoriamente seu lugar na família e em seu grupo na escola. De acordo com as nossas observações, Sara percebia-se desprestigiada, tinha uma imagem de si muito negativa. Era extremamente tímida, falando muito baixo e apenas quando solicitada; sua atividade motora se caracterizava por ser muito lenta no contexto de sala de aula. No recreio, se mostrava mais à vontade, e batia corda com muita habilidade. Na sala, não era considerada capaz pelo grupo. Sara foi colocada no lugar do menos e fechou-se no mutismo. É preciso escutar tais vozes e significar o que está sendo dito. Em uma prova visomotora, a sua percepção e coordenação neuromuscular demonstram áreas intactas de integração cortical, com nível de maturidade da função gestáltica compatível com sua idade. Sua dinâmica de personalidade é marcada por uma forte necessidade de dependência, com boas possibilidades de se expressar desde que solicitada, mas alimentando fortes sentimentos de autodepreciação, principalmente nos aspectos intelectivos o que a faz se isolar em sala de aula. Esses conflitos podem estar subjacentes à dificuldade de elaboração de sínteses no plano cognitivo (apontado em dimensões específicas no exame cognitivo) caracterizando um processo inibitório na aprendizagem. A sua avaliação cognitiva indicou ausência de qualquer déficit cognitivo geral, revelando desempenho tanto na subescala verbal, quanto manipulativa dentro da faixa de normalidade quando comparada com crianças da sua faixa etária. Em uma prova que envolvia a integração lógica e seqüencial de estímulos, Sara unia as peças pelo aspecto meramente perceptual não se centrando na lógica seqüencial da tarefa que envolvia, por exemplo, uma situação (de quadrinhos) de incêndio. Ou seja, sua ação ainda se baseia nos aspectos perceptuais e figurativos da realidade e não lógicos (pelo significado da ação). Observando a sua execução, pode-se concluir que Sara possui capacidade de reconhecimento visuo-espacial, porém tende a fracassar quando lhe é exigida a compreensão do significado de uma situação interpessoal, assim como o julgamento das suas implicações. Revela restrições na capacidade de orientar suas ações de acordo com antecipações, relacionando meios e fins entre si. Seu desempenho nesta dimensão pode refletir a ausência do domínio do pensamento lógico. Sua persistência em tarefas visuo-motoras é razoável com um desempenho, lento possivelmente ocasionado pela depressão. Conjugação memória, rapidez e precisão motora pareceu uma tarefa um tanto complexa para Sara, embora seu desempenho tenha sido mais prejudicado pela lentidão do que pela precisão.

As práticas escolares mostram-se massificadoras e pouco adequadas para aqueles alunos que apresentam um ritmo diferenciado. As crianças aprendem em tempos distintos, não no ritmo e da maneira como gostariam as professoras. Como nos diz Abramovicz, essas crianças repetentes:

... nos dizem algo que é necessário escutar em relação a uma pedagogia que crie novos conhecimentos e engendre nos espaços-tempo acontecimentos nem sempre visíveis; subjetividades inusitadas, para que as crianças possam sair do lugar do menos. Uma pedagogia em que a professora saia da polaridade entre animadora (para os silenciosos) ou a vigia (para os ativos), produzindo dóceis aprendizes (p.169.)

1.5 - O espaço escolar e a produção da subjetividade

Preconceitos e discriminação permeavam as interlocuções produzidas. Uma multiplicidade de sentidos atravessava as falas que circulavam pela sala. Visando aprofundar a reflexão sobre os

processos sociais envolvidos na construção subjetiva desses alunos, apresentamos cenas do cotidiano da sala de aula.

As crianças reproduzem na escola a ideologia dos pais. O lugar que a criança ocupará na escola vai depender do lugar que ocupa na família. Como Sara aceita ser a burra? Porque se deixar colocar neste lugar na escola e aceita? "*Sou burra porque minha mãe disse*". Porque tendem a ser silenciosas e escondem os cadernos? Porque a expressão gráfica é carregada de sinais que remetem a um sentimento de rejeição, isolamento e vergonha? Não sorriem com os lábios, mas seus olhares se comunicam e se aproximam fisicamente. Observamos episódios de segregação, quando ouvimos de outras crianças da turma: "*Não pega no caderno delas não, tia! Elas não sabem! Eu sei!*"; Outros dizem: "*Eu ainda não aprendi.*" *Silêncio*. Está em cena a construção da identidade, *como eu me vejo, me interpreto, me diferencio dos outros e como me assemelho aos outros e como me vêem*. Cabe ao professor escutar através dos gestos e olhares um pouco do sujeito que ali emerge.

Na dinâmica da turma, o desempenho escolar pode indicar a medida em que um aluno percebe o *reconhecimento do seu desejo* pelo grupo. Isso significaria o desejo de não se fazer rejeitar, de ser amado por si mesmo, de realizar aquilo que sente como a própria essência do seu ser, mesmo que a sua produção não seja aquela institucionalmente esperada. A configuração que o grupo dá à criança em particular é um traço marcante na configuração inicial da identidade e na confirmação dos traços de cada um. Sara é reconhecida no grupo como "*a burra*", já Fábio é "*doidinho*". Mas muitas vezes é melhor ser perseguida, ser a burra, do que ser ignorada. As crianças já trazem de sua experiência familiar este sentimento de desvalorização de uma forma sutil ou disfarçada. Parece que só podem existir como inferiores, se não ocuparem este lugar ameaçam posições dominantes. Já o *desejo de reconhecimento* refere-se ao sentimento de pertencimento, a necessidade de não se diferenciar na medida em que são todos os alunos têm muitas referências em comum, como, por exemplo, a turma, a professora, o uniforme que os identifica como alunos de uma mesma instituição. Ou seja, têm um mesmo objeto de amor (naquele momento), o mesmo projeto, o "projeto de aprender". Assim, tornar-se-ão semelhantes, um corpo social e não um aglomerado de indivíduos. Os sujeitos inseridos na lógica institucional serão sempre colhidas nesse conflito estrutural entre o *reconhecimento do desejo* e o *desejo de reconhecimento* (ENRIQUEZ,1997).

Considerando que a linguagem verbal convencional tende a condicionar os indivíduos a responder de acordo com o padrão imposto, optamos também por procedimentos de investigação que pudessem privilegiar outras possibilidades de linguagens como os olhares, os gestos, os sorrisos, os braços cruzados etc... Muito significativas, além das narrativas das professoras e mães, foram as imagens que obtivemos filmando e fotografando as crianças nos fragmentos do cotidiano escolar. Assim, pudemos ver expressada a dinâmica social e as possibilidades de interação. Ao não fragmentar o racional e o sensível na produção do conhecimento, a experiência nos fez aprender a ver uma nova ética no olhar da realidade escolar buscando uma investigação baseada nos valores da expressão.

1.6 - Resignificando a noção de desenvolvimento e as queixas escolares

Vygotsky (1998) entende que o fato do complexo percurso na direção do crescimento conter em si um processo de avanços e retrocessos é um indicador do seu caráter dialético, considerando que o desenvolvimento supõe uma trajetória marcada pela alternância entre momentos

de expansão e de contenção, de ansiedade e de explosão, de emoções as mais variadas de perdas, de ganhos, de ausências e de presenças. Através desses jogos a criança vai construindo a consciência sobre si mesma e posicionando-se em relação ao outro. A história do desenvolvimento da linguagem escrita é plena dessas descontinuidades. Assim, podemos admitir que a criança se torna sujeito na materialidade das relações sociais de sua vida, sem as quais pereceria devido ao seu estado inicial de total imperícia. Sabemos que os modos de aprender não são lineares e se a construção do conhecimento não for considerada um processo acumulativo, previsível e progressivo, novas perspectivas surgem. Os alunos que ora focalizamos trazem questões próprias de sua subjetividade que na relação com o professor se mostram exacerbadas, exigindo um outro tempo, outros recursos e por vezes um aprendizado atípico.

Na perspectiva sócio-histórica, não podemos identificar o conceito de aprendizagem a uma instância meramente objetiva, frente a um sujeito que se constrói para e pela lógica. Encontramos um ser desejante que escapa a qualquer tentativa homogeneizante e estática da razão. Assim, conforme Goffman nos ensina, há que se considerar o espaço da afetividade. A escola vai muito além das possibilidades de ensino, apresentando dimensões que levam à emancipação e a trocas afetivas, mas que também podem levar à mortificação simbólica do sujeito. As queixas apresentadas partem do conjunto de relações que são tecidas no processo de escolarização em que participam professores, pais, alunos, mecanismos institucionais, relações atravessadas por preconceitos e estereótipos em relação às crianças pobres e suas famílias.

A crença de que memorização, ritmo e coordenação motora seja o cerne do aprendizado da leitura e da escrita preconiza práticas que desconsideram a curiosidade e o questionamento infantil, enfatizando o aprendizado como algo mecânico e pouco reflexivo.

1.7 - Escutando as famílias

Nas famílias estudadas empobrecidas no seu aspecto material, constatamos uma nítida tendência à feminização caracterizada pela ausência do poder paterno, a dominação da figura da mãe e a introdução do trabalho doméstico infantil realizado pelas filhas mais velhas. Segundo narrativas das próprias mães, verificamos a ausência da figura paterna nestas famílias, tanto física como simbolicamente. O contexto familiar, marcado pela ausência de experiências com a palavra escrita, no qual as mães e pais sem escolaridade tendem também a não valorizar a leitura, contribui, de forma negativa, para a aquisição da leitura e escrita. Assim, com a função paterna internalizada de forma precária, as crianças tendem a assumir atitudes de dependência e subserviência em relação à figura de autoridade, sem manifestar a pulsão epistemofílica suposta neste período. Através das narrativas dos pais evidenciou-se muita precariedade material, mas a preservação de laços afetivos, preocupação com a moralidade das filhas (evitar estupro por parte dos padrastos), estratégias criativas de sobrevivência (tomar conta de outras crianças para incrementar o orçamento, sobrevivência com a bolsa-família ou bolsa-escola), manifestações de solidariedade entre as famílias e um enorme esforço para manter uma vida digna e os filhos na escola.

2 – A cultura escolar e o desenvolvimento

2.1 - A herança do positivismo e a idealização

A rigor, considerando a formação, o bom professor seria aquele que evidencia uma ação reflexiva em relação ao seu fazer. Analisa as manifestações dos alunos, compreende razões, reformula problemas e efetua experiências para testar novas hipóteses. Atua de forma receptiva,

afetiva e nutre expectativas na maioria das vezes plausíveis sobre o potencial de seus alunos atraindo para si, temporariamente, a energia afetiva libertada pelo aluno no decorrer da experiência pedagógica. Entendemos que medir a competência do professor, visando um conjunto de características desejáveis é muitas vezes apelar para a onipotência. Tais exigências nos conduzem a um discurso idealista, baseado numa concepção de sujeito cartesiano, racional, pensante e consciente, no qual em sua prática o professor acaba não se reconhecendo e, do ponto de vista da linguagem pedagógica, se torna prisioneiro de uma ficção (PEREIRA, 1998).

Por muito tempo, a educação, sob uma herança do positivismo do século XIX, inserida num contexto que podemos denominar de sociedade moderna, se configurou a partir de concepções de cunho técnico-racional e instrumental sobre as atividades do professor, sustentada pelos ideais iluministas de que o progresso humano decorreria unicamente do desenvolvimento científico. Assim, observamos uma nítida tendência em se enfatizar os aspectos racionais da prática docente, a saber os aspectos didático-metodológicos em detrimento dos aspectos relacionais.

O projeto da escola encerra um ideal de completude da criança e de si própria, no qual o *não saber e os problemas de aprendizagem* vêm de um certo modo ferir. A escola da modernidade, na medida em que procura apagar as diferenças entre os sujeitos, acaba por fabricar os seus próprios problemas, uma vez colocando-se no lugar do impossível, que seria uma educação sem falta e em última instância morta, já que a única possibilidade de completude seria em um campo além da vida, e acaba mergulhando em uma situação de impotência. (MANNONI, 1988:37).

Segundo Foucault (1977), essas mudanças sociais ocorridas a partir do século XVII nos legou uma série de técnicas e de processos de saber cujo objetivo – extrair o máximo de eficiência num mínimo de tempo – fabrica no nosso cotidiano um indivíduo possuidor de capacidades orgânicas, naturais e passíveis de uma avaliação precisa. A escola, nesse contexto, passa então a visar um todo homogêneo, harmônico e eficiente. Nessa perspectiva, a criança que ora estudamos, nada tem de natural, mas é uma construção histórico-cultural que se constitui como verdade.

A partir de uma concepção idealizada a respeito das crianças ingressantes constroem-se a imagem de um aluno padrão, cujas atitudes não deveriam pender nem para a agressividade nem para a excessiva timidez dentro de uma orientação norteada pelo conceito de normalidade.

Freud (1976:183) afirma que o educador jamais deixará de se defrontar com a constituição pulsional da criança – que por si só já é rebelde. Logo, tem-se que reconhecer a particularidade constitucional do educando e inferir que é impossível que o método educativo possa ser uniformemente bom para todas as crianças.

O caráter limitador da perspectiva racionalista nos leva a admitir alternativas de compreensão da prática docente que possam privilegiar a ação pedagógica diante de situações plenas de incertezas, para as quais a abordagem positivista e universal da ciência tem pouca utilidade. Sabemos que o professor, mesmo aquele dotado de um conjunto incontestável de competências, se defronta com o insucesso, seja do aluno, seja da instituição ou do sistema. Assim, a prática docente é marcada pela incompletude, não podendo ser tratada por via meramente instrumental, susceptível de resolução a partir da aplicação de regras previstas unicamente pelo conhecimento científico. Consideremos as palavras de Pereira:

A complexidade da prática supõe professores imersos nas lacunas constitucionais que os cercam, ou, seja, nas instabilidades das instituições nas quais se subordinam por motivos de sobrevivência: as inter-relações com colegas, conflitos políticos, di-

vergências de estratégias, competições implícitas ou explícitas; e os limites de um sujeito sobre um outro que traz a tona suas próprias ambigüidades, resistências, seus conflitos de identidade que dizem respeito à particularidade do sujeito professor que, em suas manifestações pulsionais, não pode racionalmente controlar, nem pode criar regras ideais de “conhecer a si mesmo. (PEREIRA,1998).

Fatores lacunares são constitutivos no processo ensino-aprendizagem, e os conflitos nas relações educacionais resultam das diversidades de cultura, das ambigüidades ideológicas e das particularidades. Em suma, ensinar pode significar assumir por vezes um sentimento de insucesso e uma sensação de completa impotência.

Catherine Millot (1987) considera que a educação deve ser sim situada na vertente do ideal. Para a autora, a educação utiliza meios a saber: o ideal (de eu) do sujeito - da teoria freudiana - e se propõe a reforçá-lo. Esse ideal se manifestaria no sentido de tornar mais amenas as frustrações das impossibilidades constitutivas e conceber uma prática menos sujeita à ação do fracasso, reanimando o professor, com o seu tom moralista. A cada projeto escolar defendido, reforça seus ideais e se apóia no narcisismo também do educando, para garantir, superar e dominar as insatisfações pulsionais e desejos inconscientes, oferecendo-lhe satisfações ainda que apenas provisórias.

Se rompermos com a visão idealizada, podemos admitir que a educação só poderia então ser pensada na categoria do impossível, pois não se pode ensinar tudo a todos. Mendonça Filho (1999:58) admite a possibilidade de se pensar a educação como um processo que possua outras inserções além da racionalidade cartesiana. No texto *Ensinar: do mal entendido ao inesperado da transmissão* ressalta que o ensinar é, na realidade, uma operação que se dá entre a imagem de um ideal e a impossibilidade do homem real em atingi-lo. E acrescenta que quem ensina “é aquele que sustenta a função de operar a ligação entre o seu próprio desejo de ensinar e o desejo de um outro de saber”.

O cerne da descoberta freudiana reside na divisão entre o pulsional, a singularidade, o irredutível e o significante, a palavra, o simbólico, o ideal, e a certeza. Neste olhar, o laço educativo não está isento de projeções imaginárias e de ilusões; nele estariam os impulsos e os desejos insatisfeitos.

Considerando-se que educar implica em uma profissão relacional, é preciso reconhecer que envolve manipulação e sedução. Ao se trabalhar com sujeitos em suas particularidades, o sucesso nunca está assegurado, pois afinal, vive-se na ambigüidade e das singularidades impossíveis de se desvelarem. Como nos diz Pereira (1999), para o mestre, lhe é reservado um lugar de objeto na relação com o aluno - objeto de crenças, fantasias, identificações e idealizações – e que causará no discente um movimento contínuo de reposicionamento subjetivo, de mover o seu desejo de saber, pois toda a ação do aluno passa pelo olhar do professor, no que tange às projeções do primeiro. Caberia então ao professor, suportar o lugar de objeto a ele destinado para além do ato metodológico ou instrumental. Em síntese, investigar a ação pedagógica torna-se fundamental por não limitar o olhar ao que está acontecendo com os alunos, ou professores, mas na relação

2.2 - As vicissitudes do desenvolvimento, a relação transferencial e os impasses na aprendizagem

Numa linguagem psicanalítica, o ato de aprender depende de premissas básicas, ou seja, do processo de constituição do sujeito. A apropriação do conhecimento só será possível se há alguém significativo que deseje e invista no sujeito da aprendizagem. Aqui, o professor encarna

esse Outro, condição indispensável para que o ser humano se constitua como sujeito, em especial nos movimentos de investimento.

Entre as razões que levam um aluno a fracassar ou aprender está a cena pedagógica, ou seja, a relação professor-aluno. Freud (1976:286) afirma que “a aquisição de conhecimento depende estreitamente da relação do aluno com seus professores, ou seja, o caminho que leva à ciência passa pelo professor”.

A precária estruturação do ego, muitas vezes, expõe a criança a invasões do processo primário (inconsciente) que fazem obstáculo, quando não impossibilitam o processo de aprendizagem.

As possibilidades de aprendizagem da criança estão atreladas a sua posição perante a operação de interdição da sexualidade infantil (cena edípica). Quando a função paterna estiver internalizada, a criança poderá sublimar e seus conteúdos inconscientes são resignificados através de um destino social traçado a partir da sua história pessoal. Já quando a função paterna fracassa, ou apresenta falhas ou inconsistências, defrontamo-nos com conformações sintomáticas na aprendizagem.

A partir do progressivo trânsito pela castração, pela Metáfora do Nome do Pai, pelos objetos e filiações que a cultura oferece em substituição ao ideal imaginário de completude impossível, a criança pode dispor da liberdade de criação, de resignificação da palavra, apesar de continuar sendo determinada pela força daqueles significantes da ordem imaginária.

Como pensar a relação transferencial na relação professor-aluno? Entendemos que os obstáculos com os quais se choca o desenvolvimento psico-afetivo da criança ocupará um lugar central na sua relação psíquica com a construção do conhecimento. Os dramas do não aprender são decorrentes dos diferentes momentos do conhecer. Talvez a palavra de Paulo Freire fosse oportuna nesse momento: “Ninguém educa ninguém, mas ao mesmo tempo, ninguém se educa inteiramente sozinho”. Postas estas considerações, nos deteremos em levantar questões relativas ao processo transferencial, as vicissitudes do desenvolvimento e as possibilidades e impasses na aprendizagem.

A transmissão só ocorre mediante a transferência. A psicanálise nos diz que as vicissitudes no desenvolvimento cognitivo de um sujeito estão vinculadas ao desejo de saber. Desejo que se estrutura como tal a partir do conflito edípico, quando partindo da operação de castração, a criança, arrancada da certeza original de ser tudo para o outro materno, percebe que algo “falta” lançando-se, então, a uma busca incessante na procura de saber: o saber sobre aquilo que falta. É exatamente dessa proibição, desse interdito que abre a possibilidade da criança a se constituir um sujeito. De início, irá vincular-se a um outro (que encarna a função materna) do qual fundará seus significantes que lhe dará o seu lugar. Posteriormente, se desvincular-se-á deste outro pela intervenção de um outro como conseqüência do encontro com a função paterna. No entanto, viverá em eterna tensão entre estar na alienação e a separação neste Outro que o possibilitou como sujeito. Ou seja, a operação edípica inscreve o sujeito no lugar de ser desejante, propicia a criança ser fora do corpo materno.

O período compreendido entre 6-7 anos é a idade em que supostamente se inicia no mundo das letras, introduzindo-se progressivamente na dimensão da cultura humana. À luz da psicanálise, o progressivo desenvolvimento das relações objetais é o momento em que reprimidos pela superação do complexo de Édipo, os instintos sexuais, que permanecem latentes, emprestam sua energia ao pensamento e à socialização. A criança sai da proteção parental direta e das aquisições estruturadas em planos lúdicos, para realizações sociais exteriores e cobranças objetivas de realização.

O que são as transferências? A idéia de transferência mostra que aquele professor em

especial foi “investido”, que a palavra do professor ganhou poder, passando a ser escutada. O desejo transfere sentido e poder à figura do professor, que funciona como mero suporte esvaziado de seu sentido próprio enquanto pessoa. E é esta visão especial a mola propulsora do aprender. Assim, o professor pode tornar-se a figura a quem são endereçadas os interesses de seu aluno porque é objeto de uma transferência de experiências vividas primitivamente com os pais. Os educadores se beneficiarão da influência que esse último exercia sobre a criança e tudo que disserem será escutado a partir do lugar que ocupa. Sua fala deixa de ser objetiva, e será escutada a partir da posição especial que ocupa no inconsciente dos alunos.

As figuras de autoridade, em especial os professores, substituem ou complementam os pais na internalização dos modelos de lei e de realizações. A partir da superação do complexo de Édipo surgem possibilidades de interesses morais, intelectuais, sociais e até mesmo estéticos. Neste período são os professores que tomarão para a criança o lugar dos pais, do pai em particular, herdando os sentimentos que a criança dirigia a esse último na ocasião da resolução do complexo de Édipo. Nesse mesmo sentido, impulsos originariamente sexuais são transformados em impulsos voltados para o pensamento e para socialização. O instinto sexual e o epistemofílico progressivamente se dissociam e a repressão maciça que se desencadeia com o tabu do incesto pode cair apenas sobre a sexualidade, preservando intacto o desejo pelo conhecimento. Conhecer não está mais correlato a uma busca imediata do prazer e a energia é canalizada para o instinto epistemofílico, possibilitando o ingresso da criança ao mundo da cultura.

Assim, a escola deve então encarnar a função paterna, impondo restrições, a lei, mas produzindo um novo sujeito. Como nos diz Calligaris: (1994:25) “a educação e a castração designam processos pelos quais se pretenderia que o sujeito chegasse a encontrar um lugar possível na sociedade”.

O professor ciente dessa importância que o aluno lhe confere deveria renunciar a esse poder, permitindo que esse aluno siga seu curso, assim como supostamente fizeram os pais (se é que o fizeram). A esse respeito, estudiosos admitem que poderia haver a superação de um professor como figura de autoridade no sentido de favorecer as condições para o surgimento do aluno como ser pensante. Professor ciente de seus limites e possibilidades, rompendo com as perspectivas idealizadoras. Não compartilhamos dessa posição na medida em que consideramos que, filogeneticamente, a persistência no adulto das características infantis é que permite ao homem uma capacidade permanente de aprendizagem. Os aspectos cognitivos e afetivos se imbricam para proporcionar essas aquisições (BASTOS, 2001). Entendemos que o professor tenderá a sua tarefa voltada para a formação de um ideal que tem função normalizadora e fundará aí sua autoridade.

No contexto educacional, o professor pode estar colocado numa posição que pode ou não viabilizar a aprendizagem. Se a figura paterna não foi suficientemente internalizada, a condição de sublimar da criança pode se tornar inibida. A concepção teórica de fase de desenvolvimento psicoafetivo como sendo um caminho previsível pode ser relativizado e não se dar em crianças inseridas num determinado contexto sociocultural. As figuras paternas podem ter sido internalizadas de uma forma mais frágil, e a criança pode ainda aos 6-7 anos estar com um funcionamento psíquico pré-edípiano. Nesse caso, a figura do(a) professor(a) pode não incorporar a função paterna repressiva.

2.3 - O professor – suas (im)possibilidades e a sublimação

No processo de escolarização, a transmissão não se dará simplesmente da passagem do professor para o aluno. Dependerá de quem ensina ao acompanhar um processo de construção e da apropriação dos elementos de uma experiência vivida de quem aprende. É preciso que o

professor reconheça em si próprio algo de valor que pretende reencontrá-lo em seus alunos. As professoras de escolas públicas se deparam com impasses na construção do conhecimento entre seus alunos e se sentem impotentes, sem apoio nem da família, nem de especialistas que comumente são endereçados os alunos de escolas privadas. Sentem-se impossibilitadas de despertar nos alunos o desejo de aprender.

Ao introduzi-los nas letras deve-se partir, na construção do conhecimento, da bagagem cognitiva, desejante e histórica do aluno. Mas não há investimento suficiente por parte das professoras, pois sem apoio, não vêm seus esforços serem reconhecidos. Neste cenário, a professora, sentido-se sobrecarregada, passa a sentir-se vítima de todas estas circunstâncias. Dessa forma, a organização do trabalho escolar atinge diretamente o equilíbrio psíquico das professoras que passam a desenvolver estratégias defensivas evitando o sofrimento. Não raro, observamos configurar-se uma certa desvalorização do lugar de saber do professor, na direção oposta vemos a valorização do saber do psicólogo, psicopedagogo e outros especialistas. Vale ainda lembrar, que o processo de transmissão não está ligado apenas a informações ou a conteúdos, mas sim a uma operação que permite ao sujeito, ao se defrontar com algumas idéias, tomá-las e num processo árduo resignificá-las, imputando-lhe seu estilo, agregando-as ao que já havia conquistado, e produzindo, como resultado, algo que possa ser reconhecido como único, singular e próprio. A apropriação do professor desta perspectiva dependerá do seu investimento subjetivo. Nesse sentido, podemos nos referir a dimensão do desejo tanto do aprendente, quanto do ensinante.

A responsabilidade muitas vezes recai na família do aluno. O professor passa a se referenciar a partir da queixa. Se não faz o que acha certo é porque não lhe dão condições. Coloca a dívida não como sendo sua, mas como sendo do outro. O professor não fala mais de um lugar do saber, mas da impossibilidade.

Ser professor remete a um significante que marca sua posição frente ao mundo, diz de determinado lugar; aquele que deveria desejar o desejo de aprender do outro. Muitas professoras da escola pública, para não compartilhar o fracasso dos seus alunos, tendem a não assumir a responsabilidade, a não se implicar, a não se comprometer, e a atribuir à família do aluno ou às suas condições internas o fracasso escolar e a desqualificação social que o acompanha. Em suas precárias condições de trabalho, remuneração e formação, sentem-se impossibilitadas de despertar o desejo de saber nos alunos. C. Calligaris argumenta que:

... para que o professor possa ter uma autoridade reconhecida (e, assim, portanto, conseguir mobilizar transferência em seus alunos fazendo com que estes passem a desejar saber com ele), se o mundo é compatível com o que aqui expomos, o professor para ser socialmente valorizado, precisa primeiro sê-lo através de indicadores reais, concretos. (CALIGARIS1994:8).

Na escola privada, os problemas de aprendizagem são solucionados fora da esfera da escola e endereçados aos especialistas, independente do problema ser cognitivo ou afetivo-emocional. Com a exclusão dos alunos-problema, muitas vezes *convidados* a se tratarem, as professoras tendem a se identificar com aqueles bem-sucedidos. Já na escola pública, a professora é obrigada a conviver com os alunos-problema e a compartilhar a sua frustração e o seu fracasso. Assim, não pode haver uma identificação das professoras com a clientela escolar. Elas tendem a desqualificar a família e a sentirem-se sobrecarregadas. Há por vezes um investimento, mas não

há o retorno, o reconhecimento necessário à sublimação.

Pesquisas sobre as representações dos professores sobre o fracasso escolar indicam que continuam vivos elementos tanto da perspectiva da teoria do déficit cultural – quanto da biopsicologização do processo ensino-aprendizagem. A quase totalidade dos professores se exime de qualquer responsabilidade sobre tais problemas.

A desqualificação do professor vem no bojo de toda uma cultura contemporânea na nossa sociedade marcada pelo declínio das referências simbólicas (história, tradição). Entendemos que para haver uma relação transferencial que favoreça a aprendizagem, o professor deve ter um vínculo com o seu trabalho, abordando cada situação concreta de forma não burocrática mas levando em conta o seu passado e a sua história. Conferindo à sua prática o poder de engajamento para realizar através do trabalho sua curiosidade e sua epistemofilia. Assim, através da sua prática docente, o professor se engajaria nas relações com alunos e pares, para onde poderia transferir questões herdadas do seu passado. Somente dessa forma, nos diz Dejours (1993), a ressonância simbólica permite fazer o trabalho beneficiar-se da força extraordinária que a mobilização dos processos psíquicos inconscientes confere.

Freud (1976) fala a propósito da sublimação como de uma atividade útil e socialmente valorizada. O que supõe um julgamento pronunciado por outrem: os pares, a comunidade. Submetendo seu trabalho à crítica, o sujeito solicita o julgamento dos pares e espera ser reconhecido. O reconhecimento é a retribuição fundamental da sublimação que tem um papel importante na identidade do professor.

É claro que para que uma criança aprenda é preciso que ela também o deseje. Entretanto, para que este desejo se articule, é imprescindível que alguém demande isso nela. E a demanda de conhecimento dos pais? Como poderíamos compreender as crianças pobres cujos pais sem escolaridade não se mostram implicados no seu processo educativo? Os pais, nos referidos casos, não constituíram uma queixa, mostrando-se nada implicados com a questão dos impasses da aprendizagem levantada pela professora e minimizam a sua existência. A ferida narcísica, comumente observada dos pais de classe média com relação ao filho que não aprende, parece estar ausente no universo da classe popular.

A expressiva desigualdade social produz marcas profundas na auto-imagem de grande parte dos alunos das escolas públicas, isto porque a inferioridade naturalizada, a imagem de núcleo familiar incompetente, incompleto, faz com que se acredite menos nas possibilidades de se criar saídas. Sendo assim, o espaço escolar produz sua própria cultura, entendida como um tecer cotidiano de práticas, representações e interações que constituem seu perfil singular. E a própria cultura da exclusão de forma sutil impregna suas práticas.

Muitas professoras apontam a ausência da experiência pré-escolar e o baixo capital cultural das famílias como condições de fracasso. Mas sabemos que isto é uma generalização que nem sempre se sustenta quando sabemos que muitas delas mesmo sem nenhum apoio familiar atingem as expectativas. Será que a própria cultura escolar já os estigmatiza rotulando-os de menos-dotados para o domínio das habilidades? Será que a própria cultura do fracasso se alimenta da condição dos setores populares, em relação ao papel previsto por essa infância? Ser pedreiro, faxineira etc...? Pesquisas enfatizam que esses preconceitos e estigmas terminam sendo interiorizados pelos alunos e passam a ser componentes da auto-imagem e de suas posturas diante de si mesmo e do próprio rendimento.

3 – Palavras Finais

Entendemos que um dos aspectos da questão se deve à formação dos educadores, considerando o fato da experiência escolar valorizar a padronização, a repetição e a memorização, não representando de fato algo que faça sentido para a criança. É significativo sublinhar que no campo da subjetividade não há receitas ou prescrições e que as situações apresentadas e analisadas trazem consigo toda força do social, do histórico, e do ideológico na constituição do sujeito.

Em síntese, na compreensão dos "*problemas de aprendizagem*", não podemos excluir a possibilidade de déficits cognitivos, condições familiares desfavoráveis e precárias, o índice de frequência baixíssimo, mas destacamos a ausência de uma ação pedagógica diferenciada que possa viabilizar a construção do conhecimento. Entendemos que ao invés da educação se afastar do discurso e da prática médica, deveria a ela se aliar no sentido de fortalecer a ajuda à aqueles que necessitam realmente de um acompanhamento.

O contato direto com crianças de escolas públicas mostra que elas constituem um grupo heterogêneo, que diferem entre si, e que falar em criança carente no contexto de privação cultural, no singular, é uma generalização indevida. É interessante constatar que justamente o sujeito que não aprende, estando fora dessa ordem linear, seja alguém que vá suscitar uma mudança, que possa representar um desafio para a professora ou um questionamento na estrutura institucional, na medida em que frustra as expectativas. É nesse sentido que consideramos significativas as palavras de Peres (1997:158): "na realidade não é uma ausência de aprendizagem que faz o problema, mas a inexistência de pedagogias e concepções capazes de suscitar experiências coletivas de aprendizagem, menos engessantes". O estudo do fracasso escolar na escola pública no ensino básico se justifica na medida em que a criança tende a ser duplamente excluída; por não aprender induzindo-a a evasão e por ser pobre. O debate que se impõe frente ao exposto é que muitas vezes há uma dificuldade em se compreender a questão dos *impasses na aprendizagem* considerando as esferas individuais (subjetivas) e social (a realidade escolar e familiar) articuladas. Assim, a base teórica que nos permite compreender o processo de escolarização e a constituição da subjetividade impõe que se considere sua complexidade e a base social de sua constituição, deslocando o foco apenas no indivíduo para a rede de relações institucionais, históricas e psicológicas que se fazem presente. Em síntese, podemos admitir que no processo educativo estão em cena possibilidades subjetivas tanto do professor quanto do aluno. Nesse sentido, o grande desafio relacionado a constituir-se objetivamente e subjetivamente como sujeito da aprendizagem é o de ter investido, desde as origens, para esse lugar de ser pensante.

Notas

1 - A sala de recursos refere-se ao espaço na escola destinado à crianças cujo diagnóstico médico as enquadra no sistema escolar como PNEES (Portadoras de necessidades educacionais especiais).

2 - É sabido que a falta de familiaridade das crianças de classes populares com o vocabulário empregado em provas padronizadas podem levá-las ao fracasso. Mesmo admitindo esta limitação, optamos por submeter três das crianças ao teste, com algumas adaptações, especialmente na escala verbal. Por exemplo, na escala de informação há uma pergunta: "*O que é burro?*", referindo-se ao animal. Uma das crianças respondeu: "*É neguinho que você fala, fala... e nada.*" Obviamente consideramos como certa esta resposta metafórica. Em um outro exemplo, apontamos para o polegar e perguntamos que dedo é este? E a todos os três responderam: "*Dedão!*". Na escala de execução, que depende menos das experiências formais e escolares, o rendimento dos três nos surpreendeu, com pontuações altas.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOWICZ, A. *Para além do fracasso escolar*. São Paulo: Papirus, 1997.
- BASTOS, C. *Manual do exame psíquico*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
- BOURDIER, P. & PASSERON, J.C. R. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CALLIGARIS, C. Três conselhos para a educação das crianças. *Educa-se uma criança*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- CARRAHER, T.N.; SCHLIEMANN, A.D. Fracasso escolar: uma questão social. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: FCC (45), 1984.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANTAL, J. *O indivíduo nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1993.
- ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREUD, S. (1976). *Novas conferencias introdutórias sobre Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, 1976.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Petrópolis, Paz e Terra, 1972.
- KUPFER, MC. *Freud e a educação; o nestre do impossível*. São Paulo: Spcione, 1989.
- _____. *Educação para o futuro. Psicanálise e educação*. São Paulo: Escuta, 2001.
- MANNONI, M. *A criança, sua doença e os outros*. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 1999.
- MILLOT, C. *Freud antipedagogo*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1987.
- MENDONÇA FILHO, J. Ensinar: o mal-entendido ao inesperado da transmissão. In: LOPES, E. *A Psicanálise escuta a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- PATTO, M.H. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- PEREIRA, M. O relacional e seu avesso na ação do bom professor. In: LOPES, E. *A Psicanálise escuta a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- PERES, L. Os dramas do não aprender: fracasso, distúrbios ou oscilações cognitivas? In: ABRAMOWICZ, A. *Para além do fracasso escolar*. São Paulo: Papirus, 1997.
- SAWAYA, S. *Novas perspectivas sobre o sucesso e o fracasso escolar*. In: Kohl de Oliveira, M. *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*, São Paulo: Summus, 2002.
- VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Cristina Lúcia Maia Coelho

Doutora em Psicologia - UFRJ Professora-Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.
Endereço eletrônico: crismaia84@hotmail.com

CONFERÊNCIA

SOBRE A LITERALIDADE E O SENTIDO (1)

Jô Gondar

Eu gostaria de desenvolver a discussão em torno de uma dificuldade com a qual nos deparamos diante de alguns pacientes que não são sensíveis à intervenção clássica da psicanálise, que é a interpretação. Entre as diversas possibilidades de se abordar aquilo que se furta à interpretação, vou circunscrever um problema: o problema da literalidade. O que é isso? Vamos tomar como ponto de partida alguns exemplos clínicos, exemplos que não são incomuns; acredito que vocês possam reconhecer alguns deles. Primeiro exemplo: uma colega recebe uma paciente para um primeira entrevista. A paciente chega, senta, olha para a analista e diz só uma frase: pô, cara, aí, ó! E fica em silêncio. Um segundo exemplo, que é um desdobramento da mesma situação: uma paciente bastante investida no tratamento, tenta comunicar à analista um problema que ela está vivenciando: sabe, é assim, quer dizer, é tipo, é... sei lá... Terceiro exemplo. Agora se trata de um paciente que concatena bem as frases. O paciente fala sobre si e sobre o que lhe acontece de uma maneira muito distanciada, como se fizesse uma descrição factual das coisas; uma narrativa lisa, sem nenhum atrito, nenhuma brecha, nenhum conflito. (Atenção, não estou me referindo a uma narrativa obsessiva, no qual o sujeito não se implica, mas aonde é possível se observar, de maneira deslocada, a existência de um conflito; me refiro a uma narrativa radicalmente desafetada, como se o sujeito descrevesse uma sucessão de fatos sobre os quais ele não tem sequer uma opinião ou uma perspectiva).

Vamos examinar essas três situações. Nos dois primeiros exemplos, as falas são puramente expressivas; elas não designam nem significam coisa alguma. As pacientes querem dizer algo à analista, mas a linguagem é só um acento de palavra, é só uma inflexão. Se percebe uma intensidade na fala, mas é uma intensidade monolítica, uma intensidade que as pacientes não são capazes de conter ou de desdobrar num encadeamento discursivo. No último exemplo, temos o inverso: o encadeamento ocorre, a significação ocorre, mas a narrativa é desprovida de qualquer afeto, de qualquer inflexão. O paciente pretende transmitir ao analista a descrição mais realista possível dos eventos, sem qualquer recorte, questão ou queixa de sua parte – na verdade, sem sua parte – como se a sua presença não fizesse a menor diferença naquilo que acontece. De fato, não é algo que LHE aconteça.

Eu trouxe essas três situações como exemplo de literalidade. O que é isso? Literal é aquilo que tomado ao pé da letra. Nas artes plásticas, na literatura e na poesia, fala-se também de literalidade quando se trata de obras que tendem ao extremo realismo. À primeira vista, apenas a terceira situação que apresentei, a do paciente que tenta fazer uma descrição realista dos eventos, poderia se encaixar nessa idéia. Mas e nos dois primeiros exemplos: nós podemos chamar de literais essas falas que são só interjeições e a inflexões? Sim, podemos. A literalidade aí não se refere ao que é designado no exterior, mas ao que é sentido intimamente. A fala dessas pacientes é despida de metáforas, de significações, e até de designações; a linguagem fica reduzida a uma expressão material intensa, uma pura tonalidade afetiva. É quase um grito, e nesse sentido é literal, é a brutalidade do fato. Temos então duas situações de literalidade: numa, a expressão literal de um afeto que inunda o indivíduo; na outra, a descrição literal de um mundo ao qual o indivíduo não pertence. O que não existe, em nenhum dos casos, são pontes possíveis entre o afeto e o mundo.

O que todos estes exemplos parecem indicar é uma subjetividade clivada. A dissociação entre o afeto e o mundo corresponde a uma clivagem psíquica, a uma clivagem no plano do eu, pela qual o eu é separado em partes que não se comunicam e não se conflitam: um eu que tudo sente, sem nada saber disso, e um eu que conhece sem nada sentir.

Estou trabalhando, portanto, com a hipótese de que o fenômeno da literalidade é um dos efeitos possíveis de uma clivagem do eu, operação distinta do recalque. Tomo clivagem aqui no sentido que lhe dá Ferenczi – partes do eu dissociadas, que não se comunicam entre si, e que, por isso mesmo, não entram em conflito. A clivagem não opera entre o inconsciente e o pré-consciente, e não alude a nenhum desejo escondido; as partes dissociadas do eu se mostram claramente; o que não existe são os nexos, as ligações entre elas. Não se trata de nexos ocultos nem de falsas ligações, mas da inexistência de nexos. O que torna a imagem do psiquismo concebida a partir da clivagem muito distinta da imagem do psiquismo do recalque: o recalque produz uma sobreposição de planos, instaurando zonas de claro/escuro que, no nível do discurso, se expressam por operações metafóricas e metonímicas; há algo que se oculta naquilo que se mostra, o que conduz o analista a uma atitude de suspeita. No caso da clivagem, a atitude de suspeita seria descabida: o paciente não dissimula, não funciona na lógica do claro/escuro, pelo contrário, a luminosidade é excessiva, não só a luminosidade para ele, quanto a luminosidade dele – costumam ser sujeitos muito lúcidos. Todavia, acho importante fazer a ressalva de que estas operações – a do recalque e a da clivagem – não são excludentes. As duas podem estar presentes em qualquer sujeito, mesmo que um dos operadores seja mais forte. Neste caso, podemos pensar que nenhum sujeito está imune à literalidade.

Para deixar essa idéia mais clara: vamos imaginar duas telas, dois modos de se pintar um quadro. Num deles se trabalha com a perspectiva, que foi uma descoberta pictórica do Renascimento. Com a perspectiva, as telas ganham figura e fundo, há uma sobreposição de planos. Essa sobreposição faz com que num golpe de vista se possa apreender o quadro. É isso que faz a metáfora: ela reduz o que é visto, e nessa redução ela recorta uma perspectiva. Mas nas telas anteriores ao Renascimento ou em algumas experimentações contemporâneas nas artes plásticas, não se trabalha com a perspectiva. Não há uma superposição de planos, o que impede que se possa apreender o quadro com um golpe de vista: o olhar precisa percorrer toda a tela, de um lado para o outro, de baixo para cima e de cima para baixo. Ele precisa se demorar em todos os detalhes. Na tela não existem elementos ocultos ou subentendidos; está tudo ali, à vista. Essas seriam as telas literais, demandando um outro modo de olhar, mais lento, mais minucioso.

É na medida em que essas duas telas se apresentam em qualquer sujeito, ou seja, que a literalidade está presente em cada um de nós, que podemos nos sensibilizar com a obra de alguns escritores, poetas e filósofos “literais”. A obra de Kafka, por exemplo, se constrói sobre e na literalidade. Kafka trabalha com uma linguagem propositalmente empobrecida, dissecada e se recusa a inflá-la com metáforas ou sentidos ocultos. Mesmo quando escreve *A Metamorfose*: não se trata de metáfora, ele diz, e diz mais: “As metáforas são uma das coisas que me fazem perder a esperança na literatura”. Outro exemplo: toda a filosofia de Deleuze, que insistia em dizer “meus conceitos não são metáforas”, “penso e escrevo literalmente” – era esse, inclusive, um bordão que se tornou conhecido por seus alunos, a quem pedia que o compreendessem “literalmente, literalmente”. No campo poético teríamos Paul Celan, cuja poesia se caracteriza pela literalidade. Quando Lacoue-Labarthe vai comentar os poemas de Celan, ele diz algo interessante, que vai nos servir para introduzir o problema do sentido. Ele diz: “estes poemas são intraduzíveis, inclusive dentro de sua

própria língua. Eles se furtam necessariamente à interpretação; eles a interditam (...) A única questão que os conduz, como conduziu toda a poesia de Celan, é a do sentido, a da possibilidade do sentido”(2). Esse ponto é importante: há uma busca do sentido e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade de interpretação. Creio que é sempre esse o problema que a literalidade nos coloca, problema que aparece também na fala das pacientes que eu apresentei aqui: elas não são interpretáveis mas há nelas um apelo por alguma outra coisa, que é o sentido. Quando a paciente diz pô, cara, aí, ó... ela apela por um sentido. Mas poderia um sentido emergir sem ser pela via da interpretação? Interpretar não seria atribuir sentido?

A interpretação é a intervenção proposta por Freud como própria da psicanálise, e tem como modelo a interpretação dos sonhos, a Traumdeutung. Acontece que o termo alemão Deutung tem uma conotação diferente da palavra interpretação, em português. Em português a acepção mais comum da interpretação é a de dar sentido a algo. Mas Deutung tem uma outra conotação: a de apontar um sentido adicional, além do sentido aparente. Então, enquanto que em português a interpretação tende a se referir a um material ainda em estado bruto, cujo sentido não está claro e ao qual se procura dar sentido, a Deutung alemã tende a adicionar um novo sentido além do sentido evidente que o material possui, indo mais além do que é compreendido na aparência imediata. Em suma: não se faz Deutung de algo que não tem sentido; só se faz Deutung daquilo que já tem um sentido prévio. Nessa mesma linha poderíamos situar a proposta de Lacan em relação à interpretação: a de trabalhar com o equívoco e a produção de não-sentido. Quando um analista produz equívoco ou não-sentido, ele o faz para cavar um furo numa parede de sentido pré-existente na qual o sujeito se aferra, para não ter que se haver com seu desejo.

Ora, o literal é justamente aquilo que não se presta ao equívoco. Os dados estão lançados, não há floreios e nem blefe: “é assim...”, esse é um bordão ouvido com muita frequência da parte desses pacientes. Nesse caso, a interpretação seria uma intervenção inócua. Mas costuma acontecer algo mais curioso quando se tenta interpretar essas produções literais: os pacientes percebem e denunciam a interpretação como uma imposição, uma palavra de ordem. Eles não estão enganados. Por mais alusiva que seja a interpretação, ela pretende pegar o sujeito em flagrante delito, no flagrante delito de seu desejo, daí o efeito de surpresa que ela provoca. Ou seja, há, no cerne da interpretação, uma intimação e, nesse sentido, ela tem uma dimensão imperativa: ela mantém, de algum modo, a forma do Tu és isso, mesmo que ela seja feita de maneira indireta, de viés. O que ocorre com estes pacientes é que, na medida em que o seu desejo não desliza por uma cadeia significativa já encadeada, já ligada, o tom, a inflexão da interpretação se desprende do plano do sentido no qual ela trabalha: o ato interpretativo aparece, nesse caso, em todo o seu valor de intimação e palavra de ordem.

O problema da literalidade já estava presente em Freud. Foi ele que colocou em xeque a imagem do psiquismo proposta na Interpretação dos sonhos. Freud se depara com esse problema quando tenta pensar os sonhos traumáticos. Nem todos os sonhos são realização de desejo. Nem todos são um palimpsesto, uma sobreposição de vários planos que poderiam ser decompostos. Os sonhos traumáticos tem um plano só, são literais. As mesmas imagens se repetem, noite após noite, imagens literais e congeladas que não remetem a outras imagens, imagens que não sofrem condensação nem deslocamento. No entanto, os sonhos traumáticos tem uma função, e aí Freud é obrigado a admitir uma função mais básica, mais fundamental do que a busca do prazer ou a realização de desejo: a função de ligação. É preciso ligar o excesso de energia que produz o trauma, que põe em xeque a integridade do psiquismo. Nesse ponto, Freud privilegia o processo de

constituição e ligação do psiquismo, mais do que um psiquismo já constituído e já ligado.

Se a interpretação tem como modelo a Interpretação dos sonhos, os sonhos traumáticos apontam para um outro tipo de estratégia clínica: aquela que permite ligar, construir nexos para o que está dissociado. Resta ver o que se pode conceber, clinicamente, como ligação. Aqui devemos ter cuidado para não cair no engodo da definição pelo negativo: os pacientes cujo mecanismo predominante é a clivagem, e não o recalque, costumam ser descritos como sujeitos que não simbolizam, que não metaforizam. O que fica assim subentendido é que a ausência de metáfora é uma deficiência, que esses indivíduos deveriam metaforizar, e que o tratamento deveria visar esse aspecto. Ora, se ligar for entendido como metaforizar, nossa tarefa será a de conduzir os indivíduos da literalidade da clivagem para a capacidade metafórica do recalque. Nesse caso faríamos uma clínica normativa, a partir de um modelo universal de subjetividade. Creio que poderíamos, ao invés disso, aceitar o plano que o paciente nos apresenta em cada momento e trabalhar neste plano.

Vamos então pensar a ligação de outra maneira. Para isso vou me servir de Ferenczi. Ferenczi valoriza a dimensão ambiental para pensar o processo de constituição da subjetividade. A subjetividade se constitui a partir das relações entre o corpo e o mundo: é o que ele vai chamar de relações simbólicas. Mas atenção: o que é simbólico para Ferenczi é totalmente diverso do que, desde Lacan, é designado como simbólico. Em Lacan, a ordem simbólica ocupa um lugar transcendente em relação à subjetividade, ou seja, o campo subjetivo se organiza em torno de um eixo prévio e exterior ao próprio campo – o eixo simbólico. Mas Ferenczi pensa a subjetividade de modo imanente: isso significa que a subjetividade é vista como um processo que vai se organizando a partir da experiência, dos encontros que se dão na experiência, e não a partir de um eixo prévio e exterior a ela. Em Ferenczi, portanto, temos um simbólico imanente, um simbólico que se constitui com a experiência; ele não está subordinado à linguagem; ao contrário, a linguagem é que é uma das possibilidades de relação simbólica. Para compreender um símbolo, é preciso situá-lo num modo de funcionamento que não é o da linguagem, mas do afeto e da sensibilidade corporal. Daí a metáfora não estar situada, para Ferenczi, no plano simbólico. No começo da vida, a criança só se interessa pelo seu próprio corpo e pelo prazer que este corpo lhe proporciona (comer, chupar, excretar, etc.) Com relação ao mundo, a criança se sente atraída pelas coisas e processos que se assemelham a essas experiências de prazer corporal (ex: do menino diante do Danúbio: quanto cuspe!) É assim que se estabelecem as relações simbólicas: a criança vê no mundo reproduções da sua própria corporalidade, ao mesmo tempo em que aprende a figurar, por meio do seu corpo, toda a diversidade do mundo externo. É o processo de introjeção que está aqui em jogo: introjetar é simbolizar, construindo, num mesmo movimento, um mundo e um si mesmo. Não se introjeta ou não se simboliza objetos; o que se introjeta e se simboliza são as marcas de prazer e desprazer em relação a determinadas experiências com esses objetos: é assim que o mundo e o eu passam a ganhar sentidos. Em outros termos: vai-se do sensível para o sentido, e não do significante para o sentido. Nesse caso, a linguagem não é vista como uma ordem prévia à subjetividade, mas como uma das possibilidades de relação simbólica, sem dúvida privilegiada, mas que também é conquistada na imanência da experiência. Para Ferenczi a linguagem é, originalmente, imitação, ou seja, a reprodução vocal de sons e ruídos produzidos pelas coisas, ou que se produzem por meio delas. Nesse caso, é ainda a dimensão sensível que se encontra em primeiro plano, e não o arbitrário do signo. Quando o simbolismo gestual é substituído pelo simbolismo verbal, é possível reproduzir, de maneira mais econômica, a diversidade de objetos e processos do mundo. Trata-se ainda de introjetar, isto é, de criar e apropriar-se de sentidos, a partir das experiências afetivas

que condicionam esse processo.

Ora, os fenômenos de dissociação, ou, em termos mais ferenczianos, a clivagem do eu, indicam um estancamento do processo introjetivo. A simbolização permite a inclusão – ela estabelece nexos e ligações. A impossibilidade de introjeção é consequência de vivências traumáticas que desautorizaram, para a criança, seu prazer e seu sofrimento, como também seu modo de perceber e de dar sentido a si e ao mundo. É o que Ferenczi chama de desmentido, que, no limite, consiste num desmentido da própria existência subjetiva da criança. A consequência é que o eu se fragmenta, os sentidos se desconectam e aquilo que é vivido não alcança a densidade de uma experiência articulada. A literalidade pode ser encarada como um dos efeitos possíveis, e bastante comum, dessa clivagem do eu, produzida pelo desmentido.

Se a literalidade não pode ser interpretada, ela contudo apela por um sentido. Para Ferenczi, esse sentido será produzido na transferência. Cabe mencionar que a transferência, para Ferenczi, é um processo introjetivo, processo de criação e apropriação de sentidos que não são expressos por palavras. Somente um encontro de afetos genuíno é capaz de propiciar a criação de sentidos. Isso não quer dizer que as palavras não participem desse processo, mas sua participação se dá mais pelo ritmo e pela tonalidade afetiva com que são enunciadas, mais pela atmosfera que criam, e menos pela sua dimensão significativa. Quando o que está em questão é um trauma produzido pelo desmentido, a dimensão significativa deve dar lugar, na relação transferencial, a uma forma de experiência mais primária, muito semelhante, em natureza, ao cuidado infantil. A idéia de intervenção pontual do analista não seria a que melhor expressa o que o analista faz, nestas circunstâncias. Uma interpretação capaz de equivococar ou de criar efeitos de não sentido tende a produzir angústia, nos casos de neurose; mas em relação a outros modos subjetivos essa intervenção pode produzir terror, repetindo a situação traumática na situação clínica. Ferenczi fala de um “traumatismo psicanalítico pior do que o trauma de origem”. Ao invés de intervenções pontuais, seria preciso criar o que ele chama de “atmosfera psicológica adequada”, dando condições ao paciente de se arriscar a trazer à tona aquilo que está clivado, possibilitando que se estabeleçam nexos entre as partes separadas. É nessa atmosfera que o analista pode entrar em contato com as partes clivadas e com a criança presente em qualquer paciente. Ao invés de desligar as falsas conexões, ou de desconstruir os possíveis dados, essa atmosfera funcionaria no sentido oposto: promover ligações e criar possíveis.

Para finalizar, eu gostaria de retornar à analogia das duas telas, das duas imagens do psiquismo: a tela que trabalha com a sobreposição de planos, com os elementos ocultos, a profundidade e com a perspectiva; e a tela onde os elementos não se superpõem, mas são adjacentes, exigindo um trabalho no detalhe, um trabalho mais lento e mais minucioso. Com cada paciente, nós não trabalhamos com uma tela só, mesmo que uma delas seja predominante; mas tampouco trabalhamos para transformar uma tela em outra; se pudermos aceitar e trabalhar na tela que o paciente nos apresenta, conforme o momento, já teremos feito muita coisa.

Notas:

1- Palestra apresentada em 07-07-2006 no II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, realizado na cidade de Belém do Estado do Pará, na mesa-redonda: AFETO E TRANSFERÊNCIA NAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE SOFRIMENTO.

2-LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. *La poésie comme expérience*. Paris: C. Bourgois, 1986, p.23-4.

Jô Gondar - Psicanalista, Membro do Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro
Professora do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.
Endereço eletrônico: jogondar@uol.com.br

RESENHA

UM DESTINO TÃO FUNESTO. (ROUSTANG, F. Rio de Janeiro: Taurus, 1987.)

Cristina Monteiro Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

O leitor dispõe de um livro que retrata uma faceta da história do movimento psicanalítico, de uma forma bem específica, ao tomar como ponto de articulação o conjunto das relações entre Freud e seus seguidores.

O autor, membro dissidente da “École Freudienne de Paris”, dedica os seus primeiros capítulos às questões relativas às dissidências que marcaram o movimento psicanalítico desde os primórdios de sua constituição.

De maneira bastante peculiar, o texto aborda uma problemática voltada para a complexidade das relações mestre-discípulo. Por esse veio enfatiza o aspecto afetivo como a marca sempre presente em tais relações, destacando que teria sido esse aspecto que determinou o destino das mesmas.

Constituídas nesses moldes, as instituições psicanalíticas foram desde muito cedo o palco de movimentos intrínsecos, objetivando a busca de prestígio e de poder. Todo esse cenário, que concorreu de forma significativa para a unificação dos membros em torno de Freud, ocultava-se pela pretensão de ser o movimento psicanalítico apenas voltado para a criação científica. Em certo sentido, apesar dos obstáculos de natureza afetiva, constatou-se como resultado do trabalho, desses pioneiros, produções científicas extraordinárias, mesmo tendo que ocorrer situações lamentáveis.

Roustang se vale, de uma metodologia assaz singular, dessa história, tomando como ponto de referência à relação de Freud com seus discípulos mais próximos: Abraham, Jung, Rank, Tausk, Groddeck entre outros. Seu interesse centra-se na possibilidade de demonstrar (a partir da reflexão em documentos recentemente divulgados) que uma dimensão oculta, respondeu pelos laços de Freud com seus discípulos, descoberta como transferência.

Nesse sentido, o movimento bascular no qual se situam esses discípulos, em relação à afeição de Freud, é determinado num primeiro momento pelo aspecto transferencial do discípulo em relação a pessoa de Freud, na qualidade de mestre. Num segundo tempo, esse laço transferencial volta-se para a teoria construída por Freud, o que faz exceder os limites da relação mestre-discípulo. É somente este contexto (fora de uma situação analítica propriamente dita), de âmbito teórico, uma possível solução para a transferência em relação à pessoa do Mestre, mas não em relação aos vínculos transferenciais entre os próprios discípulos. Este movimento entre mestre e discípulos (que Roustang retrata sobre a denominação de Horda Selvagem no primeiro capítulo) é marcado por um mundo de paixão, loucura e morte, chegando até os abismos característicos da psicose, razão pela qual o autor justifica a inclusão do sétimo capítulo destinado à psicose.

Todos esses fatores, aliados à contra-transferência de Freud, concorreram para que a primeira Associação Psicanalítica tivesse a estrutura de uma religião onde os “devotos” eram quase que obrigados a votos de renovação de fé, o que se expressava como “finalidade ao fundador, obrigação para com um só chefe, unidade da doutrina, rejeição aos dissidentes etc., todos esses traços que definem a Nova Sociedade não podem ter outra explicação analítica que a identificação ao chefe tomado como objeto de amor e guardando para cada um o lugar de ideal do ego” (p.34).

A identificação entre a “Causa Analítica” e o próprio Freud, a dependência e submissão extremada de seus discípulos a seu pensamento e a seus atos, a confusão reinante entre a teoria

psicanalítica e os objetivos pessoais de Freud, são fatores que contribuíram de forma negativa para a manutenção de uma distância mínima necessária para a existência de objetividade e liberdade do pensamento de cada discípulo, num contexto outro que aquele determinado pelos objetivos de Freud. Daí, então se ter como resultado posições de escravidão, no sentido hegeliano, o que ocorreu para densificar a trama de projeções de fantasias de cada um, na qual todos se encontravam presos.

As circunstâncias confluíram para situações que se desenvolviam configurando, de certa maneira, uma "seita fanática" onde se obedece de forma inquestionável a um chefe. Toda a dinâmica do grupo, consistia, de forma clara, no desejo de cada um de ser reconhecido por Freud como seu herdeiro único – o que Freud jamais fez, como deixou claro na sua carta a Abraham. O alvo a ser atingido era vir a ocupar um lugar privilegiado ao lado do Mestre. Para isto, travam-se entre os discípulos "lutas" culminando com destruições mútuas. De modo bastante evidente, os discípulos assumem uma dívida de gratidão com Freud e se obrigam a pagá-la, pela fidelidade ao mestre e colaboração científica, visto que "qualquer um que não se obrigue da mesma forma deve ser excluído da roda do mestre". (p.11).

Essa identificação intensificada a Freud é o ponto retomado pelo autor para reconstituir as origens históricas da Psicanálise, realizando também uma reflexão crítica acerca dos paradoxos e contradições nos projetos e propostas da Associação Psicanalítica. Visto ser esta, no contexto originário, o sentido de "um bando de delinquentes ou uma gangue de matadores" (p. 14), onde a fachada era justificada em função da notável criação científica, conservando de forma implicada também uma história de costumes.

Assim caracterizada, argumenta Roustang que "se toda Sociedade Psicanalítica reproduz a estrutura da Igreja ou do Exército, se ela redistila para seus membros, por sua estrutura, os efeitos e defeitos da identificação e do amor, não resta dúvida de que a Psicanálise fique ameaçada e subvertida, que fique cego seu fio constante". (p. 34) Desse modo, a Associação Psicanalítica, não pode deixar de conviver com os paradoxos relativos ao contexto resultante da união de um grupo em torno do mestre pela transferência.

O ponto em que tais paradoxos se evidenciam, situa-se no projeto da psicanálise ao apresentar como regra básica, na situação analítica, uma proposta de superação das resistências e de levantamento do recalque, a não-submissão, o reconhecimento de seus desejos, de seus pensamentos, de suas fantasias relacionadas aos desejos, pensamentos e fantasias do conjunto de personagens - particularmente mãe e pai - que foram alvo de relações de amor e de ódio, sendo, portanto, responsáveis pela formação e deformação do sujeito. Destas relações o analista ocupa o lugar ou lugares sucessivamente, o que leva ao tratamento desses personagens como puras eventualidades.

Considerando que esta tarefa só se faz pela liquidação da transferência, de que maneira será possível uma harmonização entre essas premissas e algum tipo de vínculo social estabelecido que suponha, em si próprio, uma transferência constante sempre presente? Como dissolver um laço transferencial, dessa natureza, que pelo fato de estar estruturado, visando ao domínio de uma dada circunstância da realidade, deve ser sempre mantido e nunca dissolvido? Por outro lado, "o que acontece quando a própria análise perdura, quer dizer, quando, longe de conduzir a dissolução da transferência, a relação transferencial se mantém sob a forma de controles?"(P.37).

A par dessas questões Roustang aponta um caminho ao afirmar em tais situações, nas quais se evita analisar e questionar a transferência, que o que se obtém são resultados imprevisíveis e nefastos, como no caso da dita análise didática, que "ao invés de ser psicanálise pura, tem toda a chance de se tornar a mais obscurantista porque ela é o retorno da fé religiosa sob a mais sutil forma de denegação"(p.38).

Todos esses resultados imprevisíveis são bem conhecidos e o foram até mesmo por Freud que, ao forjar o mito de pai perverso em "Totem e Tabu", estaria na intenção de deixar perpassar aos seus discípulos uma espécie de método e, também, sua atitude de contentação em tê-los circulando em torno dele (Freud).

Essa pretensão de Freud vai ser um ponto de repetição nas Sociedades Psicanalíticas, (alcançando seu apogeu na figura de Lacan), tendo como matriz o funesto destino das identificações imaginárias com um único em cada sociedade, ou seja, aquele que se supõe ser o detentor do saber de forma radical e eterna. Neste caso, a teoria deste "Mestre" único é transformadora num certo tipo de "mãe poderosa" que não se põe ao alcance nem a compreensão, da mesma forma que o seu produtor - o pai - é o único que pode levar seu nome, onde "o apenas um, sabendo, toma sucessivamente ou simultaneamente as figuras do pai e da mãe. É a relação à mãe que subtende todas as relações num grupo, pois, o princípio de sua coesão reside numa submissão incondicional, uma resposta a toda demanda sem justificação, uma resposta de amor automático a uma demanda de amor sem razão" (p. 55).

O saber centralizado numa única pessoa concorre para um clima de conflitos entre os seguidores desse único Mestre, o que Roustang capta de forma magistral, retratando a situação dos discípulos de Freud, bem como os de Lacan, enquanto envolvidos em estratégias de poder utilizadas numa submissão a figura do Mestre, custando para isto, as vezes, a perda da própria identidade.

Diante dessa evidência, caberá se indagar porque é que alguém se torna discípulo de alguém? Pergunta essa que Roustang responde de forma sucinta: "para não se ficar louco" (p. 58), ao que acrescenta: "alguém se torna discípulo de alguém e se mantém como tal por preguiça do espírito, pois esta posição exige um trabalho e uma vigilância sem repouso" (p. 58). De resto, o fato de alguém se tornar discípulo, consiste na impossibilidade de levar um nome, de falar em nome próprio, de pensar através de suas próprias fantasias e sonhos.

Este é o dilema que o autor apresenta uma vez uma vez que observa uma aproximação entre essas características dos discípulos e as da psicose: pensamento alienado de suas próprias condições de funcionamento, impossibilidade de falar, desejar e fantasiar em nome próprio e via única de expressão naquilo que no sujeito ecoa como vindo do outro.

Numa espécie de desdobramento da questão, formula outra pergunta relativa ao porque alguém se torna Mestre. A justificativa para a existência deste, deve-se aos aspectos veiculados no texto, bem como as peculiaridades da teoria psicanalítica, além da contextualização epistemológica que lhe é própria. Especialmente, pelo fato de que a teoria psicanalítica compõe-se de fantasia e de racionalidade; de projeção e de experiência; de particularidade e de universalidade, de loucura e de ciência. Assim, "não há teoria analítica que seja verdadeira e justa, e que possa se contentar de se confirmar pelos ditos do analisando. A teoria opera o que ela inventa, no ato mesmo da invenção" (p. 104).

Desse modo, a tarefa a qual se ocupa a teoria psicanalítica é bastante complexa ou até mesmo impossível uma vez que se vê obrigada, a teoria, a chegar ao universal a partir do contato com particularidades, de modo a que o transmissível seja uma decorrência do incomunicável. Com isto é válido se afirmar que não há transmissibilidade possível da teoria analítica num contexto outro que não seja o analítico.

É deste ângulo que Roustang crê serem necessárias as Sociedades Psicanalíticas, bem como as figuras dos possíveis transmissores, para que suas palavras saiam da condição de um delírio solitário, pois uma vez que são testemunhas, são conotadas no âmbito social.

Falar de transmissibilidade implica em questionar o estatuto científico da Psicanálise enquanto forma de saber, uma vez que difere-se dos demais tipos pela impossibilidade de separar-se das fantasias e desejos do fundador ou de todos aqueles que a recriam sistematicamente. Pois “se a Psicanálise renunciasse a ser uma ciência transmissível independente de quem a fundou ao daqueles que a refundam com suas teorizações, cairia totalmente no ocultismo e na magia” (p. 97). É por esse cânone que são questionados os critérios de universalidade da Psicanálise, sua transmissibilidade e sua cientificidade. Não obstante assegura Roustang que a transmissibilidade se funda na descoberta da transferência. Assim, a Psicanálise é concebida como um tipo de saber e de prática situados além e aquém da ciência, ou seja, trata-se de uma trama de conceitos cuja origem é do campo do Inconsciente, pois “a teoria analítica é científica na medida em que não é mais operatória ou que é operatória na medida em que não é científica, universal e transmissível. Situação paradoxal: na medida em que a teoria se torna ciência, não opera porque não descobre mais, mas se não se tornasse uma ciência, quer dizer, se não procurasse se transmitir segundo um tipo de conceitos universais, permaneceria no nível da teoria como teoria sexual infantil, quer dizer, tentativa de explicação como pura justificação das fantasias protetoras e das cegueiras tranqüilizadoras” (p.102 - 103).

Sem dúvida, considerando o inconsciente como o campo de determinação, o autor admite estar aí o elemento que explica e justifica todas as manifestações do discurso consciente, cuja principal expressão constitui o discurso científico.

É a marca dessa peculiaridade que distingue a Psicanálise de todos os demais saberes que compõem as ciências, tanto em relação às premissas inerentes à construção de seus conceitos, quanto no que concerne às possibilidades de sua transmissibilidade, temática abordada de forma exaustiva no quarto capítulo.

Os capítulos três, cinco e seis poderiam ser lidos conjuntamente a medida em que se entrelaçam por abordarem um mesmo conteúdo em suas diversas facetas. O três trata da essencialidade da relação Freud - Jung, particularizada em termos das características pessoais de ambos. Assinala Roustang algo próximo da estrutura paranóica para Freud e algo da estrutura esquizofrênica para Jung, assuntos teorizados e defendidos de forma contundente por Freud e Jung, cada um a sua maneira. É face a estes traços marcantes que mestre e discípulo mantêm um tipo de relacionamento onde cada um se defende daquilo que observa no outro.

Por um lado, Freud temendo a não discriminação, que Jung sustenta haver na esquizofrenia, se defende e como consequência marca o cenário do movimento psicanalítico com sucessivas rupturas. Jung por não suportar esta atitude de Freud confina-se cada vez mais num sincretismo teórico. De certa maneira a relação estabelecida entre Freud e Jung transcorreu numa matriz que consistia na expectativa que cada um alimentava acerca do outro, a partir das suas próprias convicções e pensamentos. Por isso, Roustang, ironicamente, intitula o capítulo: “A cada um sua loucura”.

No capítulo cinco, outra faceta da intersubjetividade de Freud é trazida à baila, quando sua reação diante de um discípulo configurava-se como ameaça, visto ser este discípulo captado por Freud com um duplo de si em termos de criatividade. A sagacidade de Tausk, ao lidar com as criações de Freud ainda em estado nascente, é algo que produziu em Freud sensações desagradáveis pelo fato de experimentar um tipo de estranheza inquietante semelhante àquela que se verifica diante da mulher e da morte. O fato de Freud ser presa desse sentimento, deve-se ao estranho familiar que Tausk representa, que o leva a uma atitude de ambivalência com Tausk, caracterizada pela rejeição e ao mesmo tempo interesse de tê-lo, por via indireta, consigo, já que ao recusar

recebê-lo em análise o encaminhou para H. Deutsch sua analisanda. Pressionada por Freud e deslocada do seu lugar de analista, H. Deutsch interrompe a análise de Tausk para não ir contra Freud. Desenlace trágico dessa tríade, (onde só era possível à existência de uma dupla imaginária): suicídio de Tausk.

O capítulo sexto retrata os esforços de Freud para “domar” Groddeck e ao mesmo tempo situar neste uma grande paixão, mas que apesar da mesma, Groddeck consegue um certo distanciamento de Freud.

De um lado estava Freud querendo que Groddeck “vestisse” a roupagem de psicanálise, do outro Groddeck buscava ser reconhecido nos meios médicos e não no psicanalítico. Daí Freud na tentativa de querer fazer de Groddeck um de seus discípulos tece severas críticas ao livro deste que trata do “Isso” (Id), tema que Freud trata como seu em “O Ego e o Id”, num esforço de desconhecer a originalidade de Groddeck. Este por sua vez “fixado em Freud sem poder alcançá-lo se desfaz”(p.190).

Acerca do sétimo capítulo, destinado à psicose, vale então saber pelo autor a razão de sua existência nesta obra: “este capítulo não teria o seu lugar neste livro já que não trata da questão do discípulo no campo psicanalítico. Mas, por um lado, é necessário se experimentar e se expor ao trabalho teórico, em torno do qual gira o ser discípulo e, por outro lado, o que se diz a seguir contribui para a compreensão dos capítulos precedentes, que sugerem tantas relações entre o ser discípulo, as sociedades psicanalíticas e a psicose” (p.203).

Cristina Monteiro Barbosa

Doutora em Psicologia. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Endereço eletrônico: monteiro.cristina@yahoo.com.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1 - Informações gerais

A Revista *ACTAS FREUDIANAS* é uma publicação anual de trabalhos originais na área temática da Psicanálise. Está aberta aos seguintes tipos de produção científica: artigos, resenhas críticas sobre obras publicadas na atualidade, discussão de pesquisas, comentários sobre debates e entrevistas, estudos de casos clínicos e outros que se alinhem ao estudo da Psicanálise.

As contribuições devem ser originais, isto é, não podem ter sido já publicadas, mesmo com pequenas reformulações ou acréscimos, em outro veículo de divulgação científica do país.

Os trabalhos recebidos serão objeto de avaliação preliminar pela Comissão Editorial no que tange ao enquadramento às normas de publicação da revista de acordo com os seguintes critérios: originalidade, clareza na apresentação, concatenação lógica das idéias e estrutura ortográfica e gramatical. O passo seguinte consiste na retirada do nome do autor ou autores para que o texto seja enviado a três membros pareceristas do Conselho Editorial e quando se fizer necessário será apreciado por consultores *Ad hoc*.

A Comissão Editorial comunicará ao autor os três pareceres sobre o seu trabalho. Serão devolvidos aos autores apenas os trabalhos indicados para publicação que requeiram pequenas ou significativas modificações.

A aprovação dos textos pelo Conselho Editorial implica a cessão imediata dos direitos autorais, sem qualquer ônus dos direitos de publicação neste periódico, que terá exclusividade de publicá-lo. Não obstante, o autor detém os direitos autorais para publicações posteriores.

2 - Condições para o envio dos originais

O autor deve enviar o trabalho, em três cópias impressas e uma em disquete, digitado no formato seguinte: fonte Times New Roman, corpo de letra tamanho 12, papel A4, margem de 3 cm e espaço duplo.

Os originais (cópias impressas e disquete), devem ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, em que o autor, ou autores, ateste(m) que não vai de encontro às normas éticas da profissão. Haverá comunicação de recebimento dos originais.

Solicitamos que os originais devem ser apresentados na seguinte disposição:

Folha de rosto contendo:

- a) Título em português e em inglês com, no máximo, quinze palavras.
- b) Sub-título (se necessário) de, no máximo, cinco palavras.
- c) Nome do autor ou dos autores e filiação institucional.
- d) Endereço eletrônico e completo para correspondência.

Folha de rosto não identificada contendo:

- a) Título em português e em inglês.
- b) Sub-título em português e inglês.

Resumos:

- a) Resumo, em português, com, no máximo, 150 palavras.
- b) Palavras-chave, em português, (três).
- c) *Abstract* (versão inglesa do resumo).
- d) *Keywords* (versão inglesa das palavras-chave).

3 - Sobre a estrutura do texto

O texto, iniciado numa nova página tendo apenas o título em português, deve conter de 20 a 25 laudas. As notas de esclarecimento, quando necessárias, deverão constar no pé de página, por algarismos arábicos, ao longo do texto e constarem em página separada, numa sessão que antecede as referências bibliográficas. Evitar, sempre que for possível, a utilização de citações secundárias, principalmente, quando se tiver acesso à fonte original.

4 - Referências Bibliográficas

No corpo do texto indicar o nome do autor e o ano de publicação da obra. Exemplo: (ECO, 2000).

Quando se tratar de obras cujo ano da publicação original é relevante indicá-lo acrescido do ano da publicação em pauta.

Exemplo: (FREUD, [1924], 1976).

No caso de haver coincidência de datas de publicação, diferenciá-las pela utilização de letras. Exemplo: (FREUD, [1915]a, FREUD, [1915]b....)

As referências bibliográficas, em espaço duplo, deverão constar em uma nova página, dispostas em ordem alfabética pelo último nome do autor em letras maiúsculas. Cada referência abre um parágrafo.

5 - Citações

As citações textuais, com menos de três linhas, deverão vir entre aspas ou em intálico e serem mantidas no corpo do texto com a indicação do autor, ano de publicação e página. Exemplo: "O Supereu não se reduz à voz interior da consciência, mas à grande voz insensata e inaudível" (RABANEL, 1999:21). Quando o nome do autor fizer parte da sentença, grafar apenas a primeira letra maiúscula. Ex: Cf indica Freud (1905/1976) a sexualidade...

Quando o(s) nome(s) do(s) autor(es) estiver(em) entre parênteses, todas as letras são grafadas em maiúscula. Ex: Valemo-nos da seguinte exortação: "As históricas sofrem de reminescências" (FREUD e BREUER, 1893/1976:37). Finalmente, quando os autores fizerem parte do texto numa citação literal segue-se a primeira regra. Ex: Freud e Breuer (1893/1976:37) admitem que "as históricas sofrem de reminescências".

Citações textuais com mais de três linhas deverão aparecer em destaque, fora do corpo do trabalho, em margens diferenciadas a esquerda apenas.

As citações devem ser indicadas pelo autor, ou autores, ano de publicação da obra que se refere, seguido de dois pontos e o número da página. Exemplo: (ASSOUN, 1998:251); (PRIGOGINE e STENGERS, 1984:21). As citações de livros de outros idiomas devem ser traduzidas para a língua portuguesa, com a nota indicativa de ser uma tradução do autor do trabalho.

Os artigos com mais de três autores, devem constar, na citação, o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão *et al.* e data. Na sessão "referências bibliográficas", todos os nomes dos autores deverão estar relacionados.

6 - Exemplos de referências bibliográficas

Utilizar as normas da ABNT para indicação de livros, artigos de livro, artigos de periódicos e capítulos de livro conforme a ilustração seguinte:

Livros:

BAAS, B. **O desejo puro**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

DERRIDA, J. e ROUDINESCO, E. **De que amanhã... diálogo?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Capítulos de livro:

LINS, M. I. O saber psicanalítico: uma questão também de ética. In: FRANÇA, M. I. (org). **Ética, psicanálise e sua transmissão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Artigo de revista científica:

BARROS, R. R. A pequena diferença entre pele e espinho. **Ágora**. 1,1,1998.

Trabalho apresentado em congresso com publicação em anais:

BARROS, R. M. M. A psicopatologia da educação e o retorno à barbárie. **V Colóquio do LEPSI**. (p. 26). São Paulo: USP, 2004.

Monografias, dissertações ou teses:

CRUZ, A. B. L. **Amok: feminilidade e clínica**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002.

7 - Endereço para encaminhamento de trabalhos:

Os originais para publicação deverão ser enviados para o seguinte endereço:

Sociedade de Estudos Psicanalíticos de Juiz de Fora
Rua Oswaldo Cruz, 68 - Santa Helena
36015-430 - Juiz de Fora - Minas Gerais
Telefone: (32) 3218-3263
sepjf@acessa.com